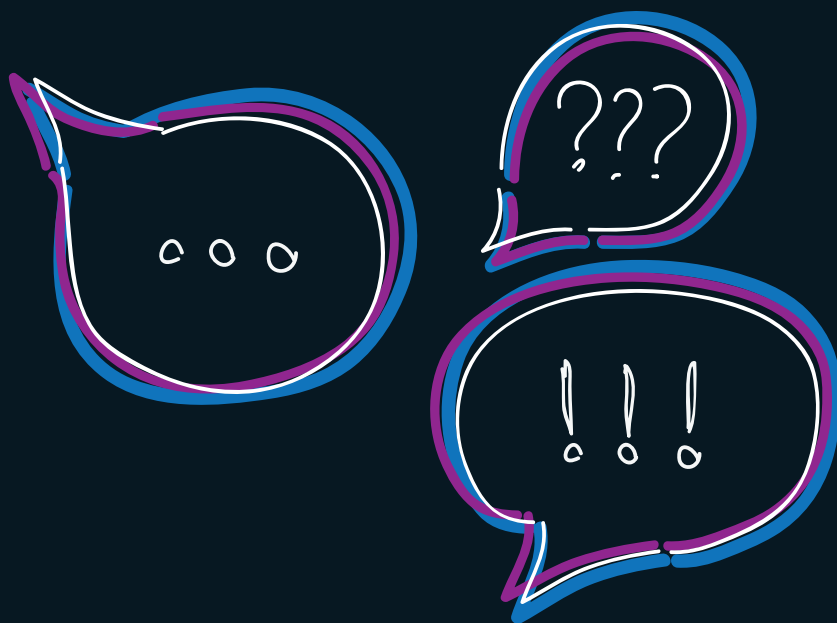


PARA COMPREENDER O MÉTODO DA COMPREENSÃO

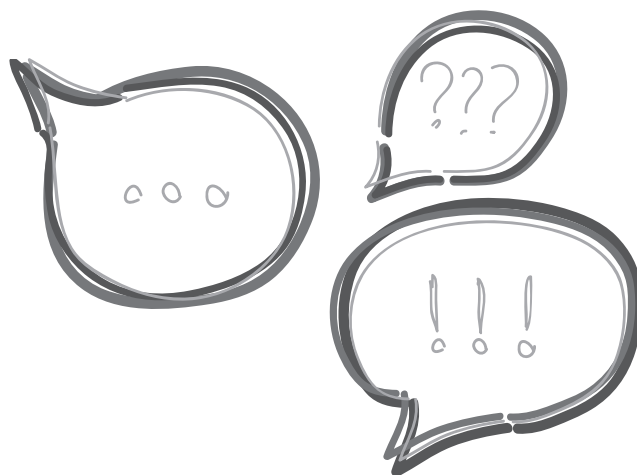


Dimas A. Künsch | Everton Dias
Mateus Yuri Passos | Paulo Emílio Fernandes
Pedro Torres Debs Brito

Organizadores

PARA COMPREENDER O MÉTODO DA
COMPREENSÃO

PARA COMPREENDER O MÉTODO DA COMPREENSÃO



Dimas A. Künsch | Everton Dias
Mateus Yuri Passos | Paulo Emílio Fernandes
Pedro Torres Debs Brito

Organizadores

2017
São Paulo **UNI**
EDITORA



Este trabalho foi licenciado com uma Licença Creative Commons 4.0 Brasil. Você pode copiar, distribuir, transmitir ou remixar este livro, ou parte dele, desde que cite a fonte e distribua seu remix sob esta mesma licença.

Renata Rodrigues
Projeto gráfico e diagramação

Dimas A. Künsch
Everton Dias
Mateus Yuri Passos
Paulo Emílio Fernandes
Pedro Torres Debs Brito
Edição de texto e revisão

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P652 Para compreender o método da compreensão / [org.] Dimas A.
1.ed. Künsch... [et al.]. – São Paulo: UNI, 2017.
341 p.; 14,8x21 cm. –

ISBN: 978-85-92691-16-5

1. Compreensão – método. 2. Conhecimento. I. Dias, Everton II. Passos, Mateus Yuri. III. Fernandes, Paulo Emílio. IV. Brito, Pedro Torres Debs. V. Título.

CDD 001.4

Bibliotecária responsável: Aline Grazielle Benitez - CRB 1/3129

Índice para catálogo sistemático:

1. Compreensão: método
2. Conhecimento

Editora Uni

Avenida Damasceno Vieira, 903 - CEP: 04363-040 - São Paulo/SP
Fone: (11) 96998-4827
atendimento@editorauni.com

Impresso no Brasil

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

O MÉTODO DE COMPREENDER A COMPREENSÃO COMO MÉTODO	9
---	---

PREFÁCIO

VIAJE CON DESTINO A LA COMPREENSIÓN: CAMINOS Y EPISTEMES PARA LA PAZ.....	27
Raúl Hernando Osorio Vargas	

CONSTELAÇÕES FAMILIARES NA PENITENCIÁRIA FEMININA: UMA EXPERIÊNCIA TERAPÊUTICA E COMPREENSIVA EM CONSTRUÇÃO	47
Ana Cristina Vidal de Castro Ortiz e Pedro Henrique Falco Ortiz	

ANTONIO PRATA, UM CRONISTA DO NOSSO TEMPO.....	67
Anselmo J. F. da Silva	

SENSIBILIDADE CULTURAL NECESSÁRIA PARA A EFICÁCIA DA COMUNICAÇÃO: O CASO DAS EMPRESAS BRASILEIRAS.....	89
Bruna Gomes Mascarenhas	

A CONSTRUÇÃO DO DIÁLOGO COMPREENSIVO ENTRE ORGANIZAÇÕES E STAKEHOLDERS.....	105
Carolina Lauro Maximo	

UM OLHAR COMPREENSIVO PARA A PUBLICIDADE DESTINADA AO PÚBLICO FEMININO.....	119
Caroline Arice Gaudêncio da Silva	

REFUGIADOS: DOS CRITÉRIOS DE NOTICIABILIDADE À GASTRONOMIA COMO PERTENCIMENTO.....	137
Cilene Victor e Luís Mathias dos Santos Ferreira	
MANIFESTAÇÕES DE GÊNERO E DE SEXUALIDADE EM “MAD MEN”.....	159
Gabriel Nunes de Azevedo e Julia Gravalos Benini	
ACONTECIMENTOS E DESACONTECIMENTOS: A INVISIBILIDADE DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIAS	181
Giselle Freire	
COMPREENSÃO NO CÁRCERE: O TRABALHO DO GRUPO DE DIÁLOGO UNIVERSIDADE-CÁRCERE-COMUNIDADE	207
Isabela Ferreira de Sá Borrelli	
SEMANA SANTA EN EL CHOCÓ: LOS “DÍAS MISTERIOSOS” DE LA COSMOGONÍA NEGRA DEL PACÍFICO COLOMBIANO	227
Jaime Andrés Peralta Agudelo	
A COMPREENSÃO NA CONSTRUÇÃO DA COMUNICAÇÃO FEMINISTA.....	267
Nathalia Garcia Parra	
JORNALISMO E HISTÓRIAS DE VIDA EM SALA DE AULA: RELATO DE EXPERIÊNCIA.....	285
Renata Carraro	
DIÁLOGO E COMPREENSÃO ÀS MARGENS DO XINGU: OS REFUGIADOS DE BELO MONTE NAS NARRATIVAS DE ELIANE BRUM	309
Tayane Aidar Abib e Mauro de Souza Ventura	
AUTORES E ORGANIZADORES DESTE VOLUME	333



APRESENTAÇÃO

O MÉTODO DE COMPREENDER A COMPREENSÃO COMO MÉTODO

Dimas A. Künsch
Everton de Brito Dias
Mateus Yuri Passos
Paulo Emílio Fernandes
Pedro Torres Debs Brito

Os quatorze textos que oferecemos aos leitores neste livro carregam consigo uma bela história. Ou várias belas histórias. Começa que todos os autores os produziram, como se diz, “no escopo do projeto de pesquisa ‘A compreensão como método’”. O projeto, desenvolvido em conjunto entre a Cásper Líbero e a Universidade de Antioquia, em Medellín, Colômbia, completa neste final de 2017 o seu terceiro ano de vigência. Foram três anos (2015-2017) de muitas reuniões, debates, conversas e uma rica produção de textos para eventos científicos, revistas e livros. Um projeto vivo, portanto. E vigoroso.

Alegria é fundamental. E nós, do projeto “A compreensão como método”, somos em geral alegres e gostamos do que fazemos. Nossa alegria talvez tenha um

bocado a ver com uma certa irreverência com que nos expressamos sobre o método da compreensão. Dá até para lembrar o que dizia Adorno em “O ensaio como forma”. Ele escrevia, nos anos 1950, que a birra, os preconceitos e a dose maior ou menor de raiva do *establishment* acadêmico alemão da época contra o ensaio se devia ao fato de que este, no fundo, não passava de um “despropósito”; não tinha começo, meio e fim; evocava “liberdade de espírito” e tinha como lei formal suprema “a heresia”. Nós achamos que a compreensão como método tenha bastante a ver com tudo isso.

Os mais sérios querem logo saber. Irritados, se perguntam, com um tom de voz que deixa às vezes transparecer uma crítica que se pretende avassaladora: “**O que é, mesmo, o método da compreensão?**”. Acostumados com os conceitos e as definições, e com a pretensa assepsia do pensamento lógico universalizante, *perguntam pelo ser*: o que é? E aí o papo sobre o assunto não rende muito no universo de nossas buscas. Em vez de “o que é”, gostamos mais de falar do “como se busca”, “como se tenta aplicar”, “como se mostra”. À metafísica, respondemos com a *poiesis*. Mostramos nossos livros, nossos trabalhos em eventos científicos, nossas dissertações de Mestrado... Até lembramos o poeta Antonio Machado, quando ele diz que não há caminho, que o caminho se faz ao andar.

É ótimo, isso, para o que pensamos. Por isso falamos tanto em “compreender a compreensão”, o que acaba sendo o título de mais esta obra do projeto: **Compreender o método da compreensão**. Não temos vergonha alguma de dizer: “Não sabemos, estamos buscando” – ou melhor, “Não sabemos, estamos ensaiando”. Ou de afirmar que

presentimos algo importante na proposta de sair do âmbito estrito do conhecimento científico para as mundivisões multifacetadas – como diz o autor do Prefácio, Raúl Hernando Osorio Vargas, citando Cremilda Medina. Ao insistir sem falsa modéstia que queremos compreender a compreensão, mais do que explicar, estamos anunciando um objetivo dos mais importantes: há um método embutido na proposta de compreender o método da compreensão. Há um caminho em busca de um caminho. E isso lembra, mais uma vez, não só o poeta, mas também a origem grega da palavra método, que traz dentro de si o termo *hodos* = caminho.

Deus nos livre e guarde de cair no reducionismo e na sem-graceza do conceito absoluto, fechado, violento! Preferimos andar pelos caminhos da busca do método fazendo várias paradas pelo mundo, encantado ou não, dos objetos de pesquisa, das questões que nos incomodam, dos saberes diferentes que nos situam de alguma forma no mundo e nos orientam. Tomamos um café aqui, lá adiante comemos um ovo frito com feijão e arroz, vez ou outra tomamos uma pinga com um torresmo picado em pedaços.

É bem por isso que, se o leitor olhar bem, vai perceber que cada autor e autora está cuidando do seu campo de interesse, está vivendo a sua experiência de pesquisador, mas a busca do caminho está lá, “no escopo do projeto de pesquisa ‘A compreensão como método’”. E esta talvez seja a mais bela de todas as histórias de que se falava no começo. Tem a ver com a “liberdade de espírito” a que se referia Adorno. Tem a ver com a ideia, cara ao método da compreensão, de que se deve preferir o talvez ao portanto; as vírgulas, as reticências e

as próprias interrogações aos pontos finais; a noção aos conceitos; a compreensão à explicação.

É bem esse o espírito que move “**Viaje con destino a la comprensión: caminos y epistemes para la paz**”, o Prefácio do coordenador colombiano do projeto “A compreensão como método”, Prof. Raúl Osorio Vargas, a que nos referíamos linhas antes. Ousado, como se pretende o método da compreensão, o autor sugere uma vinculação necessária entre uma epistemologia do conhecimento e uma epistemologia pragmática. Em resumo: fazer o tempo todo, e de modo responsável, a ligação entre os conhecimentos e as práticas sociais, políticas, cidadãos. “Ciência sem consciência é coisa vã”, ou “não passa de ruína da alma”, diria Rabelais pela boca de seu *Pantagruel*, no século XVI. Acreditamos, nós também, que um método de trabalho científico que não roce, se lambuze e se deixe dobrar e envergar o tempo todo pela vida e pelas questões que nos afligem em nosso *Lebenswelt* – mundo da vida, uma palavra de que os fenomenologistas alemães gostam muito – não contribui muito com a edificação da alma ou, dito de outro modo, com a emancipação da humanidade. E isso para dizer o mínimo.

É porque os textos que seguem representam um bom exemplo da busca por **Compreender o método da compreensão** que reproduzimos na sequência, junto com os títulos dos capítulos e seus autores, uma tentativa nossa, dos organizadores, de entender como cada proposta dialoga com o tema da compreensão. São treze comentários, um para cada texto. Treze tentativas. Treze amostras. Grátis.

Bom proveito!

Constelações familiares na penitenciária feminina: uma experiência terapêutica e compreensiva em construção

Ana Cristina Vidal de Castro Ortiz (Titi Vidal)

Pedro Henrique Falco Ortiz

O texto trata de ações que levam um olhar compreensivo ao sistema prisional, na busca nada fácil de ressocialização e de reinserção de presos à sociedade. Merecem destaque, nessa linha, os Centros de Ressocialização criados por Nagashi Furukawa no Estado de São Paulo e o Projeto Ceres, que trabalha com constelações familiares na Penitenciária Feminina da capital paulista. Autores como Edgar Morin, Rupert Sheldrake, Bert Hellinger, Dan Booth Cohen, Nana Queiroz, Drauzio Varella e outros ajudam a tecer o fio compreensivo acerca das complexas questões que permeiam o sistema prisional no Brasil e no mundo. Também são destacados exemplos da produção cultural e jornalística recente, em reportagens, programas de TV, livros-reportagem, filmes e documentários que revelam um olhar complexo e compreensivo na relação com o tema.

Antonio Prata, um cronista do nosso tempo

Anselmo J. F. da Silva

Brincando e ao mesmo tempo falando muito sério sobre a vida que acontece no miúdo – vida que é feita de “pequenos lances” (Alcino Leite Neto) –, a crônica jornalística, desde que se consagrou como gênero de escrita no Brasil a partir do final do século XIX, conta de alguma maneira a história de uma verdadeira resistência. Compreensivamente, a crônica chama fortemente a atenção para o fato de que a vida “não é lógica” (Clarice Lispector), que a realidade resiste à definição e ao conceito, que é nas franjas da chamada objetividade que a vida real acontece. A crônica, diz mais uma vez Neto em texto citado pelo autor, se apresenta “como se fosse uma luta para desentranhar da realidade adversa um momento de graça, de sabedoria e de poesia”. Registrando o circunstancial, às vezes com ironia crítica, outras vezes com o intuito de divertir, a crônica, em seu namoro fértil com a lite-

ratura, possui o dom de transportar o leitor para o reino, ora trágico e ora cômico do transcendente, lá onde tentamos, a duras penas, nos entender como humanos.

Sensibilidade cultural necessária para a eficácia da comunicação: o caso das empresas brasileiras

Bruna Gomes Mascarenhas

“Um conhecimento de sujeito a sujeito” e maior espaço para a compreensão, que “pede abertura, simpatia e generosidade” (Morin), fundam o diálogo possível entre profissionais de um país e as culturas dos lugares onde vão trabalhar, em empresas de seus países de origem. Não basta um “conhecimento da culinária de um país, de seus principais atores políticos e culturais ou mesmo de seu idioma”. Tudo isso é importante, mas fica “apenas na superfície da nova cultura a ser vivida”. Formar indivíduos culturalmente competentes, capazes de dialogar e dispostos a compreender, para ir “além da superfície de usos e costumes”, para, como sugere Myers, “expandir nossos círculos afetivos para que abranjam não somente nossas famílias, vizinhos e grupos étnicos, mas toda a comunidade humana”: só uma atitude compreensiva pode formar a base ética para a tomada desse tipo de decisão.

A construção do diálogo compreensivo entre organizações e stakeholders

Carolina Lauro Maximo

As organizações exercem um de seus papéis fundamentais ao estabelecer diálogos com seus diversos públicos estratégicos, os chamados *stakeholders*. Nesse esforço, se deixam auxiliar pela comunicação organizacional, que busca promover a articulação de sentidos entre as partes interessadas, contribuindo para o estreitamento dos laços e a prosperidade dos negócios e estabelecendo vínculos e conexões com os diversos atores sociais envolvidos na cadeia produtiva. As palavras-princípio de Martin Buber (o Eu-Tu e o Eu-Isso) permitem compreender essas re-

lações de forma positiva e também crítica, contribuindo para desfazer preconceitos, corrigir desvios e acentuar a transparência e a confiança. O texto sublinha a complexidade dessas relações e convida para uma visão compreensiva, tanto dos diálogos entre as organizações e seus públicos estratégicos quanto dos processos comunicativos envolvidos.

Um olhar compreensivo para a publicidade destinada ao público feminino

Caroline Arice Gaudêncio da Silva

Há uma relação de diálogo comunicacional possível entre a produção publicitária e os seus públicos, fundada na ideia da atenção e do respeito para com os seres humanos e os grupos sociais aos quais a criação publicitária se dirige. Há o apelo a ver no Outro um Tu, não um Isso, na esteira da proposta filosófica e ética de Martin Buber. Eu-Tu tem a ver com relação, enquanto o Eu-Isso, quando se trata do humano, acaba por representar um campo de interesse, de objetivação, de coisificação, quando não de exploração e domínio. Essa dimensão compreensiva da publicidade, em diálogo com determinados avanços de consciência engendrados pela luta social e pelas ressignificações da vida no universo da cultura, assume elevada importância, no texto da autora, quando referida ao campo do feminino e das lutas históricas das mulheres por reconhecimento de sua condição de Eu-Tu, na tarefa jamais acabada de construção e de reconstrução de sua identidade. A ideia de compreensão como “abraço”, respeito, aceitação e inclusão não poderia, nos parece, ser mais pertinente.

Refugiados: dos critérios de noticiabilidade à gastronomia como pertencimento

Cilene Victor

Luís Mathias dos Santos Ferreira

Um primeiro e muito importante aspecto compreensivo do texto é o abraço, entre preocupado, generoso e engajado, a uma multidão imensa de pessoas que vagam tristemente de um lugar para outro

na condição de refugiados. A maior crise humanitária do orgulhoso e muito conectado século 21, aparentemente mais disposto a erguer muros que construir pontes de compreensão e de oferta de refúgio, assume, no texto, um segundo viés compreensivo: a revisão e reatualização dos critérios tradicionais de noticiabilidade e a proposta de se vincular imprensa e humanidade. Descendo ao particular, para eleger um momento importante desse drama mundial e descobrir em seu interior rasgos de uma identidade possível, os autores se reúnem ao redor do fogo e das panelas, compartilhando a sorte dos deserdados: a cozinha, o alimento e a gastronomia falam. Às vezes gritam. Impossível não perceber, nesse conjunto de apostas, a voz inquietante de Hannah Arendt chamando para a compreensão. Compreender o mundo em que vivemos, abraçá-lo também em seus dramas e tristezas é a condição, ensinava Arendt, para o gesto da luta pela mudança.

Manifestações de gênero e de sexualidade em “Mad Men”

Gabriel Nunes de Azevedo

Julia Gravalos Benini

A arte, enquanto espaço de construção e circulação de conhecimentos, é um tópico bastante caro à proposta da compreensão como método – compreensivamente, isso naturalmente abarca também as produções da indústria cultural, dado o importante papel que têm hoje junto ao público ao refletir e problematizar aspectos culturais e identitários. Neste capítulo, os autores se debruçam sobre o seriado *Mad Men* para ver como o papel social das mulheres, assim como a homossexualidade, são retratados na trama, observando a caracterização de diversos personagens e seus papéis nos eventos que se desenrolam. A preocupação em observar a importância da diversidade e da equidade entre pessoas de diferentes gêneros e orientações sexuais traz uma substancial contribuição ao escopo compreensivo do projeto – especialmente em um momento em que estamos apenas começando a compreender quão grande é essa diversidade, a imensa pluralidade de identidades possíveis, todas dignas de equidade social e legal.

Acontecimentos e desacontecimentos: a invisibilidade de crianças com deficiências

Giselle Freire

É duro ter de chamar a atenção do jornalismo para algo que integra sua mais profunda natureza: o cuidado com o acontecimento no tempo presente, não importa o tamanho desse acontecimento. O que sim importa é que cabe, também por natureza do ser jornalístico, o cuidado com a vida às vezes miúda dos anti-heróis do cotidiano, verdadeiros “desacontecimentos”, como os chama Eliane Brum. A ausência dessa visão compreensiva, inclusiva, faz do jornalismo o culto a olhares enviesados, reducionistas, a todo tipo voluntário e involuntário de esquecimento. “A vida que ninguém vê”, título de uma das obras de Brum, deixa de aparecer, com respeito e dignidade, até mesmo lá onde era de se esperar, por exemplo, que crianças portadoras de deficiências se fizessem presentes, como no caso da *Revista Crescer*, estudada durante um ano pela autora deste capítulo.

Compreensão no cárcere: o trabalho do Grupo de Diálogo Universidade-Cárcere-Comunidade

Isabela Ferreira de Sá Borrelli

Inspirada nos princípios do pensamento e do método da compreensão, a autora acompanha o trabalho do Grupo de Diálogo Universidade-Cárcere-Comunidade, o GDUCC, durante o segundo semestre de 2015. No texto que resulta dessa experiência, ela apresenta as premissas que sustentam o projeto, as metodologias aplicadas e os novos desafios enfrentados, que fazem da iniciativa um processo em contínua construção. E conclui: a aposta no diálogo, que nunca promete ser fácil, e a aproximação física, mental e espiritual ao mundo do outro, que ajuda no rompimento de preconceitos e no abandono de velhos paradigmas, revelam a natureza compreensiva do projeto. O paradigma da vingança e do ódio, que está na raiz do sistema carcerário brasileiro, dá lugar à ideia de que um outro modelo é possível, fundado

na compreensão, na integração, na inclusão dos sujeitos. Se é verdade que a compreensão não perdoa (Hannah Arendt), também é verdade que não renuncia à convicção de que o outro, ainda quando tenha que pagar por um crime que cometeu – sendo privado de sua liberdade –, nem por isso perde sua condição de humano.

Semana Santa en el Chocó: los “días misteriosos” de la cosmogonía negra del Pacífico colombiano

Jaime Andrés Peralta Agudelo

Uma visita amorosa ao departamento colombiano de Chocó durante a Semana Santa, ou Semana Maior, para observar compreensivamente os modos como os afrocolombianos que ali habitam vêem o mundo e a si mesmos nesse mundo. No trânsito às vezes nada simples com os humanos, o imanente e o transcendente, Deus e o Diabo, os santos e os espíritos integram uma visão de mundo complexa, viva, dinâmica e plural. Aberto ao diálogo de saberes e a conhecimentos que implodem o terreno das certezas, da razão e da lógica, o pensamento compreensivo se sente em casa nas conversas que se propõe a tecer com os sentidos mais profundos de uma cultura, com as poéticas e estéticas dos mitos, dos imaginários, das religiões, com as linguagens arquetípicas da alma humana.

A compreensão na construção da comunicação feminista

Nathalia Garcia Parra

A luta pela equidade social e legal entre mulheres e homens vem se construindo lentamente, ganhando impulso especialmente a partir do movimento sufragista inglês, há cerca de 100 anos, quando mulheres buscaram o direito ao voto. Desde essa época, uma série de certezas e determinações identitárias que amparam a subjugação de um gênero pelo outro, até então tidas como naturais, foram sucessivamente questionadas, problematizadas, desconstruídas, embora a maioria ainda esteja longe de ser amplamente redefinida. A renegociação dos papéis sociais da mulher e do homem é um processo dialógico – e portanto compreensivo – que contempla tanto a representação cultural e noti-

ciosa dos gêneros quanto o próprio uso da língua, as formas como nos referimos a pessoas ou a agrupamentos. É essa a preocupação e a proposta com as quais a autora nos instiga neste capítulo, desafiando-nos a um uso compreensivo até mesmo na manipulação da linguagem.

Jornalismo e histórias de vida em sala de aula: relato de experiência

Renata Carraro

O texto ocupa-se com os caminhos de produção de um livro-reportagem que reúne 13 perfis, elaborados por estudantes do terceiro ano de Jornalismo. Os personagens são jornalistas consagrados ou em início de carreira, de segmentos e veículos diversos. Os alunos-autores recebem a tarefa de escolher um profissional jornalista de sua preferência, contatá-lo, realizar entrevistas em profundidade, acompanhá-lo em situações cotidianas e, a partir disso, produzir seu perfil, utilizando para isso técnicas narrativas de jornalismo literário. Razão e emoção se conjugam no processo, e o conceito tradicional de disciplina, hoje em questão, abre caminho para o dinamismo e a vivacidade da prática laboratorial no contexto de um modelo de jornalismo vivo e vibrante, centrado no humano e nas virtualidades da narrativa. Um jornalismo compreensivo, tanto nos instrumentos e técnicas de observação e edição que mobiliza, quanto, sobretudo, em seu foco principal no humano e na vida que se constroi e reconstroi no próprio gesto de se narrar.

Diálogo e compreensão às margens do Xingu: os refugiados de Belo Monte nas narrativas de Eliane Brum

Tayane Aida Abib

Mauro de Souza Ventura

Os conflitos desencadeados com a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, às margens do rio Xingu, deixam patente o desinteresse de uma parcela significativa da imprensa brasileira pelo assunto, entre outras crueldades. Na contramão desse movimento, Eliane Brum realiza uma cobertura de fôlego sobre a usina e as his-

tórias ao redor dela, pondo em ação o que ela chama de Jornalismo de Desacontecimentos. Ao direcionar o olhar para os personagens banidos, esquecidos, sem voz, ela assume em sua prática jornalística o que temos chamado de epistemologia da compreensão no âmbito do projeto de pesquisa “A compreensão como método”. Os autores deste capítulo identificam marcas de diálogo e de compreensão nas reportagem que elegem para o estudo, segundo as proposições de Cremilda Medina, Dimas Künsch e Martin Buber, no encontro com o Outro e no registro do cotidiano e da vida local.

Esta obra dá início, ao lado de outras que virão, à conclusão do projeto de pesquisa “A compreensão como método”, previsto desde o início para durar três anos (2015-2017). Todo fim representa também um começo: fim e começo se abraçam nos campos da compreensão. E o começo que se anuncia, de novo em associação com a Universidade de Antioquia, é o do projeto para os anos 2018 a 2020. Entraremos pelo mundo do ensaio latino-americano. Queremos provar daquela “liberdade de espírito” de que falava Adorno. Continuaremos a buscar e a cultivar a heresia. Sem abandonar nessa busca a nossa opção e o nosso afeto pela compreensão como método.

Isto é: aos que nos perguntarem por definições, aos que exigirem uma “certa postura científica” de que nos causa até uma certa ojeriza falar, seguiremos dizendo e repetindo que não há caminho, e que o caminho se faz andando, de 2018 em diante, com o auxílio valoroso do ensaio, um gênero por excelência de expressão do conhecimento compreensivo. Que dialogue. Que abraça. Sem ponto final.

Trazemos nas Referências que seguem um conjunto de obras, citadas pelos distintos autores e autoras, que conversam especialmente com as buscas em torno do método da

compreensão. Deixamos fora outras, de que os autores fizeram uso para fins específicos no trabalho de desvendar os sentidos possíveis de seus objetos particulares de pesquisa.

Referências

ARENDDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ARENDDT, Hannah. **Compreender**: formação, exílio e totalitarismo. São Paulo: Editora Schwarcz, 2008.

ARISTÓTELES. **Arte poética**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

ARMSTRONG, Karen. **Breve história do mito**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Editora 34, 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos à nossa porta**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2017.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: fatos e mitos. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960.

BENJAMIN, Walter. **Estética e sociologia da arte**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

BOHM, David. **Diálogo: comunicação e redes de convivência**. São Paulo: Palas Athena, 2005.

BRUM, Eliane. **A vida que ninguém vê**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2006.

BRUM, Eliane. **A menina quebrada**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2013.

BRUM, Eliane. **Meus desacontentamentos**. São Paulo: Leya, 2014.

BUBER, Martin. **Sobre comunidade**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

BUBER, Martin. **Eu e tu**. São Paulo: Centauro, 2004.

BUBER, Martin. **Do diálogo e do dialógico**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

CAMPBELL, Joseph. **O herói de mil faces**. 3. ed. São Paulo: Editora Pensamento, 1993.

FLUSSER, Vilém. **Bodenlos: uma autobiografia filosófica**. São Paulo: Annablume, 2007.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**. v. 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HALL, Stuart. **A identidade cultural da pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

HERSEY, John. **Hiroshima**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KERCKHOVE, Derrick de. **A pele da cultura**. São Paulo: Annablume, 2009.

KÜNSCH, Dimas A. **Maus pensamentos**: os mistérios do mundo e a reportagem jornalística. São Paulo: Annablume/ Fapesp, 2000.

KÜNSCH, Dimas A.; BARROS, Laan Mendes de (Orgs.). **Comunicação**: saber, arte ou ciência? São Paulo: Plêiade, 2008.

KÜNSCH, Dimas A.; AZEVEDO, Guilherme; BRITO, Pedro Debs; MANSI, Viviane. **Comunicação, diálogo e compreensão**. São Paulo: Plêiade, 2014.

LÉVINAS, Emmanuel. **Humanismo do outro homem**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

MAFFESOLI, Michel. **O conhecimento comum**: introdução à sociologia compreensiva. Porto Alegre: Sulina, 2007.

MEDINA, Cremilda (org.). Novo Pacto da Ciência, **Primeiro Seminário Transdisciplinar – A Crise de Paradigmas (anais)**. São Paulo, ECA, 1991.

MEDINA, Cremilda. **A arte de tecer o presente**: narrativa e cotidiano. São Paulo: Summus, 2003.

MEDINA, Cremilda. **O signo da relação**: comunicação e pedagogia dos afetos. São Paulo: Paulus, 2006.

MEDINA, Cremilda. **Entrevista**: o diálogo possível. São Paulo: Ática, 2008.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Unesco, 2000.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.

OLIVELLA, Manuel Zapata. **Las claves mágicas de América: raza, clase y cultura**. Bogotá: Plaza y Janés, 1989.

OSORIO Vargas, Raúl. **O lugar da fala na pesquisa da reportagem**: “O homem das areias”, um flagrante do diálogo oratura-escritura. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.

SODRÉ, Muniz. **As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política**. Petrópolis: Vozes, 2006.



PREFÁCIO

VIAJE CON DESTINO A LA COMPRESIÓN: CAMINOS Y EPISTEMES PARA LA PAZ

Raúl Hernando Osorio Vargas

*Si la gente hablase menos
Tal vez comprendiese más.
¡Quien no ve!
No goza de consideración.*

Luiz Melodía
En: “Congénito”.

*El poder de la comprensión intuitiva
te protegerá de cualquier daño
hasta el final de tus días.*

Lao-Tse

*Es preciso que los pueblos lean para que
aprendan no solo el verdadero sentido de la
libertad, sino el sentido actual de la
comprensión mutua y de la vida.*

Federico García Lorca

ÉTICA DE LA COMPRENSIÓN-ACCIÓN

Después de 52 años de guerra – que dejaron más de 300.000 muertos –, el 26 de septiembre de 2016 comenzó en Colombia una nueva época con el Acuerdo Final de Paz, firmado por el presidente Juan Manuel Santos y el máximo jefe de las Farc, Rodrigo Londoño Echeverri. Así, hay que hacer una serie de preguntas. ¿Se concretará este sueño anhelado? ¿Es posible la paz en América Latina y en el mundo? ¿La comprensión puede ser el método y la epistemología para la paz? El planeta tierra está necesitando con urgencia de ciencias sociales y humanas que, caminando por la pluralidad metodológica, construyan la concordia; mientras el periodismo transcultural es el mediador fundamental del proceso.

Cuando pensamos en los retos del nuevo siglo, del nuevo milenio, la comprensión puede ser el método y la epistemología más apropiados para fundamentar la armonía, incorporando los diferentes saberes humanos: como caminos para la construcción de la paz, la superación de las injusticias sociales y la violencia. La comprensión es *acción y reflexión*: una epistemología. La palabra *episteme* deriva del participio *epistámenos* (conocedor, experimentado). Así se llama el *Humano Ser* en cuanto competente y hábil (competencia en el sentido de pertenencia). El *Ser* con la *Comprensión*. La filosofía es *epistéme tis*, una especie de ciencia de la comprensión, competencia teórica que es capaz de *theorein*, es decir, mirar para algo y envolver y fijar con la mirada aquello que escruta.

Es por eso que la filosofía es *episteme* indagadora y comprensiva. El término *theoria* etimológicamente procede del *verbo griego theorein*, mirar, contemplar, examinar.

Y, en griego, no se opone a la *praxis*, claramente un acto de importantes consecuencias sociales. Los *theoros* constituyen colectivamente una *theoria* (la palabra es siempre un colectivo plural). Los periodistas – modernos *theoros* – tenemos el deber de ayudar a construir la paz y la democracia. Como propone Edgar Morín:

El verbo *complectere*, de donde procede *complexus*, significa “abrazar”. El pensamiento complejo es el pensamiento que abraza lo diverso y reúne lo separado. Establece la religación cognitiva; abre una vía que va y vuelve de la religación cognitiva a la religación ética. La palabra “comprensión” indica que la prensión es abrazadora, en el sentido cognitivo del término, y en el sentido afectuoso del abrazo. La palabra “comunidad” misma nos abraza. El prefijo *re-* es común a “religación” y a “regeneración”. Los dos prefijos *re-* y *com-* son los prefijos rectores de la autoética (Morín, 2006, p. 160).

Pero, los seres humanos en lugar de tener una economía que trabaja para la prosperidad de todos, para la *religación* y *regeneración* de las generaciones futuras y el planeta, hemos creado una economía *que comprende* unos pocos. Son incontables las víctimas humanas que deja la negligencia del 1% más rico del planeta, que posee tanta riqueza como el 99% restante de los habitantes. Las 62 personas más ricas del mundo que tienen tanta riqueza como la mitad de la población más pobre de la Tierra. Y todos los días vemos gente que trata de salvar sus vidas: niños, mujeres, ancianos, mutilados horrorizados por los aviones que bombardean sus hogares, para despojarlos de sus territorios que son ricos en petróleo; y así miles de miles de refugiados deben intentar

atravesar fronteras o mueren ahogados en alta mar, o caen en los campos de refugiados rodeados de alambradas. Y otros cientos de niños mueren en las hambrunas globales, por la negligencia del 1% más rico del planeta.

Estoy seguro de que el compuesto explosivo que forman la desigualdad social en aumento y el creciente sufrimiento humano relegado al estatus de “colateralidad” (puesto que la marginalidad, la externalidad y la cualidad descartable no se han introducido como parte legítima de la agenda política) tiene todas las calificaciones para ser el más desastroso entre los incontables problemas potenciales que la humanidad puede verse obligada a enfrentar, contener y resolver durante el siglo en curso (Bauman, 2011, p. 18).

¿Cómo responder, en la acción y en el juicio, a **esa barbarie**?

La novela de José Saramago *Ensayo sobre la ceguera* y su excelente adaptación para cine dirigida por Fernando Meirelles (titulada *Blindness*, conocida en español como *Ceguera* o *A ciegas*), ya nos iluminan el camino de la reflexión. En Colombia, se firmó la paz pero la incertidumbre ante el futuro nos habita. ¿Cuántos tratados de paz se han firmado en el mundo? ¿Y que poco se ha consolidado la verdadera paz en la vida de las naciones? La *sobredosis de información* “trabaja” las mentes de los ciudadanos y profundiza en las heridas, pero de ese “todo” que es la sociedad, no mira para la brecha que separa los más ricos de los más pobres. De entrada la mirada está viciada. Y los medios de comunicación se la juegan por ese 1% más rico del planeta, es lógico ellos son sus propietarios.

Con la llamada posverdad el periodismo dejó de hacer periodismo para convertirse en fábrica de mentiras, por eso la influencia ejercida por los mecanismos del campo periodístico sumiso solo a las exigencias del mercado (dueños y anunciantes), debe recuperar la perdida credibilidad, ejercer su contrapoder, y los intelectuales-periodistas deben ejercer la “comunidad” que los abraza, “religando” y “regenerando” su autoética a través de una narrativa de principios, valores y fines compartidos. Ética que debe incluir todos los seres, en su capacidad de acoger a todos, independiente de sus creencias. De analfabetos de principios y de símbolos – llenos de egoísmos, de hiper-individualidad, de mediocridad, ambición, del no escucharnos, de la ceguera que sufrimos – debemos pasar a la cultura de la mirada y el diálogo de la honradez, la lealtad, la solidaridad, eje transversal de esa transformación.

Y en América Latina esa propuesta se puede consolidar a partir de un Periodismo riguroso contra la posverdad, un *Periodismo Transcultural* que tenga como eje principal la narrativa del *Reportajensayo*.¹ La propuesta que sigue se fundamenta en: una *epistemología de la complejidad* (Morín, 2005); la *transculturación*² (Ortiz, F., 1978, p. 92-97); la

1 *Reportajensayo*: descubrir, reconstituir y transmitir, ensayando. *Reportajensayo* concebido como narración detallada de situaciones y conversaciones de la vida cotidiana de los seres humanos que viven en espacios y tiempos. Él parte del hecho verídico, procurando las explicaciones más sutiles, emprendiendo un viaje de retorno, hasta encontrar una composición creativa con sus múltiples voces. Como investigación, puede ser considerado una actividad lúdica que reúne diversas perspectivas en contrapunto, exagera dinámicamente los contrastes y nos hace descubrir nuevas maneras de leer o de mirar lo ya visto o leído. Concepto que está presentado, de forma robusta, en mi tesis de doctorado, donde propuse dicho neologismo como una noción fundamental en el periodismo literario (Osorio, 2003).

2 En la *transculturación* la preponderancia de un pueblo sobre el otro desapa-

transculturación narrativa (Rama, 1982), *Nuestra América Mestiza* (Martí, 1971, p. 157-168); *Antropofagia* (Andrade, 1981, p. 3-7); y *Transcreación*.³ Es que las diferencias también componen el *reportajensayo comprensivo en diálogo transcultural y transcreativo*.

Veamos...



EPISTEMOLOGÍA DE LA NARRACIÓN

La memoria viva desvenda la historia de los seres humanos. Se dice que no hay otra venganza peor que el olvido, así los cazadores del pasado luchan contra este castigo, ya que el pasado puede ser revelador cuando se revisitan nuestros vivos y muertos, para ver el mundo más allá de nuestra existencia. Hace algún tiempo está brotando una nueva sensibilidad que nos lleva a expandir nuestros horizontes de comprensión del *Humano Ser*. La memoria se hace la casa de todos, donde el sujeto recordado es reconocido por el otro y la epistemología del sujeto narrador y el sujeto narrado emerge para confrontar las grandes tragedias que nos envuelven, ya que ellas provienen desde el fondo de la soledad humana. Por eso, *memoria y periodismo constructivo* nos redimen haciéndonos sentir más vivos y relacionados con la realidad. Cuando decidimos

rece, para darle lugar al diálogo como encuentro con el otro, reincorporando saberes que generan plasticidades culturales y dan sentido a las nuevas formas de expresión.

3 La noción de “transcreación” traduce el acto de “redecir recreando”, principalmente en el sentido poético. Haroldo de Campos es el acuñador del término, en el ensayo inaugural de la teoría de la transcreación: “De la traducción como creación y como crítica” (1967). Este artículo fue presentado por primera vez en el III Congreso Brasileño de Crítica e Historia Literaria en 1962 y sería el primer texto en el que aparece el neologismo transcreación.

caminar por esa vía comienzan a sobrar las estadísticas de la llamada sociología de las comunicaciones. Ahí surge la vida con toda su complejidad: pensamientos, ideas, sensaciones, sueños, perspectivas, posibilidades, cadencia y toda la esencia que vive en las personas.

De esta forma salimos del “ámbito estricto del conocimiento científico para las mundo-visiones multifacetadas” (Medina, 1993, p. 7)⁴ para caer en los brazos de la epistemología pragmática que nos inscribe en las condiciones socioculturales. Ese sentido humano de la sociedad y la ciencia (epistemología pragmática) “pide a la consciencia científica una retomada del diálogo con el saber común y demás saberes en la dirección de nuevas estrategias de la ciencia transformadora” (Medina, 1993, p. 9). En esta perspectiva los modos de vida de los desconocidos se presentan como *dimensiones transculturales* cuyo eje a recorrer son las historias de vida, en el diálogo que tradicionalmente se ha conocido como entrevista. Las innovaciones metodológicas como los testimonios, los relatos y la historia oral pasan a ser procesos creativos con el sabor de un otro modo de vida y no meros instrumentos o herramientas para captar la realidad. En el deseo de oír las personas nace el deseo de *reproducir recreando* a través de la escritura de esas historias, para que otros seres de carne y hueso puedan bucear en las experiencias humanas.

De esta forma el oyente-narrador recuenta, recrea y *transcrea*. Vista la historia como una “creación” que – según Hans Magnus Enzensberger – se compone y recompone a todo momento a partir de las diversas visiones de mundo.

4 Todos los textos citados en portugués en las Referencias fueron traducidos por el autor.

En este contexto la historia de vida nos muestra la estrecha relación entre las diversas formas de contar, y se hace compromiso afectivo, donde el observador participante deja parte de su ser. La investigadora Ecléa Bosi (1994, p. 38) aclara que la expresión “*observador participante*” puede dar origen a interpretaciones apresuradas y que no basta con la simpatía (sentimiento fácil) por el objeto de pesquisa. *Es preciso que nazca una comprensión sedimentada en el trabajo común*, en la convivencia, en las condiciones de vida de los otros, nuestros semejantes. Se tiene que dar una comunión, lo que en el modo de ver de la investigadora, significa sufrir de manera irreversible, sin posibilidad de retorno, la antigua condición, el destino de los sujetos observados. Ese es el diálogo posible sujeto-sujeto. La permeable sorpresa del espanto, como propone la investigadora Cremilda Medina, en una promiscuidad narrativa. Historia de vida, observación participante y entrevista, herramientas tradicionales de la sociología, pasan en esta nueva visión a ser pluri-metodologías de una epistemología de la vida, que teje los relatos de dimensión *transcultural del periodismo*, que en el mirar tradicional habían sido sepultados por la aplicación de una metodología basada en una concepción positivista de la Historia.

El investigador Renato Ortiz destaca que hoy “los hombres se encuentran inter-ligados, independientemente de sus voluntades” y que “la mundialización de la cultura se revela a través de lo cotidiano”. Por eso también debemos “tornar lo próximo, distante para de esta forma aprehenderlo de manera analítica”. Es decir, cambiar las escalas de observación: ir de la hermenéutica del detalle revelador, vivido de cerca, como un “nativo”, para las dimensiones del

Humano Ser “que se encuentra atravesando por una vivencia mundializada” (Ortiz, R., 2004, p. 7-8). En una combinación y contraste de las experiencias de comunión a las experiencias de distanciamiento.

Mundialización cultural no significa, por tanto, uniformidad, es un resultado de *transculturación*. “La historia universal no siempre existió; la historia como historia universal es un resultado” (Marx, 1975, p. 50). Proceso de todos los seres vivos como contribuyentes de la cultura humana. “Una cultura mundializada no implica el aniquilamiento de las otras manifestaciones culturales, cohabita y se alimenta de ellas. La lengua es un ejemplo” (Ortiz, R., 2004, p. 35).

En este contexto la lengua Tupi, esencialmente brasileña, que fue hablada por indios y colonizadores como Lengua General hasta el siglo XVII, durante aproximadamente 250 años, fue prohibida por el marqués de Pombal. Con todo existen más de 10 mil tupinismos, palabras derivadas del Tupi antiguo, en la Lengua Portuguesa. Lengua brasileña producto de la mezcla y vestigios de los primeros habitantes del Brasil. Memoria de la turbulenta realidad que se torna mágica. Las complejas manifestaciones de los Ibirapitenses asumen la heterogeneidad do **Palo-del-Brasil**, sin renunciar a lo universal, que siempre ha estado presente en su forma de ser, marcando a la cultura brasileña en sus incontables variaciones para tornarse vehículo privilegiado de comunicación y expresión de sentimientos.

Historia del **Palo-del-Brasil**, para recuperar los tiempos de la dimensión “*canibalísticafectiva*” heredera de la Antropofagia. **Palo-del-Brasil** caníbal que nos devora. Huellas del *Humano Ser* en este espacio, tensión entre memoria y olvido.

El espacio no es hecho solo de cosas, también de hombres, de lo que ellos hicieron en el pasado y de lo que hacen ahora. Es conocimiento de eso que permite también conocer las diferencias. Espacios jóvenes aparecen como si todo fuese igual, pero no lo es, porque la historia de cada pedazo del territorio es diferente (Santos, 1998, p. A9).

Historias del canibalismo. Del rostro que Oswald de Andrade traza del Brasil en sus manifiestos al rostro del hispanoamericano hay vivencias en común muy importantes: el mestizaje y el canibalismo. Ya que los suramericanos somos producto de muchos mestizajes. Realidades heterogéneas y complejas en sus manifestaciones culturales. Si bien, es verdad que somos latinoamericanos y formamos parte de ese conjunto de naciones que han denominado subdesarrolladas, del tercer mundo, guardamos matices particulares implícitos en el transitar cotidiano. “Desde el punto de vista de una civilización mundial, las naciones dejan de constituirse en espacios hegemónicos de cohesión social. La mundialidad comienza a superarlas. Por eso, la división entre ‘Primer’ y ‘Tercer’ Mundo se torna inadecuada. (...) Una cultura mundializada deja raíces en ‘todos’ los lugares” (Ortiz, R., 2004, p. 220).

La poesía existe en los hechos. Los tugurios de azafrán y de ocre en los verdes de la Favela, bajo el azul cabralino, son hechos estéticos. El Carnaval de Rio es el acontecimiento religioso de la raza. Palo-del-Brasil. Wagner sucumbe ante las Escuelas de Samba de Botafogo. Bárbaro y nuestro. La formación étnica rica. Riqueza vegetal. El mineral. La cocinada del vatapá. El oro y la danza. (...) La lengua sin arcaísmos,

sin erudición. Natural e neológica. La contribución millonaria de todos los errores. Como hablamos. Como somos. (...) El trabajo contra el detalle naturalista – por la *síntesis*; contra la morbidez romántica – por el *equilibrio* geométrica y por el acabado técnico; contra la copia, por la *invención* y por la *sorpresa*. (...) La poesía Palo-del-Brasil es un comedor dominiguero, con pajaritos cantando en la selva reducida de las jaulas, un sujeto flaco componiendo un vals para flauta y la Mariquita leyendo el diario. En los diarios anda todo el presente. *Ninguna fórmula para la contemporánea expresión del mundo. Ver con ojos libres.* (...) Prácticos. Experimentales. Poetas. Sin reminiscencias librescas. Sin comparación de apoyo. Sin investigación etimológica. Sin ontología. Bárbaros, crédulos, pintorescos y tiernos. Lectores de diarios. Palo-del-Brasil. La selva y la escuela. El Museo Nacional. La cocina, el mineral y la danza. La vegetación. Palo-del-Brasil (Andrade, 1981, p. 3-7).

Espacios y tiempos indo-afro-euro-americanos, donde se concretizó el *mulatizar*⁵ de *América do Sul... América do Sol... América da Sal*.⁶ *América del sol* que, adoradora de la música, la danza y la sabrosura, creó sus formas de vida y recorrió sus desarrollos, que fueron alterados con la lle-

5 "(...) se le dirá *mulata* sin error, ni encomio ni menosprecio, porque la mulatez o mestizaje no es hibridismo insustancial ni eclecticismo, ni decoloración sino simplemente un TERTIUM QUID, realidad vital y fecunda fruto generado por cópula de pigmentaciones y culturas, una sustancia, un nuevo color, un alquitarado producto de transculturación" (Ortiz, F., 1974, p. 28).

6 ¡*Hip Hip Hoover!* es un poema satírico de Oswald de Andrade, de diciembre de 1928, en el cual es focalizada la visita al Brasil de Herbert Clark Hoover, recién elegido presidente de los EUA y quien gobernó entre 1929-1933. Poema destacado por Décio Pignatari en su primer manifiesto: *Nueva Poesía: Concreta* (Campos, A.; Pignatari; Campos, H., 1965, p. 39-41).

gada de los europeos. Esta es una manera de comprender la cultura en la **Tierra del Palo-del-Brasil**, con una óptica de comparación-reflexión de *Nuestra América Mestiza*. No obstante que “hay un desperdicio natural de experiencia no solo en la memoria de quien la vivió sino también en su transmisión” (Morín, 1995, p. 210). Pero el escenario es la *transculturación*, la mistura está ahí, en las diversas maneras del ser latinoamericano que se hace presente en la aventura humana del migrante. Toda esta amalgama habla a través de una extensa y profunda cultura, construida en más de 500 años, que resultó en un maravilloso estilo antropofágico.

Toda esa cultura llena de fogosidad se concentra en la compleja *vivencia humana*. Todos los suramericanos hemos sido considerados caníbales, esa mirada forma parte de nuestro imaginario social y porque se es latinoamericano no por oportunismo ni esnobismo, se es por nacimiento, por *convivencia*. El latinoamericano es un mestizo. Mestizaje producto de indios, europeos, africanos, asiáticos. Simbiosis rotunda, maravillosa. En nosotros se encuentra la esencia del *Humano Ser*, producto de múltiples determinaciones. Rica totalidad.

Al caminar por cualquiera de las ciudades capitales, poblados recónditos, veredas de *Nuestra América Mestiza* nos encontramos con un mundo nuevo y viejo al mismo tiempo.

(...) Puede fácilmente defenderse la indiscutible tesis de que todo hombre es un mestizo, e incluso toda cultura; aunque esto parece especialmente válido en el caso de las colonias, sin embargo, tanto en el aspecto étnico como en el cultural es evidente que los países capitalistas alcanzaron hace tiempo una relativa homogeneidad en este orden (Retamar, 1977, p. 8).

El *reportajensayo* vive en esa transculturación, al beber de ese acontecer teje los saberes y sabores de sus narrativas, propiciando el encuentro con los ciudadanos contemporáneos en actos de comunión. Ya que la recepción de mensajes no es un acto pasivo, y las personas en todo momento de sus vidas reinterpretan, comprenden: las naturalezas, las jornadas humanas, la producción industrial, artesanal o artística. La indiferencia no existe en la recepción. Ella es una reacción, un acto de comprensión o rechazo. La recepción no es inerte, ella es un acontecer y suceder que pasa a ser realidad para constituir los hechos de la vida social e individual. El acontecer así como el verbo recibir o recibir, no debe ser imperativo. Ya que tanto el recibir como el acontecer es un acto voluntario del sujeto, él no es acontecido él hace acontecer. Y el acontecimiento de recibir-vivir los *episodios de la vida* produce una viva sensación en nuestro ser, es decir una tesitura o actitud del tejer el enredo de las narrativas contemporáneas. Producción-recepción-producción: conjunto de hilos que se cruzan para componer la tela de la narrativa y hacer aparecer el *reportajensayo* con que se rehace la vida; atravesando la experiencia de lo vivido. La recepción concebida como:

– Un proceso complejo en el cual la obra es recreada, tornándose así un producto de su interacción con el receptor.

Receptor-sujeto productor de sentidos. Realidad-sentido-sujeto, tríada inseparable para crear el diálogo de las personas. Oratura relato de la oralidad popular.

La cultura popular, tomada en la expresión de oratura, está a flor de piel en la sociedad y el periodista tiene el privilegio de estar expuesto a ella, si lleva en serio su condición de reportero. El relato cultural vivo perma-

nece disponible, a pesar del pueblo tener una visión bastante crítica del periodista que no oye (Medina, 1991, p. 198).

Oratura como tesitura o auto-evaluación y reflexividad sobre como sabemos. Al revisar la historia de la profesionalización de los reporteros y de su narrativa, debemos *contrastar* esa vena de transcreación: *oratura-reportajensayo*. Sabor de la lengua aconteciendo. Degustar los aconteceres como caníbales de nuestra sabiduría y de nuestra crisis. Reincidencia, retorno, reflexión. Viaje a nosotros mismos en el reencantamiento del cotidiano vivido en diálogo con la narrativa barroca del siglo XVI que trajeron nuestros primos europeos; porque todos los humanos somos migrantes y nos gusta movernos por el planeta, y en esa caminata nos expresamos.



LA HISTORIA RECUERDA... EVOCA

Es evidente que todo reportero vive en una sociedad particular y está mediado por las relaciones sociales. Técnicas y lenguaje son producto de la cultura del *Humano Ser*, ellas son portadoras expresivas de la cultura, productos, técnicas avanzadas de comunicación. Rodeo fabuloso de expresión. La cultura es el reino del simbolismo expresivo de los significados. Decimos con Néstor García Canclini que la cultura es una producción de sentidos o producción simbólica.

Los acontecimientos coetáneos revelan muchas de las contradicciones, complejidades y esencias humanas. Por eso para el *reportajensayo* es de transcendental importan-

cia bucear en ellos, en la búsqueda de la comprensión de la comunicación humana. Una de las formas de superar los milenarios prejuicios que nos impiden ver, percibir, comunicar y dialogar con los otros, nuestros iguales. Aquí está el *reportajensayo* como aspiración-inspiración, intrínseca-extrínseca por nuevos-rumbos-viejos caminos. A medida que la sociedad es desnudada y se van construyendo pasajes, el *reportajensayo* vira fuerza sin límites, superando el anacronismo de la crónica.

Caminando por la vía de la entrevista como encuentro, contextos como personas y sujetos como contextos, en un “combate” cuerpo a cuerpo, el *reportajensayo* se hace reportaje documento y prolegómeno del acto de reportar. Así el *reportajensayo* se desliza por lo heterogéneo en el acontecimiento del signo, mas revisitándolo y colocándolo al revés en un acto de *antropofagia*, en un proceso de *transculturación* y de abolición de las normas académicas, viviendo desde la oratura y aproximándolas de la realidad cotidiana. El viaje eterno viaje... “ciudadanos mundiales, aun cuando no nos traslademos, lo que significa decir que el mundo llegó hasta nosotros, penetró nuestro cotidiano” (Ortiz, F., 2004, p. 17). Jornada humanista. Devenir.

Viajes que recorren el mundo y transforman nuestro ser: búsqueda, descubierta, ida, vuelta, resistencia cotidiana, reencuentro y aventura de seres que deben encarar el desafío de vivir. El llamado a la aventura. Con Borges podemos decir que todos somos europeos en el destierro. Eternos viajeros con su observación participante – la que nació con la sociología al final del siglo XIX e inicio del siglo XX – que transformamos en uno de nuestros métodos de conocimiento para navegar por el mundo con empatía y asombro.

Lugar de encuentro de las diversas memorias y oraturas; aguas en que debe navegar y oxigenarse el *reportajensayo*. Aguas-culturas, savias que nutren nuestra identidad. Ya que “toda identidad se define en relación a algo que le es exterior y ella es una diferencia” (Ortiz, R., 1985, p. 7). Cultura noción fundamental en el papel del habla en la investigación del *reportajensayo*, en los flagrantés del diálogo oratura-escritura, a fin de comprender los problemas realmente urgentes de la humanidad y el planeta tierra, con el fin de ayudar a construir un mundo de justicia social y ecológicamente sostenible, a través de un *Periodismo Transcultural* que tenga como eje principal la narrativa del *reportajensayo*.

Referencias

ANDRADE, Oswald de. Manifiesto de la Poesía Palo-del-Brasil. In: ANDRADE, Oswald de. **Obra escogida**, Caracas-Venezuela: Editorial Ayacucho, 1981, p. 3-7.

BAUMAN, Zygmunt. **Daños colaterales**: desigualdades sociales en la era global. México: Fondo de Cultural Económica, 2011.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CAMPOS, Augusto de; PIGNATARI, Décio; CAMPOS, Haroldo de. **Teoria da poesia concreta**. São Paulo: Edições Invenção, 1965.

CAMPOS, Haroldo de. Da tradução como criação e como crítica. In: CAMPOS, Haroldo de. **Metalinguagem**: ensaios de teoria e crítica literária. Petrópolis: Vozes, 1967, p. 21-38.

GRAMSCI, Antonio. **Los intelectuales y la organización de la cultura**. México D.F: Juan Pablos Editor, 1975.

MARTÍ, José. **Obras completas**: Nuestra America. V. 1. La Habana: Editorial Ciencias Sociales, Instituto Cubano del Libro, 1971.

MARX, Karl. **Teoría marxista del método**: introducción general a la crítica de la economía política. Bogotá: Ediciones Tiempo Crítico, 1975.

MEDINA, Cremilda. Jornalismo e a epistemologia da complexidade. In: **Novo Pacto da Ciência 1: A crise dos paradigmas - 1º Seminário Transdisciplinar**. São Paulo: ECA/USP, 1991, p. 193-205.

MEDINA, Cremilda. **Da construção à desconstrução ou a crise de paradigmas no Jornalismo**. Texto apresentado à Prova de Erudição do Concurso para Titular de Jornalismo. São Paulo: ECA/USP, 1993.

MORÍN, Edgar. **Os meus demónios**. Mira-Sintra-Mem Martins, Portugal: Publicações Europa-América, 1995.

MORÍN, Edgar. **Introducción al pensamiento complejo**. Barcelona: Editorial Gedisa, 2005.

MORÍN, Edgar. **El método – Ética**. V. 6. Madrid, España: Ediciones Cátedra, 2006.

ORTIZ, Fernando. **La música afrocubana**. Barcelona: Ediciones Júcar, 1974.

ORTIZ, Fernando. **Contrapunteo cubano del tabaco y del azúcar**. Sucre-Miranda, Venezuela: Biblioteca Ayacucho, Editorial Arte, 1978.

ORTIZ, Renato. **Mundialización y cultura**. Bogotá: Editor Convenio Andrés Bello, 2004.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

OSORIO Vargas, Raúl. **O lugar da fala na pesquisa da reportagem**: “O homem das areias”, um flagrante do diálogo oratura-escritura. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.


RAMA, Ángel. **Transculturación narrativa en América Latina**, México: Siglo XXI Editores, 1982.

RETAMAR, Roberto Fernández. **Calibán**: apuntes sobre la cultura en nuestra América. Bogotá: Editorial Anteo, 1977.

SANTOS, Milton. A esperança de uma globalização democrática. **O Estado de S. Paulo**, 13 jul. 1998, p. A9.



COMPREENDER
O MÉTODO DA
COMPREENSÃO



Constelações familiares na penitenciária feminina: uma experiência terapêutica e compreensiva em construção

Ana Cristina Vidal de Castro Ortiz (Titi Vidal)
Pedro Henrique Falco Ortiz

O texto trata de ações que levam um olhar compreensivo ao sistema prisional, na busca nada fácil de ressocialização e de reinserção de presos à sociedade. Merecem destaque, nessa linha, os Centros de Ressocialização criados por Nagashi Furukawa no Estado de São Paulo e o Projeto Ceres, que trabalha com constelações familiares na Penitenciária Feminina da capital paulista. Autores como Edgar Morin, Rupert Sheldrake, Bert Hellinger, Dan Booth Cohen, Nana Queiroz, Drauzio Varella e outros ajudam a tecer o fio compreensivo acerca das complexas questões que permeiam o sistema prisional no Brasil e no mundo. Também são destacados exemplos da produção cultural e jornalística recente, em reportagens, programas de TV, livros-reportagem, filmes e documentários que revelam um olhar complexo e compreensivo na relação com o tema.

Junho de 2016. Na manhã fria de inverno, um grupo de funcionárias da Penitenciária Feminina da Capital, em São Paulo, se reúne na capela ecumênica do presídio. Elas escutam atentamente explicações sobre o que é Constelação Familiar, uma modalidade de terapia breve, desenvolvida há quase quarenta anos pelo alemão Bert Hellinger, a partir de vários campos do conhecimento, vivências pessoais em comunidades africanas e outros métodos terapêuticos. Primeiro, recebem informações teóricas sobre esse trabalho, que pressupõe influências ancestrais em nossa vivência contemporânea. Em seguida, são convidadas a participar e vivenciar uma primeira experiência de constelação.

É o começo, na prática, de um projeto gestado durante quase um ano, até poder ser levado ao ambiente da penitenciária por um grupo de consteladores/terapeutas e uma equipe de apoio/sustentação, com a concordância generosa e compreensiva da direção da instituição prisional. No mesmo dia, à tarde, um grupo de presas, ou reeducandas, vivenciaria a sua primeira experiência teórico-prática com as constelações familiares, no mesmo ambiente. Nascia assim, na sua essência, o Projeto Ceres. Mas, antes de prosseguirmos com mais informações sobre o projeto, seus desdobramentos e intenções, vamos voltar um pouco no tempo, para resgatar as bases filosóficas e conceituais das constelações sistêmicas e familiares.

Para Hellinger, o amor interrompido pode gerar sofrimento aos descendentes, já que o amor e a força deveriam ser transmitidos de pais para filhos. Segundo a teoria das constelações familiares, acontecimentos como guerras, mortes prematuras ou muito violentas, separações bruscas, mudanças de país, perdas, entre outros, po-

dem gerar problemas em gerações futuras. O equilíbrio das relações e da vida estaria ligado ao dar e receber na mesma proporção, com exceção da relação pais e filhos, na qual os pais são os principais doadores. Além disso, cada um deveria ocupar seu lugar dentro do sistema familiar, e quando surge desequilíbrio em algum desses casos há um reflexo em todo o grupo.

Outro pressuposto fundamental da constelação familiar é o direito de pertencer. Todos têm seu lugar de direito, dignidade e valor, e, no caso de haver algum tipo de exclusão, o reflexo recai sobre todo o sistema familiar.

Assim, com uma espécie de fidelidade à família e aos antepassados, podemos seguir os passos de quem veio antes de nós e, por conta desses emaranhamentos, repetimos movimentos e temos dificuldades na vida. Ou, ainda, nos identificamos com algum excluído (alguém que não foi reconhecido pela família, algum morto prematuro etc.), na tentativa inconsciente de trazer de volta seu direito de pertencer. Dessa forma, podemos repetir situações vividas pelo membro excluído. Essas teorias podem ser aplicadas a qualquer sistema, não apenas o familiar: empresas, países, grupos em geral, a sociedade como um todo.

Na prática, o trabalho com constelações familiares é um método ritual-terapêutico que permite diagnosticar os emaranhamentos e oferecer conforto aos excluídos ou a quem, de alguma maneira, sofreu em algum momento nessa família ou sistema. É um trabalho que pode ser feito individualmente ou em grupo e que encontra respaldo científico na teoria dos campos morfogenéticos, do biólogo britânico Rupert Sheldrake. De alguma forma, cada um de nós teria um campo que traz toda informação não

só genética, mas também de vivências familiares. Durante uma sessão de constelações familiares, é possível acessar essa espécie de biblioteca virtual familiar, através de representantes de membros da família.

A constelação familiar não é uma forma de psicodrama, embora à primeira vista possa aparentar semelhanças; no entanto, tem bases teóricas e terapêuticas diferentes. Também não é uma sessão de “mesa branca”, onde espíritos de antepassados são convocados e incorporados por médiuns. Não é religião, nem tampouco magia. É uma terapia multidisciplinar, multisensorial. Difícil de definir, difícil de exemplificar. Quem participa de uma constelação pela primeira vez sai transformado, impactado, sensibilizado, e os desdobramentos se fazem sentir no seu dia a dia, na sua vida. É preciso vivenciar a experiência.

Dentro dos limites deste texto, destacamos a necessidade de lançar um olhar compreensivo sobre o sistema prisional, com vistas a criar processos de ressocialização que levem a uma efetiva reinserção de presos na sociedade. Nesse sentido, algumas ações podem ser destacadas, como os Centros de Ressocialização criados por Nagashi Furu-kawa, no estado de São Paulo, quando foi secretário da Administração Penitenciária, bem como o Projeto Ceres, que aplica o método das Constelações Familiares no âmbito da Penitenciária Feminina da capital paulista.

Autores como Rupert Sheldrake, Bert Hellinger, Dan Booth Cohen, Nana Queiroz, Drauzio Varella e outros ajudam a tecer o fio compreensivo (destacamos também a influência do pensamento de Edgar Morin em nosso trabalho) de nossa reflexão acerca das complexas questões que permeiam o sistema prisional, não apenas no Brasil como no mundo.

DAR E RECEBER, NA MESMA PROPORÇÃO

De volta ao presídio no bairro paulistano de Santana, a segunda parte de cada encontro, separadamente, com funcionárias e presas da Penitenciária Feminina da Capital consiste em escolher uma delas para olhar para seu campo e sistema familiar. A escolhida ou sorteada para ser “constelada” pode contar (ou não), reservadamente, para o terapeuta qual a “questão” a ser trabalhada. Um problema de exclusão na família, uma perda, uma dor, uma culpa... O seu campo começa a ser formado com orientação do constelador/terapeuta, e a pessoa constelada vai escolhendo, entre os presentes (outras funcionárias/presas ou integrantes da equipe de apoio do projeto), os seus representantes, trazendo-os para dentro do campo, mas sem verbalizar o que está sendo constelado e nem qual o papel que cada um representa nessa constelação, apenas transmitindo pelo olhar esse convite à participação.

Geralmente, pode-se ir formando um “genograma” da pessoa que vai ser constelada, uma espécie de árvore genealógica onde os representantes vão sendo escalados para assumir papéis de familiares daquela pessoa, como pai/mãe, irmãos/irmãs, filhos/filhas, maridos/esposas, companheiros/as e as várias gerações anteriores, de avós, bisavós, tataravós, vivos e mortos, sem saberem quem estão representando. Ou mesmo não representando apenas pessoas, mas recursos, como sentimentos, força, coragem, amor, luz, perdão, entendimento, gratidão etc.

E, aos poucos, o campo começa a atuar. O constelador vai coordenando o processo, descobrindo frases espontâneas ou sugeridas que possam ser ditas pelos representantes entre si, movimentos que surjam, sentimentos que

se verbalizam ou afloram em gestos, olhares, lágrimas, risos, abraços, afetos, acolhimentos ou rejeições. Cada representante, fazendo parte daquele campo da constelação de outra pessoa, acaba involuntariamente trazendo para o sistema suas questões familiares, pessoais, profissionais que, de alguma maneira, nos sentimentos e sensações vivenciadas, também serão trabalhadas, individualmente ou com outros representantes.

Ao final da constelação, todos os participantes, a pessoa constelada, os representantes, os consteladores, os observadores, o sistema, todos sairão beneficiados de alguma maneira. Terão doado algo de si e terão recebido algo em troca. É o dar e receber, na mesma proporção, que está na base das constelações.

(RE)INCLUIR OS EXCLUÍDOS

O Projeto Ceres, que já vinha sendo estruturado desde o primeiro semestre de 2015, começou a ganhar forma em junho de 2016 e se propôs a levar encontros mensais ao presídio, sempre com constelações familiares para as funcionárias na parte da manhã e para as presas na parte da tarde. São mais de 700 reeducandas, quase um terço delas, estrangeiras. E mais de uma centena de funcionárias/os. A cada seção ou encontro, de 20 a 40 funcionárias/os e reeducandas participam das constelações. Em uma espécie de rodízio, a intenção é que todas/os que mostram interesse possam participar, e não apenas uma vez. Por isso o projeto pretende ser constante, periódico, passando a ter encontros quinzenais tão logo se consolide e a equipe de consteladores/apoiadores possa se revezar.

Partindo-se do pressuposto de que o trabalho lida predominantemente com exclusões, pode-se imaginar que encontra ressonância direta em um presídio, onde estão pessoas que foram excluídas da e pela sociedade. Para estar ali, no caso das presas, sabe-se que cometeram algum crime e que, portanto, foram punidas de acordo com a legislação vigente no país. Mas é notório que, no Brasil, a pena vai muito além da privação de liberdade estabelecida pela Constituição Federal, uma vez que a situação em que vivem os presos é, muitas vezes, subhumana. Isso sem dúvida gera um desequilíbrio entre o dar e receber, já que a pena, inúmeras vezes, é desproporcional ao crime cometido, o que, associado às condições precárias em que os presos vivem, faz com que o sistema prisional não apenas não reduza a violência como a aumente (Furukawa, 2015).

A experiência com constelações familiares em presídios não é inédita. O Centro Penitenciário de Bay State, em Massachusetts, nos Estados Unidos, tem um projeto semelhante desde 2001. A iniciativa é relatada no livro *Llevo tu corazón en mi corazón: las constelaciones familiares y el sistema penitenciario*, de Dan Booth Cohen, constelador/terapeuta norte-americano que já esteve no Brasil para ministrar workshops de formação em constelações. Lá, um grupo rotativo de voluntários reúne-se mensalmente no presídio de segurança média para estudar raízes ancestrais das emoções e da conduta dos membros do Grupo de Crescimento Mútuo (Cohen, 2010, p. 23). Participam homens condenados por assassinato em primeiro grau, todos sem poder desfrutar de liberdade condicional e somente alguns com esperança de sair algum dia da prisão, já que o presídio abriga condenados à prisão perpétua e à pena de morte. São realizadas constelações familiares com esses presos.

Cada encontro do Centro Penitenciário de Bay State tem início com uma sessão guiada de visualização mental de imagens dirigida por um recluso, na qual os voluntários participam de olhos fechados. A partir daí, cada um dos presentes se manifesta, comunicando um sentimento ou acontecimentos. Então, realizam-se as constelações familiares propriamente ditas.

Por meio de relatos, estudos de caso e apresentação de resultados, Cohen descreve como as constelações ajudam os presos a enfrentar a morte e a reclusão. De forma sensível, embasado na teoria das constelações familiares e na prática desse trabalho na penitenciária, relata como as “constelações na prisão não tratam na realidade de presos; referem-se mais a seres humanos que lutam por aceitar com resignação os feitos e sentimentos que lhes impõe a existência” (Cohen, 2010, p. 17, tradução nossa).

O primeiro resultado, para Cohen, foi perceber que “nosso coração leva tudo que um coração humano pode conter”. Com isso, foi possível encontrar uma forma de curar o trauma para que a vida pudesse continuar de uma boa maneira. Para Cohen (2010, p. 25, tradução nossa), “a finalidade das constelações familiares é resolver perturbações antigas presentes em nosso corpo e em nossa mente”.

COMPREENSÃO E RESPEITO

No caso do trabalho desenvolvido, em São Paulo, na Penitenciária Feminina da Capital, é cedo para identificar qualquer resultado mais concreto. Mas, na primeira etapa do projeto, entre junho e dezembro de 2016, foi possível notar o impacto e a força desse trabalho em cada uma das participantes. A diretora do presídio, Ivete Barão Halasc,

contou à coordenação do projeto que sentiu um clima mais suave, menos pesado. Presas e funcionárias participantes mostraram-se mais tranquilas. Na primeira fase, da qual participamos, os grupos de participantes foram rotativos e colheram-se depoimentos escritos e voluntários, o que poderá ser sistematizado e aprofundado em momento futuro.

Um dos objetivos iniciais do Projeto Ceres, além de trabalhar periodicamente com as constelações familiares/sistêmicas no ambiente prisional, com reeducandas e funcionárias/os, é realizar uma sistematização desse trabalho, formatando-o como pesquisa acadêmica, prevenindo outros desdobramentos do projeto, como o registro de relatos/depoimentos das/os participantes sobre a experiência vivenciada e seus reflexos no dia a dia das pessoas envolvidas. Também pretende-se gravar entrevistas em áudio e vídeo com as/os participantes e equipe de coordenação, para a finalidade da pesquisa e também para um projeto futuro de publicação em livro/site e documentário sobre o projeto e seus resultados. Tudo em seu momento, respeitando-se o tempo das/os participantes e as condicionantes e exigências legais do sistema prisional, como as devidas autorizações judiciais para que as presas possam ser entrevistadas e esses relatos possam ter validade no âmbito da pesquisa e de um trabalho documental, além dos consentimentos e autorizações individuais.

Vale ressaltar que, pela teoria das constelações familiares, pessoas também ficam vinculadas ao sistema daqueles que de alguma maneira influenciaram muito suas vidas. No caso de alguém que comete um crime, o sistema da vítima. Trabalhando sistemicamente com o agressor, também seria possível levar conforto ao sistema da vítima. Ao

trabalhar sistêmica e atemporalmente o sistema de uma presa, a hipótese é que se interromperia o padrão que a levou a estar ali e, além de auxiliar em um processo de ressocialização e reintegração à sociedade, seria possível impedir a continuidade do padrão no caso de presas com filhos.

No Brasil, uma das experiências bem-sucedidas com constelações familiares no âmbito da Justiça é realizada desde 2012 pelo juiz de direito Sami Storch, primeiro na Vara de Família da comarca de Castro Alves e a partir de 2014 na Vara da Infância e da Juventude de Amargosa, ambas na Bahia. De início, ele utilizava técnicas sistêmicas de enunciação durante as audiências e depois passou a utilizar bonecos e outras dinâmicas de constelação na vara de família, especialmente nos casos de separação e divórcio e questões relativas à guarda de filhos.

A partir dos resultados obtidos, Storch propôs ao Tribunal de Justiça da Bahia um projeto para realização de uma palestra vivencial com o tema “Separação de casais, filhos e o vínculo que nunca se desfaz”, com a participação de pessoas envolvidas em ações judiciais na área de família. Foram realizadas diversas palestras, incluindo a realização de constelações familiares. O resultado foi notado em forma de conciliações, com um número de acordos que supera os 90%, considerada uma porcentagem bem acima da média anterior ou do que acontece em outras varas judiciais (Storch, 2015).

Voltando ao universo dos presídios, a hipótese é que quando, ao invés de excluídos, os presos são incluídos e vistos como seres humanos, torna-se mais possível uma ressocialização e futura reinserção na sociedade. Livros como *Presos que menstruam: a brutal vida das mulheres*

– *tratadas como homens – nas prisões brasileiras*, da jornalista Nana Queiroz (2015), mostram a desumanidade praticada dentro dos presídios femininos.

No caso específico das mulheres, há muita violência envolvida, de diversas naturezas, que vão do fato de receberem os mesmos (des)cuidados dispensados aos homens nas prisões masculinas, das agressões recebidas, à forma como seus bebês são tratados. Muitos dos bebês, filhos de presas, nascem na própria penitenciária; as mulheres são obrigadas a parir algemadas, e a grande maioria é separada muito cedo de seus bebês, aos seis meses de vida dos filhos. Enquanto presas, mulheres, em geral, recebem menos visitas e apoio de suas famílias do que os homens, sendo efetivamente excluídas.

Um trabalho inovador, em busca de ressocialização no sistema prisional, foi conduzido por Nagashi Furukawa, secretário da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo entre 1999 e 2006. A partir de uma experiência pioneira na cadeia pública de Bragança Paulista, criou o Centro de Ressocialização (CR), um novo tipo de unidade prisional que trouxe uma forma inédita de administrar prisões, especialmente pela participação efetiva da sociedade civil, por meio de ONGs e pela visão de que presos também são seres humanos que merecem respeito e uma vida digna (Furukawa, 2015).

Durante sua administração, Furukawa criou 22 Centros de Ressocialização, que continuam em atividade. Suas principais características são “a criação de um regime prisional que genuinamente conduz à reintegração do ofensor à sociedade e à prevenção da reincidência criminal”, e também “a parceria formal entre o Estado e a

sociedade civil no gerenciamento da prisão e do trabalho com os presos” (Macaulay, 2015).

Ao olhar os presos como seres humanos e na tentativa de aproximar a pena apenas ao que é determinado por lei, que é a restrição ou privação de liberdade, os Centros de Ressocialização mostraram-se, inclusive, imunes “à cooperação pelo crime organizado” (Furukawa, 2015). Outra característica do Centro de Ressocialização é a compatibilidade com as garantias nacionais e internacionais de direitos humanos para os detentos, enquanto obtém taxas muito inferiores de reincidência criminal com custo bem menor ao das prisões convencionais (Furukawa, 2015). Esse tipo de administração inclui atenção às famílias do reeducando, que também recebe benefícios e ampla assistência, bem como encorajamento para que os laços entre reeducando e família sejam fortalecidos.

É oferecida maior qualidade de vida, a começar pela construção dos Centros de Ressocialização, que possuem celas mais confortáveis e banheiros mais dignos, para que a punição limite-se ao constitucionalmente instituído, que é a pena privativa de liberdade. Ademais, os direitos do preso tendem a ser garantidos. Os Centros de Ressocialização visam requalificar os presos como membros da sociedade, respeitadores das leis (Fiona, 2015) e, para que isso seja possível, também há mais oportunidades de trabalhos, cursos e serviços. Os presos também recebem atendimento médico, psicológico e social mais digno e completo.

Embora também existam outras experiências positivas de programas de ressocialização em diversos estados brasileiros, como na Paraíba, em Rondônia e no Acre, entre outros, a realidade do sistema prisional no país é bastante

alarmante e estarrecedora, com condições subhumanas na grande maioria das unidades e uma cultura de violência institucionalizada, que fomenta rebeliões, torturas, execuções, proliferação de doenças, corrupção e o crescimento do domínio de facções criminosas organizadas dentro dos presídios, onde estão mais de 650 mil detentos, de acordo com levantamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de janeiro de 2017. Temos tristes e recentes exemplos dramáticos da falência desse sistema no Brasil, nos moldes atuais, e das suas terríveis consequências.

Para ficarmos no exemplo mais próximo, o Estado de São Paulo conta com 85 penitenciárias, 42 CDPs (Centros de Detenção Provisória), 15 CPPs (Centros de Progressão Penitenciária), 22 CRs (Centros de Ressocialização), 1 unidade de RDD (Regime Disciplinar Diferenciado) e 3 hospitais.¹ São mais de 224 mil presos, quando a capacidade desse sistema seria de 134 mil. Só no quesito de acesso à saúde, apenas 120 médicos contratados pelo Estado trabalham nas 168 unidades prisionais.

IMAGENS EM BUSCA DO OUTRO

Em todas as sociedades e épocas encontraremos pessoas em condição de exclusão em relação aos seus sistemas, sejam eles políticos, religiosos, econômicos, socioculturais e mesmo familiares. Exclusões, perseguições e rejeições motivadas por intolerâncias várias, sejam elas raciais, religiosas, culturais, de gênero, orientação sexual, profissão, papéis sociais, parâmetros de “sanidade mental” e tantas outras.

¹ Informação retirada do site da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo em 3 de outubro de 2017 e do *Jornal Folha de S.Paulo*, edição de 28/07/2016, p. B10.

Mulheres e homens que cometem crimes de naturezas e gravidades variadas e que são punidos de acordo com a legislação de cada país são, salvo exceções, condenados também à exclusão, invisibilidade social e tratamentos subhumanos, com graus de perversidade às vezes patológica. No Brasil (e em muitos outros países), o sistema prisional está fundado e fundamentado nessa lógica repressiva e excludente, desprovida de humanidade, como se os presos, já punidos juridicamente por seus crimes e privados da liberdade, como determina a lei, em suas graduações proporcionais aos delitos cometidos, “merecessem” uma pena extra, composta por um conjunto de violações aos princípios mais elementares dos direitos humanos, com violência física e mental exacerbadas, supressão da dignidade com requintes de crueldade. As prisões, incluídas nesse sistema perverso e socialmente justificado por parcela bem significativa da população, terminam por ser depósitos de pessoas impedidas da sua humanidade ou civilidade, e praticamente invisíveis aos olhos da sociedade.

Enxergar essas pessoas com um olhar compreensivo, (re)identificando nelas a humanidade que lhes é suprimida diariamente por esse estado de coisas é sempre louvável e necessário. E também desafiador. É mais do que necessário e urgente buscar um contraponto a um certo e triste “senso comum” que considera que lugar de criminoso, para além da punição legal, é mercedamente no pior dos submundos de um sistema prisional falido, corrupto e desumanizador, quando não são diretamente mortos. Por isso, iniciativas da sociedade, projetos governamentais e não-governamentais, leis e políticas públicas que respeitem a dignidade humana e proponham na prática alternativas viáveis que

permitam a ressocialização dos detentos trazem novas e arejadas visões de mundo sobre a questão. Merecem apoio, reconhecimento e expansão.

Na mídia, narrativas dialógicas que buscam compreender essa realidade e apresentá-la de forma não maniqueísta ou reducionista à sociedade contribuem para a superação de preconceitos em relação à população carcerária, ainda que lentamente. Caminham em sentido oposto aos programas televisivos e radiofônicos “policialescos”, a certas coberturas jornalísticas que “julgam e condenam” antes da própria Justiça e à parcela das redes sociais onde, infelizmente, proliferam opiniões e visões de teor muitas vezes fascistóide sobre questões relativas aos direitos humanos. Trazem, portanto, as narrativas compreensivas, bons ventos e visões mais complexas sobre esse universo desconhecido para a maioria dos cidadãos.

No Brasil, uma das obras mais relevantes e de grande repercussão sobre o mundo atrás das grades e seus personagens, retratados com as suas idiossincrasias, fraquezas e virtudes, na sua humanidade plena, é o livro *Estação Carandiru* (1999), em que Drauzio Varella narra suas experiências junto aos presos, como médico voluntário. Alguns anos depois, o cineasta Hector Babenco, falecido em julho de 2016, faria uma obra cinematográfica de grande qualidade e impacto em “Carandiru”, baseando-se em parte no livro de Varella e em pesquisa própria para a construção de personagens e cenas do cotidiano daquela que foi a maior penitenciária da América Latina, a Casa de Detenção.

No mesmo ano, 2003, o cineasta Paulo Sacramento e equipe finalizariam um documentário inovador e provocativo, “Prisioneiro da grade de ferro (auto-retratos)”,

com imagens realizadas dentro do presídio pelos próprios detentos, com câmeras de vídeo cedidas pela produção do filme e depoimentos comoventes, mostrando as condições subhumanas naqueles pavilhões, um ano antes da sua desativação e implosão.

Recentemente, algumas reportagens especiais de TV têm mostrado outras visões, mais compreensivas, sobre a realidade dos presos a partir de experiências avançadas com relação às condições de vida e de tratamento em unidades prisionais que são exceções no sistema prisional, em vários estados brasileiros. Uma série especial do programa “A Liga”, da TV Bandeirantes, intitulada “Crônicas do Presídio” (2015), mostrou em quatro episódios aspectos importantes da vida de homens e mulheres em unidades prisionais da Paraíba, onde há perspectivas e projetos de ressocialização dos internos. Reportagens especiais do programa “Fantástico”, entre elas a veiculada em dezembro de 2015 e do “Profissão Repórter” (TV Globo), como a exibida em junho de 2017 também mostraram propostas inovadoras nessa linha, em outras regiões do país. Outro livro de Drauzio Varella, *Carcereiros* (2012), foi adaptado para o formato de minissérie televisiva pela TV Globo, tendo sido premiada no 2º *MIP Drama Screenings*, evento que abriu a edição de 2017 da *Marché International des Programmes de Télévision (MIPTV)*, grande feira do mercado de conteúdo de formato digital e para TV, realizado em Cannes. A série está disponível na plataforma digital de vídeos “Globo Play”, e tem estreia no canal televisivo prevista para 2018.

O exercício da alteridade é sempre complexo. Olhar quem é diferente de nós, esteja próximo ou distante da nossa realidade cotidiana, e compreender a diversidade re-

conhecendo no outro os mesmos direitos, não é uma tarefa prosaica, mas fundamental e absolutamente necessária se buscamos um convívio social mais humano, respeitoso, sem preconceitos, inclusivo. Uma sociedade democrática, na essência e na prática. Temos, portanto, um longo percurso adiante.

Nas constelações familiares, olha-se para o outro com amor, já que somos todos seres humanos e carregamos dentro de nós toda complexidade e gama de sentimentos possíveis, vividos por nós mesmos ou por alguém da nossa família. Parte-se do pressuposto de que, em algum nível, somos todos iguais e, justamente por isso, olha-se para o outro como um igual, diminuindo a diferença existente, de forma amorosa e compreensiva, acolhendo cada um com toda a história da sua vida e de seus antepassados. No caso da Penitenciária Feminina da Capital, em São Paulo, é unânime entre os participantes do Projeto Ceres que a quantidade de amor recebida de volta, especialmente vindo das reeducandas, compensa a disponibilidade e presença.

Referências

A LIGA. Apresentado por Mariana Weickert, Thaíde (Altair Gonçalves), Maria Paula. **Crônicas do presídio**. Especial em quatro episódios, de 22 set. 2015 a 13 out. 2015 São Paulo: Rede Bandeirantes de Televisão, 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=m9Khn3_BtBM>. Acesso em: 26 set. 2017.

CARANDIRU. Direção: Hector Babenco. Produção: Hector Babenco. [S.l.] Globo Filmes, HB Filmes, Columbia Tristar, 2003. 1 DVD (97 min.), son. col.

COHEN, Dan Booth. **Llevo tu corazón en mi corazón: las constelaciones familiares y el sistema penitenciário**. Madrid: Gaia Ediciones, 2010.

FANTÁSTICO. Apresentado por Poliana Abritta e Tadeu Schmidt. **Progressão da pena**. Reportagem exibida em 06/12/2015. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão, 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2015/12/fantastico-ouve-especialistas-e-vitimas-sobre-progressao-de-pena.html>>. Acesso em: 2 out. 2017.

FRANKE, Ursula. **El río nunca mira atrás: bases históricas y prácticas de las Constelaciones Familiares de Bert Hellinger**. Madrid: Editora Gulaab, 2011.

FURUKAWA, Nagashi. Os centros de ressocialização. **Jota**. [S.l.], 13 jul. 2015. Disponível em: <<https://jota.info/especiais/os-centros-de-resocializacao-13072015>>. Acesso em: 26 set. 2017.

HELLINGER, Bert. **El amor del espíritu: en estado del ser**. Barcelona: Editora Rigden Institut Gestalt, 2009.

HELLINGER, Bert. **El manantial no tiene que preguntar por el camino**. Buenos Aires: Editora Akura Lepik, 2008.

HELLINGER, Bert. **Ordens do amor: um guia para o trabalho com constelações familiares**. São Paulo: Editora Cultrix, 2007.

MACAULAY, Fiona. Os centros de ressocialização no estado de São Paulo. **Jota**. [S.l.], 28 jul. 2015. Disponível em: <<https://jota.info/especiais/os-centros-de-ressocializacao-no-estado-de-sao-paulo-28072015>>. Acesso em: 26 set. 2017.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

O PRISIONEIRO DA GRADE DE FERRO. Direção: Paulo Sacramento. Produção: Gustavo Steinberg e Paulo Sacramento. [S.l]: Olhos de Cão Produções Cinematográficas, 2003. 1 DVD (123 min.), son. col.

PROFISSÃO REPÓRTER. Apresentado por Caco Barcellos, com reportagem de Mayara Teixeira, Estevam Muniz e Nathalia Tavolieri. **Presídios**. Programa exibido em 07/06/2017. São Paulo: Rede Globo de Televisão, 2017. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/5924757/>>. Acesso em 03 out. 2017.

QUEIROZ, Nana. **Presos que menstruam: a brutal vida das mulheres – tratadas como homens – nas prisões brasileiras**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SHELDRAKE, Rupert. **A ressonância mórfica & A presença do passado: os hábitos da natureza**. Lisboa: Instituto Piaget – Coleção Crença e Razão, volume 8, 1995.

STORCH, Sami. Direito sistêmico: primeiras experiências com constelações no judiciário. Conexão Sistêmica Sul – Número 4 - **Revista Brasileira de Filosofia, Pensamento e Prática das Constelações Sistêmicas**. São Paulo, out. 2015. Publicação da Editora Conexão Sistêmica. Disponível em: <<http://www.cf-e-vajacinto.pt/tag/sami-storch/>>. Acesso em: 3 out. 2017.

VARELLA, Drauzio. **Estação Carandiru**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

VARELLA, Drauzio. **Carcereiros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.



Antonio Prata, um cronista do nosso tempo

Anselmo J. F. da Silva

Brincando e ao mesmo tempo falando muito sério sobre a vida que acontece no miúdo – vida que é feita de “pequenos lances” (Alcino Leite Neto) –, a crônica jornalística, desde que se consagrou como gênero de escrita no Brasil, já a partir do final do século XIX, conta de alguma maneira a história de uma verdadeira resistência. Compreensivamente, a crônica chama fortemente a atenção para o fato de que a vida “não é lógica” (Clarice Lispector), que a realidade resiste à definição e ao conceito, que é nas franjas da chamada objetividade que a vida real acontece. A crônica, diz mais uma vez Neto em texto citado pelo autor, se apresenta “como se fosse uma luta para desentranhar da realidade adversa um momento de graça, de sabedoria e de poesia”. Registrando o circunstancial, às vezes com ironia crítica, outras vezes com o intuito de divertir, a crônica, em seu namoro fértil com a literatura, possui o dom de transportar o leitor para o reino ora trágico e ora cômico do transcendente, lá onde tentamos, a duras penas, nos entender como humanos.

Quando Pero Vaz de Caminha descobriu que as terras brasileiras eram férteis e verdejantes escreveu uma carta ao Rei de Portugal: “Tudo que nela se planta, tudo cresce e floresce”.

Caetano Veloso, em “Tropicália”, 1968.

Não é só a música brasileira que homenageia Pero Vaz de Caminha – escrivão da armada de Pedro Álvares Cabral – e o reconhece, em função de sua famosa carta ao rei Dom Manuel, como uma espécie de primeiro cronista brasileiro, ou desta parte do mundo que um dia receberia o nome de Brasil. Em *A crônica* (1987, p. 5), Jorge de Sá, professor e jornalista, fala da correspondência de Caminha como a primeira crônica escrita no Brasil. Segundo ele, foi a primeira vez que a paisagem brasileira despertou o entusiasmo de um cronista, oferecendo-lhe conteúdo para aquela que seria o que Sá chama de “certidão de nascimento” do país.

Se inaugurou o gênero, se contempla um processo literário ou jornalístico será discutido ainda por muito tempo¹. Entretanto, “sua importância histórica e a sua presença constante até mesmo nos modernos poemas e narrativas atestam que, pelo menos, é o início da estruturação” (Sá, 1987, p. 5).

1 O ofício de escrivão da armada portuguesa, executado por Caminha, e o relato ao rei de Portugal no ano de 1500 mais lembram o sentido antigo de crônica, antes de o gênero ter migrado para os campos da literatura e, sobretudo no Brasil, do jornalismo. Os dois livros bíblicos das Crônicas, do Antigo Testamento, servem como exemplo. Vemos aí o significado original do gênero como um relato de natureza historiográfica, em geral ligado a famílias reais, a reis e nobres e aos feitos a eles atribuídos. Crônica vem de *chronos*, em grego = tempo. Tendo em conta essa acepção mais antiga, que foi se perdendo com o tempo, definitivamente, Caminha não é um cronista, digamos, literário. Nem convém tampouco imaginá-lo como um jornalista, no sentido específico do termo.

Diz o autor, ainda, tratar-se de um marco, da criação de um cronista no melhor sentido literário do termo. Caminha reproduz, com engenho e arte, “tudo o que ele registra no contato com os índios e seus costumes, naquele instante de confronto entre a cultura europeia e a cultura primitiva” (Sá, 1987, p. 5).

O texto da “primeira” crônica relata em minúcias o dia-a-dia no território brasileiro frequentado pelos portugueses, como no trecho que trazemos a seguir:

(...) Fomos todos nos batéis em terra, armados; e a bandeira conosco. Eles andavam ali na praia, à boca do rio, para onde nós íamos; e, antes que chegássemos, pelo ensino que dantes tinham, puseram todos os arcos, e acenaram que saíssemos. Mas, tanto que os batéis puseram as proas em terra, passaram-se logo todos além do rio, o qual não é mais ancho que um jogo de mancal. E tanto que desembarcamos, alguns dos nossos passaram logo o rio, e meteram-se entre eles. E alguns aguardavam; e outros se afastavam. Mas, a coisa era de maneira que todos andavam misturados. Eles davam desses arcos com suas setas por sombreiros e carapuças de linho, e por qualquer coisa que lhes davam (...). E então tornou-se o Capitão para aquém do rio. E logo acudiram muitos à beira dele. Ali veríeis galantes, pintados de preto e vermelho, e quartejados, assim pelos corpos como pelas pernas, que, certo, assim pareciam bem. Também andavam entre eles quatro ou cinco mulheres, novas, que assim nuas, não pareciam mal. Entre elas andava uma, com uma coxa, do joelho até o quadril e a nádega, toda tingida daquela tintura preta (...). Outra trazia ambos os joelhos com as curvas assim tintas, e também os colos

dos pés; e suas vergonhas tão nuas, e com tanta inocência assim descobertas, que não havia nisso desvergonha nenhuma (Caminha, 1981, p. 25-26).

O relato é “fiel às circunstâncias”, e “todos os elementos se tornam decisivos para que o texto transforme a pluralidade dos retalhos em uma unidade bastante significativa” (Sá, 1987, p. 6). Dessa forma, continua o autor, Caminha narra os fatos de tal maneira que mesmo os mais efêmeros ganham uma certa concretude:

Essa concretude assegura [a esses fatos] a permanência, impedindo que caiam no esquecimento, e lembra aos leitores que a realidade – conforme a conhecemos ou como é recriada pela arte – é feita de pequenos lances. Estabelecendo essa estratégia, Caminha estabeleceu também o princípio básico da *crônica*: registrar o circunstancial. (...) A Literatura Brasileira nasceu da crônica (Sá, 1987, p. 6-7. Grifo do autor).

Como escreve ainda o autor de *A crônica*, desde 1773, quando a carta de Caminha foi encontrada na Torre do Tombo por Seabra da Silva, até os dias atuais, o gênero passou por distintas etapas. Percorreu um caminho cujo ponto principal é constituído por seu abasileiramento.

Seja pela linguagem, pela sintaxe, pela variedade de poéticas, ou principalmente pela dessacralização dos temas sagrados e consagrados, a literatura conseguiu encontrar-se com a sua inimiga tradicional: a vida mundana. Entretanto, não conseguiu livrar-se de certos preconceitos, que fazem algumas pessoas acreditarem que escrever um romance é bem mais difícil do que escrever um conto ou um poema.

Além disso, muitos pensam que *narrativa curta* é si-

nônimo de conto (...). A crônica não tem essa característica. Perdendo a extensão da carta de Caminha, conservou a marca de registro circunstancial feito por um *narrador-repórter*, que relata um fato não mais a um só receptor privilegiado, como el-rei D. Manuel, porém a leitores que formam um público determinado (Sá, 1987, p. 7. Grifos do autor).

A crônica, acrescenta Sá, junta jornalismo e literatura, e seu conteúdo é dirigido a uma classe que nutre preferência pelo veículo em que é publicada. Depois de um tempo, irá integrar alguma coletânea, tendo como organizador, geralmente, o próprio cronista. Este, além de se identificar de algum modo com a linha editorial ou ideologia do veículo onde publica suas crônicas, também tem de se adequar ao espaço de que dispõe, algo que faz com que a crônica adquira uma riqueza estrutural única (Sá, 1987, p. 8).

O texto que aqui se apresenta toma como objeto de estudo a crônica jornalística, um gênero que há bastante tempo caiu no gosto dos brasileiros. Fala de sua origem no Brasil, desde os tempos de Caminha, no início do século XVI, aos dias de hoje, passando pelos folhetins, uma ideia importada da França, para alcançar nomes que vão de Machado de Assis (1839-1908) ao cronista atual Antonio Prata, que escreve aos domingos no caderno “Cotidiano” da *Folha de S. Paulo*.

É lembrada, muito sucintamente, a evolução da crônica jornalística no Brasil, ressaltando sua importância como gênero de escrita compreensivo, dialógico, em mais de um sentido. Um diálogo com a vida, que, como vimos na expressão de Sá (1987, p. 6), se faz no fundo de “pequenos lances”.

MACHADO DE ASSIS E A CRÔNICA NO BRASIL

Entre os séculos XIX e XX, os principais jornais e revistas adotam o modelo dos folhetins², importado da França. Neles, jovens escreviam textos que transitavam entre o conto literário e a crônica jornalística: “Eram tipo cães vadios, livres farejadores do cotidiano, batizados com outro nome de vale-tudo, a crônica” (Meyer, 1985, p. 38). Os textos, escreve essa autora, eram assinados por anônimos ou com envergonhadas iniciais, pois à época a crônica era considerada “literatura pé-de-chinelo”.

Nesse contexto de arqueologia da crônica inserem-se nomes de escritores que se tornaram famosos, a exemplo de Machado de Assis – considerado um dos principais do Brasil em todos os tempos e o mestre de *Dom Casmurro* –, que, de acordo com Arrigucci Jr. (1985, p. 45), tinha um fraco pela prosa do cronista medieval português Fernando Lopes. Ainda segundo esse mesmo autor, Machado de Assis costumava dizer que “o folhetinista é a fusão admirável do útil ao fútil”. Aos 20 anos, ele já escrevia crônicas para folhetins brasileiros, em especial para *O Espelho*, uma revista de literatura, moda e artes.

Em *A crônica: suas fixações e transformações no Brasil*, Sônia Brayner (1992, p. 407), informa:

Os jornais e revistas inseriam as crônicas em meio ao noticiário político, pesado e mal distribuído, disposto em coluna com ínfima entrelinha e letra miúda, sendo o resto do espaço consumido por notícias comerciais, anúncios e pedidos, bem como essas crônicas pode-

2 Nascido na França, no século XIX, o folhetim se constitui em geral de narrativas literárias seriadas (publicadas em capítulos como uma espécie de novelas), muito utilizadas em jornais e revistas da época.

riam estar inseridas em meio a bordados e culinárias nas seções femininas da época.

Machado de Assis escreveu crônicas por quatro décadas, em distintos veículos: *Diário do Rio de Janeiro* (1860-1867), *A Semana Ilustrada* (1876-1878), *O Futuro* (1862), *Ilustração Brasileira* (1876-1878), *O Cruzeiro* (1878) e *Gazeta de Notícias* (1883-1897). No trânsito entre veículos, fez uso constante de pseudônimos, uma das características de seu tempo. Uma de suas crônicas fala exatamente sobre o gênero.

Em “O nascimento da crônica”, ele revela, por meio de processo metalinguístico, o ensino-aprendizagem da produção de uma boa crônica:

Há um meio certo de começar a crônica por uma trivialidade. É dizer: Que calor! Que desenfreado calor! Diz-se isto, agitando as pontas do lenço, bufando como um touro, ou simplesmente sacudindo a sobre-casaca. Resvala-se do calor aos fenômenos atmosféricos, fazem-se algumas conjeturas acerca do sol e da lua, outras sobre a febre amarela, manda-se um suspiro a Petrópolis, e *La glace est rompue*; está começada a crônica. Mas, leitor amigo, esse meio é mais velho ainda do que as crônicas, que apenas datam de Esdras. Antes de Esdras, antes de Moisés, antes de Abraão, Isaque e Jacó, antes mesmo de Noé, houve calor e crônicas. (...) Nasceu o calor e o inverno; vieram as neves, os tufões, as secas, todo o cortejo de males, distribuídos pelos doze meses do ano. Não posso dizer positivamente em que ano nasceu a crônica; mas há toda a probabilidade de crer que foi coletânea das primeiras duas vizinhas. Essas vizinhas, entre o jantar e a merenda, sentaram-se à porta, para debicar os sucessos do dia. Provavelmente começaram a lastimar-se do

calor. (...) Eis a origem da crônica.(...) Fui há dias a um cemitério, a um enterro, logo de manhã, num dia ardente como todos os diabos e suas respectivas habitações. Em volta de mim ouvia o estribilho geral: que calor! Que sol! É de rachar passarinho! É de fazer um homem doido! Íamos em carros! Apeamo-nos à porta do cemitério e caminhamos um longo pedaço. O sol das onze horas batia de chapa em todos nós; mas sem tirarmos os chapéus, abríamos os de sol e seguíamos a suar até o lugar onde devia verificar-se o enterramento. Naquele lugar esbarramos com seis ou oito homens ocupados em abrir covas: estavam de cabeça descoberta, a erguer e fazer cair a enxada. Nós enterramos o morto, voltamos nos carros, e daí às nossas casas ou repartições. E eles? Lá os achamos, lá os deixamos, ao sol, de cabeça descoberta, a trabalhar com a enxada. Se o sol nos fazia mal, que não faria àqueles pobres-diabos, durante todas as horas quentes do dia? (Santos, 2007, p. 27-28).

O texto apareceu em *As cem melhores crônicas brasileiras*, editado pela Objetiva, em 2007, com organização do jornalista Joaquim Ferreira dos Santos – que começou no jornalismo como repórter do *Diário de Notícias*, em 1969, e ocupou diversos cargos em veículos como a revista *Veja*, o *Jornal do Brasil*, *O Dia* e *O Globo*. É autor de vários livros de crônicas, tendo textos incluídos em antologias com o melhor do gênero.

Na Introdução à obra que organizou, Santos (2007, p. 17) sublinha que o texto de Machado de Assis procura teorizar sobre como produzir uma crônica e o faz numa única narrativa:

Mostra a origem do estilo que fotografa o cotidiano e ainda revela particularidades e especificidades sobre o tema. Neste texto tem-se a evidência de uma cena do cotidiano, fatos triviais, teorias e origens, característi-

cas e metodologia pedagógica e a própria crônica, no ato mesmo da produção. O fato escolhido como tema é um detalhe somenos, uma desimportância qualquer.

Machado de Assis, em outra das três crônicas de sua autoria eleitas para *As cem melhores*, fala, por exemplo da crise financeira de agosto de 1896. Santos (2007, p. 17) comenta:

Em nenhum momento usa a auto-suficiência de um analista econômico. Não discursa. Não reverbera empáfia de doutor. Machado valoriza o comportamento, como a desvalorização financeira transborda para as pessoas nas ruas e, com humor, vai buscar inspiração nas pombas que bicam a cabeça do apóstolo São João na Igreja de Santa Cruz dos Militares. Ele não tem compromisso em informar o que está acontecendo. Está no jorna, mas não é espaço de notícia. Abusa da liberdade, eis a palavra mágica, e isso nas mãos dos craques faz o charme da crônica brasileira.

Ainda de acordo com Santos, Machado queria distância da solenidade dos grandes acontecimentos. Apostava no micro, declarava-se autor em que o estilo grave não cabia – “um escriba de coisas miúdas”. Ele próprio avança mais um pouco na sua percepção do que é um cronista, ainda segundo Santos (2007, p. 17):

Nasci com certo orgulho, que já agora há de morrer comigo. Não gosto de que os fatos, nem os homens se me imponham por si mesmos. Tenho horror a toda superioridade. Eu é que hei de enfeitar com dois ou três adjetivos uma reminiscência clássica, e os mais galões do estilo. Os fatos, eu é que os hei de declarar transcendentais; os homens, eu é que os hei de aclamar extraordinários.

UMA CONSTELAÇÃO DE NOMES DE CRONISTAS BRASILEIROS

Para muito além dos primórdios da crônica, o gênero, tendo se afirmado desde os fins do século XIX, alcançou maior notoriedade no Brasil a partir dos anos 1930, quando “surgiria aquela modalidade de expressão jornalística que daria à crônica um perfil marcadamente nacional” (Melo, 2003, p. 153). “Acho que foi no decênio de 1930 que a crônica se definiu e consolidou no Brasil, como gênero bem nosso”, expressa Antonio Candido, tendo sido a partir daí “cultivado por um número crescente de escritores e jornalistas, com os seus rotineiros e os seus mestres” (apud Melo, 2003, p. 153-154).

É nessa década, ainda segundo Antonio Candido, citado por Melo, que “se afirmaram Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, e apareceu aquele que de certo modo seria o cronista, voltado de maneira praticamente exclusiva para este gênero: Rubem Braga” (apud Melo, 2003, p. 154).

Dois episódios ajudam a identificar historicamente o marco a que se refere Antonio Candido, na visão de Melo (2003, p. 154-155). São eles a Semana de Arte Moderna, de 1922, e o desenvolvimento da imprensa.

A crônica que se pratica no Brasil a partir da década de 30, tendo em Carlos Drummond de Andrade, Rubem Braga, Fernando Sabino e Paulo Mendes Campos seus principais cultores, representa uma continuação do gênero que Machado de Assis e José de Alencar haviam sedimentado em nosso jornalismo. Mas os novos cronistas dão-lhe uma dimensão especial (Melo, 2003, p. 155).

A crônica brasileira, ainda segundo Melo (2003, p. 155), tem duas faces: a crônica de costume, que se valia de

fatos cotidianos como fonte de inspiração para um relato poético ou descrição literária; e a crônica moderna, que figura no corpo do jornal, como matéria ligada ao espírito da edição noticiosa. Dessa forma, da crônica moderna emergem textos que, inspirados no cotidiano, trazem a crítica social, reforçando o seu caráter opinativo.

Melo considera que, no Brasil, “a crônica é um gênero plenamente definido” e “sua configuração contemporânea permite a alguns estudiosos proclamarem que se trata de um gênero tipicamente brasileiro, não encontrando equivalente na produção jornalística de outros países” (Melo, 2003, p. 148). Sua característica, de acordo com Paulo Rónai (apud Melo, 2003, p. 148), é a de “uma composição breve, relacionada com a atualidade”. Melo acrescenta (2003, p. 149): “Se esse sentido predomina em nosso país, tomando a crônica a feição de relato poético do real, situado na fronteira entre a informação da atualidade e narração literária, o mesmo já não ocorre em outros países”.

O gênero crônica praticado por Machado de Assis e José de Alencar, portanto, como já referido, ganhou a partir daí uma nova dimensão, além de novos cronistas. Um deles, que se destaca, é o autor dos poemas “Pedra no caminho” (1928), “Quadrilha” (1930) e “José” (1942), entre outros, e mineiro de Itabira, Carlos Drummond de Andrade (1902-1987). Mais conhecido como poeta, é também contista e cronista.

Aliás, poesia e literatura são uma expertise, segundo Sá (1987, p. 5), de Carlos Drummond de Andrade. Afirmo o autor, a propósito, que dizer que a poesia está presente nas crônicas de Drummond parece redundância. Afinal, em tudo o que Drummond escreve – sob a forma de poe-

ma ou de narrativa curta – existe a magia da síntese, o ritmo adequado, o jogo de imagens e o fino humor que nos revela o desgaste da vida e a sua renovação.

“Mas o fato de ser um dos maiores poetas brasileiros não o obriga a fazer poesia quando escreve prosa. Se isso acontece é porque Drummond conhece bem os deslimites dos gêneros”, aponta Sá (1987, p. 65), acrescentando que, além disso, Drummond sabe que a crônica também tem a sua musa, conforme ele mesmo afirma em “A loja fechou”:

Peço à musa da crônica uma nênia pela morte de o Camiseiro. Uma casa tão popular, tão dentro da vida carioca durante quase meio século, não pode acabar assim, sem o acompanhamento sentimental de uma coroa de palavras. (...) É verdade que não devo ter comprado muita coisa ao Camiseiro (...). De qualquer modo, e por mais alheio que me reconheça à sorte do Camiseiro, sinto-me solitário com ele nesta hora de dissoluções. (...) Direis que me exibio em demasia com esse unanimismo carioca, explorado como efeito estilístico. É possível. Mas deixai-me confessar que me sinto um tanto falido com o Camiseiro. Também tive (e quem nunca as teve?) minhas loucuras de maio, aliás também de abril, junho, setembro, o ano todo. Mas foi o Camiseiro quem me enviou a chamá-los assim, em fórmula genial. É um serviço que lhe devo e não pagarei. Inscrevo-me no rol dos da casa, na rubrica de títulos incobráveis. Adeus, estrutura velha. É hora de inventar um nome novo para novas loucuras (Drummond de Andrade, 1982, p. 75-76).

Na crônica de Drummond, de acordo com Sá (1987, p. 65-66), “o canto plangente, sob a proteção de sua divindade inspiradora específica, vem em forma de narrativa, sem

perder a condição básica de imagem poética: a conciliação entre o nome e o objeto nomeado, para o nosso reencontro com a essência”. O autor continua:

Ora, o leitor de hoje talvez nem saiba que um dia existiu o Camiseiro, e, por isso, não visualizará o prédio em si. Entretanto, à medida que for lendo a crônica, construirá no seu imaginário o próprio ser da loja, que tanto marcou a memória do Rio de Janeiro.

Assim, a nênia – canto de morte – funciona como um canto de vida, reconstruída pelo escritor.

Nomes não menos importantes, a exemplo de Lima Barreto (1881-1922), Nelson Rodrigues (1912-1980), Clarice Lispector (1920-1977), Carlos Heitor Cony (1926-), Lourenço Diaféria (1933-2008), Luís Fernando Veríssimo (1936-), entre outros, merecem capítulos especiais e compõem o elenco das estrelas fulgurantes dos cronistas brasileiros.

Saltando no tempo – pois este texto não tem a pretensão de se ocupar com todos os mais importantes cronistas brasileiros e com os detalhes da longa e rica história da crônica jornalística –, focamos agora a nossa atenção em um cronista moderno e deste nosso tempo de mídias digitais e internet, o filho de outro cronista de sucesso, Mário Prata (1946-), o paulistano Antonio Prata.

UM CRONISTA DESTE TEMPO

Nascido em 1977 em São Paulo, Antonio Prata começou a carreira escrevendo crônicas para adolescentes, entre 2001 e 2008, na revista *Capricho*. Já entre 2003 e 2010 tornou-se cronista do jornal *O Estado de S. Paulo*, tendo as suas crônicas publicadas no “Guia” e no caderno “Metrópole”. Paralelamente, escreveu roteiros para séries da HBO, Globo, MTV e Multishow.

Colaborou em novelas e editou mais de uma dezena de livros, sendo que alguns deles ganharam reconhecimento por meio de prêmios de literatura, entre os quais o Jabuti 2013, com *Felizes quase sempre*. Outro livro de sucesso, *Meio intelectual, meio de esquerda*, de 2010, foi prefaciado pelo escritor e crítico literário Davi Arrigucci Jr. Atualmente é cronista da *Folha de S.Paulo*, escrevendo aos domingos para o caderno “Cotidiano”.

Em crítica publicada no caderno “Ilustrada” da *Folha* de 6 de novembro de 2010, o jornalista Alcino Leite Neto – que foi editor entre maio de 1998 e abril de 2010 da “Ilustrada”, do “Mais!” e de outros cadernos especiais da *Folha*, além de correspondente em Paris – escreve que *Meio intelectual, meio de esquerda* traz o que ele chama de crônicas “adultas” do escritor.

Com 78 textos escritos nos seis anos anteriores a 2010, a maioria para *O Estado de S.Paulo*, conta o crítico, a Editora 34 incluiu o livro numa respeitável série dedicada à prosa e à poesia brasileiras, sugerindo que as crônicas sejam apreciadas literariamente, e não como mero entretenimento jornalístico: “O que também são”, assinala Neto, acrescentando haver bons motivos para isso e lembrando que, nos últimos anos – referia-se a 2010, o ano do lançamento de *Meio intelectual, meio de esquerda* –, Prata concentrou-se na atividade de cronista com intensidade e interesse.

O crítico conta ainda que Prata desenvolveu uma dicção muito singular, que busca ao mesmo tempo ser fiel à longa tradição da crônica brasileira e inserir novidades e rupturas num gênero de escrita que tende a se acomodar às suas normas e manias.

“A principal novidade, parece-me, é o modo como o

escritor reflete sobre a sua própria atividade de cronista: como se fosse uma luta para desentranhar da realidade adversa um momento de graça, de sabedoria e de poesia”, ressalta Neto, acrescentando:

O Brasil já não é tão propício assim à crônica. Não porque seja brutal e injusto (ele continua sendo), mas porque a realidade ela mesma se transformou num amontoado de clichês dos quais é cada vez mais difícil escapular quando se vai falar das amenidades do cotidiano (Neto, 2010, p. E8).

Ainda segundo Neto, a crônica de Prata se destaca pelas novidades e diferenciações: “São passarinhos que remetem a desenhos animados, a moça na praia evoca publicidades e as nossas próprias atitudes parecem extraídas da TV ou de um manual de marketing”, analisa, lembrando que é preciso se esforçar bastante para descobrir o encantamento das coisas em meio à geléia geral de clichê:

Prata capta a vulgaridade do país novo-rico, a malandragem transformada em método, bem como o “amesquinamento do mundo”. A fim de conseguir falar do Brasil e do mundo, Antonio Prata desenvolveu um narrador muito particular, que se insere diretamente na realidade e assume na própria pele e na própria linguagem as suas desavenças com ela. (Neto, 2010, p. E8).

O autor lembra que “o cronista já não é mais o ‘poeta’ cordial e iluminado, capaz de encontrar epifanias tropicais nos meandros da banalidade, mas um sujeito enfezado e intranquilo, que utiliza o *nonsense*, a ironia e até o protesto como armas” (Neto, 2010, p. E8). E conclui que, por esta razão, o cronista se mostra hoje como

um sujeito incompleto, pela metade, “meio intelectual, meio de esquerda”, posto que não há como ser “inteiro” numa realidade malformada e sempre mal-acabada. Meio rico; meio solteiro, meio casado; meio pop, meio erudito; meio adolescente, meio adulto” (Neto, 2010, p. E8),

E acrescenta que, com esses textos, feitos de observação arguta, reflexão imprevisível, humor rebelde e escrita sempre imaginativa, Antonio Prata se impõe como o principal cronista de sua geração.

CRÔNICAS POLÍTICAS

Em 2014, durante as mais concorridas e acirradas eleições do novo período de democracia no Brasil – desde 1990 –, que contou com onze candidatos de diferentes partidos e com a polarização entre a então presidente Dilma Rousseff (PT) e o atual senador Aécio Neves (PSDB) no segundo turno, a *Folha de S.Paulo* convocou um time respeitável de colunistas para um caderno especial, “Eleições”, que circulou pelo período de um mês, entre 28 de setembro e 26 de outubro daquele ano.

Antonio Prata fez parte desse time. No período, ele escreveu cinco crônicas polêmicas, leves e humoradas, críticas, metacríticas, reflexivas. Numa delas, “O agudo e a crônica”, de 28 de setembro de 2014, o cronista começa contando sua história nessa profissão, num processo de metalinguagem.

Dispensamos comentários, para citar a crônica na íntegra, em função do fato de que o cronista, aqui, fala do próprio ofício.

Quando eu comecei a escrever crônicas, 15 anos atrás, prometi a mim mesmo que iria revolver somente a terra do meu canteiro, resistindo à tentação de arrastar o meu modesto arado por latifúndios pedregosos como a política, a economia, a crise no Oriente Médio. (Como diz o mestre Humberto Werneck, crônica é conversa sentado no meio-fio, não discurso sobre um caixotinho). Todo domingo, porém, questiono minha promessa: o mundo é vil, o país é injusto, há muitas causas importantes sem voz e muitos calhordas com megafones – devo seguir falando da minha infância, de um amigo que reencontrei, dos primeiros passos da minha filha?

Às vezes, em bate-papos com leitores, me perguntam por que raramente escrevo sobre o assunto da semana. Digo que a chance de eu ter algo relevante a dizer sobre o assunto da semana é pequena, ainda mais concorrendo com jornalistas e especialistas que estão debruçados sobre a questão. Serei mais profundo ou divertido, terei, enfim, mais chance de dizer algo verdadeiro (mesmo que pequeno, mas verdadeiro, e é isso que importa), se mirar no que eu conheço: a minha infância, o amigo que reencontrei, os primeiros passos da minha filha.

Também costumam perguntar, nesses bate-papos, se por falar sempre de si mesmo o cronista não seria um autocentrado e, portanto, um alienado. Acho o contrário: o cronista procura nele mesmo (ou melhor, numa ficção de si mesmo) os assuntos que possam tocar os outros. Todo mundo teve infância, todo mundo tem amigos que a vida afastou, mesmo quem não é pai ou mãe sabe o que é uma criança. Se ao falar do meu umbigo eu não cutucar o seu, a relação umbilical da literatura não se estabeleceu: pode escrever pro “Pai-nel do Leitor”.

Esses questionamentos crônicos me voltam mais agudos nestas eleições. Na quinta retrasada, dia 18, um PM matou um ambulante com um tiro na cabeça. Nesta segunda, o PM foi solto. Não houve manifestações nem indignação por parte da população e Geraldo “quem não reagiu tá vivo” Alckmin, o chefe da PM, deve ser reeleito no primeiro turno. (Sobre o silêncio de São Paulo diante do assassinato, ler Flávio Moura). Naquela mesma quinta, 18, no presídio de Pedrinhas, Maranhão, foi assassinado o 17º preso, só neste ano. Ano passado, foram 60; alguns deles, decapitados diante das câmeras de celulares. Os senhores feudais que dominam o Maranhão e gerenciam Pedrinhas são da base de apoio da Dilma, que acusa Marina de ser uma proposta insensata por não contar com o apoio de senhores feudais como os que dominam o Maranhão e gerenciam Pedrinhas. Marina, contudo, não é nada insensata: a paladina da nova política apoia quem, em SP? Alckmin.

Devo seguir falando da minha infância, de um amigo que reencontrei, dos primeiros passos da minha filha? Às vezes, acredito que sim: que a crônica existe para iluminar uns rincõezinhos assombreados do cotidiano, pra abrir nossos olhos para a graça que passa despercebida, pelas esquinas – e que isso também é um ato político.

Outras vezes, porém, me vejo como um nobre gordo, na França, em 1788, comendo codornas enquanto o povo morre de fome, de bala ou é decapitado do lado de fora e nos calabouços do castelo (Prata, 28 set. 2014, p. 3).

Em 5 de outubro foi a vez da crônica “Boda de urna”, escrita na véspera do primeiro turno. A ironia, uma das marcas tão frequentes da crônica, se mostra já no título,

em que se substitui a palavra “boca” por “boda”. Nesta crônica, o leitor não encontra um cronista falando do que faz e das decisões que se vê forçado a tomar, como no caso anterior. Aqui, a leveza, a busca do diálogo com o seu público, a arte, o jeito e a graça da crônica mostram ser possível falar muito seriamente sobre as coisas, mesmo sem desistir do estilo da crônica. De novo, também para não violentar o fluxo do pensamento do autor, re-produzimos a crônica na íntegra.

Você tem até às cinco da tarde deste domingo pra decidir se continua casado com a atual, se reata com a ex, se foge com a amante ou começa uma nova relação.

Complicado, hein, Brasil?

O casamento não tá lá essas coisas, mas vai que é só uma fase? Vai que é possível reacender a velha chama e voltar à época em que, todo dia, era ripa na chulipa e PIB na gorduchinha? Hoje, com o pibinho entre as pernas, você se agarra às memórias. Não são poucas: nestes 12 anos, muita coisa aconteceu. Você conseguiu financiar sua casa (sua vida), seu carro, sua TV de tela plana.

Você está gordo e, no entanto, se sente vazio. Será que as suas expectativas é que eram muito altas? Drummond, janelas sem grades e ressonância magnética ao alcance de todos era uma viagem de LSD? O que você sabe é que esperava bem mais deste longo matrimônio do que a popularização do LCD.

Outro fator que vem minando a convivência é a família da moça. Dos mais próximos você gosta, mas tem uns primos e uns cunhados que são casca-grossa. Quando aparecem prum churrasco ou pro Natal, sempre some cinzeiro, ímã de geladeira, até gasolina do seu carro já levaram.

Eis então que no meio da crise ressurgiu, repaginada e murmurante, a sua ex: “Volta pra mim, Brasuquinho! Foi aqui que tudo começou! Eu te encontrei na sarjeta, com a poupança ralada, virado no overnight, enchendo a cara de Old Eight com *default*. Se não fosse eu te tirar do delírio e te trazer pro Real, não tinha casa, carro, tela plana e o escambau!”

De fato, você foi feliz com a ex, no início. Quando a vida estabilizou, houve alguma euforia: comeram frango com iogurte, cantaram axé no videokê. Mas então, em vez de decolar, você estagnou. Faltou um tchan, sei lá. Sem falar que os primos e cunhados da ex tampouco eram flor que se cheire – há rumores de que você só ficou com ela por oito anos porque os aparentados subornaram a ala da família que defendia a alternância do cônjuge, a cada quatro anos.

Por essas e outras, ultimamente, você andava aflito, dilacerado entre o bege do presente e o cinza do passado – e foi aí que apareceu, verde fosforescente, uma amante! Em poucos dias, ela arrebatou seu coração. Prometeu vida nova e um relacionamento sustentável. Vocês poderiam escolher, juntos, os primos e cunhados de quem iriam se aproximar – primos ou cunhados desmatadores ou da indústria armamentista, jamais!

“Que mulher moderna! Que bom que você surgiu!”, você comemorou. “Foi a providência divina que me pôs no teu caminho!”, ela respondeu – e você estranhou. Então, descobriu que ela ouvia salmos no iPod, era contra a descriminalização do aborto e não apoiaria o casamento gay. Você perguntou se isso era verdade e ela disse que não, era o contrário – depois disse que era o oposto do contrário e, depois, o avesso do oposto do contrário. O verde que, de longe, parecia

ser de frescor, de perto recendia a mirra. Não era essa, exatamente, a boa nova que você procurava.

Agora você tá aí, indo encontrar as três, juntas, pra escolher uma delas ou apostar numa quarta. Pior é que não pode nem tomar uma cervejinha antes, porque o TSE não quer que você decida, bêbado, com quem vai passar os próximos quatro anos da sua vida. Complicado, hein, Brasil? (Prata, 5 out. 2014, p. 3).

UMA PALAVRA FINAL

Os dois textos destacam a força da crônica e a inclusão do gênero, perpetrada por Antonio Prata, na cobertura jornalística das eleições de 2014 pela *Folha*. O cronista debate e reflete sobre o aspecto factual das eleições, com um olhar ora felino, ora de galhofa. Mas tão necessário para auxiliar o eleitor e leitor do jornal no exercício da democracia, num momento tão singular quanto o da hora do voto.

A visão compreensiva da crônica mostra que, divertindo, é possível falar sério. Muito sério. A tão famosa e citada expressão latina *Ridendo castigat mores* encontra com frequência na crônica jornalística um lugar de excelência para o exercício do que essa frase significa.

Referências

ARRIGUCCI JR, Davi. Fragmentos sobre a crônica. **Boletim Bibliográfico**, São Paulo, Biblioteca Mário de Andrade, v. 45, n. 1-4, p. 43-53, 1985.

ASSIS, Machado de. O nascimento da crônica In: SANTOS, Joaquim Ferreira dos (Org.). **As cem melhores crônicas do Brasil**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007, p.27.

BRAYNER, Sônia. **A crônica**: sua fixação e suas transformações no Brasil. Campinas: Editora Unicamp, 1992.

CAMINHA, Pero Vaz de. **Carta a El Rey Dom Manuel**. Rio de Janeiro: Record, 1981.

DRUMMOND DE ANDRADE, Carlos. **Cadeira de balanço**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1982, p. 75-76.

MELO, José Marques de. **Jornalismo opinativo**. 3. ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MEYER, Marlyse. Voláteis e versáteis: de variedades e folhetins se fez a chronica. **Boletim Bibliográfico**, São Paulo, Biblioteca Mário de Andrade, v. 45, n.1-4, p. 17-41, 1985.

NETO, Alcino Leite. Antonio Prata leva humor rebelde à crônica. **Folha de S.Paulo**, 6 nov. 2010, p. E8.

PRATA, Antonio. O agudo e a crônica. **Folha de S.Paulo**, 28 set. 2014, Caderno Eleições, p.3.

PRATA, Antonio. Boda de urna. **Folha de S.Paulo**, 5 out. 2014, Caderno Eleições, p. 3.

SÁ, Jorge. **A crônica**. São Paulo: Ática, 1987.

SANTOS, Joaquim Ferreira dos (Org.). **As cem melhores crônicas brasileiras**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

VELOSO, Caetano. “Tropicália”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CkydG29xWUU>>. Acesso em: 25 jul. 2017.



Sensibilidade cultural necessária para a eficácia da comunicação: o caso das empresas brasileiras

Bruna Gomes Mascarenhas

“Um conhecimento de sujeito a sujeito” e maior espaço para a compreensão, que “pede abertura, simpatia e generosidade” (Morin), fundam o diálogo possível entre profissionais de um país e as culturas dos lugares onde vão trabalhar, em empresas de seus países de origem. Não basta um “conhecimento da culinária de um país, de seus principais atores políticos e culturais ou mesmo de seu idioma”. Tudo isso é importante, mas fica “apenas na superfície da nova cultura a ser vivida”. Formar indivíduos culturalmente competentes, capazes de dialogar e dispostos a compreender, para ir “além da superfície de usos e costumes”, para, como sugere Myers, “expandir nossos círculos afetivos para que abranjam não somente nossas famílias, vizinhos e grupos étnicos, mas toda a comunidade humana”: só uma atitude compreensiva pode formar a base ética para a tomada desse tipo de decisão .

Enquanto a teoria da administração tratar todos os problemas na dupla dependência teórica e prática da racionalidade econômica como norma suprema da empresa, permanecerá incapaz de lidar corretamente com o problema das relações humanas.

Chanlat e Bédard

Em: *O indivíduo na organização.*

O mundo globalizado, em suas dimensões econômica, social, cultural e política, torna o contato com pessoas de outros países algo corriqueiro, especialmente no ambiente de trabalho das organizações multinacionais. Para empresas de origem brasileira, a interação com funcionários de diferentes nacionalidades na posição de matriz é um cenário razoavelmente novo.

Somente no início dos anos 1990, após o processo de estabilização da economia do país, as empresas nacionais passaram a marcar território em outras geografias. Esse processo ganhou velocidade a partir dos anos 2000, principalmente por meio de aquisições de empresas estrangeiras. Um levantamento realizado em 2013 pelo Observatório das Multinacionais Brasileiras da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) mapeou 260 companhias brasileiras com operações no exterior, cujas atividades estavam distribuídas em mais de 30 países.

O presente texto tem como objetivo compreender de que maneira as características culturais do executivo brasileiro influenciam sua atuação no exterior, com foco naquelas que trabalham em empresas brasileiras com operações fora do país, profissionais comumente chamados de expatriados. Com uma análise bibliográfica que engloba temas como alteridade, psicologia social (mais especificamente

no campo da diversidade) e comunicação, o material também buscará identificar a possível influência de tais características nas habilidades de compreensão e diálogo desses executivos quando trabalham fora do Brasil.

GESTÃO DE PESSOAS E CONSTRUÇÃO DE RELACIONAMENTOS

Ser uma multinacional que surgiu em uma economia ainda em desenvolvimento certamente é motivo de orgulho, em especial por desafiar o modelo estabelecido de que matrizes estão quase sempre situadas em países desenvolvidos. As motivações para ser global, é claro, são outras: acesso a novos mercados e tecnologias, maiores *pools* de talentos e a chance de contornar com mais desenvoltura eventuais tremores na economia do país de origem são apenas algumas delas. No entanto, esse movimento para fora das fronteiras de casa não traz apenas vantagens.

Em relatório publicado em 2011, a consultoria de negócios McKinsey cunhou o termo “penalidade de globalização” para descrever os resultados de uma pesquisa que mostrou que multinacionais tinham desempenho consideravelmente pior em algumas dimensões da chamada “saúde organizacional” em relação a empresas com operações exclusivamente domésticas. O mais interessante é observar que as dimensões mais afetadas negativamente pela multinacionalidade estão ligadas a temas de gestão de pessoas e construção de relacionamentos.

De acordo com o estudo, as multinacionais eram menos eficazes em estabelecer uma visão compartilhada e engajar os funcionários em torno dessa visão, em criar padrões de gestão e estímulo à inovação. Também demonstravam mais dificuldades para construir relações com governos,

comunidades e parceiros de negócios. Tais resultados mostram que a penalidade de globalização parece estar fortemente ligada à dificuldade de gerir recursos humanos de forma eficaz para criar uma cultura organizacional única em um ambiente multicultural.

As práticas organizacionais e gerenciais que fazem funcionar uma empresa são compostas, em parte, por elementos puramente técnicos, especialmente no andamento de operações industriais, o que pode causar a impressão de que um sistema de gestão unificado é suficiente para transpor quaisquer barreiras que se apresentem na expansão internacional de um negócio.

A área da administração de empresas olha há muito tempo para os desafios específicos das multinacionais e hoje entende como incontestável a influência dos aspectos da cultura em que a empresa está inserida no desempenho do negócio. A crença de que os ambientes internos das empresas não eram influenciados pela cultura em que estavam inseridas, chamada na Administração de *teoria convergente*, predominou até os anos 1970, quando nasceu uma corrente oposta, a *teoria divergente*, que sugeria que a cultura e o ambiente em que as organizações estavam inseridas influenciavam todos os sistemas do negócio. Os estudos no campo da administração contemporânea sustentam que essa influência varia de acordo com a dimensão analisada dentro de uma organização, segundo Tanure e Duarte (2006, p. 25):

Esse pensamento postula que as diferenças entre países (ou regiões de um país) influenciam mais fortemente algumas dimensões organizacionais que sofrem o impacto dos valores – isto é, aquelas em que as suas verdadeiras crenças são praticadas.

Se as diferenças entre as localidades afetam mais fortemente as dimensões organizacionais pautadas por valores e crenças, é natural que esse impacto se manifeste de maneira mais acentuada nas relações humanas dentro das organizações multinacionais.

ANTES DE TUDO, O INDIVÍDUO: O "EU" SEM REFERÊNCIAS

Um executivo expatriado, que assume uma posição no exterior com uma determinada meta – instalar uma nova fábrica, abrir uma nova unidade de negócios, implantar um novo sistema de gestão – terá, antes de tudo, que trabalhar com pessoas. Deverá formar equipes, estabelecer relações, entender motivações, ritos, comportamentos e, fundamentalmente, gerir capital humano para que ele trabalhe em linha com os objetivos da organização.

Gerir equipes é desafiador para qualquer executivo. Fazê-lo fora de sua cultura de origem, com seus referenciais sobre si e sobre os outros consideravelmente fora de lugar, é possivelmente o maior desafio para o executivo expatriado. Com preparação muitas vezes limitada às habilidades práticas úteis ao exercício das atividades dentro da empresa, esses indivíduos precisam mobilizar pessoas – cujas causas, anseios e valores pouco conhecem – para gerar resultados. No caso dos executivos brasileiros, algumas características culturais, como aquelas ligadas ao modo de lidar com a hierarquia e à visão da informação como forma de poder, podem tornar esse processo ainda mais desafiador.

Antes de tudo, é preciso levar em conta o impacto individual de uma expatriação. A experiência, apesar de proporcionada por uma circunstância profissional, é também uma jornada pessoal intensa. Viver no exte-

rior, em qualquer momento de vida ou circunstância, mexe com as referências mais básicas que norteiam o senso de identidade. “Os esquemas de referência que estruturam nossa personalidade não são capazes de dar um sentido aos acontecimentos que nos assediam”, escreve Joly (1993, p. 84), para quem “a experiência intercultural é de desestruturação-reestruturação da personalidade. Os mecanismos de identidade pessoal e coletiva estão, pois, em jogo”.

A sensibilidade cultural em pauta é necessária ao executivo e mais ainda à empresa que propõe a mudança, no sentido de olhar o indivíduo como um ser humano que passará por uma experiência de transformação intensa. Sair do país de origem por qualquer período prolongado traz desafios, mas a intensidade deles é consideravelmente maior quando somada às responsabilidades profissionais e, em muitos casos, ao núcleo familiar imediato que acompanha a mudança. Cônjuges e filhos passarão pelo mesmo processo de desestruturação-reestruturação da personalidade e pode ser difícil para o executivo encontrar “terra firme” para apoiá-lo nessa transição.

Lembremos que a cultura e a personalidade individual – ou seja, o resultado de uma arbitragem entre tensões sociais e pulsões individuais – são as bases da identidade pessoal. Compreender-se-á facilmente que nestas condições a experiência intercultural representa uma séria ameaça para a estrutura dessa identidade pessoal, porque o indivíduo está exposto ao mesmo tempo a conjuntos culturais diferentes e a estruturas de personalidade cujo funcionamento só pode ser decodificado através dos modelos fornecidos por sua cultura de origem (Joly, 1993, p. 92).

Num cenário em que a identidade pessoal está fora de lugar, abalada pela perda de referenciais e em plena reconstrução, recorrer à forma antiga de fazer as coisas – aquela que funcionava no país de origem – pode ser uma forma de conforto e de proteção. Tal caminho traz armadilhas, não somente por fechar o expatriado para observações e vivências aprofundadas na nova cultura, mas também por emprestar características nem sempre desejáveis da cultura de origem ao estilo de gestão aplicado ao novo local de trabalho.

DESAFIOS À COMUNICAÇÃO, DIÁLOGO E COMPREENSÃO

Ao encontrarmos o novo, o outro, é natural buscarmos como ponto de partida do relacionamento algo em comum. Tanto no âmbito da administração como no das relações humanas, a aparente homogeneização de alguns modelos de gestão e hábitos de consumo pode dar a impressão de que uma adaptação em um novo país será simples. O conhecimento da culinária de um país, de seus principais atores políticos e culturais ou mesmo de seu idioma são aspectos importantes, mas que ficam apenas na superfície da nova cultura a ser vivida, já que o conhecimento de uma cultura não confere ao mesmo tempo competência cultural para pensar como um habitante local.

Para Tanure (2006), dois fatores contribuem para essa visão superficial de um novo ambiente cultural: tempo e falta de conhecimento sobre a própria cultura. Tempo, no sentido de que antes de uma expatriação é comum o executivo ter experimentado apenas períodos curtos no país que o receberá, tanto em viagens com finalidade profissional como a lazer. Mesmo nos contatos profissionais, em

geral prevalece a troca de informações pautada em dados e números, quase sempre a única régua pela qual os resultados são medidos. A falta de conhecimento sobre a própria cultura aparece no sentido de que não conhecê-la dificulta identificar mais claramente as similaridades e diferenças para além da superfície.

Quando nos preparamos para trabalhar e viver com pessoas cuja cultura difere da nossa, temos primeiro que entender como cada um de nós se tornou o que é. Ao aceitar nossas diferenças, nossas sociedades precisam também abraçar os ideais de unidade que as manterão firmes. Fazer isso pode eventualmente nos ajudar a expandir nossos círculos afetivos para que abranjam não somente nossas famílias, vizinhos e grupos étnicos, mas toda a comunidade humana (Myers, 1982, p. 187).

Para começar a compreender a própria cultura livre de estereótipos, um bom ponto de partida é observar os traços que a definem. Entre os traços que compõem a cultura brasileira, Tanure (2005) propõe três como os mais relevantes para o ambiente de negócios:

1. Concentração de poder

Refere-se ao grau de importância dado às diferenças de poder existentes entre as pessoas.

2. Relações pessoais

Apresenta duas vertentes principais: a facilidade na construção de laços entre as pessoas e a expressão de emoções, como alegria, raiva, tristeza, entre elas.

3. Flexibilidade

Também apresenta duas vertentes: uma é a adaptabilidade; a outra é a criatividade, que diz respeito à inovação e também se expressa na facilidade de convivência com opostos, o que pode ser altamente positivo nos processos de internacionalização de empresas.

Dentro da dimensão das relações pessoais e de flexibilidade/criatividade, conforme descritas, as características brasileiras de expressar emoções de forma clara e a facilidade de convivência com opostos pode indicar certa aptidão para o que Morin chama de “um conhecimento de sujeito a sujeito” e maior abertura para a compreensão, que segundo o mesmo autor “pede abertura, simpatia e generosidade”.

No entanto, um dos elementos mais fundamentais da atitude compreensiva, o diálogo, pode justamente ser dificultado por outra característica da cultura brasileira entre aquelas listadas por Tanure: a concentração de poder. De acordo com essa característica, a diferença entre postos hierárquicos, digamos, na mente do brasileiro, define fortemente o que ele considera um espaço adequado ou não para a circulação e expressão de uma pessoa, as opiniões que devem ser levadas em consideração para uma tomada de decisão e, no caso das empresas brasileiras, pode tornar a matriz um referencial inquestionável, pois é lá que estão as instâncias hierárquicas mais altas.

O aspecto da flexibilidade no sentido de adaptabilidade pode ser uma vantagem para o executivo brasileiro. Acostumado a trabalhar em situações econômicas e políticas pouco estáveis, ele pode aplicar essa experiência

e habilidade ao encarar de forma parecida a instabilidade de sua nova situação como gestor de uma equipe que não conhece, em um país pouco familiar. Na flexibilidade com o sentido de facilidade de convivência com opostos, consegue-se observar uma outra possível vantagem para o executivo brasileiro, que pode se utilizar dessa habilidade para apaziguar eventuais conflitos de estilo em suas novas equipes, prezando pela boa convivência.

O aspecto relacional, que aparece como algo positivo, também pode ser uma armadilha. Em pesquisa realizada por Tanure em 2006, os dois principais motivos pelos quais as empresas brasileiras expatriam seus executivos são ter alguém “de confiança” para controlar as operações em outro país e transferir conhecimento para a unidade estrangeira. Fica evidente nessas motivações uma cultura relacional, pouco confiante em sistemas, que tende a depender de pessoas mais para exercer controle do que para motivar, engajar e mobilizar.

Isso torna ainda mais desafiador o papel do executivo brasileiro atuando no exterior em uma empresa também brasileira: esse papel de controle dificulta a aproximação, já que coloca o foco e prioridade no que não está lá – a matriz. Além disso, pavimenta um caminho de conversas muito mais pautado pela comunicação, com o executivo atuando como um editor de conteúdo entre matriz e filial, do que pelo diálogo, levando-se em conta a maneira que Mansi (2014, p. 155) compreende a comunicação no ambiente corporativo: “Comunicação é uma via de mão dupla, de troca, de compartilhamento. Diálogo, por sua vez, é um espaço de transformação, de criação de sentidos, de reinterpretção da realidade a partir da convivência”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transformação, a criação de sentidos e a reinterpretação da realidade são constantes numa experiência intercultural, tanto para o executivo que chega a um novo país como para os indivíduos que o recebem. O executivo chega ciente de sua capacidade técnica, mas será ela determinante para a realização de um bom trabalho? Para a equipe que o recebe, há a insegurança de ter como gestor - com poder de decisão sobre seu emprego - alguém com quem a dinâmica de trabalho pode ser totalmente nova. Nesse contexto, fica evidente a importância da adoção de uma postura mais dialógica do que comunicacional na gestão

Expatriações normalmente são experiências de longo prazo, de no mínimo 3 anos, com metas complexas, que simplesmente não podem ser atingidas sem o engajamento das pessoas envolvidas – incluindo-se aí o real engajamento do executivo expatriado com os indivíduos que compõem sua nova equipe.

É comum em culturas em desenvolvimento, como a brasileira, a admiração e curiosidade pelas culturas ditas “mais desenvolvidas”. Um levantamento realizado pelo Ministério do Turismo em 2013 indicou que dos cerca de 9 milhões de brasileiros que viajam ao exterior anualmente, mais de 2 milhões – ou quase 25% do total de viajantes – escolhem os Estados Unidos como destino. Tal característica pode, em parte, explicar por que a expatriação aparece em muitas organizações brasileiras como símbolo de status ou de reconhecimento por bons resultados alcançados pelo executivo.

Considerando os desafios de relações humanas envolvidos em tal empreitada, fica claro que a escolha de

um executivo para uma expatriação precisa levar em conta aspectos muito mais complexos do que a simples análise dos resultados gerados ou a disponibilidade para uma mudança de país.

De uma maneira geral, o melhor teste para avaliar a facilidade de adaptação é o grau de sensibilidade, na sua cultura de origem, que o executivo terá atingido em face da cultura de outras classes sociais ou, de maneira mais evidente, em face das etnias ou grupos sociais. Poder-se-ia pensar em utilizar essa sensibilidade como indício de adaptação numa experiência intercultural, como uma medida do risco de inadaptação (Joly, 1993, p. 84).

Se a empresa se preocupa em preparar o executivo a ser expatriado para que não cometa indelicadezas ou saiba negociar da forma mais adequada quando lidar com clientes estrangeiros, pode também investir em dimensões da formação desse indivíduo mais ligadas ao autoconhecimento e ao desenvolvimento de competência cultural, como a capacidade de dialogar e a disposição para compreender. Como qualquer habilidade, elas podem ser desenvolvidas e aperfeiçoadas e se mostrarão relevantes para a formação de uma sensibilidade cultural que vai além da superfície de usos e costumes.

O investimento nessa formação complementar do executivo – observados antes os fatores que indicam a real abertura desse indivíduo para uma experiência intercultural completa – é importante não somente para o momento da ida, mas também para o momento de retorno ao país de origem, um dos mais críticos para quem passa por tal experiência.

Com efeito, ter-se-á o sentimento de reviver a mesma experiência constituída pelo traumatismo da inserção em uma cultura estrangeira. Em geral, os compatriotas não estão absolutamente interessados em discutir esta experiência. Os problemas que os preocupam parecerão estritamente locais. O executivo tenderá a atribuir esse desinteresse ao egoísmo de seus colegas sem pensar que sua própria frustração nesse aspecto é quiçá também uma forma de egocentrismo. Seja o que for, voltar para “casa” é, afinal das contas, uma nova partida (Joly, 1993, p. 109).

Para o executivo brasileiro que tem no horizonte uma expatriação, aprimorar-se em capacidades de diálogo e compreensão pode ser a diferença entre utilizar a experiência de expatriação para simplesmente cumprir mais uma meta ou voltar ao Brasil como um executivo verdadeiramente global, que, nas palavras de Tanure (2006, p.29) seria o sujeito com condições de se “posicionar adequadamente diante do mosaico cultural que o circunda e”, continua o autor, “principalmente, avaliar como a sua própria cultura pode ser uma alavanca para tornar o seu posicionamento um fator de efetivo ‘encontro’ de culturas e, mais do que isso, uma fonte de vantagem para os negócios”.

Referências

CHANLAT, Alain; BÉDARD, Renée. Palavras: a ferramenta do executivo. In: CHANLAT, Jean-François (Coord.) **O indivíduo na organização: dimensões esquecidas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1993, p. 125-148.

DEWHURST, Martin; HARRIS, Jonathan; HEYWOOD, Suzanne. Understanding your globalization penalty. **McKinsey Quarterly**, July 2011. [online] Disponível em: <<http://www.mckinsey.com/business-functions/organization/our-insights/understanding-your-globalization-penalty>>. Acesso em: 01 maio 2017.

JOLY, Alain. Alteridade: ser executivo no exterior. In: CHANLAT, Jean-François (Coord.) **O indivíduo na organização: dimensões esquecidas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 199, p.83-124.

MANSI, Viviane Regina. Os (diversos) diálogos possíveis nas organizações. KÜNSCH, Dimas A.; AZEVEDO, Guilherme; BRITO, Pedro Debs; MANSI, Viviane. **Comunicação, diálogo e compreensão**. São Paulo: Plêiade, 2014, p. 153-163. Disponível em: <<https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2015/04/E-book-Comunica%C3%A7%C3%A3o-Di%C3%A1logo-Compreens%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2017.


MYERS, David Guy. **Social psychology**. New York: McGraw-Hill, 1983.

TANURE, Betania. **Gestão à brasileira: somos ou não diferentes? Uma comparação com América Latina, Estados Unidos, Europa e Ásia**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

TANURE, Betania de Barros; DUARTE, Roberto Gonzalez. Sensibilidade cultural. **GV Executivo**, v. 5, n. 4, p. 25-29, set./out. 2006.

CHUEKE, Gabriel. **Website ESPM**. 74% das multinacionais brasileiras se internacionalizam por meio de aquisições. [online] Disponível em <<http://www2.espm.br/espm-na-midia/artigos/74-das-multinacionais-brasileiras-se-internacionalizam-por-meio-de-aquisicoes>>. Acesso em: 01 maio 2017.

Anônimo. (2015). **Portal Brasil**. EUA são o destino favorito de turistas brasileiros. [online] Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/turismo/2015/06/eua-sao-o-destino-favorito-de-turistas-brasileiros>>. Acesso em: 01 maio 2017.



A construção do diálogo compreensivo entre organizações e stakeholders

Carolina Lauro Maximo

As organizações exercem um de seus papéis fundamentais ao estabelecer diálogos com seus diversos públicos estratégicos, os stakeholders. Nesse esforço, se deixam auxiliar pela comunicação organizacional, que busca promover a articulação de sentidos entre as partes interessadas, contribuindo para o estreitamento dos laços e a prosperidade dos negócios e estabelecendo vínculos e conexões com os diversos atores sociais envolvidos na cadeia produtiva. As palavras-princípio de Martin Buber (o Eu-Tu e o Eu-Issó) permitem compreender essas relações de forma positiva e também crítica, contribuindo para desfazer preconceitos, corrigir desvios e acentuar a transparência e a confiança. O texto sublinha a complexidade dessas relações e convida para uma visão compreensiva, tanto dos diálogos entre as organizações e seus públicos estratégicos quanto dos processos comunicativos envolvidos.

No Mito ou Alegoria da Caverna, no diálogo entre Sócrates e Glauco, narra-se um mundo de ilusões e preconceitos. Trata-se de uma passagem clássica do livro *A República*, do filósofo grego Platão, na qual se lê que homens, aprisionados e acorrentados no interior de uma caverna desde o nascimento e de costas para a entrada possuíam uma visão parcial e enviesada do mundo: a que lhes era fornecida pelas sombras de plantas, animais e outros homens, projetadas na parede do fundo da caverna pela luz de uma fogueira que ardia do lado de fora.

Na história contada por Platão, um dos homens que morava na caverna, um dia, decidiu explorar o mundo exterior. De início, ficou cego, ofuscado pela luz que vinha de fora. Demorou a compreender o que eram de fato a natureza, a paisagem, a própria liberdade. Acostumado com as sombras, teve dificuldade de se confrontar com a realidade. E, ao retornar para o interior da caverna e descrever aos prisioneiros sua experiência de contato com o mundo, foi morto pelos companheiros. Pare eles, o que valia eram as imagens de seu mundo restrito, vistas na parede.

O olhar reducionista ilustrado pela célebre narrativa platônica vige hoje na sociedade, toda vez que nos deixamos conduzir por estereótipos, juízos de valor, ilusões e preconceitos em relação aos outros. Toda vez que a comunicação e o diálogo abrem caminho para a suspeita, a desconfiança, o desprezo. Indo na contramão dessa tendência, a proposta deste capítulo é compreender que vínculos positivos podem ser estabelecidos entre os públicos envolvidos na cadeia produtiva de uma organização. Isolados, esses públicos tornam-se improdutivos e sem força, perdem voz e significação, não exercendo o papel

que em conjunto, com base na comunicação e no diálogo, podem desempenhar.

O diálogo, fundado especialmente no exercício de se colocar no lugar do outro, é também um enorme desafio à luz da condição humana nas relações atuais, em que prevalecem laços cada vez mais frágeis e superficiais no contexto tecnológico “onipresente”, como apontado por Bauman por meio de sua metáfora da “modernidade líquida”. Esta serviu de título para sua obra mais importante (2001) e de base para outros de seus inúmeros ensaios, como, por exemplo, *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos* (2004).

○ DIALÓGICO E O NÃO-DIALÓGICO NAS ORGANIZAÇÕES

A Alegoria da Caverna nos leva a tecer uma correlação com as organizações, instituições sociais privadas que têm no lucro um de seus objetivos principais e que se pautam pelo modelo capitalista de produção. Até que ponto essas organizações podem identificar e praticar, no diálogo comunicacional, a compreensão necessária para a relação de tipo Eu-Tu, sugerida por Martin Buber (2004; 2014)?

No contexto empresarial, é possível deixar de considerar a comunicação como mera ferramenta no quadro maior da complexa engrenagem que faz girar uma organização com fins lucrativos, para investir num diálogo humano, ético e transparente para com os públicos envolvidos na cadeia produtiva, os chamados *stakeholders*?

Essa atitude, como se depreende do pensamento de Buber, se opõe à cultura do não-dialógico, do não-vínculo, da não-relação, cultivada por organizações que, por um lado, não compreendem nem o aspecto nocivo da trans-

formação do Tu num Isso, nem, por outro lado, a possibilidade de fazer aquilo que é Isso virar um Tu. Para Buber (2004), com efeito, há dois modos de a pessoa se colocar enquanto sujeito no mundo.

O primeiro deles é de natureza cognoscitiva: a pessoa assume o estatuto de sujeito (Eu) frente a um objeto (Isso) que se manipula, utiliza, conhece, explica. O segundo identifica uma relação de tipo ontológico – domínio por excelência da racionalidade e da sensibilidade compreensivas –, na qual a pessoa assume o estatuto de sujeito frente a outro sujeito (Tu). O outro não é visto de maneira utilitária ou como objeto, nem se explica: ele é um Tu com quem se dialoga. Cabe dizer, rapidamente que, para Buber, há no mundo três esferas com as quais se pode entrar em relação: a Natureza, o Outro e o Transcendente.

As instituições sociais são parte desse universo maior de sentidos e de relações, com suas limitações de visão que implicam uma representação limitada de seu ambiente de atuação. Algumas delas, porém, têm passado a compreender seu negócio não apenas em termos de lucro e expansão. Pensam nas relações com seus públicos, na criação de vínculos que garantam a essas organizações um sistema bem articulado de sentidos e, também, durabilidade – inclusive para que os objetivos do lucro e da expansão estejam garantidos, sem por isso ter que esquecer seus compromissos para com a ética e a responsabilidade social.

De forma bastante geral, a partir de intervenções em redes sociais e websites específicos como *Reclame Aqui*, percebe-se um aumento de reclamações e contestações das empresas por parte dos clientes, de tomada de consciência sobre como se comportar nas relações de consumo e sobre

os próprios direitos. Se não estão satisfeitos com uma marca, produto ou serviço, os clientes podem inclusive migrar para outra marca. Desse modo, a condição de ignorância não pode mais ser tolerada nas organizações, pois cada vez mais elas se sentem incentivadas e desafiadas a desbravar o horizonte além-muro, desvinculando-se da obsessão pelas casas decimais na computação dos lucros, para compreender o contexto socioeconômico e ambiental em que os negócios estão inseridos.

O propósito do diálogo percorre, como desafio tanto quanto como urgência, todo o processo do pensamento humano individual e coletivo. Dialogar e estabelecer vínculos e comprometimento pode parecer um desafio complexo – e é –, porém necessário para o aprendizado e estreitamento de laços nas relações humanas dentro do contexto organizacional.

CONSTRUÇÃO DE DIÁLOGOS COM STAKEHOLDERS

As organizações são lugares de possibilidades, subsistemas socioculturais para desorganizar-se/reorganizar-se/transformar-se em direção à sua própria autoconstrução de objetivos e disputa de sentidos (Baldissera, 2009). Os processos de comunicação organizacional são essenciais para alcançar todos os públicos envolvidos na cadeia produtiva, estreitar a confiança e interlocução efetiva de escuta e fala, impactando diretamente nos âmbitos moral e social, ressignificando sentidos e, conseqüentemente, a forma como a sociedade se posiciona e reage em relação a empresa.

Cada organização tem um público de interesse estratégico integrado à sua cadeia produtiva. Isso significa que tanto

os articuladores internos (empregados) quanto os externos (clientes, comunidade, governo, imprensa, fornecedores etc.) assumem o papel de *stakeholders*. Em comum, esses públicos fazem movimentos que acompanham e monitoram as atividades empresariais, a exemplo do governo, que as regulamenta, e dos clientes, com seu poder de compra e demanda.

Stakeholder é um termo que deriva inicialmente de *stockholder* – em português, acionista –, pois antigamente os negócios se desdobravam apenas com o estreitamento da relação com esse público (Rocha e Goldschmidt, 2012). Posteriormente, depois que as empresas passaram a sofrer pressões sociais e também críticas por parte da mídia, seu olhar se reconfigurou, de modo a abranger um leque maior de questões, entre as quais estavam áreas de atuação como as causas ambientais, o desenvolvimento econômico e social, o engajamento dos empregados e a abertura de diálogos com os clientes.

Após erros e acertos, as organizações se conscientizaram da importância do envolvimento e engajamento de todos os públicos impactados por seus negócios. De acordo com Macêdo, Rodrigues, Chevitaese e Feichas (2015, p. 80), “a corporação é um fenômeno social muito mais amplo e sistêmico porque, independentemente de sua missão, propósitos e valores, abrange todo o leque de atores sociais que integram seus *stakeholders*”.

A concepção e a abertura do diálogo comunicacional com *stakeholders* propiciam o alinhamento estratégico do negócio na disputa por novos mercados e o engajamento e fidelização do público já existente. Riel (2013) lembra que é cada vez maior o esforço das organizações no desenvolvimento de uma relação transparente com clientes, empregados, imprensa, acionistas e governo.

Para estabelecer um vínculo durável com os empregados, por exemplo, a organização, a partir de seus líderes, deve se engajar e propiciar confiança na relação descendente e entre pares, com transparência efetiva, pois só assim pode ressignificar seus propósitos e aprimorar as relações a partir do diálogo. Segundo Deetz (2009, p. 97), “é preciso adotar conceitos e práticas específicas de comunicação, para que o envolvimento dos públicos de interesse produza as inovações e a criatividade necessárias em função de uma inclusão mais ampla de valores que representem benefícios sociais e econômicos”.

Afinal, além de um certo grau de saúde financeira, requisito indispensável para o bom funcionamento de qualquer organização, empresas não sobrevivem sem uma missão, sem visão e valores sólidos, que capacitem e estimulem seus empregados a atenderem às demandas na cadeia de negócios. A opinião pública também deve ser monitorada, pois ela traz à luz da compreensão a imagem e a reputação empresarial que estão sendo consolidadas no interior de uma sociedade; imagem, aliás, que reflete os diálogos estruturados na comunicação organizacional. Assim, pode-se também gerenciar, de forma eficiente, os processos envolvidos na gestão do público interno e o progresso das atividades empresariais. Ou seja, engajar todos os públicos envolvidos no processo, exercendo a escuta e a fala, em suma, o diálogo, é fundamental para as organizações.

ENGAJAMENTO DA PERSPECTIVA DA COMUNICAÇÃO

O processo comunicacional se estabelece entre duas ou mais partes, pessoas, corpos, em primeiro lugar. E, para que esse processo seja exitoso, é necessário criar vínculos

sólidos que permitam a compreensão e a credibilidade do que é dito, sentido ou percebido nas relações entre emissor e receptor, ou melhor, numa visão mais atual, entre os sujeitos participantes do ato comunicacional.

Quando se trabalha a imagem e a reputação da organização com o público interno, por exemplo, é possível estreitar laços, por vezes tão engessados no universo corporativo, oferecendo sentido e propósito às funções desempenhadas pelo empregado – um Tu e não um Isso, lembrando mais uma vez Buber (2004) – na compreensão do trabalho em equipe.

Engajamento requer políticas institucionais transparentes e éticas, não só para com o público interno, mas também externo, e isso diz respeito à forma como o diálogo se estabelece com distintos públicos nas esferas social, econômica e ambiental onde os negócios de uma empresa estão inseridos. Para Rosseti (2007), a relação com os públicos estratégicos baseia-se em seu fortalecimento por meio da área de comunicação, que busca estabelecer diálogos e políticas transparentes, fortalecendo a imagem corporativa e estreitando laços.

A comunicação organizacional com *stakeholders* “tem desempenhado, assim, um papel fundamental para dar visibilidade a processos internos, clareza às metas e objetivos a serem alcançados e à percepção necessária aos diferentes públicos de relacionamento”, ressalta Santiago (2011, p. 330).

Para Macêdo, Rodrigues, Chevitarese e Feichas (2015), as práticas externas para oferta de produtos e a qualidade dos serviços prestados, ou seja, a relação com os clientes, fornecedores e governo, associada à relação com o público interno, constroem a reputação da empre-

sa, ao mesmo tempo que promovem engajamento e visibilidade junto aos *stakeholders* que interferem direta ou indiretamente nas tomadas de decisões que impactam os negócios da empresa.

Rocha e Goldschmidt (2012) consideram que o engajamento efetivo de *stakeholders* se dá a partir da antecipação e gerenciamento de conflitos, identificação de demandas, análise de oportunidades, impactos e riscos, exercício do ouvir a partir de pontos de vista diversos, estreitamento e construção de laços e aumento do grau de visibilidade e compreensão das atividades da empresa também pelo público externo.

Um ponto importante nesse engajamento “coletivo”, mas não universal, é a redução de barreiras, aumento da eficiência e ascensão de capital a partir da valorização intrínseca da marca por trás da empresa, criando uma reciprocidade e comprometimento entre os públicos envolvidos. Segundo Baldissera (2009, p. 46), “a sociedade tem os processos comunicacionais como geradores de significação, ou melhor, os sujeitos (forças) que se articulam em comunicação disputam sentidos para, no processo, internalizar significação ao mesmo tempo em que (re)tecem a teia de significação que é a cultura”.

Engajar é mais que promover compreensão sobre determinado público; é reduzir e às vezes mesmo romper barreiras, dialogar e desconstruir preconceitos sem banalizar as relações ou enfraquecê-las. É criar relações transparentes com *stakeholders*, permitindo a busca da reflexão crítica por parte dos públicos envolvidos, uma atitude saudável e contrária à alienação de uma sociedade que não questiona e tampouco interfere nas decisões que impactam o coletivo social.

Compreender as relações Eu-Tu e Eu-Isso (Buber) a partir de uma comunicação eficiente e dialógica que impacta a gestão dos negócios, no que diz respeito inclusive às questões governamentais e a outras questões públicas, como os impactos socioeconômicos de determinada atividade empresarial, traz à tona o humanismo e os laços novos que devem ser construídos entre o Eu e o Outro (Lévinas, 1993) na gestão e engajamento de *stakeholders*, que engloba tanto a relação entre empregados com outros empregados, quanto entre empregados e clientes, entre comunidade e imprensa, entre empresa e governo etc.

O diálogo comunicacional das organizações transforma-se em um instrumento social (Santiago, 2011) na medida em que promove a aquisição de bens e serviços e interfere na compreensão do negócio e nas tomadas de decisões estratégicas que permitam a troca de ideias e o aumento da colaboração entre todos os envolvidos. É a articulação de sentidos, entrecortada pelas dinâmicas interativas por trás de toda relação.

DÍALOGO E COMPREENSÃO NAS ORGANIZAÇÕES

Para Buber (2014) o diálogo se apresenta em todas as esferas da vida, a partir da relação dialógica do homem com a totalidade, e da unicidade do ser consigo mesmo e com o outro no mundo. Quando você se coloca no lugar do outro e busca a compreensão do comportamento humano, é que se estabelece o diálogo verdadeiro e o aprendizado entre as partes. Na gestão de *stakeholders*, traduzir as palavras transmitidas através da dialogia comunicacional com seus públicos estratégicos é vital.

Tendo em mente o ambiente institucional do qual ora nos ocupamos, o Eu-Tu consiste em dispor-se ao diálogo, seja no âmbito interno das organizações, ou no âmbito das relações com os demais públicos estratégicos na sociedade. Afinal, o diálogo está na promoção, de fato, da troca e do aprendizado, e não na perda da individualidade e responsabilidade de cada ser no contexto das relações humanas. Está, ainda, na materialidade do cotidiano, na concretude das palavras dialógicas que dão a ver, e compreender, as experiências pessoais de cada um.

Em relação ao pertencimento social, “o diálogo não se limita ao tráfego dos homens entre si; ele é — é assim que demonstrou ser para nós — um comportamento dos homens um-para-com-o-outro, que é apenas representado no seu tráfego” (Buber, 2014, p. 40). Na comunicação com *stakeholders*, a fala é imprescindível, pois é veículo da reciprocidade estabelecida entre as partes envolvidas no diálogo: organizações e públicos estratégicos, pertencentes a diferentes grupos dentro da esfera social.

Podemos dizer, como Flusser (2007), no livro *Bodenlos*, dos diálogos que marcam a vida de cada um, nessa transição de relações supérfluas e ao mesmo tempo intensas, que nada mais são do que um “sem chão”, um sem limites, com mudanças frequentes de percepção e compreensão de quem seja o outro com quem se dialoga. Para Bohm (2005, p.8), o diálogo é “um convite para pôr à prova a viabilidade de definições tradicionais do que significa sermos humanos e, no plano coletivo, investigar a perspectiva de uma humanidade mais digna”.

Depreendemos do trabalho de Buber (2004) que a relação entre Sujeitos (Eu-Tu) cria melhores condições para

o vicejo de um pensamento e uma prática verdadeiramente compreensivos. Numa tal relação, cada um se encontra de posse da própria responsabilidade no ato da constituição do Outro como Sujeito e, conseqüentemente, da constituição de seu próprio estatuto de Sujeito. A condição humana se dá na mesma medida em que nossas relações nos humanizam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Construir relações e diálogos com *stakeholders* à luz da compreensão no universo organizacional significa humanizar as relações, ter acesso ao outro e desfazer-se dos preconceitos sociais. É o romper das ilusões. É o possibilitar acesso a novas experiências. É preciso desmistificar a ideia de que as empresas têm que se preocupar apenas com o lucro e com a competitividade, compreendendo seu papel na representação do coletivo social além-muros.

O exercício da escuta e da fala são ferramentas-chave para conectar pessoas, processos e integrar as relações. O Eu-Isso e o Eu-Tu são concepções que devem conversar, buscando fortalecer laços, propiciar aprendizados e fazer uma releitura dos negócios, produtos e serviços.

Resgatar a confiança nas relações a partir da transparência é uma maneira possível de tornar os vínculos sólidos, mesmo em esferas tão distantes como entre empregados e imprensa, por exemplo, ou entre clientes e governo. É preciso também aprender a se colocar no lugar do outro e resgatar as emoções e os afetos mais primários do ser humano, buscando assim reciprocidade, compreensão e respeito pelo papel de cada indivíduo dentro da sociedade, independentemente de ser empregado, cliente ou estar inserido na comunidade onde os negócios estão presentes.

Todos os *stakeholders*, conectados ou não entre si, exercem papel fundamental para a evolução organizacional, em sociedade, mas, para isso, a comunicação dialógica transparente e a ética devem fazer parte das relações construídas no universo profissional das organizações, resultando na confiança e cumplicidade entre as partes envolvidas.

Referências

ARENDDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BALDISSERA, Rudimar. A comunicação (re)tecendo a cultura da sustentabilidade em sociedades complexas. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling; OLIVEIRA, Ivone de Lourdes (Orgs.). **A comunicação na gestão da sustentabilidade**. São Caetano do Sul: Difusão, 2009, p. 33-55.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BOHM, David. **Diálogo**: comunicação e redes de convivência. São Paulo: Palas Athena, 2005.

BUBER, Martin. **Do diálogo e do dialógico**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

BUBER, Martin. **Eu e tu**. São Paulo: Centauro, 2004.

DEETZ, Stanley. A ascensão dos modelos de governança de stakeholders e o conseqüente redesenho da comunicação. In:

KUNSCH, Margarida Maria Krohling; OLIVEIRA, Ivone de Lourdes (Orgs.). **A comunicação na gestão da sustentabilidade**. São Caetano do Sul: Difusão, 2009, p. 85-105.

FLUSSER, Vilém. **Bodenlos: uma autobiografia filosófica**. São Paulo: Annablume, 2007.

LÉVINAS, Emmanuel. **Humanismo do outro homem**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

MACÊDO, Ivanildo; RODRIGUES, Denize; CHEVITARESE, Leandro; FEICHAS, Susana. **Ética e sustentabilidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

RIEL, Cees Van. **Reputação: o valor estratégico do engajamento de stakeholders**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

ROCHA, Thelma; GOLDSCHMIDT, Andrea. **Gestão de stakeholders**. São Paulo: Saraiva, 2012.

ROSSETI, Gislaine. Relações públicas das organizações com as comunidades locais. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling; KUNSCH, Waldemar Luiz (Orgs.). **Relações públicas comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora**. São Paulo: Summus editorial, 2007, p. 249-260.

SANTIAGO, Luiz. O capital social nas organizações e as interações comunicativas entre colaboradores e parceiros institucionais. In: MARQUES, Ângela; MATOS, Heloiza (Orgs.). **Comunicação e política: capital social, reconhecimento e deliberação pública**. São Paulo: Summus Editorial, 2011, p. 317-333.



Um olhar compreensivo para a publicidade destinada ao público feminino

Caroline Arice Gaudêncio da Silva

Há uma relação de diálogo comunicacional possível entre a produção publicitária e os seus públicos, fundada na ideia da atenção e do respeito para com os seres humanos e os grupos sociais aos quais a criação publicitária se dirige. Há o apelo a ver no Outro um Tu, não um Isso, na esteira da proposta filosófica e ética de Martin Buber. Eu-Tu tem a ver com relação, enquanto o Eu-Iso, quando se trata do humano, acaba por representar um campo de interesse, de objetivação, de coisificação, quando não de exploração e domínio. Essa dimensão compreensiva da publicidade, em diálogo com determinados avanços de consciência engendrados pela luta social e pelas ressignificações da vida no universo da cultura, assume elevada importância, no texto da autora, quando referida ao campo do feminino e das lutas históricas das mulheres por reconhecimento de sua condição de Eu-Tu, na tarefa jamais acabada de construção e de reconstrução de sua identidade. A ideia de compreensão como “abraço”, respeito, aceitação e inclusão não poderia, nos parece, ser mais pertinente.

A atualidade nos remete a “densidades e compreensão informativa que introduzem a virtualidade e a velocidade em um espaço-mundo feito de redes e fluxos, e não de elementos materiais”, indica Martín-Barbero (2004, p. 58). O autor pontua que estamos diante de um “novo modelo”, que se expressa na cultura da modernidade-mundo, “uma nova maneira de estar no mundo” que traz uma profunda mudança no sentido da diversidade.

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, Derrick de Kerckhove considera que estamos indo em direção a um novo nível de consciência, privado e público ao mesmo tempo. “As formas globais de comunicação integraram todos numa cultura planetária” (Kerckhove, 2009, p. 91). Uma das características da tendência atual da globalização, vista sob essa ótica positiva, é a transparência possível que surge da distribuição instantânea das notícias e do acesso a tudo através das mídias.

O processo de globalização que agora vivemos, no entanto, é ao mesmo tempo um movimento de potencialização da diferença e de exposição constante de cada cultura às outras, de minha identidade àquela do outro. (...) Misturar o plano coletivo das culturas com aquele dos indivíduos, que se movem em planos claramente diversos, permite sem dúvida constatar que aquilo que acontece em um produz efeitos no outro: o reconhecimento das diferenças culturais tradicionais – étnicas e raciais – tanto quanto o das modernas – de gênero ou dos homossexuais – passa sem dúvida pelo plano do direito e das leis, porém eles só se realizam no reconhecimento cotidiano dos direitos e no respeito dos indivíduos que encarnam essas culturas (Martín-Barbero, 2004, p. 60-61).

O fato é que “estamos diante de novas identidades, de temporalidades menos largas, mais precárias, mas também mais flexíveis, capazes de amalgamar e de conviver com ingredientes de universos culturais muito diversos” (Martín-Barbero, 2004, p. 66). É nesse contexto de era da informação e de identidades flexíveis que se observa a necessidade de um olhar compreensivo em direção à publicidade dirigida ao público feminino.

No mundo conectado e de identidades fluídas, a marca e suas campanhas ganham novos papéis e significados. Quando se observa a publicidade destinada ao público feminino, é possível utilizar-se de conceitos de Martin Buber para identificar nela tanto a relação Eu-Isso, monológica e de repressão, quanto a Eu-Tu, dialógica e de compreensão e, mais, constitutiva do humano. O texto se ocupa em elucidar significados que a publicidade incorpora no campo da representação de gênero e como o pensamento compreensivo se mostra um caminho promissor no processo de criação de uma campanha publicitária.

IDENTIDADE FEMININA

O período histórico conhecido como Modernidade¹, como indica Stuart Hall (2005), trouxe transformações que libertaram o indivíduo de seus apoios estáveis nas tradições e nas estruturas. Antes desse período, se acreditava que, já es-

¹ Discute-se bastante sobre quando, de que modo e com que natureza teria surgido a Modernidade. Um conjunto de autores tende a identificá-la com a história e a cultura do Ocidente pós-Iluminismo e pós-Revolução Industrial. Outros admitem uma envergadura maior, chamando a atenção para o nascimento do espírito moderno já a partir do século XV, com a invenção dos tipos móveis, as grandes navegações, o Renascimento etc. É possível que um olhar compreensivo ouça e valorize as posições de ambos, ainda que com acentos distintos.

tabelecidas, as identidades fundamentalmente não estavam sujeitas a grandes mudanças. Já o sujeito atual, pós-moderno, traz cada vez mais as marcas da fragmentação: um sujeito composto de várias partes. Aliás, o próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, se tornou mais provisório, variável e problemático.

Ainda segundo Hall (2005, p. 38), a identidade se forma “ao longo do tempo, através de processos inconscientes”, não sendo, portanto, “algo inato, existente na consciência no momento do nascimento”. Desse modo, “existe sempre algo ‘imaginário’ ou fantasiado” sobre a unidade do indivíduo. “Ela permanece sempre incompleta, está sempre ‘em processo’, sempre ‘sendo formada”.

Importante pontuar também que o feminismo, enquanto movimento político, filosófico e social que, num entendimento bastante geral, busca a igualdade de direitos entre os gêneros, teve uma relação direta com o descentramento conceitual do sujeito cartesiano e sociológico. Hall destaca que o feminismo enfatizou, como uma questão política e social, o tema do modo como somos formados e produzidos como seres generificados. Isto é, o feminismo politizou a subjetividade, a identidade e o processo de identificação (Hall, 2005, p. 45).

Zygmunt Bauman observa, entretanto, que a natureza provisória de toda e qualquer identidade e de toda e qualquer escolha entre a infinitude de modelos culturais à disposição não é uma descoberta das feministas (2005, p. 90). Num trecho anterior, ele afirma:

Para a grande maioria dos habitantes do mundo líquido moderno, atitudes como cuidar da coesão, apegar-se às regras, agir de acordo com os precedentes e manter-se

fiel à lógica de continuidade, em vez de flutuar na onda das oportunidades mutáveis e de curta duração, não constituem opções promissoras (Bauman, 2005, p. 60).

Assim, uma identidade fixada solidamente é um fardo, uma repressão, uma limitação da liberdade de escolha. Por isso, “fazer da ‘identidade’ uma tarefa e um objetivo do trabalho de toda uma vida, em comparação com atribuição a estados da era pré-moderna, foi um ato de libertação” (Bauman, 2005, p. 56).

(...) a “identidade” só nos é revelada como algo a ser inventado, e não descoberto; como alvo de um esforço, “um objetivo”; como uma coisa que ainda se precisa construir a partir do zero ou escolher entre alternativas e então lutar por ela e protegê-la lutando ainda mais (Bauman, 2005, p. 21-22).

Bauman cita também o conceito de “identidade da subclasse” como ausência de identidade, a abolição ou a negação da individualidade. Sendo assim, a “subclasse” é um grupo heterogêneo de pessoas que é excluído do espaço social em que as identidades são buscadas, escolhidas, construídas, confirmadas ou refutadas (2005, p. 46). Essa definição é importante para a análise da identidade feminina, considerando o fato de que as mulheres estiveram fadadas a ter a própria identidade, muitas vezes, pré-concebida e imposta pela forma com que o gênero feminino foi historicamente representado.

É no momento em que a mulher se acha mais emancipada, praticamente, que se proclama a inferioridade de seu sexo, o que constitui um notável exemplo do processo de justificação masculina de que falei: como não limitam mais seus direitos como

filha, esposa, irmã, é como sexo que lhe recusam a igualdade com o homem, pretextando, para dominá-la, “a imbecilidade, a fragilidade do sexo” (Beauvoir, 1970, p. 116).

Como pontuado, atualmente observa-se uma sociedade em constante movimento; portanto, já não fazem sentido definições rígidas e inegociáveis de identidade. Por isso, o notável clamor das mulheres por representações femininas que fujam do que lhes foi imposto em certo momento pela sociedade. E esse pensamento reforça o quanto elementos comuns da comunicação, como os estereótipos, retiram de certos grupos a opção pela liberdade de escolha e, assim, pela autêntica construção da identidade.

Sobre o sentido mais clássico da palavra “liberdade”, Fernando Savater indica que vem do campo político, não do campo da ética, da filosofia ou da psicologia. Em suas palavras (2012, p. 89), “a liberdade não se refere ao que queremos fazer, mas ao que podemos fazer; não trata dos motivos nem obnubilações do arbítrio, mas das relações de força entre semelhantes”.

A liberdade não só nos define como também tem contribuído decisivamente para nos configurar como espécie. O elemento essencial de tal transformação é a linguagem, a instituição humana por excelência e de importância não comparável a nenhuma outra, da qual depende a dimensão simbólica que se sobrepõe à nossa existência biológica e que condiciona esta (Savater, 2012, p. 85-86).

Segundo Savater, a linguagem é o tapete simbólico desse sobrevoar permanente e ativo sobre a realidade para tentarmos ser plenamente reais. E a publicidade, como expressão própria

da linguagem, tem seu papel de formadora e, ao mesmo tempo, de expressão da liberdade e da identidade dos seres sociais.

A CRIAÇÃO PUBLICITÁRIA E SUA SIGNIFICAÇÃO

Há o argumento, cada vez menos aceito, de que a publicidade é apenas um “espelho da sociedade”, uma justificativa para difusão de determinados modelos e uma tentativa de abstenção da responsabilidade por parte do publicitário quanto à “mediação” entre a realidade e um projeto de realidade (Beleli, 2007, p. 193). A partir desse raciocínio, o estereótipo, que é “a designação do outro, que distingue categorias de pessoas a partir de uma norma presumida (muitas vezes não explicitada)” (Scott, 1998, p. 297), acaba se tornando uma ferramenta de linguagem recorrente.

Quando se observam antigas propagandas destinadas ao público feminino, percebe-se que a imagem padrão da mulher reproduz um modelo hoje recorrentemente negado e até combatido, não só pelo movimento feminista, mas, cada vez mais, pela sociedade como um todo. E, cada vez mais, campanhas publicitárias destinadas ao público feminino têm sido criticadas pela incapacidade de criar uma conexão positiva com seu público-alvo.

Como indica Baudrillard, a publicidade tem como tarefa informar as características deste ou daquele produto e promover a sua venda. Porém, apesar dessa função objetiva, a lógica particular da eficácia da publicidade consiste numa lógica da fábula e da adesão. Os signos publicitários, escreve Baudrillard (2000, p. 95), “nos falam dos objetos, mas sem explicá-los em vista de uma práxis (ou muito pouco): de fato, remetem aos objetos reais como a um mundo ausente. São literalmente ‘legenda,’ ou seja, põem-se aí para que sejam lidos”.

Assim, ainda de acordo com Baudrillard (2000, p. 95), “vemos por aí o imenso papel político que desempenham a difusão dos produtos e das técnicas publicitárias: asseguram propriamente a substituição das ideologias anteriores, morais e políticas”.

Na publicidade, apresenta-se o domínio das imagens como representações visuais. Segundo Nöth e Santaella (1998, p. 15), “imagens, nesse sentido, são objetos materiais, signos que representam o nosso meio ambiente”. Porém, esse domínio existe juntamente com o domínio imaterial das imagens na nossa mente. E, assim, “a semiótica parte do pressuposto de que representações cognitivas são signos e operações mentais ocorrem na forma de processos sígnicos” (1998, p. 26).

No processo de criação publicitária, assim como em qualquer processo de criação, apresenta-se o ser consciente-sensível-cultural, e é importante indicar que “a cultura serve de referência a tudo o que o indivíduo é, faz, comunica, à elaboração de novas atitudes e comportamentos e, naturalmente, a toda possível criação” (Ostrower, 1987, p. 12).

Desde cedo, organizam-se em nossa mente certas imagens. Essas imagens representam disposições em que, aparentemente de um modo natural, os fenômenos parecem correlacionar-se em nossa experiência. Dissemos “aparentemente natural” porque desde o início interligamos as disposições que se formam com atributos qualitativos que lhe são estendidos pelo contexto cultural (Ostrower, 1987, p. 58).

Dessa forma, Ostrower indica que a atividade criativa consiste em transpor certas possibilidades latentes para o real. E, num processo de elaboração de uma peça publicitária

ria, existe um ser criador que age, transforma e configura, carregando uma bagagem cultural e imagens referenciais que orientam “os rumos da criação no sentido de certos propósitos e certas hipóteses virem a se tornar possíveis” (Ostrower, 1987, p. 102).

Na elaboração destes pensamentos não desconsideramos o fato de o homem ser produto de sua época, mas nunca apenas produto. Ele é algo mais. Cada homem é um indivíduo. Ao agir, inter-age com o mundo. Eventualmente ele agirá sobre o próprio contexto cultural (Ostrower, 1987, p. 103).

Muito se fala sobre o imaginário coletivo criado e usado como insumo para diversas criações, incluindo as publicitárias. Sobre esse conceito, Maffesoli (2001, p. 76) destaca que “o imaginário é o estado de espírito de um grupo, de um país, de um Estado-nação, de uma comunidade etc. O imaginário estabelece vínculo. É cimento social”.

Esse imaginário, segundo o autor, é alimentado por tecnologias, principalmente pelas tecnologias da comunicação, como a internet, cuja importância encontra-se na circulação de signos e nas relações estabelecidas por esses meios. Ou seja, “as tecnologias do imaginário bebem de fontes imaginárias para alimentar imaginários”.

O criador, mesmo na publicidade, só é criador na medida em que consegue captar o que circula na sociedade. Ele precisa corresponder a uma atmosfera. O criador dá forma ao que existe nos espíritos, ao que está aí, ao que existe de maneira informal ou disforme. (...) A genialidade implica a capacidade de estar em sintonia com o espírito coletivo (Maffesoli, 2001, p. 81).

Considerando que o criador da publicidade deve se colocar perante o outro no processo de criação, é importante observar que tipo de relação ele se propõe a criar com aquele para quem dirige a sua mensagem.

○ EU-ISSO E ○ EU-TU NA PUBLICIDADE

O filósofo judeu-austriaco Martin Buber (1878-1965) escreveu, há quase 100 anos (1923), que existem duas formas de o Eu se relacionar com o Outro. O Eu-Issso, uma experiência monológica e com olhar distante, e o Eu-Tu, uma experiência dialógica, de encontro na reciprocidade. Buber ainda completa que “o homem se torna Eu na relação com o Tu” (1974, p. 32).²

É possível traçar um paralelo entre o que ensina Buber e o processo de criação que uma marca deve traçar no diálogo que se propõe em uma peça publicitária.

O Eu da palavra-princípio Eu-Tu é diferente do Eu da palavra princípio Eu-Issso.

O Eu da palavra princípio Eu-Issso aparece egótico e toma consciência de si como sujeito (de experiência e de utilização).

O Eu da palavra-princípio Eu-Tu aparece como pessoa e se conscientiza como subjetividade (Buber, 1974, p. 73).

Ou seja, não se trata somente de como a marca e o criador da campanha publicitária se portam em relação ao

² Estamos, aqui, considerando apenas a relação do Eu com um Tu, um Tu que, negativamente falando, pode assumir a condição de um Issso nessa relação. No pensamento buberiano, a relação Eu-Issso pode ser também vista como natural, embora não constitutiva do humano, quando o Issso é um objeto, uma coisa qualquer. Um Issso, no entanto, que, pode também assumir o lugar privilegiado de um Tu. O que Buber ensina, na distinção que faz entre o Issso-Issso e o Issso-Tu, é a possibilidade de se cultivar uma atitude de respeito e amor frente à natureza, aos animais, às plantas...

Outro, como Tu ou como Isso, mas também de que modo se deixa influenciar e se moldar por esse Outro.

Há o caso conhecido da marca Barbie, da Mattel, que em 2015 colocou no mercado novos modelos de boneca, com diferentes tons de pele, tipos de cabelos e portes de corpo. Se antes a Barbie representava apenas mulheres magras, altas e loiras, agora são diversas as possibilidades de representações, abrindo o caminho para diálogos com o público feminino, principalmente, sobre a importância da diversidade.³

Quando uma marca com tanta história, como a Barbie, se propõe a repensar seu posicionamento como produto e mensagem, claramente, existe uma lógica capitalista e de adequação aos novos padrões de consumo da sociedade. Porém, essa mudança demanda, no mínimo, a compreensão do outro ao qual a mensagem se destina.

Compreender, de *comprehendere* (...) evoca originalmente a ideia de abranger, juntar, abraçar. É compreensivo, neste sentido, um pensamento que repele o reductionismo e não se faz estranho ao texto e ao contexto, ao território e aos acidentes geográficos em todo ato humano de conhecimento (Künsch, 2006, p. 8-9).

Como chama a atenção Dimas Künsch, “a compreensão impõe que se prestem as mais elevadas honras à crítica, nunca tentando escapar de fininho ao apelo de compreender as razões do outro” (2011, p. 39). Esse caminho parece ter sido escolhido pela campanha “Retratos da real beleza”,

³ Foram lançados vídeos sobre o processo de mudança de posicionamento da marca Barbie, com alguns deles chegando a mais de 1 milhão de visualizações no Facebook. Ver em <<https://www.facebook.com/oficialbarbiebrasil/videos>>. Acesso em: 29 ago. 2017.

da marca Dove⁴, e pela campanha “Like a Girl”, da Always⁵, que permitem uma abertura ao diálogo sobre a representação da mulher e o modo como ela deseja formar sua própria identidade.

O que se pode observar numa campanha em que há imposição de uma identidade ao gênero feminino é justamente a falta de diálogo e abertura, típica de uma relação Eu-Isso, que nada mais é do que quando o Eu se impõe, ordena e estrutura o seu mundo. É quando o Eu, neste caso a marca ou o próprio criador que é a agência publicitária, não está de fato em presença do Isso e vê o Isso apenas como objeto de uso. O Eu, ao invés de se ligar ao mundo, o reprime. Nessa experiência monológica, o olhar do Eu para o Isso é de distanciamento. O Outro acaba por ser transformado em Isso, uma coisa, “coisamente”, como expressa o poeta Carlos Drummond de Andrade, em “Eu, etiqueta” (2015, p. 56):

Por me ostentar assim, tão orgulhoso
De ser não eu, mas artigo industrial,
Peço que meu nome retifiquem.
Já não me convém o título de homem.
Meu nome novo é Coisa.
Eu sou a Coisa, coisamente.

Já quando existe uma relação Eu-Tu, o Eu existe em virtude do Tu. E levando isso para o mundo das marcas, faz bastante sentido pensar no ambiente conectado atual,

4 Campanha lançada em 2003 e que, em 2013, garantiu prêmio em Cannes ao vídeo brasileiro criado pela agência Ogilvy. Disponível em: <<https://youtu.be/lI0nz0LHbcM>>. Acesso em: 3 set. 2017.

5 Campanha lançada em 2014, cujo vídeo alcançou mais de 60 milhões de visualizações no YouTube. Disponível em: <<https://youtu.be/XjJQBjWYDTs>>. Acesso em: 3 set. 2017.

em que a marca existe no modo como se relaciona e é vista pelo consumidor. Neste caso, há um diálogo desejável e a presença/participação de ambas as partes. O Eu age sobre o Tu e o Tu age sobre o Eu. Portanto, ambos estão lá. A relação deles entre si dura mais do que um momento, existindo, assim, uma atitude de encontro da marca em relação aos seus consumidores.

COMPREENSÃO, DIÁLOGO E PRODUÇÃO PUBLICITÁRIA

Savater argumenta que os humanos devem educar os humanos e pactuar entre si, reconhecendo o outro e buscando a humanidade sob a pluralidade de suas manifestações. “Engendrar e criar semelhantes é humano, mas não desenhar modelos segundo o capricho de ocasionais presunções que a tecnologia permite e o mercado torna rentáveis” (Savater, 2012, p. 154).

Como indica Martín-Barbero (2004, p. 63), a comunicação é notavelmente “o cenário cotidiano do reconhecimento social”; portanto, é onde se constituem e se expressam os imaginários dos temores e esperanças das pessoas. Assim, nos meios de comunicação, “não apenas se reproduz ideologia, mas também se faz e refaz a cultura das maiorias, não somente se comercializam formatos, mas recriam-se as narrativas nas quais se entrelaça o imaginário mercantil com a memória coletiva”. E, no funcionamento dos meios, há um duplo movimento que articula as demandas sociais e as dinâmicas culturais às lógicas de mercado.

“Comunicação significará então colocação em comum da experiência criativa, reconhecimento das diferenças e abertura para o outro” (Martín-Barbero, 2004,

p. 69). Ou seja, há “o entendimento da comunicação como a colocação em comum de sentidos da vida e da sociedade” (Martín-Barbero, 2004, p. 69), tornando a comunicação um espaço fundamental do reconhecimento dos outros. E existe, assim, na criação publicitária, uma responsabilidade latente de, além de alimentar-se do contexto cultural, reconfigurá-lo.

Criar significa mais do que inventar, mais do que produzir algum fenômeno novo. Criar significa dar forma a um conhecimento novo que é ao mesmo tempo integrado em um contexto global. Nunca se trata de um fenômeno separado ou separável; é sempre questão de estruturas (Ostrower, 1987, p. 134).

Para esse criar responsável e mais próximo do conceito do diálogo, a publicidade tem aberto um novo caminho.

A área da comunicação, com suas promessas, sem precisar assumir um caráter soteriológico, salvacionista, bem que poderia se pensar como espaço de compreensão, da cidadania, do entendimento. Na linha compreensiva do menos “portanto” e mais “talvez”, pode-se encontrar nesse tipo de intencionalidade uma chance de aproximação entre saber e sabedoria (Künsch, 2011, p. 40).

Aumenta o sentimento de repúdio do público a campanhas publicitárias que apresentam apenas representações coletivas e classificações sociais. Em pesquisa feita pelo Data Popular e Instituto Patrícia Galvão (2013)⁶, registrou-se que 56% dos entrevistados, entre homens e mulheres,

⁶ Disponível em: <http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2012/05/representacoes_das_mulheres_nas_propagandas_na_tv.pdf>. Acesso em: 3 set. 2017.

consideram que as propagandas na TV não mostram as brasileiras reais. e 70% defendem punição aos responsáveis por propagandas que mostram as mulheres de modo ofensivo. O bombardeio negativo que campanhas consideradas machistas ou discriminatórias têm recebido na internet é um sinal do descontentamento, cada vez maior, com produções que não apresentam uma visão compreensiva do público com qual pretende se comunicar.

E mesmo com essa crescente reivindicação por representações femininas mais democráticas e inclusivas, apenas 5,13% dos comerciais empoderam mulheres e, portanto, cerca de 21 milhões de reais do investimento em mídia, na publicidade brasileira, são gastos com peças que reforçam estereótipos de gênero, segundo constatou estudo realizado pela agência Heads Propaganda (2016).⁷

Ou seja, mesmo com a atenção que o tema vem ganhado, ainda há um enorme caminho a ser percorrido para que a publicidade entenda, de fato, o seu papel e atue como forma de fortalecer discussões sociais e criar um diálogo com a sociedade. O que os criativos das agências de publicidade e os gestores das marcas devem considerar é que as peças publicitárias não dizem respeito apenas ao produto ou serviço a ser vendido, mas possuem em si intenções e projeções de cunho subjetivo.

Apesar da fascinação tecnológica e do relativismo axiológico que os manuais de pós-modernismo pregam, comunicar foi e continuará sendo algo muito mais difícil e mais amplo que informar, pois comunicar é tornar possível que homens reconheçam outros

7 Disponível em: <http://www.heads.com.br/uploads/Heads_Todxs.pdf>. Acesso em: 3 set. 2017.

homens em um duplo sentido: reconheçam seu direito a viver e a pensar diferente, e reconheçam a si mesmos nessa diferença, ou seja, que estejam dispostos a lutar a todo momento pela defesa dos direitos dos outros, já que nesses mesmos direitos estão contidos os próprios (Martín-Barbero, 2004, p. 70-71).

Referências

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Corpo**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 53-56.

BAUDRILLARD, Jean. Significação da publicidade. In: **Teoria da cultura de massa**. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 289-299.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: fatos e mitos. 4. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

BELELI, Iara. Corpo e identidade na propaganda. **Estudos Feministas**. Florianópolis. jan.-abr., 2007, p. 193-215.

BUBER, Martin. **Eu e tu**. São Paulo: Editora Moraes, 1974.

HALL, Stuart. **A identidade cultural da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

KERCKHOVE, Derrick de. **A pele da cultura**. São Paulo: Annablume, 2009.

KÜNSCH, Dimas A. Comunicação, conhecimento e compreensão. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 29, 2006, Brasília. **Anais...** Brasília: Intercom [2006]. Disponível

em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R1091-1.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

KÜNSCH, Dimas A. Saber, afeto e compreensão: epistemologia da comunicação e dialogia. **Líbero**, v. 14, n. 27, p. 31-42, jun. de 2011. Disponível em: <<https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/Texto-em-contexto-Saber-afeto-e-compreens%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

MAFFESOLI, Michel. O imaginário é uma realidade. **Famecos**, v. 8, n. 15, p. 74-81, ago. 2001. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3123>>. Acesso em: 19 ago. 2017.


MARTÍN-BARBERO, Jesús. Globalização comunicacional e transformação cultural. In: MORAES, D. (Org.). **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. 2. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2004, p. 56-86.

NÖTH, Winfried; SANTAELLA, Lucia. **Imagem: cognição, semiótica, mídia**. São Paulo: Iluminuras, 1998.

OSTROWER, Faya. **Criatividade e processos de criação**. Petrópolis: Vozes, 1987.

SAVATER, Fernando. **A importância da escolha**. São Paulo: Planeta, 2012.

SCOTT, Joan. A invisibilidade da experiência. **Projeto História**, São Paulo: PUC-SP, n. 16, p. 297-325, 1998.



Refugiados: dos critérios de noticiabilidade à gastronomia como pertencimento¹

Cilene Victor

Luís Mathias dos Santos Ferreira

Um primeiro e muito importante aspecto compreensivo do texto é o abraço, entre preocupado, generoso e engajado, a uma multidão imensa de pessoas que vagam tristemente de um lugar para outro na condição de refugiados. A maior crise humanitária do orgulhoso e muito conectado século 21, aparentemente mais disposto a erguer muros que construir pontes de compreensão e de oferta de refúgio, assume, no texto, um segundo viés compreensivo: a revisão e reatualização dos critérios tradicionais de noticiabilidade e a proposta de se vincular imprensa e humanidade. Descendo ao particular, para eleger um momento importante desse drama mundial e descobrir em seu interior rasgos

¹ Texto apresentado originalmente durante o IX Seminário da Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación – Alaic Cone Sul 2017 (Goiânia, Universidade Federal de Goiás, 22-23 de maio de 2017). Foram feitas alterações para a publicação neste livro.

de uma identidade possível, os autores se reúnem ao redor do fogo e das panelas, compartilhando a sorte dos deserdados: a cozinha, o alimento e a gastronomia falam. Às vezes gritam. Impossível não perceber, nesse conjunto de apostas, a voz inquietante de Hannah Arendt chamando para a compreensão. Compreender o mundo em que vivemos, abraçá-lo também em seus dramas e tristezas é a condição, ensinava Arendt, para o gesto da luta pela mudança.

A Primeira Cúpula Mundial Humanitária (*World Humanitarian Summit*), realizada em Istambul, Turquia, em maio de 2016, pensada quatro anos antes por Ban Ki-moon, à época secretário-geral da Organização das Nações Unidas, a ONU, foi resultado direto de um processo de consulta que durou três anos, envolveu mais de 23 mil pessoas em 153 países e deu origem a um apelo para que governos e instituições sociais apoiem cinco responsabilidades cruciais: prevenir e pôr fim a conflitos; respeitar regras de guerra; não deixar ninguém para trás; trabalhar de diferentes formas para eliminar carências; e, quinto, investir na humanidade (Acnur, 2016).

As ações-chave necessárias para fazer valer essas cinco responsabilidades estão dispostas na Agenda pela Humanidade, discutida durante a Cúpula Humanitária, encontro que reuniu líderes de governos, empresas, organizações humanitárias, sociedade civil, redes comunitárias e academia com o propósito de estabelecer compromissos e estimular uma ação global para acabar com o sofrimento de milhões de homens, mulheres e crianças vítimas de conflitos armados, guerras civis, terrorismo e desastres.

As discussões, durante suas plenárias e sessões especiais, foram amparadas nas estatísticas do final de 2014, que já faziam da crise humanitária a maior registrada após o fim da Segunda Guerra Mundial: 125 milhões de pessoas demandando algum tipo de assistência humanitária e quase 60 milhões em situação de refúgio.

Chamar a atenção para o drama dos refugiados no mundo atual constitui um dos objetivos centrais deste trabalho. E também imaginar caminhos possíveis para se fazer deles uma pauta constante, engajada e humana de cobertura jornalística. O tema da (re)construção da identidade se faz presente no texto, num recorte específico, sob o olhar atento para o que a arte e a graça do alimento com assinatura própria, culturalmente definida, podem representar, senão de saída para a gigantesca crise, pelo menos de respiro na dura tarefa de afirmação da própria identidade.

Esses objetivos se conjugam ao redor de um pequeno conjunto de eixos estruturadores deste trabalho, que, sob o ponto de vista metodológico, se funda na experiência e observação dos autores, na pesquisa bibliográfica e na proposição de hipóteses, como contribuição para a compreensão entre as pessoas e os povos, para a paz, para o exercício da solidariedade.

Diante da constatação empírica de que uma parcela de refugiados, no Brasil, encontrou abrigo em cozinhas, de restaurantes dos mais variados tipos ou de padarias e confeitarias, carrinhos de comida de rua ou bares badalados, por exemplo, da cidade de São Paulo, o artigo objetiva promover uma discussão sobre a gastronomia como meio de inserção social e de acolhimento de refugiados.

Os caminhos teórico-metodológicos aqui adotados estão traduzidos na análise do problema dos refugiados sob a ótica do jornalismo contemporâneo e da comunicação dialógica em Habermas:

(...) não é a relação de um sujeito solitário com algo no mundo objetivo que pode ser representado e manipulado, mas a relação intersubjetiva, que sujeitos que falam e atuam assumem quando buscam o entendimento entre si sobre algo. Ao fazer isto, os atores comunicativos movem-se por meio de uma linguagem natural, valendo-se de interpretações culturalmente transmitidas e referem-se a algo simultaneamente em um mundo objetivo, em seu mundo social comum e em seu próprio mundo subjetivo (2012, p. 112).

OS REFUGIADOS NO CONTEXTO DA CRISE HUMANITÁRIA

Os números da crise humanitária são reflexos de um aumento vertiginoso de conflitos armados e guerras civis que, em 2014, passaram a atingir 11 países – Iraque, Afeganistão, República Democrática do Congo, Somália, Sudão do Sul, Síria, Líbia, Ucrânia, Paquistão, Nigéria e República Centro-Africana –, quase o triplo do registrado em 2007 (Einsiedel et al., 2014), como também consequências da frequência e intensidade dos desastres, parte deles associada às mudanças climáticas.

Entre a Cúpula Mundial Humanitária e a Reunião de Alto Nível, “Resposta aos Grandes Movimentos de Refugiados e Migrantes”, realizada durante a 71ª sessão da Assembleia Geral da ONU, também em setembro de 2016, as estatísticas foram atualizadas e a crise humanitária alcançou número recorde de 130 milhões de pessoas dependentes de ajuda humanitária para sobreviver (UNHCR, 2016).

Segundo dados do relatório anual Tendências Globais (*Global Trends*), produzido pela Agência da ONU para Refugiados (Acnur) e publicado em junho de 2016, os deslocamentos forçados alcançaram no final de 2015 a marca de 65,3 milhões de pessoas, quase 10% mais que o número registrado no ano anterior. Desse total, 21,3 milhões são refugiados, 3,2 milhões requerentes de refúgio e 40,8 milhões deslocados internos, ou seja, que foram obrigados a deixar as suas casas, mas continuam dentro dos seus países. São 24 pessoas por minuto que se veem forçadas ao deslocamento, quatro vezes mais do que o registrado uma década atrás, 6 pessoas por minuto. Uma em cada 113 pessoas no planeta é solicitante de refúgio, deslocada interna ou refugiada (UNHCR, 2016).

Do total de refugiados no mundo, 54% são provenientes de três países: Síria (4,9 milhões), Afeganistão (2,7 milhões) e Somália (1,1 milhão). Em 2015, um pouco mais da metade do número total de refugiados, 51%, era formada por crianças. Já os países com o maior número de deslocados internos são Colômbia (6,9 milhões), Síria (6,6 milhões) e Iraque (4,4 milhões). Os que têm abrigado um grande número de refugiados, a maioria proveniente de países vizinhos enfrentando conflitos armados ou guerras civis, são Turquia (2,5 milhões), Paquistão (1,6 milhão), Líbano (1,1 milhão), Irã (979,4 mil), Etiópia (736,1 mil) e Jordânia (664,1 mil). O Líbano é o que registra a maior concentração de refugiados, 183, para cada mil habitantes, seguido da Jordânia, 87, Nauru, 50, e Turquia, 32 (UNHCR, 2016).

Os números do *Global Trends* também chamam a atenção para a desproporcionalidade na distribuição dos

refugiados entre os países pobres e ricos, uma vez que os primeiros respondem por 86% do total de refugiados acolhidos dentro da competência do Acnur.

O tamanho da economia, o nível de desenvolvimento e a população de um país anfitrião são considerações importantes na medição do impacto da acolhida de refugiados. As regiões em desenvolvimento continuam a receber refugiados de forma desproporcional, sendo a maior parte acolhida por países de baixa e média renda. Por três anos consecutivos, os países dessas regiões tinham acolhido uma média de 86% de todos os refugiados sob a competência do Acnur, em comparação aos cerca de 70% registrados há duas décadas. Até o final de 2015, os países das regiões em desenvolvimento abrigaram 13,9 milhões da população total de refugiados do mundo, em comparação com os 2,2 milhões de países desenvolvidos. Em especial, os *Least Developed Countries* (LDC) – aqueles menos preparados para satisfazer as necessidades de seus próprios cidadãos, muito menos as necessidades humanitárias frequentemente associadas a crises de refugiados – providenciaram asilo a mais de 4 milhões de refugiados (UNHCR, 2016, p. 18. Tradução nossa).

Esse foi o cenário da Reunião de Alto Nível, “Resposta aos Grandes Movimentos de Refugiados e Migrantes”, considerada um passo importante para alcançar os preceitos da Agenda pela Humanidade e um marco nos processos de negociações e ações para o enfrentamento das causas e consequências do refúgio em massa e a urgência de compartilhamento de responsabilidades.

A Reunião de Alto Nível culminou com a adoção da Declaração de Nova York pelos 193 Estados-membros da

ONU. Ao adotarem a Declaração, documento não vinculante, sem força de lei, os países passam a ter o compromisso de iniciar negociações e esforços que darão origem a um pacto global para uma migração segura, ordenada e atenta à responsabilidade compartilhada no recebimento de refugiados, visando equilibrar o número de refugiados recebidos pelas nações mais e menos desenvolvidas. Esse pacto, que deverá contar com consultas a governos, sociedade civil e outros setores sociais, será apresentado à Assembleia Geral da ONU em 2018 (Acnur, 2016).

Vale salientar que no caso brasileiro, ainda que o número de solicitações de refúgio tenha passado de 966, em 2010, para 28.670, em 2015, um aumento de 2.868% em cinco anos, o país abriga poucos refugiados. Com base no último relatório do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), órgão interministerial coordenado pelo Ministério da Justiça, o Brasil registrou o total de 8.863 refugiados reconhecidos, de 79 diferentes nacionalidades. A maioria é proveniente da Síria (2.298), Angola (1.420), Colômbia (1.100), República Democrática do Congo (968) e Palestina (376) (Conare, 2016).

NOTICIABILIDADE E ESFERA PÚBLICA

Embora o cenário seja singular, com números que fazem da crise a maior dos últimos 70 anos, sua cobertura pela imprensa está sujeita a critérios de noticiabilidade historicamente adotados pelo jornalismo ocidental. Galtung e Ruge (1965) levantaram os principais critérios que permitem que um acontecimento vire notícia: momento e frequência do acontecimento; intensidade ou magnitude de um acontecimento; clareza; consonância com as expectativas; proximi-

dade; proeminência social das pessoas envolvidas; proeminência das nações envolvidas; composição tematicamente equilibrada do noticiário; desenvolvimento de assuntos anteriores; inesperado; personificação; e negatividade.

Segundo Sousa (2003), esses critérios, apresentados há mais de cinco décadas, foram revistos por muitos estudiosos e pesquisadores do campo do jornalismo, mas a sua essência permanece atual.

Uma observação empírica da cobertura da imprensa brasileira sobre a migração em massa, traduzida em notícias, reportagens, editoriais e artigos, norteou a construção da hipótese adotada neste trabalho, concebido no escopo do projeto de pesquisa “A compreensão como método: suas teorias e práticas”, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero.

Para estes autores, pesquisadores do projeto, a cobertura tende a reproduzir representações que retardam a compreensão da sociedade acerca da crise humanitária e os seus desdobramentos, isso quando ela consegue furar os critérios de noticiabilidade que dificultam identificar narrativas capazes de cobrir, sem saturar o interesse das audiências, acontecimentos que envolvem sofrimento humano prolongado, como as guerras civis e os conflitos violentos.

Essa proposição também encontra abrigo nas impressões de Zygmunt Bauman (2017), para quem a realidade vivida pelos refugiados é transformada em uma rotina de normalidade, cujo desgaste faz com que esse drama desapareça da vista e das consciências.

Enquanto escrevo estas palavras, outra tragédia – nascida da indiferença insensível e da cegueira moral – está à espreita, pronta para o ataque. Acumulam-se

os sinais de que a opinião pública, em conluio com uma mídia ávida por audiência, está se aproximando de modo gradual, porém inexorável, do ponto de “fadiga da tragédia dos refugiados”. Crianças afogadas, muros apressadamente erguidos, cercas de arame farpado, campos de concentração superlotados e competindo entre si para acrescentar o insulto de tratarem migrantes como batatas quentes às injúrias do exílio, de escapar por pouco dos perigos enervantes da viagem rumo à segurança – todas essas ofensas morais cada vez são menos notícia e aparecem com menor frequência no “noticiário” (Bauman, 2017, p. 8).

Para Bauman, os discursos políticos, da mídia e as manifestações nas mídias sociais contribuem para aumentar a ansiedade e o medo do público em relação às ameaças construídas em torno dos refugiados. “Essa crise é hoje uma espécie de codinome politicamente correto para a fase atual da eterna batalha dos formadores de opinião pela conquista e subordinação das mentes e dos sentimentos humanos” (Bauman, 2017, p. 8).

O pacto global da ONU para os refugiados depende da vontade política de governantes e, para isso, é condição primária para a formação de uma esfera pública capaz de possibilitar a troca de impressões, ideias e decisões para romper com uma estatística incompatível com os avanços da segunda década do século 21.

Em Habermas, identificamos o ciclo de vida das inquietações que, mais adiante, podem virar narrativas midiáticas e, assim, fazer girar o ciclo iniciado na esfera pública, culminando na formação de uma opinião pública lúcida e mais bem preparada para, assim, cobrar políticas públicas a respeito do problema.

Partindo dessa periferia, os temas dão entrada em revistas e associações interessadas, clubes, academias, grupos profissionais, universidade etc., onde encontram tribunas, iniciativas de cidadãos e outros tipos de plataformas; em vários casos transformam-se em núcleos de cristalização de movimentos sociais e de novas subculturas. E estes, por seu turno, têm condições de encenar e de dramatizar as contribuições, fazendo com que os meios de comunicação de massa se interessem pela questão. Pois, para atingir o grande público e a agenda pública, tais temas têm que passar pela abordagem controversa da mídia (Habermas, 1997, p. 115).

Os critérios de noticiabilidade não apenas impedem que essa temática faça parte da agenda da sociedade e, conseqüentemente, forme uma opinião pública preparada e disposta a forçar políticas públicas de inserção social e de acolhimento dos refugiados, como também dificultam a luta dos refugiados por reconhecimento, no contexto da chamada gramática dos conflitos sociais (Honneth, 2003).

GASTRONOMIA E IDENTIDADE CULTURAL

Diante de uma imprensa ainda limitada a critérios de noticiabilidade engessados, ou tradicionais, como preferem alguns críticos do jornalismo, faz-se necessário entender as estratégias dos próprios refugiados para sensibilizar, informar e conscientizar a sociedade sobre suas dificuldades de integração, sobretudo diante de identidades culturais díspares e desconhecidas de boa parte dos brasileiros.

Nossa atenção, no caso deste texto, se volta para o Brasil, o lugar em que mais facilmente se torna possível exercer a experiência e a observação de que falávamos antes, como parte de nossa metodologia de trabalho. Isso não

implica desconhecer que as principais intuições teóricas aqui expressas podem, com resultados práticos positivos, ser válidas para as mais distintas latitudes geográficas para onde a crise acaba levando os refugiados.

Abordar a temática da identidade cultural demanda resgatar aquilo que Stuart Hall compreende por cultura partilhada, “uma espécie de ser verdadeiro e uno coletivo. Oculto sob os outros muitos ‘seres’ mais superficiais ou artificialmente impostos, que as pessoas com ancestralidade e história em comum compartilham” (Hall, 1996, p. 68).

A questão, portanto, não é a do alimento em si, como os ingredientes específicos que os refugiados utilizam para a apreciação do paladar brasileiro, mas sim suas técnicas e receitas de família. Seus sabores diferenciados são alcançados não apenas pela utilização de temperos e carnes diferentes, mas por uma complexa rede simbólica que pertence ao seu país de origem. Talvez seja este um dos primeiros caminhos de diálogo dessas pessoas com a sua nova vida e seus novos ambientes.

A gastronomia, aqui compreendida como o ato de cozinhar e não o estado da arte não reproduzível de uma culinária específica, representado pelos produtos midiáticos do atual estágio da modernidade, funciona como uma linguagem para a construção de um discurso que irá dialogar com os aspectos e outros discursos envolvidos na experiência de identidade nacional do indivíduo.

Todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem. [...] O emprego da língua efetua-se na forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. Esses enun-

ciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo. [...] Esses três elementos – o conteúdo temático, o estilo, a construção composicional – estão indissolivelmente ligados no conjunto do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um campo da comunicação. Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais denominamos gêneros do discurso (Bakhtin, 2016, p. 11-12).

A partir desse pensamento, podemos entender um prato como uma dessas elocuições, ou seja, uma organização simbólica que resulta em uma mensagem. Bakhtin defende também que cada uma dessas elocuições demonstra o objetivo e as condições nas quais foram criadas, por meio do tema e estilo linguístico daquele discurso, utilizando-se de escolhas lexicais, fraseológicas e gramaticais.

Buscando inspiração na teoria bakhtiniana,² podemos sugerir uma relação, até certo ponto curiosa, entre o ato da escrita e o ato de cozinhar. Em ambas as atividades (escrita e cozinha) estamos lidando com tipos relativamente estáveis de elocuições. A escolha de ingredientes de um chef de cozinha e as escolhas lexicais de um escritor irão, da mesma forma, alterar o resultado do discurso final, seja na utilização de palavras estrangeiras para formação identitária-

2 Estamos aqui fazendo paralelos, buscando inspiração na teoria de gêneros do discurso/enunciativos de Bakhtin, não estabelecendo uma equivalência entre culinária e enunciação. O conceito de gênero discursivo bakhtiniano é de certo modo amplo, permitindo identificar e abarcar gêneros verbais que não se restringem às modalidades escritas – apresentação em congresso, papo de elevador etc. –, mas ainda assim está restrito ao uso de linguagem verbal, pela própria natureza dos estudos de Bakhtin.

ria de um personagem, ou apenas o cozimento de orelhas de porco no lugar de suas costelas. Ambas as ações terão resultados no significado do produto final.

Tendo em vista que nossas identidades individuais estão relacionadas a um complexo sistema discursivo de representação, tanto escolhas lexicais quanto escolhas de ingredientes tornam-se importantes marcadores culturais na orientação da representação de si mesmo, que é sugerida, pelo autor e pelo *chef*, através dos mesmos mecanismos de seleção e conexão de símbolos e significados. O idioma, em todas as suas nuances morfosintáticas, e a gastronomia, em suas técnicas, ferramentas e ingredientes, revelam aspectos da identidade vestida por seu interlocutor no momento da produção.

No mundo moderno, as culturas nacionais em que nascemos se constituem em uma das principais fontes de identidade cultural. Ao nos definirmos, algumas vezes dizemos que somos ingleses ou gauleses ou indianos ou jamaicanos. Obviamente, ao fazer isso estamos falando de forma metafórica. Essas identidades não estão literalmente impressas em nossos genes. Entretanto, nós efetivamente pensamos nelas como se fossem parte de nossa natureza essencial (Hall, 2016, p. 25).

Se, para Bakhtin, o discurso revela as condições e atividades sociais nas quais esse discurso foi produzido, não há como escapar da representação dessa “identidade nacional” no resultado de um texto. O idioma, por si só, pode revelar a origem ou ao menos um perfil de ascendência histórica e cultural do autor. Da mesma forma, um dado conjunto de ingredientes ou determinado sistema de técnicas gastronômicas pode revelar as mesmas informações.

As culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um *discurso* – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos [...] As culturas nacionais, ao produzir sentidos com os quais podemos nos *identificar*, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas estórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas. Como argumentou Benedict Anderson (1983), a identidade nacional é uma “comunidade imaginada” (Hall, 2016, p. 51. Grifos do autor).

A instituição da identidade nacional tem um papel fundamental na experiência social e individual do sujeito moderno, impedindo-o, muitas vezes, de experimentar um deslocamento identitário cada vez mais comum diante do fenômeno da globalização. A liquidez das fronteiras identitárias, identificada por Bauman (2005), fragiliza os vínculos humanos e dificulta o saciamento da necessidade de pertencimento. Dessa forma, o compartilhamento dos símbolos e experiências que constituem a identidade nacional de um indivíduo se tornam importantes marcadores para que ele mesmo seja capaz de se colocar no mundo de alguma forma.

É comum afirmar que as “comunidades” (às quais as identidades se referem como sendo as entidades que as definem) são de dois tipos. Existem comunidades de vida e de destino, cujos membros (segundo a fórmula de Siegfried Kracauer) “vivem juntos numa ligação absoluta”, e outras que são “fundidas unicamente por ideias ou por uma variedade de princípios”.

Dos dois tipos, o primeiro me foi negado – tal como o foi e será para um número cada vez maior de meus contemporâneos (Bauman, 2005, p. 17).

Nascido na Polônia, Bauman experienciou a identidade de refugiado na Grã-Bretanha e reconheceu que, diante do cenário político e social construído ao longo do século passado, culminando na globalização, muitas outras pessoas passariam pela mesma experiência. Sua história de refúgio proporciona uma série de questionamentos fundamentais para a compreensão dos processos culturais dialógicos entre o refugiado e sua nacionalidade anfitriã. Bauman, no entanto, parece não ter enfrentado uma dificuldade linguística ao sair da Polônia para a Grã-Bretanha. Tal felicidade não é compartilhada pela maioria dos refugiados, especialmente por aqueles que pousam em terras brasileiras.

A busca por pertencimento não é deixada para trás, enquanto escapam das mazelas que afligem seus países de origem. Pelo contrário, pode-se dizer que essa busca se torna ainda mais complexa e fundamental. O trabalho representativo nessas condições de afastamento obriga o indivíduo a lidar com um sistema cultural novo, no qual nem todos os símbolos, crenças e experiências são compartilhados. Sírios não deixam de ser sírios por morarem no Brasil. A experiência cultural do indivíduo fará parte de sua nova identidade de forma inevitável, independentemente das regras impostas pelos Estados ou processos legais de naturalização. Condições como essa são reveladas nas elocuições desses indivíduos por meio do diálogo entre os discursos que compõem sua identidade nacional materna e sua identidade nacional “adotiva”.

Ao invés de tomar a identidade por um fato que, uma vez consumado, passa, em seguida, a ser representada pelas novas práticas culturais, deveríamos pensá-la, talvez, como uma *produção* que nunca se completa, que está sempre em processo e é sempre constituída interna e não externamente à representação [...] O eu que aqui escreve, por certo, tem também de ser pensado, ele mesmo, como *enunciado*. Todos nós escrevemos e falamos *desde* um lugar e um tempo particulares, *desde* uma história e uma cultura que nos são específicas. O que dizemos está sempre *em contexto*, *posicionado* (Hall, 1996, p. 68. Grifos do autor).

Privado da permanência nesse local de fala originário e de sua experiência comunitária, a representação do refugiado, onde ocorre a produção de suas identidades, torna central a questão da identidade nacional. Para pertencer é preciso ser visto. Existimos sempre com relação ao outro, somos o que o outro não é, ou compartilhamos o que identificamos de nós mesmos no outro. A visibilidade é, portanto, fundamental para a representação e sensação de pertencimento dessas identidades privadas de estabilidade territorial e simbólica.

A representação da identidade nacional do refugiado fica nas mãos da grande mídia como ferramenta para o noticiário de acontecimentos mundiais. O resultado da guerra é uma identidade de refugiado que pouco olha para o indivíduo, tornando-o um símbolo órfão, não mais pertencente ao seu próprio complexo cultural e jamais pertencente ao país de refúgio. Sua representação pela mídia de massas apresenta um discurso do qual foram retirados os marcadores que indicam suas condições de produção. A representação midiática dessa identidade não fala do mes-

mo lugar particular que está sendo ocupado pelo representado. Os discursos originais desse lugar de fala dificilmente ganham espaço na mídia, apenas suas representações escritas por indivíduos brasileiros que revelam, inevitavelmente, suas próprias condições de produção discursiva.

ESPAÇO MIDIÁTICO DE REPRESENTAÇÃO

Na busca por pertencimento, o refugiado agarra-se aos símbolos originais que formam a representação de si mesmo, construída por toda a experiência de vida do indivíduo. Busca-se na religião, nas histórias familiares, nos mitos e nos hábitos de seus pares a reconexão com a identidade nacional de cuja participação está privado.

Dentre esses hábitos e linguagens, destaca-se a gastronomia, tanto por sua semelhança discursiva com o texto, quanto por sua profunda significação identitária. Os marcadores culturais presentes na alimentação daqueles que provêm de um sistema cultural diferente têm uma característica peculiar que causa curiosidade e atração. É deste local único de fala que acaba por nascer o discurso que será reproduzido em sua integridade; afinal, é dessa experiência única que nascem os sabores dos pratos estrangeiros.

Assim, gastronomia, como argumentamos, pode ser considerada algo como um gênero discursivo cultural. O que ainda não foi abordado é a sua relação com a cozinha. A cozinha se refere ao hábito alimentar diário, um discurso popular compartilhado por indivíduos que compartilham um mesmo lugar de fala, ou seja, um mesmo sistema simbólico.

A cozinha é o arroz e feijão brasileiro, a gastronomia é o estado da arte da cozinha. Enquanto o fenômeno da globa-

lização, baseado nas tecnologias de reprodução e compartilhamento, possibilitou, no campo da arte, a massificação e portanto uma espécie de perda do que Walter Benjamin chamou de *autenticidade* (aqui e agora), na gastronomia o efeito foi o contrário. A facilitação do compartilhamento imagético desses discursos gastronômicos variados apenas evidenciou sua característica artística de não reprodução.

Por mais perfeita que seja a reprodução, uma coisa lhe falta: o aqui e o agora da obra de arte – a sua existência única no lugar onde se encontra. Sobre essa existência única, e sobre ela apenas, se fez a história que a obra esteve sujeita no decurso de sua existência. [...] O aqui e agora do original encerra a sua autenticidade. Certas análises químicas da pátina de um bronze podem contribuir para verificar a sua autenticidade; do mesmo modo a demonstração de que determinado manuscrito da Idade Média procede de um arquivo do século XV o poderá fazer quanto a este. (Benjamin, 2017, p.11).

Na gastronomia, a autenticidade só é encontrada ao compartilhar a mesa, ou seja, o espaço a partir do qual fala o produtor do discurso. Dessa forma, para os não pertencentes ao complexo sistema cultural do cozinheiro torna-se impossível a reprodução daquele discurso já que, mesmo mantendo ingredientes e técnicas, não haverá no discurso os marcadores culturais capazes de compor a autenticidade do prato.

Esse fenômeno tem sido responsável por um recente aumento no consumo de alimentos estrangeiros, o que resultou na abertura de um espaço midiático vasto e produtivo de representação da identidade nacional do refugiado: os ambientes gastronômicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos na primeira parte deste artigo, as estatísticas remetem a crise humanitária a um nível inimaginável,³ o que levou a ONU à realização da Primeira Cúpula Mundial Humanitária, considerada um resultado direto da percepção de Ban Ki-moon, à época secretário-geral da ONU, de que a vontade política recuava à medida que a crise humanitária se agravava.

Praticamente na mesma direção, a cobertura jornalística, amarrada a critérios de noticiabilidade que não se deixam facilmente arejar, parece também não acompanhar a gravidade da temática. A importância do jornalismo no contexto da crise humanitária foi discutida durante uma sessão especial da Cúpula, que reconheceu duas urgências: garantir a segurança dos jornalistas nas zonas de conflito e promover um jornalismo independente em situações como essa. Essa sessão também permitiu debater o papel da imprensa na formação da opinião pública que, por sua vez, seja capaz de cobrar dos governos uma ação mais efetiva para o enfrentamento da crise.

Tão importante quanto unir esforços para combater as causas da crise humanitária na sua raiz, guerras civis, conflitos armados, desastres, é garantir a dignidade de milhões de homens, mulheres e crianças em situação de refúgio. A dignidade dos refugiados, por sua vez, não poderá ser ga-

3 Neste texto, escrito inicialmente para o IX Seminário da Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación – Alaic Cone Sul 2017, em maio de 2017, recorreremos às estatísticas da crise humanitária divulgadas meses antes. Infelizmente, os números subiram e tornaram-se ainda mais preocupantes. Em agosto deste mesmo ano de 2017, o Escritório das Nações Unidas de Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA) divulgou nota na qual estima que mais de 141,1 milhões de pessoas, de 37 países, necessitem de algum tipo de assistência humanitária.

rantida a partir de uma cobertura midiática incipiente ou amparada numa representação social dos refugiados que ignore sua identidade cultural.

Este trabalho reconhece que a gastronomia não apenas contribui para preservar e valorizar a identidade cultural dos refugiados, como configura uma narrativa capaz de ir muito além das representações repetitivas e estereotipadas. A gastronomia excede os limites de uma esfera pública midiática e conduz os refugiados, suas histórias, suas crenças, sua identidade cultural, para o centro do debate e da agenda social e política.

Ao buscar conforto e pertencimento em seu próprio discurso gastronômico, os refugiados têm encontrado algum espaço midiático para expressão de suas representações e dessa forma, muitos desses indivíduos encontraram o pertencimento que buscavam, também, na cultura brasileira. Para pertencer é preciso ser visto, para ser visto é preciso dialogar e para dialogar é preciso produzir discursos.

Ao encontrar a autenticidade que só a sua cozinha é capaz de produzir, o refugiado órfão de nação sai das colunas de notícias internacionais para os guias de turismo urbano, pertencendo ao imaginário de ambas as identidades nacionais pelas quais circula.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos à nossa porta**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2017.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época da possibilidade de sua reprodução técnica. In: BENJAMIN, Walter. **Estética e sociologia da arte**. Tradução de João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

EINSIEDEL, Sebastian von. et al. Major recent trends in violent conflict. **United Nations University Centre for Policy Research**. Nov. 2014. Disponível em: <<http://aix1.uottawa.ca/~r-paris/Einsiedel.pdf>>. Acesso em: 15 abril, 2017.

GALTUNG, Johan; RUGE, Mari Holmboe. The structure of foreign news. **Journal of International Peace Research**, v. 2, n. 1, p. 64-91, 1965.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo: Racionalidade da ação e racionalidade social**. v. 1. Tradução de Paulo Astor Soethe. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**. v. 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HALL, Stuart. Identidade Cultural e Diáspora. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n.24, p.68-75, 1996.


HALL, Stuart. **Da diáspora – Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media**. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2003.

UNITED NATIONS. **General Assembly**. Seventieth session. One humanity: shared responsibility. Report of the Secretary-General for the World Humanitarian Summit. 2 fev. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/7Chh59>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

UNHCR. United Nations High Commissioner for Refugees. **Global Trends** – Forced Displacement in 2015. UNHCR, June, 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/AhqTYu>>. Acesso em: 7 set. 2017.



M

anifestações de gênero e de sexualidade em “Mad Men”

Gabriel Nunes de Azevedo

Julia Gravalos Benini

A arte, enquanto espaço de construção e circulação de conhecimentos, é um tópico bastante caro à proposta da compreensão como método – compreensivamente, isso naturalmente abarca também as produções da indústria cultural, dado o importante papel que têm hoje junto ao público ao refletir e problematizar aspectos culturais e identitários. Neste capítulo, os autores se debruçam sobre o seriado Mad Men para ver como o papel social das mulheres, assim como a homossexualidade, são retratados na trama, observando a caracterização de diversos personagens e seus papéis nos eventos que se desenrolam. A preocupação em observar a importância da diversidade e da equidade entre pessoas de diferentes gêneros e orientações sexuais traz uma substancial contribuição ao escopo compreensivo do projeto – especialmente em um momento em que estamos apenas começando a compreender quão grande é essa diversidade, a imensa pluralidade de identidades possíveis, todas dignas de equidade social e legal.

É inegável a influência que as séries e seriados adquiriram no decorrer dos anos dentro do imaginário da cultura pop. Embora estejam situadas em diferentes universos e em épocas distintas, elas acabam funcionando como uma representação do real, em que a verdade é construída diante de nós por meio da encenação de uma ficção.

Tendo em vista que estudar as formas com que representamos a sociedade é um intenso exercício de auto-compreensão, elegemos como recorte o seriado *Mad Men* – produzido pela emissora norte-americana AMC entre os anos 2007 e 2015 – e das representações de gênero e sexuais em seu enredo, em busca de compreender como essas questões se repetem nos dias atuais.

Com o apoio de autores seminais, como Judith Butler, Michel Foucault e Stuart Hall, construímos este nosso texto levando em consideração o contexto histórico e seus antecedentes, não apenas como fator externo capaz de mover as personagens, mas também como um sujeito na trama. Por meio da interpretação de elementos simbólicos, pretendemos compreender melhor como preconceitos ainda recorrentes em nossa sociedade foram abordados na série.

RETRATO DE UMA ÉPOCA

Situada na Sterling & Cooper, uma agência publicitária fictícia em Nova York, a série se dilata pelos efervescentes anos 1960, ilustrando um panorama do que foi essa época para os personagens inseridos no universo simbólico da agência – que posteriormente adota o nome Sterling, Cooper, Draper & Pryce. Embora grandes eventos sociais apareçam como coadjuvantes na trama, eles têm importância para a construção de um quadro geral.

As ações das personagens são um reflexo do contexto histórico em que se encontram. Um exemplo disso é a forma como os movimentos sociais da luta negra são representados. Praticamente ignorados e em alguns momentos ridicularizados – em uma das cenas, dois jovens publicitários atiram um balão d’água num grupo de manifestantes negros que protestavam do lado de fora do prédio –, até a morte de Martin Luther King Jr. (4 de abril de 1968) essa luta é vista com certo desdém, quando comparada ao assassinato de John F. Kennedy (22 de novembro de 1963), capaz de causar comoção nacional.

Essa “indiferença” dos roteiristas não é arbitrária, mas sim um elemento substancial para entender o pensamento permeado por ideologias segregacionistas-elitistas e racistas – ainda que maquiadas de um senso de certa inevitabilidade e comicidade, amparadas em um pensamento segundo o qual “as coisas são assim e não vão mudar”. A ausência de personagens negros atuando na linha de frente do seriado também pode ser considerada proposital – atores negros encarnam apenas papéis de operários como ascensoristas, garçons e trabalhadores braçais. Não há nenhum grande publicitário negro. Mas por quê? Os negros não seriam o público majoritário da série? Ou ela representaria o retrato de uma América racista?

Outra questão que chama atenção diz respeito à representação de gênero e orientação sexual, o foco do nosso estudo. Nesse quesito, o programa pode ser considerado inovador. Um exemplo está no fato de ser muito comum que os personagens principais das séries mais assistidas sejam formados apenas por homens. *Mad Men* altera esse cenário. Embora o ator principal seja Jon Hamm – no pa-

pel do problemático Donald Draper, um homem branco, completamente dentro dos padrões heteronormativos –, o núcleo feminino é constituído pelo forte tripé de Betty Draper, Joan Galloway e Peggy Olson. Podemos entender essas personagens como seres complexos e profundos, não apenas como figuras planificadas que exibem um sorriso arcaico no rosto e possuem duas ou três falas durante um episódio de cinquenta minutos.

A sexualidade, como era de se esperar, representa um forte tabu no universo publicitário dos anos 1960. Muitos dos personagens homossexuais cuidam o tempo todo de camuflar sua orientação sexual, chegando a se casarem com mulheres para tentarem se afirmar perante uma sociedade intolerante e opressora.

Mad Men condensa em si não apenas o peso de uma década tempestuosa, a de 1960. Mas também o de décadas que antecedem o enredo, uma vez que o embate entre a tradição e o contemporâneo é uma constante nas sete temporadas de duração do seriado. É possível observar isso na forma com que as personagens interpretam e recebem determinados acontecimentos, como é o caso dos movimentos civis, cujo início simbólico remete ao famoso incidente envolvendo Rosa Parks,¹ em 1955, e que culminaria na trágica morte de líderes como Malcolm X (21 de fevereiro de 1965) e Martin Luther King Jr. As personagens enxergam essa importante transição

¹ Costureira negra estadunidense, Rosa Parks (1913-2005) tornou-se um símbolo do movimento dos direitos civis dos negros nos Estados Unidos, tendo ficado famosa depois de ter se recusado a ceder o seu lugar no ônibus a um branco, no primeiro dia do mês de dezembro de 1955. O episódio se transformou no estopim de um movimento, o do boicote aos ônibus de Montgomery, que acabaria marcando o início da luta antissegregacionista nos Estados Unidos.

histórica muitas vezes com deboche ou, então, com profunda indiferença, como mencionado.

Podemos perceber essa peculiaridade da série desde a sua primeira temporada. Com início em março de 1960, *Mad Men* desfila inúmeros acontecimentos históricos, dos mais sutis aos de escala e abrangência globais. Logo no Piloto (“Smoke Gets In Your Eyes”), nos deparamos com a jovem e promissora Margaret “Peggy” Olson, interpretada por Elisabeth Moss, sendo persuadida por Joan Holloway (Christina Hendricks) a se consultar com um médico e conseguir uma prescrição para adquirir a pílula contraceptiva. Na época, a venda legal da pílula anticoncepcional havia acabado de ser aprovada pelo FDA (Food and Drug Administration) – órgão governamental dos EUA encarregado de controlar alimentos, suplementos alimentares, bem como medicamentos, materiais biológicos e equipamentos médicos.

Em 1961, o lançamento nos Estados Unidos do primeiro contraceptivo oral, o Enovid-10, significou uma reviravolta na noção de sexualidade. Essa mudança radical nos hábitos sexuais resultou na revolução sexual do final da década, com a efervescência dos movimentos estudantis e da contracultura, que pregava ideais divergentes dos que eram disseminados pela cultura WASP (White Anglo-Saxon Protestant), bastante enraizada na sociedade norte-americana. Como consequências visíveis dessa revolução sexual está o empoderamento feminino e o questionamento do modelo patriarcal vigente como verdade absoluta.

Ainda em 1960, observamos a fervorosa campanha eleitoral norte-americana em que John F. Kennedy derrota Richard Nixon. Nesse ano, a Sterling, Cooper ajuda

a criar propagandas eleitorais para o polêmico e conservador Nixon, que se tornaria presidente dos Estados Unidos entre 1969 e 1974.

Outro elemento que caracteriza o *Zeitgeist* desse contexto, e que pode ser observado na série – principalmente em seus primeiros episódios –, é a constante e ininterrupta paranoia nuclear. Situado em um mundo de ordem bipolar, e que ainda se recupera dos horrores da Segunda Guerra Mundial, momentos como a Crise dos Mísseis de 1962² não deixam de ser retratados. Esse evento nebuloso da história mundial é exibido no 11º episódio da segunda temporada, em que as tensões de um possível holocausto nuclear complementam os atritos na relação entre o publicitário politicamente incorreto Donald Draper (Jon Hamm) e Betty Draper (January Jones), esposa dele.

Vemos ainda, à medida que a série se embrenha pelos anos 1960, a morte de John F. Kennedy e de seu assassino Lee Harvey Oswald – o que provoca nas personagens um intenso sentimento de perda e desencanto generalizado com a sociedade norte-americana. O evento é abordado com um misto de tragédia e ironia em *Mad Men*, já que Roger Sterling (John Slattery) decide não adiar o casamento da própria filha, que coincidiu com o fatídico dia em que Kennedy fora assassinado, resultando em uma festa praticamente vazia e com convidados completamente desinteressados pelo cerimônia matrimonial.

2 Durante 13 dias, de 16 a 28 de outubro de 1968, Estados Unidos e a antiga União Soviética se confrontaram em torno da questão da implantação de mísseis balísticos soviéticos em Cuba. A Crise dos Mísseis, em plena Guerra Fria, é considerada por muitos analistas desse período como um dos momentos de maior tensão e de probabilidade real do início de uma guerra nuclear entre as duas superpotências de então.

A febre da beatlemania também não deixa de ser retratada na série. Banda de seminal importância e relevância, ficaria difícil que o quarteto britânico não fosse abordado em *Mad Men*. A influência dos Beatles não se limita a experimentações sonoras e musicais, mas também no que diz respeito a experimentações de outros estados de consciência a partir do uso de drogas – principalmente na fase psicodélica da banda, que tem início tímido em 1965 com *Rubber Soul*. Em determinado momento da quarta temporada, Draper suborna a própria filha, visivelmente infeliz com o divórcio dos pais, entregando a ela ingressos para assistir ao quarteto tocar no Shea Stadium, em agosto de 1965, como parte da turnê norte-americana do grupo.

Outro evento que permeia e guia as ações das personagens é a extensa e trágica Guerra do Vietnã, que perdurou quase vinte anos, deixando um rastro de violência e sangue. Resultado da ordem bipolarizada do pós-Segunda Guerra Mundial, a Guerra do Vietnã foi um conflito armado que envolveu os Estados Unidos e a República do Vietnã (ou Vietnã do Sul). Diversos personagens acabam afetados direta ou indiretamente pelo conflito, entre eles o marido de Joan, que é enviado ao país do Sudeste Asiático para lutar nas linhas de frente como médico do exército; e o filho de Sylvia Rosen – *affair* de Draper –, que, através de uma extensa lista de conexões, o publicitário consegue impedir que seja enviado para a guerra.

Ao observar esse pequeno recorte fica evidente que o enredo da série está tão intrinsecamente relacionado ao seu contexto histórico social, que podemos entendê-lo não apenas como algo capaz de moldar o comportamento e a mentalidade das personagens – isto é, como algo externo

e dependente –, mas também como personagem independente, com vontade própria.

Mad Men é uma série sobre o tempo e a sua inconstância. Talvez isso tenha servido de combustível para nossa inspiração para este artigo. Como na canção de Dylan “The times they are a-changin’”, nada permanece o mesmo, muito menos as personagens representadas. Ao longo da série vemos não apenas o desenvolvimento de cada um dos indivíduos, mas também a maturação de conceitos que até hoje ainda são enxergados sob as lentes do tabu e do preconceito. Durante as sete temporadas do programa, vemos a revolução sexual, o movimento hippie, a experimentação das drogas, o contato com a psicodelia, entre outros. É a partir desse choque entre antigos valores e o novo que vemos crescer a conscientização em relação aos principais temas abordados neste ensaio: gênero, etnia e sexualidade.

A IDENTIDADE, SEGUNDO HALL

Para Stuart Hall (2005), a identidade de indivíduos e grupos não é formada biologicamente, e, sim, historicamente. A partir desse pensamento, tudo aquilo que somos e como somos vistos pela sociedade não é definido pelas nossas características físicas, mas por uma série de construções sociais que antecedem até mesmo o nascimento de cada indivíduo.

Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais (Hall, 2005, p. 9).

De acordo com essa citação, é possível perceber que antes do século XX as pessoas sentiam-se seguras quanto aos seus papéis sociais, porque estes eram de vários modos impostos a elas. Assim, para uma mulher, não restaria função diferente de ser mãe e dona de casa, do mesmo jeito que um homem deveria trabalhar e dar continuidade aos negócios da família, por exemplo.

A definição de sujeito sociológico (Hall, 2005, p. 11) explicita como a identidade de cada um era composta com base em definições pré concebidas, sendo que o sujeito “era formado na relação com ‘outras pessoas importantes para ele’, que mediavam para o sujeito os valores, sentidos e símbolos – a cultura – dos mundos em que ele/ela habitava”. Dessa forma, o indivíduo depende de outra pessoa para compor a própria identidade. Por esse motivo, a reprodução de determinados discursos funciona como um artifício para localizar as funções que cada pessoa assume na sociedade.

A partir de meados do século XX, no entanto, as identidades inquestionáveis foram combatidas por movimentos sociais. Um exemplo desse cenário é o feminino, que “politizou a subjetividade, a identidade e o processo de identificação (como homem/mulher, mãe/pai, filho/filha)” (Hall, 2005, p. 45).

Quando a identidade deixou de ser aceita da forma como era imposta, foi possível, sobretudo para as mulheres, assumir papéis diferentes daqueles aos quais estavam acostumadas. Em *Mad Men* já é possível notar ares dessa mudança, ainda que prevaleça a representação da mulher que, se não é mãe e esposa, realiza a função de secretária de um homem mais poderoso que ela.

QUESTÕES DE GÊNERO

A hierarquia entre homens e mulheres existe desde a formação das primeiras sociedades. O homem, classificado como provedor e chefe da família na grande maioria das sociedades, sempre esteve colocado como superior à mulher, sendo esta vista, em geral, como dona de casa sem poder para tomar qualquer decisão acerca da própria vida. Ainda que o cenário de opressão ao sexo feminino tenha se alterado com o passar do tempo, muitas questões permanecem intocadas. É nesse contexto que movimentos pela igualdade entre homens e mulheres, como o feminismo, ganharam força.

Teresa de Lauretis (1987) atentou-se para uma questão que ia além da ideia de distinção entre homem e mulher. Para ela, os conceitos de “diferenças sexuais” são “derivados não da biologia ou da socialização, mas da significação e de efeitos discursivos” (Lauretis, 1987, p. 207).

As duas principais limitações desses conceitos são apontadas pela autora. Ao dizer que “confina o pensamento crítico feminista ao arcabouço conceitual de uma oposição universal do sexo” (Lauretis, 1987, p. 207), evidencia que as diferenças nas e entre as mulheres não são trabalhadas pelo movimento, preocupado em distingui-las dos homens. Também, mostra que “tende a reacomodar ou recuperar o potencial epistemológico radical do pensamento feminista sem sair dos limites da casa patriarcal” (Lauretis, 1987, p. 207), impedindo que essa lógica de dominação de um sobre o outro seja superada.

A necessidade de formar um conceito de gênero que não incluísse essencialmente diferenças sexuais foi o que impulsionou a teoria queer (*queer theory*, em inglês) que

tem Judith Butler como principal precursora. Segundo ela, o gênero é uma performance:

(...) atos, gestos e desejo produzem um efeito de um núcleo ou substância interna, mas o produzem na superfície do corpo, por meio de um jogo de ausências significantes, que sugerem, mas nunca revelam, o princípio organizador da identidade como causa. Esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são performativos, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. O fato de o corpo gênero ser marcado pelo performativo sugere que ele não tem status ontológico separado dos vários atos que constituem sua realidade (Butler, 2004, p. 194).

A partir disso, observa-se a existência de um conjunto de determinações necessárias para fazer parte de um sexo – feminino ou masculino. A autora explica como tais determinações contribuem para as relações de poder entre os sexos: “O gênero é performativo porque é resultante de um regime que regula as diferenças de gênero. Neste regime os gêneros se dividem e se hierarquizam de forma coercitiva” (Butler, 2004, p. 64).

No que diz respeito ao sexo feminino, o estereótipo de fragilidade e submissão destaca-se em relação aos demais e opõe-se ao estereótipo de virilidade e dominação característicos do sexo masculino. Mesmo nos detalhes mais sutis, como a cor do batom que a mulher usa ou a forma como um homem anda, é possível perceber juízos de valor. Assim, a identidade de cada indivíduo é constituída a partir de determinações que a sociedade impõe para o sexo

ao qual ele pertence, sendo que o gênero permite que uma mulher aja como mulher e um homem, como homem. As características de comportamento que definem o sexo feminino e o sexo masculino são reproduzidas em diferentes formas de discurso, para que sua adoção seja naturalizada pelo senso comum. Assim, mesmo os personagens ficcionais, por exemplo, assumem papéis que retratam a realidade do período em que estão inseridos.

Boa parte dos seriados mais assistidos possuem homens como protagonistas, em sua maioria – caso de *Lucifer*, *Prison Break*, *The Walking Dead*, *The Big Bang Theory*, *The Flash*, *The Vampire Diaries*, *Sherlock*, *Suits*, *Westworld*, *Supernatural* e *Gotham*. Mesmo as figuras femininas que se destacam estão vinculadas a algum personagem masculino, que frequentemente apresenta mais falas que a mulher em questão. Em *Mad Men*, no entanto, verifica-se uma inovação nesse aspecto. Considerando o contexto histórico em que se passa a série, não seria possível evitar que o personagem principal fosse um homem, mas as personagens femininas não aparecem apenas para embelezar a tela.

Jon Hamm interpreta Donald Draper, um famoso publicitário de Nova Iorque nos anos 1960. Além de bem-sucedido, Don é um homem branco que segue os padrões heteronormativos. A esposa dele, Betty, é vivida por January Jones e constitui o estereótipo de uma dona de casa. O casal possui três filhos, e Betty é a principal responsável pela criação deles. A mulher não esconde o desejo que tinha de se tornar modelo, mas é evidente ao longo da série que ela precisou abrir mão desse sonho como consequência do casamento. Apesar da personagem de Betty ser construída como uma boa esposa de acordo com os padrões da classe

– branca, WASP, de ascendência nórdica, nascida em uma família abastada do nordeste norte-americano –, Donald comete adultério inúmeras vezes na série.

Outros personagens vivem situações semelhantes ou análogas, normalizadas naquele contexto. Joan Holloway, por exemplo, é a amante de Roger Sterling, um sócio-fundador da agência de publicidade Sterling, Cooper, Draper & Pryce. Além disso, Joan é a secretária geral da empresa e usa de sua feminilidade para conquistar aquilo que deseja, como é possível perceber na relação dela com Roger. Diferente de Betty, a secretária não substitui o trabalho pelo casamento. Ainda que o estereótipo de Joan evidencie a mentalidade machista de que a mulher é um objeto sexual a serviço do homem, é a sensualidade dela que permite que atinja seus objetivos dentro da agência.

Se Betty e Joan representam estereótipos femininos, Peggy Olson precisa driblá-los. A trajetória dela na agência de publicidade inicia na função de secretária de Don. Com o tempo, Peggy é promovida a redatora, posição ocupada somente por homens. Para que não fosse constantemente silenciada em um ambiente masculino, a personagem precisou se masculinizar para que sua capacidade fosse percebida. Contrariando a construção social de que as mulheres deveriam ser mães, Peggy entrega o filho que teve para adoção. A partir disso, é possível perceber a valorização que ela dá ao cargo que possui, enfrentando até mesmo problemas no namoro por conta disso.

A personagem de Jessica Pare, Megan Calvet, também recebe destaque. Assim como Peggy, começou trabalhando como secretária na Sterling, Cooper, Draper & Pryce. Quando o casamento de Donald e Betty entrou em crise,

a nova funcionária foi vista com outros olhos pelo patrão. A esposa de Draper enfrentou o divórcio e casou-se novamente, assim como Don, que casou-se com Megan. Ainda que trabalhasse como secretária, o que ela queria era ser atriz, mesmo após ser promovida a redatora.

Enfrentando o marido, Megan abandona o emprego na agência e investe em sua carreira nas artes dramáticas. O conservadorismo de Betty é quase inexistente em Megan, mas a mulher mostra-se uma boa mãe para os filhos de Don. A sensualidade de Joan e de outras secretárias está presente na última esposa de Draper, mas a partir disso ela alcança o cargo que Peggy custou a conseguir. Ainda assim, o que prevaleceu em Megan foi a independência e a determinação da personagem.

Além da forma como cada personagem é retratado, as falas que alguns deles reproduzem apresentam o machismo como base. No Piloto (“Smoke Gets In Your Eyes”), durante a apresentação da agência, Joan diz a Peggy, enquanto esta é observada por um dos homens que trabalham lá: “Eles podem agir como se quisessem uma secretária, mas na maior parte do tempo estão procurando algo entre uma mãe e uma garçonete”. A partir desse discurso, torna-se evidente a relação entre o patrão e a secretária, que é limitada a agradecer o homem que a contratou, além de servir-lhe bebida.

Ainda no mesmo episódio, Donald Draper é surpreendido quando uma mulher rompe essa lógica. O publicitário esticou a mão para cumprimentar o homem que seria o dono de uma companhia, mas o gesto foi interrompido pela fala da mulher que era a chefe da empresa: “Você estava esperando que eu fosse um homem. Meu pai, também”. Aqui, nota-se que o potencial das mulheres para ocupar

altos cargos era questionado. Também, valorizava-se mais ter um filho que uma filha, já que o homem é quem manteria o nome da família e poderia lhe trazer prestígio.

Ainda na primeira temporada, no episódio “The Hobo Code”, a propaganda de cosméticos da marca Belle Jolie trazia como slogan a ideia de marcar o marido com o batom. Pressupõe-se que a mulher deve tornar visível que o homem é casado, para que não corra o risco de ser traída por ele, como ocorria em inúmeros casos. A infidelidade do marido não era questionada, e sim, o comportamento da esposa em relação a isso.

O episódio “The Other Woman”, da quinta temporada, destaca a objetificação da mulher, quando Joan percebe que teria que passar a noite com um homem para conseguir uma participação na empresa. A secretária foi sexualizada durante toda a série, mas é nesse momento que se torna evidente que a competência dela era menos valorizada que sua beleza.

Os estereótipos reproduzidos em *Mad Men* marcaram os anos 1960, mas ainda permeiam conceitos preconcebidos na sociedade. A objetificação do corpo feminino e a preferência por homens em cargos mais altos são alguns dos problemas enfrentados até os dias de hoje e que foram evidenciados na série. Enquanto houver desigualdade entre os sexos e determinações de gênero, *Mad Men* terá personagens atemporais.

QUESTÕES SEXUAIS

A sexualidade, como era de se esperar, é um forte tabu dentro do universo publicitário dos anos 1960, em *Mad Men*. No entanto, a repressão não está restrita ao

ambiente da série ou ao período em que ela se passa, sendo estudada por Foucault (1999):

Um princípio de explicação se esboça por isso mesmo: se o sexo é reprimido com tanto rigor, é por ser incompatível com uma colocação no trabalho, geral e intensa; na época em que se explora sistematicamente a força de trabalho, poder-se-ia tolerar que ele fosse dissipar-se nos prazeres, salvo naqueles, reduzidos ao mínimo, que lhe permitem reproduzir-se? (Foucault, 1988, p. 11).

O autor evidencia, a partir desse questionamento, a função primeira do sexo, estabelecida pela sociedade: reproduzir. Aos poucos, “a sexualidade é, então, cuidadosamente encerrada” (Foucault, 1988, p. 9). As relações sexuais são resumidas ao casamento e não devem ser compartilhadas com terceiros.

As tentativas de limitar a vida sexual ao casamento são percebidas desde a infância. Essa fase da vida é também marcada pela pureza e pela inocência, que não poderiam incluir o sexo, visto como pecaminoso e grosseiro.

As crianças, por exemplo, sabe-se muito bem que não têm sexo: boa razão para interditá-los, razão para proibi-las de falarem dele, razão para fechar os olhos e tapar os ouvidos onde quer que venham a manifestá-lo, razão para impor um silêncio geral e aplicado (Foucault, 1988, p. 10).

Nota-se que, para evitar que a sexualidade se torne presente na vida das crianças, foi adotado como solução não tratar do assunto e construir uma imagem em torno dele que o faz errado e proibido. No entanto, as

punições para os jovens não se comparam às punições previstas para os adultos.

Considerando que ultrapassaram a fase do desconhecimento, proíbe-se a busca por prazeres estranhos. Considerados como pecados graves, estão “o estupro (relações fora do casamento), o adultério, o incesto espiritual ou carnal, e também a sodomia ou a ‘carícia’ recíproca” (Foucault, 1988, p. 39). Além dos pecados cometidos em relações heterossexuais, destaca-se que a homossexualidade poderia ser condenada assim como a infidelidade. Se a repressão sexual já se caracterizava como uma questão limitada e, em alguns momentos, proibida, o sexo entre dois homens ou duas mulheres era repugnado.

Em *Mad Men*, a sexualidade aparece como um tabu, representando fielmente como a questão era vista nos anos 1960. Os homens heterossexuais, como Donald Draper, mantinham relações extraconjugais sem sofrer repressão, como se fosse natural do homem buscar prazer sexual fora do casamento. Apesar disso, espera-se total fidelidade das mulheres com quem são casados. As personagens femininas devem ser recatadas em público, mas precisam estar à disposição dos seus chefes (no caso das secretárias) sempre que estes precisarem suprir as próprias necessidades sexuais.

A questão da homossexualidade também é apresentada na série. Salvatore Romano, interpretado por Bryan Batt, é tão reprimido que se casa com uma mulher para camuflar sua orientação sexual. Em “Out of Town”, na terceira temporada, Salvatore acompanha Don em uma viagem de negócios a Baltimore e lá se envolve com um dos funcionários do hotel em que ficam hospedados. Draper soube, mas não comunicou à esposa de Romano e não comentou sobre o

episódio com ninguém, nem mesmo com Salvatore. No entanto, Donald criou o slogan “Limite sua exposição” para uma campanha, que serviu como alerta para Romano.

A homossexualidade, tão reprimida, acabou sendo prejudicial para o personagem de Bryan, quando este se recusou a manter relações sexuais com um cliente da agência. A recusa fez com que o negócio fosse perdido, e Salvatore acabou sendo demitido. A partir dessa sequência de acontecimentos, evidencia-se que a homossexualidade era condenada até o momento em que poderia ser útil para os negócios.

Michael Ginsberg, vivido por Ben Feldman, apaixonou-se por Peggy quando ela o contrata para trabalhar na Sterling, Cooper, Draper & Pryce. Conforme a série se desenvolve, o comportamento explosivo de Michael torna-se cada vez mais evidente, sobretudo quando ele inicia discussões com Donald Draper. A instabilidade emocional do personagem é agravada com a inclusão de computadores no escritório. Michael acredita que o equipamento estimula a homossexualidade nos homens, revoltando-se a ponto de arrancar os próprios mamilos e entregá-los para Peggy, após declarar seu amor por ela, no episódio “The Other Woman”. Essa passagem destaca o medo que o personagem sente, não só da tecnologia que pode substituí-lo, mas também de ser considerado homossexual em uma sociedade intolerante e repressora.

A sexualidade também se apresenta como tabu na casa de Donald Draper. A filha mais velha dele, Sally Draper, passa pela puberdade conforme a trama se desenvolve a cada temporada. Era de se esperar que em algum momento ela descobrisse a sexualidade reprimida durante a infância. No episódio “The Chrysanthemum and the Sword”, da quarta

temporada, Sally é expulsa da casa de uma amiga, quando é flagrada tocando o próprio corpo pela mãe da menina. Betty foi tão condenada quanto a filha, ficando envergonhada e constrangida. Depois disso, Sally começa a consultar-se com uma psicóloga. O comportamento da menina tornou-se cada vez mais problemático ao longo da série.

O caso de Sally é tão relevante quanto o de Salvatore, já que os dois personagens foram reprimidos, ainda que de formas diferentes. Uma questão que é natural durante a puberdade causou a exclusão de Sally do seu círculo de amizades, por adotar um comportamento inapropriado, não esperado das mulheres naquele período. Salvatore foi reprimido duplamente: por ser homossexual e receber a recomendação de “limitar sua exposição” e por recusar-se a manter relações com um homem, paradoxalmente. Dessa forma, constata-se a impossibilidade de comportar-se de forma desviante àquela imposta pela sociedade.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Depois de estabelecer um intercâmbio simbólico entre os conceitos elaborados pelos teóricos Michel Foucault, Judith Butler e Stuart Hall, observamos que os personagens apresentados em *Mad Men* refletem a realidade da época em que a série é ambientada, de forma bastante diversa. Ainda assim, no topo de sua cadeia de privilégios, é esperado que reproduzam determinados preconceitos propagados pelo senso comum.

Ainda que hoje em dia certas questões de gênero e sexuais – bem como étnicas, ainda que não tenhamos nos aprofundado nesse ponto – permeiem nossa sociedade e a forma com que nos relacionamos uns com os outros, é

possível perceber como essas questões são mais enraizadas e profundas em um meio social como o de *Mad Men*.

Os anos 1960 foram de substancial importância na desconstrução de estereótipos de gênero e empoderamento feminino. Essa época viu também cair o sufixo “ismo”, utilizado para designar doenças e patologias, e a homossexualidade ser colocada em um patamar – ainda que muito mais simbólico que prático – de igualdade com a heterossexualidade, em termos de uma orientação possível e digna, e não de um desvio, perversão ou patologia.

Embora vivenciemos uma sociedade em plena desconstrução e com maior visibilidade para assuntos que giram em torno do universo LGBTQIA,³ continuamos longe de alcançar o modelo ideal de isonomia entre gêneros, muito menos escapar do que podemos compreender como uma espécie de ditadura heteronormativa. Desse modo, é sempre importante que haja a representação dessas questões na ficção televisiva, assim como a problematização dessas representações de modo a se apreender seu significado e possível impacto cultural, no intuito de contribuir para que se tornem progressivamente mais compreensivas e humanizadoras.

Referências

BUTLER, Judith. The force of fantasy: mapplethorpe, feminism and discursive excess. **Differences: a jour-**

3 A sigla compreende os termos Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender, Queer/questioning, Intersex, and Asexual/agender/aromantic, abarcando assim lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer/não-binários, intersexuais (anteriormente designados pelo termo hermafrodita) e pessoas assexuadas, sem gênero ou aromânticas.

nal of feminist cultural studies, v. 2, n. 2, p. 105-125, 1990.

BUTLER, Judith. Gender as performance: an interview with Judith Butler (Interview with Peter Osborne and Lynne Segal).

Radical Philosophy, n. 67, p. 32-39, 1994.

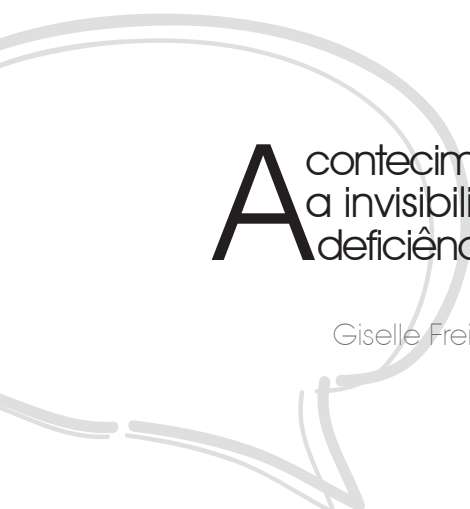
BUTLER, Judith. **Undoing gender**. New York/London: Routledge, 2004.

DÍAZ, Elvira Burgos. Desconstrução e subversão: Judith Butler. **Sapere Aude**, Belo Horizonte, v. 4, n. 7, p. 441-464, jan./jun. 2013.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

HALL, Stuart. **A identidade cultural da pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

LAURETIS, Teresa de. **Technologies of gender: essays on theory, film, and fiction**. Bloomington: Indiana University Press, 1987.



Acontecimentos e desacontecimentos: a invisibilidade de crianças com deficiências¹

Giselle Freire

É duro ter de chamar a atenção do jornalismo para algo que integra sua mais profunda natureza: o cuidado com o acontecimento no tempo presente, não importa o tamanho desse acontecimento. O que sim importa é que cabe, também por natureza do ser jornalístico, o cuidado com a vida às vezes miúda dos anti-heróis do cotidiano, verdadeiros “desacontecimentos”, como os chama Eliane Brum. A ausência dessa visão compreensiva, inclusiva, faz do jornalismo o culto a olhares enviesados, reducionistas, a todo tipo voluntário e involuntário de esquecimento. “A vida que ninguém vê”, título de uma das obras de Brum,

1 Apresentado no GP “Teorias do Jornalismo” do XVII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Intercom, realizado de 3 a 9 de setembro de 2017, em Curitiba. Publicado nos Anais do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-1399-1.pdf>>. Acesso em 18 set. 2017. Foram feitas alterações para publicação em livro.

deixa de aparecer, com respeito e dignidade, até mesmo lá onde era de se esperar, por exemplo, que crianças portadoras de deficiências se fizessem presentes, como no caso da Revista Crescer, estudada durante um ano pela autora deste capítulo.

Zeitgeist, termo alemão que significa espírito ou índole do tempo, foi utilizado pelo poeta e pensador Johann Wolfgang von Goethe para significar um conjunto de opiniões que dominam um momento específico da história e que, de modo o mais das vezes inconsciente, acabam de alguma forma definindo o pensamento das pessoas que vivem num determinado contexto. São conhecimentos, crenças, hábitos, atitudes e modos de vida que compartilhamos no espaço-tempo atual (Brozek; Massimi, 2002).

No *Zeitgeist* contemporâneo encontramos imersos em tecnologias as mais diversas. “As mídias, meios [...], suportes materiais, canais físicos, nos quais as linguagens se corporificam e através dos quais transitam”, vêm sendo transformadas por essas tecnologias: “Foram elas que nos arrancaram da inércia da recepção de mensagens impostas de fora e nos treinaram para a busca de informações e do entretenimento que desejamos encontrar” (Santaella, 2003, p.25).

A esse comportamento, Lucia Santaella chama de “cultura das mídias”, que, segundo Douglas Kellner (2003, p. 5), representa um estado de coisas propiciado pela indústria cultural das décadas recentes, “e [que] não aborda apenas os grandes momentos da vida comum, mas proporciona também material ainda mais farto para as fantasias e sonhos, modelando o pensamento, o comportamento e

as identidades”. Essa modelagem de pensamentos e comportamentos que os tempos de cultura das mídias nos têm proporcionado acabou por nos guiar de alguma forma ao território da chamada pós-verdade.

O presente capítulo, tendo como base o conceito de “acontecimento” nas narrativas jornalísticas, desenvolvido em estudos de Adriano Rodrigues, Mauro Wolf e Muniz Sodré, aborda inicialmente o tema da verossimilhança na visão de Aristóteles e sua relação com os tempos de pós-verdade do *Zeitgeist* contemporâneo.

Num momento posterior, a análise avança para o que a jornalista Eliane Brum chama de “desacontecimento”, para tentar compreender por que crianças com deficiências são retratadas, no jornalismo em geral e na *Revista Crescer*² em particular, quase que sem exceção, pelo viés de histórias de superação e de efemérides. Estudam-se a quantidade, os temas e os tratamentos das matérias que essa revista dedicou a crianças com deficiências e/ou deformidades num período de 12 meses, de julho de 2016 (ed. 272) a junho de 2017 (ed. 283).

Tomamos como ponto de partida a ideia de que, em grande medida, o tratamento midiático dado a um certo espectro temático retira o peso de suas causas – frequentemente minoritárias – e as transforma em espetáculo. Pretende-se identificar caminhos que apontem na direção de uma mudança de nosso ambiente cultural que favorece fenômenos como o da pós-verdade, seus acontecimentos e seus preconceitos.

2 Publicação da Editora Globo. Líder de circulação na categoria infantil direcionada aos pais, com média de 57.029 exemplares por mês em 2015, segundo o IVC (Instituto Verificador de Circulação). Números mais recentes divulgados na última edição do *Media Kit* da Editora Globo: <http://editora.globo.com/midiakit/arquivos/MidiaKit_Institucional.pdf> . Acesso: 22 jun. 2017.

O método da compreensão, que nos conduz nessa busca, nos auxilia a entender como é possível garantir que histórias humanas conservem um lugar do mais alto prestígio no exercício do jornalismo, enxergando as crianças com deficiência e reconhecendo-as de modo inclusivo.³

VEROSSIMILHANÇA E PÓS-VERDADE

O termo pós-verdade, até onde sabemos, foi cunhado por Ralph Keyes, em *The post truth era: dishonesty and deception in contemporary life* (2004), e reutilizado em editorial e capa da revista *The Economist*, edição de 10 de setembro de 2016, com o título *Art of Lie*⁴ para tentar entender por que os eleitores de Donald Trump acreditavam quando ele dizia, por exemplo, que a certidão de Barack Obama, seu antecessor na Casa Branca, era falsificada; que o ex-presidente dos EUA havia fundado o Estado Islâmico, e, ainda, que o desemprego nos EUA tinha chegado a 42%. Em 2016, *post-truth* acabou sendo eleita a palavra em língua inglesa do ano pelo Dicionário Oxford.⁵

De acordo com as fontes citadas, pós-verdade seria o predomínio da influência de emoções e crenças pessoais na formação da opinião pública, em detrimento dos fatos reais.

3 “A compreensão como método” é o título do projeto de pesquisa do qual a autora faz parte. Para uma melhor compreensão do assunto, recomenda-se, além das breves notas presentes no corpo deste capítulo e dos textos que integram este volume, a consulta às obras *Comunicação, diálogo e compreensão* (2014) e *Comunicação e estudo e práticas de compreensão* (2016), disponíveis em <<https://casperlibero.edu.br/mestrado/livros-mestrado/>>. Acesso em 22 jun. 2017.

4 Disponível em <<https://www.economist.com/news/leaders/21706525-politicians-have-always-lied-does-it-matter-if-they-leave-truth-behind-entirely-art>>. Acesso: 22 jun. 2017.

5 Disponível em <<https://en.oxforddictionaries.com/word-of-the-year/word-of-the-year-2016>>. Acesso em 23 jun. 2017.

A campanha de Trump, nos Estados Unidos, e a Operação Lava-Jato, no Brasil, são exemplos de campos propícios à transformação de questões complexas em evidências instantâneas, e, conseqüentemente, em sentimentos e preconceitos. No mundo da pós-verdade, o fato tem menos relevância que a aparência, ou que aquilo em que escolhemos acreditar.

O ambiente em que vivemos entende essas notícias como desejáveis e verossímeis. Verossimilhança e evidência são a base da pós-verdade. As notícias repetidas e viralizadas valem pela sustentação que dão a uma realidade que gostaríamos que fosse concreta, que acreditamos ser concreta, e não pelo relato do que de fato aconteceu. A simples publicação e circulação em massa produz um efeito de verdade.

O conceito de verossimilhança foi cunhado por Aristóteles, que se referia à verdade interna de uma obra literária, às maneiras pelas quais o leitor pode de fato acreditar no que está lendo, seu contrato de comunicação com o texto. Em sua *Arte poética* (2006, p. 43-44), ele escreve:

Não é ofício do poeta narrar o que realmente acontece: é, sim, representar o que poderia acontecer, quer dizer: o que é possível, verossímil e necessário. Com efeito, não diferem o historiador e o poeta, por escreverem em verso ou prosa (...), diferem sim em que diz um as coisas que sucederam, e o outro as coisas que poderiam suceder. Por isso, a poesia é mais filosófica e mais elevada do que a história, pois reflete aquela, principalmente o universal, e esta, o particular. Referir-se ao universal, quero eu dizer: atribuir a um indivíduo de determinada natureza pensamentos e ações que, por liame de necessidade e verossimilhança, convém a tal natureza; e ao universal, assim entendido, visa a poesia quando põe nome às suas personagens.

É como se quiséssemos que todas as notícias que lemos nos dessem razão, que seus produtores tivessem as mesmas opiniões que nós. Uma estratégia conveniente para satisfazer nossas crenças e desejos. A máquina da pós-verdade produz mais que fatos e informações: produz novas crenças e novas visões de mundo.

OS ACONTECIMENTOS

É da repetição da vida cotidiana e dos “acontecimentos que rompem o contínuo da nossa existência” (Quéré, 2005, p. 66), que construímos nossas experiências e nossa história. “Acontecimentos acontecem em nossa experiência – e falam dessa experiência. Retratam quem somos, como vivemos” (França, 2012, p. 20). E é por meio de nossas histórias, individuais e coletivas, que significamos o mundo, as pessoas e as coisas ao nosso redor. Contamos histórias pois “elas representam nossas ações e situações de vida, nossa história e memória. Representam o mundo de forma coerente e compreensível. Ajudam a entender a aventura humana e organizar nossas experiências no transcurso da vida” (Motta, 2009, p. 2).

Essas ocorrências diárias, segundo Molotch e Lesters (2016, p. 62), podem ser contadas “de acordo com a sua utilidade para um indivíduo que esteja a tentar ordenar sua experiência”. Podemos dizer, então, que somos seres que buscam dar sentido a tudo que existe e que as narrativas são um instrumento capaz de criar e dar sentido à nossa existência. O acontecimento, “justamente a transformação do fato em narrativa” (França, 2012, p. 12), “suscita sentidos, faz pensar, incita à busca de respostas e alternativas. Ela alarga o leque do possível – e descortina (ainda que

por pequenas brechas) o horizonte do que não havia ainda sido pensado” (França, 2012, p. 12).

Entendemos, portanto, a importância da veiculação de alguns acontecimentos para o maior número de pessoas possível: “Assim o conteúdo das concepções de um indivíduo, da história e do futuro de sua comunidade vem a depender dos processos através dos quais os acontecimentos públicos se transformam em recursos do discurso nos assuntos públicos” (Molotch; Lesters, 2016, p. 64).

As notícias adquirem a importante função de marcadores temporais dentro da dinâmica de uma sociedade, o que Molotch e Lesters (2016, p. 64) chamam de “Tempo público”. Ao atribuir relevância a certas ocorrências e partilhá-las com a coletividade, o trabalho que os jornalistas desempenham ajuda na construção de sentido e ordenação da experiência social. Mouillaud (2002, p. 64) afirma que “a mídia é a tela onde uma comunidade se recompõe por meio do compartilhar dos acontecimentos”.

Se, como levantado pelos autores, precisamos compartilhar os acontecimentos, a questão a ser discutida é como são escolhidos os acontecimentos que serão compartilhados com a coletividade nas mídias. Podemos dizer que tudo que for do interesse do leitor e de quem escreve, no caso, os jornalistas, seria passível de virar um acontecimento jornalístico, uma notícia?

Estudos mais específicos, feitos a partir de 1960, dão conta do valor que cada notícia tem para que seja escolhida e publicada. Entre os estudos da época, Sodré (2009) aponta o das norte-americanas Johan Galtung e Marie Ruge como o que melhor descreve o novo conceito e defi-

ne os critérios de noticiabilidade, ou seja, o que será levado em conta para um acontecimento virar notícia.

Galtung e Ruge identificaram, numa pesquisa hoje muito citada, os seguintes valores: frequência, amplitude (intensidade absoluta e aumento de intensidade), clareza ou falta de ambiguidade, relevância (proximidade cultural e destaque social), consonância/conformidade (previsibilidade e demanda), imprevisibilidade (raridade), continuidade, composição, referência a nações de elite, referência a pessoas de elite, referência a pessoas (personificação), referência a algo negativo (negativismo) (Sodré, 2009, p. 21).

Rodrigues (2016) ressalta ainda alguns registros de notabilidade dos fatos. O registro do excesso, como quando um juiz aplica a pena máxima sem levar em conta circunstâncias atenuantes; o registro da falha, como a queda repentina dos valores da bolsa, e o registro da inversão, tipo de registro que considera fato um homem morder um cão, e não vice-versa.

É, por isso, em função de sua previsibilidade, que um fato adquire o estatuto de acontecimento pertinente do ponto de vista jornalístico: quanto menos previsível for, mais probabilidade tem de se tornar notícia e de integrar assim o discurso jornalístico (Rodrigues, 2016, p. 51).

No entanto, nos dias de hoje é possível observar uma prática recorrente que neutraliza e domestica os acontecimentos, reduzindo a imprevisibilidade, conformando-os ao já sabido, produzindo o que se convencionou chamar de pós-verdade. O jornalismo é pautado pelo que o público quer ler e como ele quer ler, não pelo que aconteceu, como aponta

Wolf (2005, p. 190), citando trabalhos que demonstram a existência de “uma lógica específica da mídia (ligada às suas exigências de produção, de expressão, à rede de fontes que usa, às imagens que tem do público) que estrutura de modo muito incisivo a imagem dos acontecimentos cobertos”.

Wolf (2005, p. 202) lembra ainda que os valores-notícia “funcionam como linhas-guia para a apresentação do material, sugerindo o que deve ser enfatizado, o que deve ser omitido, onde dar prioridade na preparação das notícias a serem apresentadas ao público”. Corroborando as ideias de Wolf (2005), Stuart Hall et al. (2016) consideram que o jornalismo não é reflexo do que acontece, mas termina por ser uma construção social do que acontece:

Os *media* não relatam simplesmente e de uma forma transparente acontecimentos que são por si “naturalmente” noticiáveis. As “notícias” são o produto final de um processo complexo que se inicia numa escolha e seleção sistemática de acontecimentos e tópicos de acordo com um conjunto de categorias socialmente construídas (Hall et al., 2016, p. 309).

Segundo Hall et al. (2016, p. 312), todos esses critérios e categorias socialmente construídas acabam por transformar-se em um “consenso”, pois, a princípio, partilhamos uma quantidade comum de conhecimentos culturais com os nossos semelhantes e temos acesso aos mesmos “mapas de significados, para compreender os acontecimentos”. Com essa premissa, a “maioria” se lê na mídia. Acabamos produzindo uma sociedade que não sabe como entender o Outro, que não compreende o dissenso.

Porque ocupamos a mesma sociedade e pertencemos mais ou menos à mesma “cultura” supõe-se que haja, basicamente, uma única perspectiva dos acontecimentos: a que é fornecida pelo que é algumas vezes chamado cultura, ou (por alguns sociólogos) o “sistema central de valores”. Esta perspectiva nega quaisquer discrepâncias estruturais importantes entre os diferentes grupos, ou entre os mapas de significado muito diferentes numa sociedade (Hall et al, 2016, p. 312).

Em contrapartida, buscamos aqui uma maneira de informar e noticiar, não apenas baseada nos critérios de valor das notícias, nos “consensos” culturalmente construídos pelas maiorias, mas, sim, experimentando uma prática jornalística dialógica, na qual a conversação cria novos pensamentos e reconhecimento mútuo.

A profundidade que importa, e que nos faz compreender o mundo em que vivemos, muitas vezes é calada. Wolf (2005, p. 202) chama isso de “distorções inconscientes que enfatizam uma certa representação da realidade social, prejudicando alguns aspectos em favor de outros”. Um jornalismo que toma por base o Signo da Compreensão, como aqui se propõe, pode efetivamente veicular e produzir notícias que promovam o engajamento e a inclusão de pessoas com deficiência.

NARRATIVAS COMPREENSIVAS

Renunciando “às certezas, às seguranças intelectuais e aos saberes absolutos” (Künsch, 2009a, p. 49), o Signo da Compreensão nos abre a percepção e a mente a novas possibilidades, uma vez que estejamos livres da falsa prerrogativa de buscar explicações definitivas para tudo. Abre-nos à incerteza e ao próximo acontecimento.

O pensamento compreensivo não se arrisca a assumir superficialmente a síntese em oposição à análise, o todo contra as partes, o geral contra o particular e vice-versa. Incluir e abraçar sentidos, tendo a incerteza como princípio motivador da perene busca: eis aí um projeto que clama por vigor, mais que por rigor (Künsch, 2014, p. 112).

As narrativas construídas a partir do Signo da Compreensão objetivam humanizar as relações humanas, conduzindo jornalistas produtores da notícia e seus leitores em direção a um conhecimento mais arejado, amplo e profundo. “A compreensão faz conhecer. Ela produz conhecimento sobre as pessoas, a sociedade e a natureza, assumindo, desse modo, legitimamente, o estatuto de uma verdadeira episteme” (Künsch, 2006, p.10).

Dessa forma, textos jornalísticos talvez possam ser construídos de modo mais afetuoso e profundo, enxergando-se vários ângulos e vários pontos de vista na construção de sentidos sobre o mundo. A compreensão elimina barreiras e cria pontes com quem estamos dialogando. Quanto mais pontes criarmos, mais nos habilitamos a nos colocar no lugar do Outro. Segundo Flusser (2007), é por meio do diálogo que podemos criar uma nova informação, uma nova visão, um novo olhar:

Do ponto de vista da “informação”, há diferença fundamental entre diálogo e discurso, não suficientemente apreciada pelos estudos em curso. O discurso é processo pelo qual informações existentes são transmitidas por emissores, em posse de tais informações para receptores que “devem ser” informados [...]. O diálogo, pelo contrário, é processo pelo qual vários

detentores de informações parciais ou duvidosas (ou, em todo caso, duvidadas) trocam tais informações entre si, a fim de alcançar a síntese que possa ser considerada “informação nova” (Flusser, 2007, p. 115).

É de modo compreensivo que Muniz Sodré (2006, p. 10) afirma que, “[...] quando se age afetivamente, em comunhão, sem medida racional, mas com abertura criativa para o Outro, estratégia é o modo de decisão de uma singularidade”. Essa abertura, esse novo olhar é enxergar efetivamente o Outro, “o que não pertence, o diferente, e essa sua diferença pode ser discursivamente trabalhada em termos mais ou menos visíveis – narrar o outro é classificar o outro e a si mesmo nessa relação” (Martino, 2014, p. 30). Segundo Martino (2014, p. 19), na tentativa de compreender o Outro, nos espelhamos nele, em nossa mesma complexidade e incoerência que compartilhamos.

Não é possível habitar a alteridade, mas é possível ao menos tentar observar o mundo a partir dela. O mundo do outro, em sua oposição complementar ao meu, é o ponto a partir do qual posso ver as nuances de meu ser eventualmente invisíveis de mim mesmo no cotidiano.

Edgar Morin também fala sobre como olhar compreensivamente a alteridade:

O outro não apenas é percebido objetivamente, é percebido como outro sujeito com o qual nos identificamos e que identificamos conosco, o *ego alter* que se torna *alter ego*. Compreender inclui, necessariamente, um processo de empatia, de identificação e de projeção. Sempre intersubjetiva, a compreensão pede abertura, simpatia e generosidade” (Morin, 2000, p. 95. Grifo do autor).

Künsch, por sua vez, reflete sobre o olhar compreensivo no exercício do jornalismo como um campo de influência:

A área da comunicação, com suas promessas, sem precisar assumir um caráter soteriológico, salvacionista, bem que poderia se pensar como espaço da compreensão, da cidadania, do entendimento. Na linha compreensiva do menos “portanto” e mais “talvez”, pode-se encontrar nesse tipo de intencionalidade uma chance de aproximação entre saber e sabedoria. Trata-se (quase) de um ato de fé, esperança e utopia, que, aliás, também movem a vida. Como podem mover igualmente o esforço interpretativo e as linguagens múltiplas em que esse labor cognitivo ousa se expressar (Künsch, 2009b, p. 40).

OS DESACONTECIMENTOS

Eliane Brum, jornalista, escritora, documentarista e “escutadeira” – como ela gosta de ser chamada –, é um dos bons exemplos de como quebrar o paradigma do jornalismo tradicional com o auxílio do Signo da Compreensão. Brum consegue alterar o foco da prática jornalística institucionalizada, dando voz a pessoas esquecidas, narrando com afeto. “Sempre gostei das histórias pequenas. Das que se repetem, das que pertencem à gente comum. Das desimportantes. O oposto, portanto, do jornalismo clássico” (Brum, 2006, p. 187).

Ao contrário do que afirma Rodrigues (2016, p.51), quando diz que o acontecimento é “tudo aquilo que irrompe na superfície lisa da história”, para Brum, é a superfície lisa da história que precisa ser contada. Assim, a jornalista afirma o protagonismo e a importância de cada ser huma-

no, “vidas próprias, vidas de outros, desacontecimentos, não fatos, antinotícias, anonimatos. Tudo absolutamente extraordinário” (Brum, 2006, p. 188).

A prática de Brum, como ela diz, é a do “desacontecimento”, um contraponto aos acontecimentos jornalísticos monetizados pelos valores-notícia.

A carne da minha reportagem são os “desacontecimentos”, palavra que dá conta de uma escolha: escrevo sobre a extraordinária vida comum, sobre o cotidiano dos homens e das mulheres que tecem os dias e também o país, mas nem sempre são contados na história. Sobre aquilo que se repete e, por equívoco ou por miopia, é interpretado como banal. Ao empreender essa narrativa, busco subverter o foco, embaralhando os conceitos de centro e de periferia. Sou uma repórter de desacontecimentos (Brum, 2013, p. 13).

Cremilda Medina (2003) nos ajuda a compreender como Brum, ao desejar contar a atual história social, se assina, se mostra por meio de seu texto com personalidade, criando uma marca mediadora que articula as histórias que conta. A produção de significados precede o uso da técnica:

Há, sim, uma insatisfação latente nos profissionais mais sensíveis diante das rotinas técnicas que comandam a produção de significados nas empresas, instituições e grupos organizados das sociedades contemporâneas. Da comunicação sindical à grande imprensa [...] deixa os consumidores, fruidores ou parceiros do caos contemporâneo, frustrados com o universo simbólico tal qual o organizam as coberturas jornalísticas (Medina, 2003, p. 48).

Gaúcha de Ijuí, nascida em 1966, Eliane Brum é especialista em contar histórias de pessoas que, ordinariamente, não seriam pauta no jornalismo. Em seus textos, ela mostra que na vida comum existe tudo o que para ela vale a pena ser narrado, pois “para mim, as notícias habitam nos detalhes, às vezes empoeirados, do cotidiano. A maior parte das histórias reais que conto vem dessa grandeza do pequeno, da delicadeza que anima cada vida humana, mesmo nas horas brutas” (Brum, 2014, p. 105).

Brum tece uma narrativa que nasce da experiência de um novo olhar, um olhar que enxerga de forma profunda. “Um olhar que rompesse com o vício e o automatismo de se enxergar apenas a imagem dada, o que era do senso comum, o que fazia com que se acreditasse que a minha, a sua vida fossem bestas” (Brum, 2006, p. 187). Olhar para ela significa “sentir o cheiro, tocar as diferentes tessituras, perceber os gestos, as hesitações, os detalhes, apreender as outras expressões do que somos. Metade (talvez menos) de uma reportagem é o dito, a outra metade o percebido” (Brum, 2006, p.107).

Brum nega com veemência em seus textos a possibilidade de se deixar levar por obstáculos e atrofias. “Bastava o reconhecimento do outro, vindo de um lugar legitimado como uma página de jornal de sábado, para que músculos oculares atrofiados pela falta de uso voltassem a se exercitar para enxergar a própria vida de outros ângulos possíveis” (Brum, 2006, p. 188).

É esse jornalismo, real, social e que dá voz que nos ajuda a transformar e dar sentido ao mundo em que vivemos. Que combate a pós-verdade:

Para mim só faz sentido escrever se for para desacomodar, perturbar, inquietar. Não pela polêmica fácil, pelo truque, mas pela busca honesta por compreender a época em que vivemos. Sem esquecer nem por um segundo que escrevo imersa neste tempo histórico em que as verdades são criaturas fugidias, que se escondem às vezes nas vírgulas do cotidiano. Escrevo porque acredito no poder da narrativa da vida em transformar a própria vida (Brum, 2013, p.16).

OS ACONTECIMENTOS NA REVISTA CRESCER

No *media kit*⁶ disponível em seu site, a *Revista Crescer* anuncia que sua principal missão é “levar para grávidas, mães e pais orientações confiáveis que podem ser aplicadas na vida real para as famílias criarem seus filhos ainda melhor”. Segundo o documento, a revista tem alguns diferenciais: “Conta com as informações mais recentes, as pesquisas mais relevantes e os melhores especialistas; mostra em suas páginas histórias reais, com soluções e problemas iguais aos do leitor”.

Para este capítulo do livro, foram analisadas 113 reportagens das edições de julho de 2016 a junho de 2017, com o objetivo de identificar as que falassem sobre crianças com deficiência, seus desafios, pesquisas relevantes e vozes de especialistas.

Segundo o Censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2010⁷, mais de 45 milhões de brasileiros declararam ter algum tipo de deficiência.

6 Arquivo de apresentação da publicação, seu público e audiência, com foco na venda de publicidade. Disponível em <http://crescer.globo.com/midiakit/arquivos/MidiaKit_Crescer_2013-PT.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2017.

7 Disponível em <<http://biblioteca.ibge.gov.br/pt/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=794>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

Sendo assim, 23,9% da população brasileira é composta, hoje, por pessoas com algum tipo e grau de deficiência e/ou deformidade.

Das 113 matérias analisadas, apenas 4 falam sobre crianças com deficiências e/ou deformidades. Ou seja, apenas 3,54% das notícias falam sobre uma parcela de 23,9% da população brasileira.

Na Tabela 1, é possível constatar a quantidade de reportagens por editoria da revista⁸. Em cinza, foram indicadas as edições e as editorias das quatro reportagens que mencionam crianças com deficiências.⁹ Um das quatro, “Anjo azul”, é sobre o filho de Marcos Mion, apresentador da Rede Record. A reportagem fala sobre o novo livro que Mion escreveu sobre seu filho Romeo, que nasceu com Transtorno do Espectro Autista (Pontes, 2016, p. 56). Na entrevista, Mion fala sobre como é ter um filho especial e sobre os tratamentos necessários e conta algumas histórias sobre Romeo.

8 Em outubro de 2016, a revista passou por uma reformulação gráfica e editorial. Algumas editorias foram extintas e novas foram criadas. Por essa razão, a partir de outubro algumas editorias apontadas estão sem as reportagens correspondentes.

9 Estão indicadas todas as reportagens de cada editoria na *Revista Crescer*. Mas apenas uma de cada fala sobre crianças com deficiências.

editorias / edições	2016												2017					
	jul.	ago.	set.	out.	nov.	dez.	jan.	fev.	mar.	abr.	maio	jun.						
gravidez	1	1	1	3	3	2	3	3	3	2	3	2						
capa	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1						
saúde	1			2	2	1	2	2	2	1	1	3						
especial			2		1			1	1	1								
desenvolvimento			1	1	1	1		1	1		1							
comportamento	1				1	1		1	1	1		1						
polêmica								1	2	1	1	1						
você				2	1	3	1	2	1	2		1						
educação				1	2		2		1		2	1						
meio ambiente																		
inspiração	1																	
melhor mãe	1																	
primeira infância	1	1	1															
escola			1															
entrevista	1	1																
faz de conta		1																
relacionamento			1															
bem-estar	1																	
TOTAL POR EDIÇÃO	9	7	6	10	12	9	9	12	12	8	9	10						
TOTAL													113					

Tabela 1 – Reportagens por editoria em cada edição.

A segunda matéria, “Microcefalia: um ano de epidemia” (Vieira, 2016, p. 57), é sobre uma efeméride: o marco de um ano dos primeiros casos de um dos piores dramas de saúde infantil no Brasil, a microcefalia decorrente do vírus Zika. Caso que não poderia deixar de estar representado em uma revista sobre saúde infantil, mas que, durante o restante do ano não apareceu nenhuma outra vez na revista.

A terceira matéria, “Um mundo só para ele”, é também uma entrevista com a autora de um livro sobre o Transtorno do Espectro Autista: a mãe de um menino que registra em fotografias a rotina de seu filho para compreender melhor o significado da doença e o impacto que ela teve em sua vida (Lima, 2017, p. 43).

A última reportagem estudada, “Vidas inspiradoras”, é a história de Fernanda Terribile, mãe de uma criança com deficiência, que está entre seis outras histórias de crianças sem deficiências. “Vidas inspiradoras” conta histórias de seis famílias, incluindo a de Fernanda, que fala da superação diária com os cuidados com Danilo, seu filho de 17 anos que tem paralisia cerebral (Saleh, 2016, p. 70).

Isso contabiliza somente quatro em um total de 113 reportagens em um ano. Essas matérias confirmam a hipótese, proposta no início: efemérides, histórias de superação e, ainda outra, celebridades, um dos valores-notícia mais importantes da atualidade. Onde estão os “desacontecimentos” na *Revista Crescer*? Onde estão as narrativas, as palavras que curam, como nos descrevem Künsch e Victor:

A atitude hipocrática de reconhecer o direito sagrado da pessoa à palavra revela uma das percepções mais inteligentes de como se processa, no concreto da vida, aquilo que, com muitos autores, podemos chamar de

o poder terapêutico da palavra, da fala ou, mais propriamente, da narrativa. Temos, nesse modo de ver as coisas, magistralmente apresentada, uma verdadeira teoria do conhecimento, fundada na velha e boa arte de contar histórias, a arte da narrativa (Künsch; Victor, 2015, p. 17).

Por que não estamos usando o poder terapêutico da palavra com as crianças com deficiências? Por que elas estão sendo silenciadas numa revista que poderia narrar e dar voz a elas? Por que estão sendo esquecidas? Seria esse o silêncio de uma sociedade inteira, que transforma essas crianças em indesejáveis? Essas são apenas algumas questões sobre as quais a invisibilidade nos faz refletir.

O jornalismo é uma das possibilidades que temos de narrar histórias que nos ajudam a ordenar nossas vidas.

É como se, por meio das histórias que os jornalistas contam, das matérias que produzem [...], um universo às vezes muito disparatado de sentidos começasse de alguma maneira a se organizar na mente, nos corações, na vida das pessoas e dos grupos que leem jornal, ouvem rádio ou veem TV, que navegam pelos sites, páginas e blogs noticiosos (Künsch; Victor, 2015, p. 18).

Então, enquanto o silêncio de histórias de crianças com deficiências continuar existindo, estamos perdendo a oportunidade de tornar a sociedade mais inclusiva e igualitária. Mais compreensiva, tanto no sentido da intersubjetividade, quanto no das formas de produção social de conhecimento sobre o mundo, incluindo as vozes esquecidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Somam milhões os brasileiros que buscam inclusão social no Brasil. São diversas as dificuldades, desde a de se locomover nas ruas, para fazer compras, para frequentar a escola, para utilizar o transporte público e para conseguir um emprego. Claudia Werneck abre a discussão de como a mídia é um reflexo da sociedade na questão da inclusão.

A mídia é reflexo de uma sociedade pretensiosa e incapaz de perceber a deficiência como questão humana. Por isso o tema nem chega a ser questão política e social. Deficiência é assunto de ninguém. Nós, da imprensa, apenas reproduzimos uma dificuldade que é de todos (Werneck, 1997, p. 98).

No Brasil não existe uma política efetiva de inclusão, que viabilize os planejamentos de urbanização, de acessibilidade, de educação, saúde, esporte e cultura, e nem metas que nos permitam alcançar o objetivo de resguardar os direitos dos portadores de deficiência.

Devemos lembrar que o princípio fundamental da sociedade inclusiva é o de que todas as pessoas com deficiências devem ter suas necessidades atendidas. Os meios de comunicação têm um papel fundamental na promoção de atitudes positivas na inclusão de pessoas portadoras de deficiências na sociedade.

A informação é um grande aliado contra o preconceito, e se ela for compreensiva e dialógica, decerto poderá transformar e gerar articulações e modificações na visão que a sociedade tem hoje desses indivíduos. Por outro lado, a falta de informação, ou a informação dura, simplis-

ta e dualista, torna difícil o desenvolvimento de um novo olhar para as pessoas com deficiências e sua inclusão na convivência social.

Quando falamos de um jornalismo compreensivo, pensamos na necessidade de se reverter as coisas para se banir do jornalismo o que Medina (2003, p. 51) chama de “[forma] desumanizada, preconceituosa e estática”, complementando que “a narrativa predominante exhibe, de forma sintomática, as crises da cultura e da escolaridade nos marcos da modernidade”.

As narrativas jornalísticas compreensivas, dos “descontecimentos”, que buscam um verdadeiro encontro com o Outro, talvez sejam capazes de influenciar a construção de uma realidade mais justa e igualitária, com o princípio do respeito a qualquer tipo de diferença, e acolhendo o Outro como parte de si mesma.

Referências

ARISTÓTELES. **Arte poética**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

BROZEK, Josef; MASSIMI, Marina. (ed.). “Curso de introdução à historiografia da psicologia: apontamentos para um curso breve – Parte segunda: Da descrição à interpretação”. **Memorandum**, abril/2002, 103-109. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/memorandum/artigos02/artigo08.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2017

BRUM, Eliane. **A vida que ninguém vê**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2006.

BRUM, Eliane. **A menina quebrada**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2013.

BRUM, Eliane. **Meus desacontecimentos**. São Paulo: Leya, 2014.

FLUSSER, Vilém. **Bodenlos**: uma autobiografia filosófica. São Paulo: Annablume, 2007.

FRANÇA, Vera. O acontecimento e a mídia. **Galáxia**, São Paulo, n. 24, p. 10-21, dez. 2012. Disponível em <<https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/12939>>. Acesso em: 23 jun. /2017.

HALL, Stuart et al. A produção social das notícias: o mugging nos media. In: TRAQUINA, Nelson. (Org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Florianópolis: Editora Insular, 2016. p. 309-341.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico de 2010**. Disponível em <<http://biblioteca.ibge.gov.br/pt/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=794>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

KELLNER, Douglas. A cultura da mídia e o triunfo do espetáculo. **Líbero**, São Paulo, v. 6, n. 11, p. 4-15, 2003.

KEYES, Ralph. **The post truth era**: dishonesty and deception in contemporary life. New York: St. Martin's Press, 2004.

KÜNSCH, Dimas A. Comunicação, conhecimento e compreensão. In: Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação - INTERCOM, 6, 2006, Brasília. **Anais do VI Encontro**. Brasília: [s.n], 2006. Disponível em <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R1091-1.pdf>>. Acesso em: 8 mar. 2017.

KÜNSCH, Dimas A. Mais interrogações e vírgulas, menos pontos finais: pensamento compreensivo e comunicação. **Líbe-**

ro, São Paulo, vol. 12, nº 24, p. 41-50, dez. 2009a. Disponível em: <<https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/Mais-interroga%C3%A7%C3%B5es-e-v%C3%ADrgulas.pdf>>. Acesso em: 6 set. 2017.

KÜNSCH, Dimas A. Os deuses voltam à cena: ciberespaço, razão e delírio. In: MARQUES, Ângela. et al. **Esfera pública, redes e jornalismo**. Rio de Janeiro: E-papers, 2009b, p. 32-47.

KÜNSCH, Dimas A. A comunicação, a explicação e a compreensão: ensaio de uma epistemologia compreensiva da comunicação. **Líbero**, São Paulo, vol. 17, nº 34, p. 111-121, jul./dez. 2014. Disponível em: <<https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2015/03/10-Dimas-Kunsch.pdf>>. Acesso em: 6 set. 2017.

KÜNSCH, Dimas A.; VICTOR. Cilene. A palavra que cura, a narrativa e o jornalismo interpretativo. **Líbero**, São Paulo, vol. 18, nº 36, p. 15-25, jul./dez. de 2015. Disponível em: <<https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2015/12/TC.-CILENE-DIMAS.pdf>>. Acesso em: 6 set. 2017.

LIMA, Vanessa. Um mundo só para ele. **Revista Crescer**, São Paulo, nº 280, março/2017, p. 43.

MARTINO, Luís Mauro Sá. A compreensão como método. In: KÜNSCH, Dimas A.; AZEVEDO, Guilherme; BRITO, Pedro Debs; MANSI, Viviane Regina (Orgs.). **Comunicação, diálogo e compreensão**. São Paulo: Editora Plêiade, 2014, p. 17-36. Disponível em: <<https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2015/04/E-book-Comunica%C3%A7%C3%A3o-Di%C3%A1logo-Compreens%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 6 set. 2017.

MEDINA, Cremilda. **A arte de tecer o presente**: narrativa e cotidiano. São Paulo: Summus, 2003.

MOLOTCH, Harvey.; LESTER, Marilyn. As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In: TRAQUINA, N. (Org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Florianópolis: Editora Insular, 2016, p. 61-81.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Unesco, 2000.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Narrativas: representação, instituição ou experimentação da realidade? In: **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**. São Paulo: Universidade de São Paulo, nov. de 2009.

MOUILLAUD, Maurice. A crítica do acontecimento ou o fato em questão. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (Orgs.). **O jornal da forma ao sentido**. Brasília: Editora UNB, 2002. p. 49-84.

PONTES, Ana. Anjo azul. **Revista Crescer**, São Paulo, nº 277, dezembro/2016, p. 56.

QUÉRÉ, Louis. Entre o facto e sentido: a dualidade do acontecimento. **Trajectos** – revista de comunicação, cultura e educação. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, n. 6, Primavera de 2005.

RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Florianópolis: Editora Insular, 2016. p. 51 a 59.

SALEH, Naíma. Vidas inspiradoras. **Revista Crescer**, São Paulo, nº 277, dezembro/2016, p. 70.

SANTAELLA, Lucia. Da cultura das mídias à cibercultura: o advento do pós-humano. **Revista Famecos**, Porto Alegre, vol. 10, nº 22, p. 23-32, dez. 2003. Disponível em: <<http://revista-seletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3229/2493>>. Acesso em 6 set. 2017.

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato**: notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis: Vozes, 2009.

SODRÉ, Muniz. **As estratégias sensíveis**: afeto, mídia e política. Petrópolis: Vozes, 2006.

VIEIRA, Maria Clara. Microcefalia: um ano de epidemia. **Revista Crescer**, São Paulo, nº 274, setembro/2016, p. 57.

WERNECK, Claudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro, WVA, 1997.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação de massa**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.



C

ompreensão no cárcere: o trabalho
do Grupo de Diálogo Universidade-
Cárcere-Comunidade

Isabela Ferreira de Sá Borrelli

Inspirada nos princípios do pensamento e do método da compreensão, a autora acompanha o trabalho do Grupo de Diálogo Universidade-Cárcere-Comunidade, o GDUCC, no segundo semestre de 2015. No texto que resulta dessa experiência, ela apresenta as premissas que sustentam o projeto, as metodologias aplicadas e os novos desafios enfrentados, que fazem da iniciativa um processo em contínua construção. E conclui: a aposta no diálogo, que nunca promete ser fácil, e a aproximação física, mental e espiritual ao mundo do outro, que ajuda no rompimento de preconceitos e no abandono de velhos paradigmas, revelam a natureza compreensiva do projeto. O paradigma da vingança e do ódio, que está na raiz do sistema carcerário brasileiro, dá lugar à ideia de que um outro modelo é possível, fundado na compreensão, na integração, na inclusão dos sujeitos. Se é verdade que a compreensão não perdoa (Hannah Arendt), também

é verdade que não renuncia à convicção de que o outro, ainda quando tenha que pagar por uma crime que cometeu – sendo privado de sua liberdade –, nem por isso perde sua condição de humano.

O Brasil ocupa a quarta posição no ranking de maiores populações carcerárias do mundo. São mais de 600 mil presidiários, um número 6,7 vezes maior que o registrado em 1990, de acordo com levantamento do Ministério da Justiça de junho de 2014 (Brasil, 2014). Além do encarceramento acelerado, o número de vagas disponíveis para os reclusos não atende à demanda, resultando na superlotação do sistema. Degradantes e indignas, as condições prisionais acabam violando direitos humanos básicos da população carcerária (Carreira, 2009, p. 81).

Um dos fatores responsáveis pelo inchaço do sistema carcerário são as prisões provisórias. Segundo dados do mesmo levantamento (Brasil, 2014), a taxa de ocupação das vagas destinadas a presos provisórios é de 192%, sendo a referente ao regime fechado 151%, e ao semiaberto, 133%. Apesar de utilizadas com frequência no país, as prisões provisórias são um recurso de certa forma extremo, uma vez que, para responder ao processo em reclusão, o acusado necessariamente deveria oferecer algum perigo à sociedade (Brasil, 2011).

Constata-se pela leitura do 9º *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015) que 43% dos crimes cometidos em 2014 foram contra o patrimônio e 25%, infrações envolvendo entorpecentes, tanto tráfico como uso. Tendo em vista a larga utilização do recurso às prisões provisórias frente

à natureza dos crimes mais cometidos, em termos percentuais, podemos ponderar que não só a prisão provisória é utilizada excessivamente, como também há pouco uso das penas alternativas.

De acordo com o artigo 44 do Código Penal, as penas alternativas substituem as penas privativas de liberdade quando o crime cometido não for violento ou não representar grave ameaça à pessoa, entre outros fatores. Isso posto, é preciso refletir sobre a política de encarceramento do país, assim como o significado que a prisão assume para a sociedade e suas consequências na vida do indivíduo.

Este trabalho estuda a proposta e a metodologia do Grupo de Diálogo Universidade-Cárcere-Comunidade, o GDUCC, como prática da compreensão no sistema carcerário por meio do diálogo. O Grupo foi idealizado e implantado por Alvin August de Sá na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, em 2006. O projeto promove a prática do diálogo entre universitários, indivíduos privados de liberdade e membros da comunidade, a fim de prover ao presidiário a experiência de acolhimento pela sociedade que o rejeitou, para que ele se sinta ouvido e compreendido.

DIÁLOGO E RESSOCIALIZAÇÃO

Apesar de a prisão, a princípio, ser um lugar pensado para se efetuar o processo de ressocialização do encarcerado, o cenário na prática é bem diferente: no Brasil, a taxa de reincidência varia entre 70% a 85%, cerca de 15% mais que nos países mais desenvolvidos (Brasil, 2009). Assim, a maioria dos presos acaba retornando para o sistema carcerário depois de cumprir a pena.

Uma das possíveis causas para o fracasso da ressocialização nas prisões é o baixo acesso à educação e ao trabalho, duas atividades tidas como essenciais para o retorno à convivência em sociedade. Segundo o *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias*, citado no início deste texto (Brasil, 2014), somente 10,7% da população carcerária brasileira está de fato em alguma atividade educacional, e 16% efetivamente trabalham.

A ausência de responsabilidade por parte do Estado e da sociedade também é latente e afeta as estatísticas relacionadas ao sistema carcerário. No vácuo entre o Estado e a organização da prisão, grupos como facções criminosas emergem como forma de suprir essa ausência. Salla (2006, p. 301) escreve a respeito:

A maior parte das prisões brasileiras vem funcionando com um mínimo de controle por parte do Estado. Isto significa que muitas atividades quotidianas dentro das prisões são organizadas e dirigidas pelos próprios presos. Dois ou três agentes de segurança são responsáveis por 500, 600 ou mais presos, numa evidente demonstração que não dispõem de qualquer meio para impor as regras estabelecidas pela administração prisional. As massas carcerárias ficam, assim, à disposição das lideranças dos grupos mais organizados que ali se encontram.

Simultaneamente, também reina a ideia de que a punição é a solução, como comprova uma pesquisa feita pelo Fórum de Segurança Pública, publicada no *9º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, na qual se revela que, em 2015, pelo menos metade dos habitantes dos grandes centros urbanos brasileiros concorda que “bandido bom é bandido morto”.

Uma pessoa com passagem pela prisão, além de dificilmente ter acesso à educação e ao trabalho, geralmente é estigmatizada e, ao sair do cárcere, encontra dificuldades de todo tipo para reintegrar a sociedade. Conseqüentemente, são altas as chances de ela retornar ao sistema carcerário e integrar a taxa de mais de 70% de reincidentes.

É nesse contexto que o GDUCC procura atuar, promovendo o diálogo entre a população encarcerada, universitários e membros da comunidade. Com o objetivo de instigar a compreensão entre os seus membros, o grupo também busca trabalhar o sentimento de pertença dos presos em relação à sociedade e ajudar em sua reinserção.

PREMISSAS E BASES TEÓRICAS

Idealizado por Alvin Augustus de Sá, doutor em Psicologia Clínica e livre docente em Criminologia, o Grupo de Diálogo Universidade-Cárcere-Comunidade teve início em 2006 na Faculdade de Direito da USP, como resultado de um trabalho coordenado por Sá, em 1999, na Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Apesar de constituir o embrião para a criação do grupo, o trabalho realizado em 1999 sofreu mudanças. Inicialmente, o foco do projeto era o processo de prisionização e os efeitos disso na mente do preso. Em 2006, já como GDUCC, o grupo foca na marginalização primária e nos conflitos históricos entre encarcerados e sociedade (Sá; Braga; Bretan; Calderoni, 2013, p. 26).

Antes de nos aprofundarmos na metodologia utilizada pelo grupo, é importante apresentar três premissas básicas de seu trabalho, a saber: o diálogo, a reintegração social e o ator situado. Segundo David Bohm (2005, p. 33-34), o

termo diálogo vem do grego, *diálogos*, no qual *logos* significa “palavra” ou “significado da palavra” e *dia*, “através”. Diferente da discussão ou da conversa, no diálogo quem fala está disposto a ouvir e, acima de tudo, ninguém tenta vencer. Para Bohm, o diálogo é uma troca onde todos ganham, inclusive quando acham algum erro, porque não se joga um contra o outro, mas com cada um.

No contexto do GDUCC, deve-se levar em consideração as diferenças entre os protagonistas desse diálogo, já que alguns deles são estudantes de Direito, outros, membros da comunidade e outros, ainda, presidiários. Para isso, é importante ressaltar o objetivo do diálogo como principal ferramenta do grupo:

Se nos mantivermos ao nível de aquisição de novas ideias, de conhecimentos, de novas experiências, talvez boas leituras pudessem se constituir em formas alternativas para tais conquistas. No entanto, nenhuma leitura poderá substituir o diálogo. O diálogo, o encontro significativo de pessoas, a experiência de pertença a um mesmo grupo são insubstituíveis por leituras ou por outros tipos de atividade (Sá et al., 2013, p. 31).

Assim, o diálogo se revela não só como um meio de fornecer a prática da compreensão, mas também se mostra essencial por ter essa característica de ser uma atividade que promove a troca de experiências e traz o sentimento de pertencimento. No caso do GDUCC, isso se mostra essencial, uma vez que a população carcerária é frequentemente marginalizada pela sociedade.

Outra premissa do grupo é a da reintegração social. É frequente o uso de expressões como ressocialização, reabi-

litação, recuperação e reintegração como sinônimos para classificar a utilidade do sistema carcerário. No entanto, essas expressões apresentam diferenças significativas entre si, principalmente se se comparam os termos ressocialização, recuperação e reabilitação com reintegração social.

Os termos tratamento, ressocialização, reabilitação (e outros similares), pela forma como vêm sendo usados tradicionalmente, mormente na Criminologia Clínica tradicional, supõem uma relação de poder entre as instâncias de controle formal, entre os técnicos e os presos. Nesta relação, os presos são objetos, os quais se pretende modificar e ajustar às normas e valores sociais (Sá, 2000, p. 20).

Dessa forma, a ressocialização e a reabilitação seriam funções do cárcere e impõem as normas da sociedade aos presos, partindo do princípio de que o problema é, em sua maior parte, de responsabilidade do preso e não a sociedade. Esse tipo de processo visa principalmente à diminuição da porcentagem de reincidência, ou seja, de indivíduos que voltam ao cárcere por terem novamente cometido algum crime.

Já a reintegração social, ainda de acordo com Sá (2000), é um método de abertura tanto do cárcere para a sociedade quanto da sociedade para o cárcere. Parte-se do princípio de que ocorreu uma forma de marginalização inicial que segregou o indivíduo e, como consequência, ele passou a ter uma relação de oposição e exclusão em relação à sociedade. É então que o cárcere se configura como uma segunda marginalização e, nesse contexto, a sociedade é responsável por sua própria reforma para evitar, assim, o retorno do ex-recluso à marginalização inicial.

Isso posto, é importante salientar que o GDUCC utiliza a ideia da reintegração social como base metodológica, a partir do momento em que se põe como o facilitador dessa abertura tanto do cárcere para a sociedade, quanto da sociedade para o cárcere. Não há, portanto, a imposição de normas sociais ou de comportamento aos indivíduos em privação de liberdade.

Outra premissa é a do ator situado, expressão usada por Christian Débuyst, doutor em Criminologia pela Universidade Católica de Louvaina, na Bélgica, para classificar a situação de um ator interagindo com outro ator, num determinado contexto. Segundo Alvin de Sá, o crime é um comportamento controverso, resultado de “uma forma problemática de inserção do indivíduo – seu autor – no tecido social e na malha das interações sociais. No entanto, (...) o autor desse comportamento não é o único responsável por ele” (Sá et al., 2013, p. 30).

Logo, ao invés de classificar o indivíduo que praticou o delito como autor, ou o único responsável pelo crime, ele é tido como um ator situado, ou seja, um dos diversos atores no contexto do acontecimento. Nesse caso, ao enxergar o indivíduo como ator situado, automaticamente, leva-se em conta a sua história de vida, suas motivações e sua responsabilidade como agente, as influências que recebeu e, inclusive, a responsabilidade da sociedade nesse crime.

Essa visão de que em determinadas circunstâncias cada indivíduo pode ser capaz de agir de uma forma diferente já traz por si só o exercício da compreensão e a tentativa de aproximação do outro, no caso do GDUCC, o indivíduo em privação de liberdade. E é por meio do estudo teórico da compreensão do cárcere, no qual são fundamenta-

das tanto as ideias de reintegração social quanto as de ator situado, que o grupo é preparado para realizar o diálogo com os presos.

METODOLOGIA DE TRABALHO¹

O Grupo de Diálogo Universidade-Cárcere-Comunidade é estruturado por três encontros teóricos e, depois, por encontros semanais para a prática do diálogo com a população em privação de liberdade na unidade prisional. Nos encontros teóricos são compartilhados textos com os interessados em integrar o grupo durante o semestre, a fim de promover discussões entre os participantes da universidade e da comunidade a respeito do posicionamento do GDUCC. Temas como tolerância, compreensão, realidade carcerária, entre outros, como a reintegração social e o ator situado, são abordados nessas ocasiões.

Na minha experiência, foram indicados os textos de Assis (1994), Braga e Bretan (2008), Calderoni (2013), Cortella e Taille (2009), Goffman (2001), Sá (2011 e 2013, p. 226-330), Shimizu e Calderoni (2011) e Soligueto (2013) ao longo dos encontros teóricos.

O objetivo desses encontros é fazer com que o participante externo ao cárcere esteja preparado tanto para enfrentar a realidade dos indivíduos encarcerados, como

1 Atento, aqui, para o fato de que participei do GDUCC no segundo semestre de 2015 e que, auxiliada pelo livro *GDUCC – Grupo de Diálogo Universidade-Cárcere-Comunidade: uma experiência de integração entre a sociedade e o cárcere*, trago impressões pessoais do grupo e da metodologia. Além disso, descrevo o enfoque em relação à aplicação do diálogo e à busca da compreensão sem entrar em detalhes sobre as reuniões dentro do cárcere, uma vez que os encontros e a troca de experiências entre os participantes são sigilosos.

para poder dialogar com eles de forma isenta, o mais possível, de preconceitos e buscando sempre a compreensão. Também ao longo desses encontros é realizada uma seleção dos interessados em participar do grupo, uma vez que, devido ao crescente número de candidatos universitários e às vagas limitadas nas prisões, assim como à inconstância da participação das próprias prisões, é necessário restringir o número dos participantes.

É interessante trazer aqui a questão que o grupo de universitários enfrenta como parte integrante da comunidade intelectual e, dessa forma, como integrante do sistema de poder que invalida os saberes ditos comuns e age como uma espécie de árbitro dos discursos que devem ser entendidos como socialmente relevantes. É importante considerar o risco potencial que o grupo corre de vir a impor o saber intelectual sobre o dos encarcerados, em uma forma de manutenção inconsciente da hierarquia no grupo. Foucault (1998, p. 71), alerta para esse risco:

O papel do intelectual não é mais o de se colocar “um pouco na frente ou um pouco de lado” para dizer a muda verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da “verdade”, da “consciência”, do discurso. É por isso que a teoria não expressará, não traduzirá, não aplicará uma prática; ela é uma prática.

Ao mesmo tempo, o GDUCC também pode ser visto como uma abertura à fala dos encarcerados, ou seja, um meio de combater as formas de poder, fornecendo essa troca dialogal entre as partes envolvidas. Por consequência, simetria e autenticidade são as palavras-chave para a

prática do diálogo, como defende o grupo. Mas, ao mesmo tempo em que os participantes procuram manter uma relação de igualdade, as experiências vividas pela população não encarcerada e a encarcerada podem chegar a ser muito distantes, o que compromete a autenticidade do diálogo (Sá et al., 2013, p. 27).

Ainda de acordo com Bohm (2005), as experiências pelas quais um indivíduo passa, o que foi dito ou não por outra pessoa, por exemplo, geram pensamentos que resultam em opiniões. E, apesar de nutrirem um aspecto de verdade, as opiniões podem consistir apenas em conjecturas e fundamentos próprios de determinado sujeito. O autor aponta que o real propósito do diálogo é percorrer o processo do pensamento e mudar a forma com que ele acontece coletivamente.

No entanto, o problema da autenticidade não está somente em procurar mudar o processo do pensamento, mas também no envolvimento das partes. Os encontros promovidos pelo GDUCC na prisão contam com uma média de 40 participantes, metade internos e a outra metade externos ao cárcere. Com duração de duas horas, esses encontros acontecem, também em média, dez vezes por semestre.

A estrutura das reuniões caracteriza-se por uma conversa inicial entre todos os participantes, sentados em círculo e de forma intercalada entre participantes externos e internos. Essa introdução geralmente é guiada por um dos coordenadores do GDUCC, que podem ser alunos ou formados em áreas distintas e que já estejam no projeto há mais de um semestre.

Geralmente, um dos coordenadores é psicólogo ou estudante de Psicologia e o outro, de Direito. Como par-

participante, observei que os coordenadores geralmente estavam envolvidos academicamente com o trabalho do Prof. Alvino de Sá, como seus orientandos de tese de láurea ou de cursos de pós-graduação. Mas também me foi informado pelo grupo que não há pré-requisitos para alguém se tornar coordenador e que, havendo interesse, o indivíduo será bem-vindo, tendo que participar de alguns ciclos do GDUCC antes de poder atuar efetivamente.²

Ocorrido o contato inicial, em que é definido um tema para o diálogo, o grupo é dividido em vários grupos menores, em torno de quatro pessoas cada, nos quais os participantes irão trocar experiências e dialogar sobre o tema indicado. A maioria dos encontros de que participei seguiu essa estrutura, mas também são realizadas dinâmicas variadas. A responsabilidade de organizar os encontros e as dinâmicas é compartilhada entre os membros do grupo. Incentiva-se que pelo menos um encontro por semestre seja planejado pelos presos, a fim de manter a proposta de simetria.

Os temas dos encontros incluem assuntos gerais, como família, tatuagens, entre outros, e acabam sendo uma espécie de impulsionador para a abertura entre os participantes, sendo frequente o compartilhamento de experiências pessoais e de troca de opiniões. No encerramento de cada encontro há a reunião de todos os participantes, onde quem quiser pode compartilhar o que foi dito nos pequenos grupos ou acrescentar alguma impressão ou sentimento sobre o tema.

² A oportunidade de participação de um pesquisador do pensamento compreensivo nas reuniões mostra-se pertinente e oportuna. O processo de pesquisa para a elaboração deste artigo é um dos frutos que mostra o alcance que se pode atingir com a aplicação da ideia da compreensão como método em um campo tão crítico.

Em cada encontro um participante é responsável por fazer um relatório sobre a experiência e, ao final do semestre, todos os participantes devem entregar um trabalho sobre os encontros. O formato é livre, podendo ser desenho, música, poema, relatório, entre outros.

PROCESSO CONTÍNUO DE APRENDIZAGEM

Alguns desafios enfrentados pelo grupo não haviam sido considerados em sua totalidade na fase inicial do projeto e a capacidade de adaptação representou uma oportunidade de aprendizado por outras perspectivas. A escolha do local disponibilizado pela administração da prisão é um fator sobre o qual o grupo exerce pouca influência, tratando-se geralmente de um espaço não adequado, de tamanho reduzido ou com acústica ruim, dificultando a interação entre os participantes.

Outro aspecto sensível foi a irregularidade e descontinuidade da participação dos presos, uma vez que, terminado o semestre, não haveria garantias de que a prisão estaria disponível no período seguinte. Como há uma grande procura pelo grupo, os participantes variam muito entre os semestres. Nesse contexto, Bohm (2005, p. 53) lembra que o ponto fundamental do diálogo é manter um grupo fixo que dure o bastante para chegar a produzir mudanças. Talvez, por esse prisma, o período de que o GDUCC dispõe pode ser o suficiente, dependendo do andamento dos encontros.

Na minha experiência, especificamente, não houve um controle por parte da organização da prisão quanto ao número de participantes e inscritos internos, podendo-se levantar a dúvida sobre como a administração da prisão

deveria ter sido envolvida. Houve um encontro em que se ultrapassou a quantidade de 40 pessoas, chegando a quase 60, assim como houve também irregularidade de participação dos presos, afetando a aplicação da dinâmica. Com novos membros, o trabalho praticamente tinha que ser reiniciado a cada encontro, de modo a contextualizar os iniciantes. Se, por um lado, houve a percepção de que o resultado foi afetado, e talvez até mesmo o surgimento do eventual desgaste ou frustração, por outro, houve a oportunidade de compreender expectativas que não puderam ser atendidas em função de uma realidade que se conhecia apenas parcialmente.

As questões que aparecem e os novos desafios mostram que o GDUCC constitui um projeto em constante mudança, uma vez que sua trajetória pode ser vista como um movimento inacabado que sempre está se reformulando, como comenta Ana Gabriela Mendes Braga, doutora em Criminologia e Direito Penal, no segundo capítulo do livro *GDUCC – Grupo de Diálogo Universidade-Cárcere-Comunidade: uma experiência de integração entre a sociedade e o cárcere*.

COMPREENSÃO NO CENTRO

Ainda que o GDUCC leve em sua sigla e tenha como sua principal ferramenta o diálogo, a compreensão é não só um dos objetivos do grupo, como também uma consequência da troca resultante do diálogo. Como pontua Luís Mauro Sá Martino (2014, p. 31):

Compreender o outro não é um processo delimitado no espaço ou no tempo, mas uma ação constante, imensa, no entretecer contínuo de um espaço em

que o sujeito reconhece a si mesmo como incompleto e, nessa incompletude, encontra na alteridade pistas para entender o relacional.

Como a própria premissa do ator situado revela, um dos objetivos do GDUCC é promover a compreensão do cárcere pelos participantes externos ao lugar. Mas não só isso: existe a busca por si mesmo no outro, como pontuado por Martino. Tanto participantes externos quanto internos surpreendem-se ao identificar-se no outro, que à primeira vista parecia tão distante.

O encarceramento é, por princípio, uma busca de solução para o indivíduo que cometeu um crime contra a sociedade, sendo, assim, excluído de seu convívio. Portanto, as realidades dos participantes do grupo são consideravelmente diferentes e, por mais que os participantes universitários e os da comunidade procurem se informar sobre a vida dentro do sistema penitenciário, existe um desconhecimento considerável acerca da realidade do preso. No entanto, como defende Alvino de Sá, o contato pessoal, o diálogo e a experiência de sentir-se parte de um grupo concretizam o processo de compreensão do outro.

Durante esse processo, gradualmente, ocorre uma reconstrução do conceito do que é o presidiário, havendo claramente uma desmistificação. O contato direto com uma pessoa em situação de privação de liberdade e o diálogo auxiliam na quebra da imagem de uma pessoa essencialmente má e no crescimento da visão de um ator situado, como referido antes.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

O Grupo de Diálogo Universidade-Cárcere-Comunidade abre as portas do sistema carcerário por meio do

acolhimento e da compreensão. Nesse gesto, o diálogo se fundamenta como ferramenta indispensável e promove trocas valiosas entre os membros da universidade, da comunidade e indivíduos privados de sua liberdade. Partindo das noções de reintegração social e do ator situado, os membros externos ao cárcere enfrentam o desafio de quebrar paradigmas e reconstruir conceitos.

O grupo também se depara com o exercício da alteridade, de se enxergar no outro e aproximá-lo de si. É nessa aproximação que Alvino de Sá aposta, como forma de aliviar a marginalização de presidiários e ex-presidiários, uma vez que, ao realizá-la, o olhar sobre o sistema carcerário pode se tornar mais compreensivo e menos punitivo, com bons resultados para a análise do contexto e de outros possíveis fatores envolvidos na prática de cada crime.

Dessa forma, o GDUCC se apresenta como um projeto em construção que busca como objetivo principal atingir a compreensão e a prática do diálogo. O grupo enfrenta desafios em função de variáveis e dinâmicas não conhecidas, diante dos quais o aprendizado é gradualmente agregado ao processo, de maneira compreensiva. São lições aprendidas: inconstância da participação das unidades carcerárias, a responsabilidade da organização do cárcere em relação aos encontros, o lugar em que os encontros são realizados e, atualmente, o crescente número de interessados externos à prisão em participar do projeto.

Referências

BOHM, David. **Diálogo**: comunicação e redes de convivência. São Paulo: Palas Athena, 2005.

BRAGA, Ana Gabriela Mendes; BRETAN, Maria Emília Accioli Nobrea. Teoria e prática da reintegração social: o relato de um trabalho crítico no âmbito da execução penal. In: SÁ, Alvino A. de; SHECAIRA, Sérgio Salomão (Orgs.). **Criminologia e os problemas da atualidade**. São Paulo: Editora Atlas, 2008, p. 255-275.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário. **CPI sistema carcerário**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009. 620 p. Disponível em: <http://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2701/cpi_sistema_carcerario.pdf?sequence=5>. Acesso: 2 jul. 2016.

BRASIL. Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 20 maio 2016.

BRASIL. Lei nº 12.403, de 4 de maio de 2011. **Altera dispositivos do Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, relativos à prisão processual, fiança, liberdade provisória, demais medidas cautelares, e dá outras providências**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12403.htm>. Acesso em: 20 jun. 2016.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**, junho de 2014. Disponível em <<http://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

CALDERONI, Vivian. **O agente penitenciário aos olhos do judiciário paulista**. Dissertação (Mestrado em Direito Penal)

- Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013, cap. 2, p. 29-78. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2136/tde-13022014-161922/pt-br.php>>. Acesso em: 4 out. 2017.

CARREIRA, Denise. **Relatório Nacional para o Direito Humano à Educação: Educação nas Prisões Brasileiras**. São Paulo: Plataforma DhESCA Brasil, 2009. Disponível em: <<http://www.cmv-educare.com/wp-content/uploads/2013/07/FINAL-relatorioeduca%C3%A7%C3%A3onasprisoesnov2009.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2016.

CORTELLA, Mario Sérgio; TAILLE, Yves de La. **Nos labirintos da moral**. 5. ed. Campinas, SP: Papirus/ 7 mares, 2009.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: ano 9, 2015. ISSN: 1983-7364. Disponível em <http://www.forumseguranca.org.br/storage/9_anuario_2015.retificado_.pdf>. Acesso em: 3 de out. de 2017.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

MARTINO, Luís Mauro Sá. A compreensão como método. In: KÜNSCH, Dimas A.; AZEVEDO, Guilherme; BRITO, Pedro Debs; MANSI, Viviane Regina. (Orgs.). **Comunicação, diálogo e compreensão**. São Paulo: Editora Plêiade, 2014, p. 17-37. Disponível em: <<https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2015/04/E-book-Comunica%C3%A7%C3%A3o-Di%C3%A1logo-Compreens%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 4 out. 2017.

SÁ, Alvino Augusto de; BRAGA, Ana Gabriela Mendes; BRETTAN, Maria Emilia Accioli Nobre; CALDERONI, Vivian (Coords.). **GDUCC – Grupo de Diálogo Universidade-Cárcere-Comunidade**: uma experiência de integração entre a sociedade e o cárcere. Brasília: Ministério da Justiça, 2013.

SÁ, Alvino Augusto de. Algumas ponderações acerca da reintegração social dos condenados à pena privativa de liberdade. **Revista da Esmape**, Recife, v. 5, n. 11, jan./jul. 2000, p. 25-70.


SÁ, Alvino Augusto de. **Criminologia clínica e psicologia criminal**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

SÁ, Alvino Augusto de. GDUCC: uma estratégia de reintegração que visa à inclusão social. In: SÁ, Alvino A. de et al. **GDUCC - Grupo de Diálogo Universidade-Cárcere-Comunidade**: uma experiência de integração entre a sociedade e o cárcere. Brasília: Brasil. Ministério da Justiça, 2013, p. 25-38.

SALLA, Fernando. As rebeliões nas prisões: novos significados a partir da experiência brasileira. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez 2006, p. 274-307.

SHIMIZU, Bruno; CALDERONI, Vivian. Criminologia clínica e execução penal: proposta de um modelo de terceira geração, de Alvino Augusto de Sá. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, ano 19, v. 92, set.-out. 2011, p. 461-466.

SOLIGUETO, Mônica. As técnicas de dinâmicas de grupo no contexto do GDUCC. In: SÁ, Alvino A. de et al. **GDUCC - Grupo de Diálogo Universidade-Cárcere-Comunidade**: uma experiência de integração entre a sociedade e o cárcere. Brasília: Brasil. Ministério da Justiça, 2013, p. 143-147.



Semana Santa en el Chocó: los “días misteriosos” de la cosmogonía negra del Pacífico colombiano

Jaime Andrés Peralta Agudelo

Uma visita amorosa ao departamento colombiano de Chocó durante a Semana Santa, ou Semana Maior, para observar compreensivamente os modos como os afrocolombianos que ali habitam vêem o mundo e a si mesmos nesse mundo. No trânsito às vezes nada simples com os humanos, o imanente e o transcendente, Deus e o Diabo, os santos e os espíritos integram uma visão de mundo complexa, viva, dinâmica e plural. Aberto ao diálogo de saberes e a conhecimentos que implodem o terreno das certezas, da razão e da lógica, o pensamento compreensivo se sente em casa nas conversas que se propõe a tecer com os sentidos mais profundos de uma cultura, com as poéticas e estéticas dos mitos, dos imaginários, das religiões, com as linguagens arquetípicas da alma humana.

Cuando el viajero llega a las cálidas tierras que pueblan las comunidades afrodescendientes del Departamento del Chocó (ubicado en el costado noroccidental de la República de Colombia) durante la celebración de la Semana Santa o “Semana Mayor”, presencia un momento sustancial dentro del vasto y profundo legado cultural que ha dejado la diáspora africana en el continente americano.

No solo encontrará un valioso espacio de mestizaje cultural donde la expresión litúrgica o el contenido dogmático que conmemora la pasión, muerte y resurrección de Cristo se hilvanan desde memorias africanas, europeas e indígenas o donde su celebración a través de misas, procesiones, rogativas y demás muestras de devoción popular se construyen con acentos distintos a los emanados de la tradición espiritual oficial, sino que se hallará ante un trascendental período de corte cosmológico donde las interacciones sociales, los ritmos de vida, las prácticas cotidianas o los esquemas de pensamiento sufren una alteración sustancial.

En estas jornadas “sagradas” todo es distinto. Los espacios y los fenómenos del ambiente físico/biológico o las criaturas que lo pueblan adquieren un cariz diferente. Y, si en otro período del año la gente negra entabla con ellos una relación basada en la seguridad y la confianza que inspira el conocer a fondo su territorio nativo, ahora este ámbito natural es percibido desde el recelo y la amenaza. Las reglas que le dan coherencia a la estructura social y que conforman las maneras en que se relacionan sus protagonistas se transforman en igual medida y es así como el cosmos negro chocono se presenta en estos instantes como un todo fragmentado que genera incertidumbre y temor.

La esencia, el contenido y la interacción entre el universo de lo humano y el de lo natural se altera, por ende, durante esta semana vital y, como lo asegura Arsecio Mena, veterano pescador por todos los rincones de la cuenca media y baja del río Atrato y que ha pasado no pocas jornadas en la inmensidad del golfo de Urabá,

[...] la Semana Santa es sagrada en el Chocó... no ve que Jesucristo está penando, está sufriendo y eso es importante para nosotros por acá... Y lo más sagrado comienza después de las doce de la noche del miércoles. Ahí la cosa se pone interesante cuando es el Jueves Santo. Ahí es donde para todo, hasta de cantar los pájaros. ¡Vea que tan sagrado era el Jueves Santo y el Viernes Santo en el Chocó que luego de las doce y cuando llegaba el día ya no cantaba ni un pajarito, ni se oía nada, todo era silencio! Todo el mundo quieto.¹

Para adentrarse precisamente en este momento de alteración de la experiencia de vida de estas sociedades, tanto en su expresión práctica como en su formulación espiritual, este texto se adentrará en el recuento y análisis de algunos cambios que surgen dentro del ordenamiento cosmológico afrochocoano – replicable en la mayoría de sus contenidos para todo el Pacífico colombiano, el norte del Ecuador y el Darién panameño – durante la Semana Santa.² Desde una perspectiva etnográfica, se explorarán

1 Este texto se estructuró a partir de la revisión de los diarios de campo, de las entrevistas o de los frutos de los talleres de cartografía social que se hicieron para otras investigaciones durante varias estancias de campo en la región presentadas entre los años 2005, 2007, 2010 y 2014 y una corta estancia en 2015. Los testimonios se transcriben de forma literal, pero los giros lingüísticos locales se han homologado al español estándar y se han editado algunos apartes para evitar reiteraciones y digresiones innecesarias para el objetivo de este trabajo.

2 Al hablar de espiritualidad en general y afro en particular, hay que tomar en

los mundos que se perturban y entran en contacto durante estas fechas del calendario litúrgico anual, así como los distintos elementos que los componen, sus cualidades intrínsecas o sus particulares rangos de acción para terminar conformando entre todos ellos un nuevo espacio del ser, del hacer, del pensar y del sentir que revelan apartes significativos de la comprensión del mundo que han construido estas colectividades a partir de su propia trayectoria histórica en este rincón de las Américas.

UN UNIVERSO POROSO Y... ABIERTO

Lo primero que se hace presente cuando se estudia lo que ocurre en el cosmos negro chocono durante los siete días de la Semana Santa es que las reglas de operación que definen los distintos niveles de realidad y las respectivas fronteras que los demarcan entran en un estado de interdicción temporal en el que dejan de operar como lo hacían antes o como lo harán después de este período cíclico anual. Su arquitectura general se resquebraja, pierde integridad y solidez y, por lo mismo, queda transitoriamente *abierta*³ ha-

cuenta que ella no abarca tan solo a la esfera religiosa. Ella hace referencia a las motivaciones últimas que hacen que la persona viva, tenga sentido, luche, encuentre razones para defender la vida en todas sus manifestaciones... Es todo lo que enmarca la vida: la geografía, la cultura, el clima, la gastronomía, la religión, entre otros. La espiritualidad hace referencia a todo lo que mueve a la persona y a las comunidades a hacer o dejar de hacer cosas a favor de la vida, una fuerza dinámica que se relaciona con la historia, que oxigena y revitaliza la existencia individual y colectiva (Lapone, 2012, p. 3).

3 El concepto del cosmos abierto se ha tomado de Gerardo Fernández Juárez. Él lo aplica para la cultura aymara del altiplano boliviano para agosto (tiempo de rotura y siembra de terrenos de labor) y Semana Santa. En el último caso, el hecho luctuoso de la muerte de Cristo "abre" la gloria, habitualmente cerrada "con llave" (las de San Pedro). El cielo se prepara para recibir a Cristo tras su pasión y muerte. El cielo abierto permite una libertad de movimiento a las "almas" que contrasta con el régimen disciplinario habitual en que se

cia nuevas e inesperadas posibilidades de funcionamiento.

La causa primordial de este desajuste cósmico resulta evidente para estas comunidades, pues existe un relativo consenso en que aquella modificación estructural se debe a la ausencia temporal de la entidad supranatural que diseñó gran parte de los parámetros fundantes de todo el universo. Esta instancia es definida como “Dios” y el motivo por el que no puede concurrir para preservar la coherencia y continuidad de su “creación” durante estos días, en especial en el lapso de tiempo que va desde el amanecer del jueves hasta el medio día del sábado, se debe a que está “penando”, a que está muy “débil y cansado”, a que “está pasando trabajos” y “sufriendo mucho” y, en definitiva, porque “lo están crucificando y lo están matando”⁴

Bernardo Mira, nuquiseño⁵ de 58 años cuando se habló con él en octubre de 2007 y quien tuvo que desplazarse por motivos económicos a la ciudad de Medellín desde hace más de una década, precisa aun más la causa de aquel factor disruptivo del ordenamiento cósmico. “En esos dos días sagrados [Jueves y Viernes Santo]... Dios está como muerto. Todavía no ha resucitado y, usted ya sabe, cuando el gato no está, los ratones hacen fiesta. Ahí es cuando todos se vuelven atrevidos y pasan cosas como misteriosas, que dan miedo, terrorera como decimos nosotros”.

encuentran... Esa merma de autoridad disciplinaria se justifica por la muerte de Cristo... (1996, p. 22). Aunque en otro contexto cultural muy diferente, el término se retoma para lo afrochocoano en el sentido de una normatividad cosmogónica en entredicho y de nuevas alternativas de contacto entre planos de realidad diversos y sus diferentes criaturas que propicia la Semana Mayor.

4 Algo similar, aunque en mucho menor medida, ocurre en diciembre durante la celebración de la Navidad. Ahí, como también lo indica Bernardo Mira, “Dios está chiquito, no tiene como fuercita para atajar a las cosas raras y ellas salen a pasear, ahí como en su pampa”.

5 Natural del municipio de Nuquí.

Este sentimiento se acentúa aún más cuando se entiende que en la concepción sobre la ordenación del cosmos – afrochocoana en particular y afropacífica en general – “Dios”, como instancia generadora de un orden de lo “divino”, no es la única esfera de construcción y de manifestación de la realidad. A diferencia del dogma cristiano que se impuso por medio de la dramática experiencia de desarraigo cultural que implicó la trata esclavista, y tal vez por eso mismo y como muestra de resistencia frente a sus opresores, en el pensamiento de estas comunidades la gestación del universo no recae en manos exclusivas de la divinidad que trajo consigo el conquistador europeo.

Para ellos existe un contrapoder que también tiene la potestad de crear planos de existencia propios, de trazar determinados códigos de funcionamiento y de insuflarle vida a una serie de criaturas que ocupan sus dominios. Se trata del ser-fuerza que emana de y se gobierna desde la naturaleza no intervenida por la mano del hombre. A través de la adaptación en tierras extrañas de antiguos panteones africanos y de la compleja labor de re-creación de una espiritualidad propia con insumos provenientes de la cultura popular española y de las sociedades indígenas con las que tuvo contacto, el hombre negro instituyó en el Chocó formas de instalarse en el mundo a través del asiduo contacto con el medio natural que estaba fuera del alcance del esclavista, del hacendado, del sacerdote o de cualquier otra instancia de control social.

Para atemorizarlas y en aras de recobrar condiciones de poder cultural en el contexto colonial y posteriormente en el republicano nacional, asimiló a este otro campo

de creación cosmogónica como proveniente del “Beruñe”, el “Patas”, “Satanás”, “El Enemigo”, “El Maligno” o, simplemente, del “Diablo”. Más aún, esta otra jurisdicción genitora de realidad se intuye en muchos casos como más cercana, afín y, si se quiere, disponible, dentro de la vivencia de las sociedades negras de la región. No en vano, no se la denomina como del orden de lo “diabólico”, sino como de lo “humano”.⁶

En este sentido, se afirma que “Dios” habita muy “lejos” en el “Cielo” y que, por ende, a veces no “oye” las peticiones que se le hacen. Por eso necesita la asistencia de entidades intermedias que “caminen” por este mundo, que estén en contacto con las comunidades, con sus problemas y con sus alegrías, y entre ellos figuran instancias mediadoras más cercanas, como San Antonio, la Virgen del Carmen o “San Pacho” (San Francisco de Asís).⁷ Pero sin

6 Estas dos “orillas” espirituales se pueden combinar perfectamente. Existen, por ejemplo, “oraciones”, “novenas” y “secretos” (conjuros) “humanos” y “divinos” para atraer la fortuna en tareas productivas (siembra, pesca, cacería, comercio etc.), evitar desgracias y accidentes, recuperar la salud o triunfar en amores. Quien entra al “monte bravo” y demás ámbitos naturales que no han sido “amansados” por el hombre y con criaturas “ariscas” en su seno, no debe pensar en cosas “divinas”, sino en palabras “humanas” para estar seguro. Quien desee el conocimiento de insumos vegetales o animales para usarlos en prácticas de magia agresiva o defensiva, se debe preparar en asuntos “humanos” en medio de la naturaleza más agreste y algunos logran acrecentar su poder al fundirse con ella mediante un “pauto” o pacto con el “Diablo” o sus emisarios Ver Agudelo (2012a), Arbeláez (2010), Losonczy (2006), Sánchez (2002) e Mosquera (2001).

7 Sobre su necesaria – aunque difícil – incorporación dentro de la pastoral afro, Mauricio Alí y sus colegas (2014, p. 65) indican que el concepto de Dios es uno de los puntos problemáticos que se encuentra en la celebración de la misa afro. La Pastoral Afro Colombiana ha reflexionado sobre la figura de Dios en la predicación misionera “clásica”, identificándola con una entidad abstracta y distante, incapaz de defender su pueblo de la opresión y de la esclavitud. Esta reflexión ha traído a la integración de elementos tradicionales de la cultura de los afrodescendientes en el discurso teológico.

que se tome como un contrapoder dicotómico y antitético, como lo hace la tradición cristiana, también se puede acceder y actuar en forma paralela dentro de la otra esfera de posibilidad que es gobernada por el “Diablo” y por sus respectivos intercesores o “embajadores”, como “Edubey”, “Astadón”, “Luz Bel” o “Belcebú” y otros tantos miembros de lo que llaman su “corte”.⁸

Y, en un cosmos abierto como el que rige durante la Semana Santa, con contornos que se vuelven más porosos y con endebles barreras entre sus respectivos continentes, esta otra entidad supranatural – que reside y que deviene su poderío de los espacios más alejados del medio natural – puede salir más fácilmente de su “escondite” y transitar por el “lado de acá” con mayor libertad. Además no tiene con quien “pelear”, pues su antagonista de mil batallas está falto de fuerzas para contener su presencia, toda vez que a duras penas puede soportar su propia “pasión” y circunstancia agónica de “muerte en la cruz”. Son estas dos circunstancias, a saber, la porosidad de las fronteras cósmicas y el decaimiento en el poder de regulación divino, las que contribuyen a que la actividad de aquel otro contrapoder se incremente en los caseríos negros durante esta época del calendario y, no por nada, los pactos o “pautos” más sólidos que se establecen con aquella entidad se gestan durante la Semana Santa.⁹

8 Como lo reafirma John Antón Sánchez (2002, p. 33), las comunidades negras del Pacífico... manejan un complejo panteón espiritual combinado entre fuerzas divinas y aquellas propias del servicio del Enemigo o diablo. Estos seres asociados tanto a Dios como al diablo se encuentran en todas partes de la vida cotidiana de estas comunidades y desde luego integran toda la complejidad del sincretismo religioso que surge del encuentro entre el pensamiento ancestral africano, la cosmovisión aborigen y la doctrina eclesiástica católica... Ver también Friedemann y Arocha (1996, p.198-207).

9 En varios contextos negros existe igual tradición de contacto. Por ejemplo,

De igual forma, la laboriosidad de las criaturas que han salido de sus manos o que de alguna forma han tenido contacto con su “reino” también se manifiestan con mucha mayor asiduidad en esta época.¹⁰ Por lo mismo, aquellos que no quieren estar en contacto directo con este ser-fuerza-naturaleza deben tomar sus precauciones y seguir los “dictados” que Dios dejó, entre los cuales se incluye resguardarse en los hogares, compartir únicamente con los vecinos “conocidos” y estar atentos frente a cualquier hecho inesperado que se salga de lo habitual. Agripina Pérez, septuagenaria anciana nacida en Riosucio, pero desplazada por el conflicto armado hacia Turbo (departamento de Antioquia), reafirma este criterio de prevención:

Los días santos que es desde el jueves hasta el sábado que es de Gloria, nadie hace nada, esos tres días son muy sagrados. La gente mantiene reunida contándose historias, pues chistes [relatos] de la tierra y del mar, no más rezando y nada más... No se puede salir mucho, solo a las misas y a las procesiones... Porque esos días son sagrados, porque son días de dolor, porque es la muerte de Jesús... Si no lo hace puede quedar encantado o encontrarse con espíritus malos. Ella [la Semana Santa] es cosa de cuidado, eso nos decían y eso es verdad.

en el Valle del Patía “en el Cerro de Manzanillo, para la época de Semana Santa, era punto de encuentro con el diablo, se hacían los “empautos” o pactos con el diablo, demostrando que este símbolo natural es la conexión entre el cielo, infierno y la tierra, no hay duda que es un punto de origen para la sociedad y un punto de referencia bastante importante para toda la comunidad...” (Arbeláez, 2010, p. 32).

10 Por la debilidad de “Dios”, ahora porque está pequeño “en su cuna” y “sin fuercita”, también se incrementan los avistamientos de estas entidades en Navidad. Pero su frecuencia y grado de amenaza son mucho más reducidos que en Semana Santa.

Es así como en medio de este cosmos abierto y poroso, las comunidades afrodescendientes chocoanas deben alterar además varias de sus rutinas de existencia, comenzando por las tareas productivas, algunas formas de ocupación territorial, varios esquemas de relación familiar y no pocos parámetros de organización colectiva que enmarcan su cotidianidad.

ALTERACIÓN DE LA VIDA COTIDIANA

Comenzando el recuento de esta faceta de la espiritualidad afro por el sustento familiar, resulta evidente que a partir del Domingo de Ramos hasta el anochecer del miércoles siguiente, las tareas de obtención, transporte, procesamiento y consumo de insumos naturales entran en un progresivo proceso de abandono de los espacios donde se verifican y de paulatina ralentización de sus ritmos de ejecución. Pero, cuando llegan los “días más sagrados” del Jueves y del Viernes Santo, gran parte de estas labores se interrumpen de forma abrupta. Como lo explica el veterano pescador Ramiro Valhoyes, natural de Riosucio (medio Atrato chocoano),

[..] esa ha sido la costumbre y yo hago lo mismo que mis hermanos mayores y mi mamá me enseñaron... Se cogía pescado hasta el miércoles, lo salábamos y en este tiempo los ahumábamos. El Viernes Santo nadie salía a calentar comida, todo era frío... Entonces ya el Sábado de Gloria si nos íbamos a romper olla, eso es hacer un sancocho bien grande donde mi tía. [Luego de] tres días de aguantar filo [hambre]... ¡Ahí sí, a romper olla!

Durante esos dos días no se transita por los lugares más “afuereños” en el agua o más “adentrados” de la tierra,

es decir, por los parajes más alejados de los sitios de residencia en los que el control humano se torna cada vez más precario y donde las fuerzas primigenias de la naturaleza – agrupadas, como se vio, de manera genérica como provenientes o afines al “Diablo” – van cobrando preponderancia.¹¹ Por ejemplo, son pocos los pescadores que durante la Semana Santa se adentran hacia el mar abierto o hacia las cabeceras de los ríos y quebradas. Si lo hacen, deben enfrentar eventos que amenazan no solo la supervivencia física del transgresor de estas fronteras momentáneas, sino la lógica y sentido de los elementos de la realidad inmediata. Se pueden producir varios “cachos” o incidentes de este tipo y así lo atestigua también este mismo informante:

[...] en Semana Santa no se puede ir a pescar lejos. A mí me contaban que en Jueves y Viernes Santo la cosa es más fuerte... Unas personas estaban pescando sábalos afuera del golfo [de Urabá] en estos días y entonces cuando volteaban para ver el fondo del bote, estaba en medio de sangre. A lo último les tocó hundir el producido al agua y ¡vámonos!... Otra vez, un señor que vivía al pie de la familia de nosotros, José Melgado se llamaba, el viernes que estaba limpiando sierra¹² en su bote bien afuera, le salió un caballo con un hombre parado en medio del agua. Eso nunca se había conocido. ¡Tuvo que prender el motor y arrancar para la casa!

11 Tomando como eje de referencia lo “casero” (la residencia) y sus inmediaciones, lugares domesticados y que generan seguridad, el “afuera” en el mar o hacia las cabeceras de los ríos y quebradas y el “adentro” de la selva virgen, son lugares no culturizados y donde reside el ser-fuerza-naturaleza en todo su esplendor. Sobre estos y otros marcadores territoriales, consultar, entre otros, a Agudelo (2012a) e Camacho (2013).

12 Nombre genérico de distintas especies de peces de la familia Scombridae.

Acontece lo mismo con la obtención de los recursos consumibles o de las materias primas necesarias para transformarlas en alimentos provenientes de los “respaldos” del “monte bravo”¹³ o rincones poco intervenidos de la selva que se ubican en las zonas de colina aluvial y de piedemonte andino más distantes de los sitios poblados. Durante estos dos días allí no se puede cortar madera para leña, pues, tras cada corte de hacha o de machete que se le inflija a cualquier árbol, “palo” (arbusto), “raíz” o “bejuco”, fluye sangre a borbotones. Para explicar este portento, Jairo Duque en Istmina (medio San Juan) indica que en Semana Santa “la sangre de Dios está con nosotros. Él está sufriendo, chorreando sangre por sus heridas y es por eso que ningún ser humano puede hacer derramar sangre, su sangre. Esa es una ofensa muy grande. Se está llamando al Diablo, por eso hay que respetar”.

Por la misma razón no se buscan piezas de caza, pues su carne se torna “sangrina” y de sabor “amargo” y “maluco”. Tampoco se ordeña, pues se afirma que la leche “sale con sangre”. Igual efusión del mismo líquido vital sucede con los huevos o con la carne de gallina, de pavas y paujiles¹⁴ y demás animales de consumo doméstico si se sacrifican en estos dos días. Alfonso Lemus, conocido en el corregimiento de El Valle del municipio de Bahía Solano como “Tío Zorro”, indicaba al respecto que:

Mi abuela me decía que los días Jueves y Viernes Santo ellos no hacían hueco ni picaban raíz, no hacían

13 Los espacios naturales que se dejan “descansar” durante 5 a 7 años tras haberlos utilizado en faenas de silvicultura y donde se está regenerando la naturaleza primaria, se conocen como de “monte biche”.

14 Aves pertenecientes a la familia Cracidae.

nada... Ella no rayaba coco, no cocinaba, no prendía candela. Si picaba raíz, salía sangre. [Así que] el miércoles tenían que tener toda su comida hecha, luego nadie cocinaba... Un señor que tenía un colino [cultivo] fue a buscar plátano, cogió su chimbo [canasto] y dijo: “voy a cortar unas cabecitas”. Y, cuando fue a cortar una, ... se enterró. En vista que no llegó de la finca, fueron a ver al señor y estaba enterrado y, entre más buscaban para sacarlo, más se enterraba. Hasta fue el cura a echar bendición y todas esas cuestiones y ahí se murió el hombre.

Como es lógico suponer, también se debe tener especial cuidado para no herirse con herramientas o con algún otro instrumento cortopunzante de uso cotidiano. No solo cualquier sangrado se convertiría en una hemorragia de difícil contención, sino que este vertimiento sería una “ofensa” hacia “Dios en su descanso”. Pero no solo el cuerpo debe quedarse en estado de sosiego, sino también los comportamientos, los sentimientos y hasta determinados pensamientos deben permanecer en esta condición. Se reproduce de esta manera un estado del ser que imita a la muerte, en este caso a la muerte de Cristo, dado que dentro de la cosmovisión negra lo vivo se expresa antes que nada por su condición de movimiento.¹⁵

De allí que en estas fechas, una vez más con especial énfasis en el jueves y viernes, no se debe pensar en cosas

15 Complementando lo anterior, Anne-Marie Losonczy (2006, p. 133-134) indica que en el pensamiento afro-colombiano, “vida” equivale a “movimiento” y a “claridad”; por lo tanto viven los ríos, las nubes, el viento, el fuego, el sol, la luna, la luz del sol, las plantas, las ramas y las hojas de los árboles, mientras que están muertas las piedras, la oscuridad, la tierra, las hojas caídas y los troncos. Por ende, la selva se presenta como un mundo en el que se conjugan y confunden la vida y la muerte...

que impliquen alguna actividad de ánimo como el afán de lucro personal. Las transacciones en dinero están prohibidas; todo se debe “regalar” y, de hecho, durante este momento se presenta un nutrido intercambio de viandas, golosinas e insumos de primera necesidad entre las familias, habida cuenta que conseguir “plata” y “vender” cosas implicaría, a la par que violentar el estado de reposo mandatorio, recibir “monedas” tal como lo hizo Judas al momento de consumir su “condenada traición”.

De igual forma, la intensidad y el grado de disfrute corporal y emocional que producen varias conductas cotidianas también se deben apaciguar. Las relaciones sexuales y toda muestra de afecto físico se proscriben (al menos para el jueves y viernes), ya que no seguir esta obligada abstinencia implica “pasar bien, mientras Dios está sufriendo”. En esta porción del calendario anual los adultos y los niños tampoco deben jugar (mucho menos en la calle); decir “groserías”, hacer “maldades” y hasta hacer “bullá” o gritar es algo que entra en la categoría de “ofensa” a “Dios”. Tampoco es lícito o, al menos no es bien visto por las generaciones mayores, el que los contertulios de cualquier encuentro ciudadano pongan música a alto volumen, se rían a “muela alegre” o que le den rienda suelta al “bochinche”, valga decir, a aquella alegría del espíritu y de los sentidos tan característica del litoral Pacífico colombiano.

Ni siquiera es permitido castigar a los niños cuando hacen alguna de sus acostumbradas travesuras¹⁶ y mucho menos se les puede increpar con “maldiciones” o, lo que

16 Algunos testimonios indican que a los únicos que se puede castigar con “fuate” o “rejo” en estos días es a los árboles frutales. A ellos se los castiga para que “carguen frutos”.

viene a ser lo mismo, con “palabras humanas”. Eso sería ir “contra Dios”, castigarlo a él todavía más “duro”, darle más “fuate” y “dolor en muerte”. De allí que quien no muera un poco en Semana Santa a través de la quietud, está “ofendiendo al Señor”, agrediendo en medio de “su honda tristeza” y contribuyendo, por ende, a que “sufra” mucho más.

CONTACTO CON EL “MÁS ALLÁ”

Pero el acercamiento con la muerte en estas fechas también puede adquirir otros rostros, de mayor complejidad. Dentro del pensamiento trascendente negro chocono, el ocaso de la existencia terrena no marca un corte definitivo y sin posibilidad alguna de contacto con aquel que trasciende a “mejor vida”. Los fallecidos hacen parte integrante de la vida cotidiana de los que quedan y, por lo mismo, a través de los antecesores comunes se fijan los “troncos” de asociados a una misma parentela, se establecen los poblados, se consagran los derechos a la propiedad de la tierra o al usufructo de las minas por parte de los “renacientes” o nuevas generaciones.

De allí que se les rinda culto en determinadas reuniones y ceremonias. Rememorando ecos del África ancestral, en ellas se habla de los ancestros o “antiguos”, se “alumbran” con velas sus fotos, se recuerdan sus “gracias” [eventos vitales], se les pide guía y consuelo o se solicita su intercesión en el diario vivir a través del canto, del rezo y del baile entre otras muchas alternativas de aproximación. “El muerto camina con uno”, se suele decir en el Chocó para remarcar que su pensamiento al respecto es cíclico; nada es definitivo y, ni siquiera la muerte rompe el eterno circuito del devenir humano.¹⁷

17 Los rituales de muerte y la forma misma de entenderla hacen parte de prácticas culturales que – si bien pueden asumir algunas formas externas del con-

Sin embargo, durante el período de la Semana Santa las distancias entre el mundo de los vivos y de los muertos no solo se acortan, sino que los linderos entre ambos niveles de existencia se entrelazan desde contornos aún más flexibles y con efectos no conscientemente ritualizados, es decir, no deseados o, por lo menos, no intencionalmente buscados. Por lo mismo, ésta es una oportunidad única para que varias “Ánimas”, “Almas” o “Sombras” que habitan en el “reino” del “más allá” se cuelel – sin que se las evoque o convoque intencionadamente – por las hendiduras que se abren en el cosmos durante aquellos siete días de “misterio” para “espantar”, “enlocar” y aún “enfermar” a quienes viven en el “más acá”.

De allí que en este lapso de tiempo aumenten los avistamientos de luces fantasmales en las playas y campos, se escuchen misteriosos susurros en las inmediaciones de los caseríos y no faltan quienes perciben la presencia de personas que se creía que estaban confinadas en los límites del campo santo local. Sobre este particular, contaba la sexagenaria Sixta Romana que por los lados de Riosucio (medio Atrato) los difuntos “asustaban mucho en la Semana Santa... [allí] salía un hombre dizque arrastrando unas cadenas... Por eso yo no salía sin mi mamá, porque yo le tenía mucho miedo. La Semana Santa era muy temible, salían muchas personas muertas y todas esas cosas”.

En algunos eventos aquellas presencias espirituales buscan cumplir con un cometido secreto, dejar algún men-

texto europeo – nacen de un proceso de resignificación que conlleva tras de sí una memoria africana (entre otras bantú o yoruba para el caso chocono) que liga el accionar de los vivos con la voluntad de las generaciones pasadas. Ver Arbaláez (2010), Jaramillo (2007) y Olivella (1989).

saje o impartir determinada lección de conducta a quienes se les aparecen. Se les revelan, por ejemplo, a quienes no se resguardan en sus casas durante las “horas santas” o a los que realizan actividades no permitidas y, entre muchos otros testimonios que existen a este respecto, Carmen Gómez Mosquera añade que por estar de “bullosa” por fuera de la casa y haciendo “bochinche” con sus amigas, se le apareció un “espíritu”.

Yo estaba en Nóvita en Viernes Santo... Eran las doce de la noche y había un escaño en la orilla del río y habíamos un poco [de gente] sentados ahí conversando. El cementerio queda al lado del pueblo, ahí cerca del escaño por donde estábamos. Cuando eso miramos para allá y vemos una cosa blanca que viene arropada con una sábana blanca. Y yo les dije: “Muchachas eso que viene allá es un muerto”. “No, eso qué va a ser un muerto”, me dijeron. ¡Cuando pasó al lado de nosotras y todas salimos corriendo! Eso hay que creerlo, así pasa en Semana Santa.

Otras veces el cometido de la aparición de un “Ánima” representa un beneficio más personal para ella misma, si puede caber el uso de este término. Se manifiesta entonces en aras de “aliviar su carga” para poder pasar a la “gloria celestial”. Entre otras muchas posibilidades, la tradición oral afrodescendiente de la región consigna que esa circunstancia le puede acontecer a quienes atesoraron en vida grandes fortunas y las disfrutaron para sí mismos sin compartirlas con su familia, allegados y su comunidad. Eran, como lo señalan los informantes, “personas tacañas” y de “mal pecho”, y lo eran en tal grado que una vez se hallaban en tránsito de muerte, enterraban en secreto el oro, mone-

das, joyas y demás tesoros que hubiesen podido recolectar durante años para que nadie los pudiera disfrutar.

“Dios los castigó” por este motivo y su “pena” consiste en vagar por la eternidad sin sosiego alguno mientras tanto no le revele el secreto de la ubicación de su “entierro” a alguien que lo desee compartir solidariamente con sus semejantes. Como lo indica Alfonso Lemus, “el espíritu del dueño del entierro se quedó aquí, con los vivos” y muestra los lugares donde está el tesoro escondido en forma de “candelas o mechones azules o blancos”.¹⁸ La mayor frecuencia de avistamientos de estas “bolas de fuego” – que suben y bajan si los “cateadores” [buscadores] están cerca o lejos de la “seña” o pista que en su momento dejó el propietario – se da precisamente en los jueves y viernes de cada Semana Santa. Don Alfonso salió en varias oportunidades en su busca y narra que cuando era joven

[...] nosotros teníamos una finca allí en la mitad de la playa de Coredó [municipio de Juradó]. Hace años se veían también muchos entierros ahí... Salen en Navidad, pero más que todo eso resulta más en épocas de Cuaresma y de Semana Santa. Entonces uno se salía a la playa a mirar el mar y a mirar entierros. Ahora ya muy poco salen, ahora ya no se ven tanto..., pero en este tiempo del año acostumbraban antes a alumbrar los entierros. Es que en esa época salían ellos a relucirse.

Mas a veces las intenciones de las “Ánimas” que aparecen no quedan muy claras y dejan “cabezones” o pensativos

18 Para conocer más a fondo la tradición oral creada por los colectivos afrodescendientes del litoral Pacífico colombiano sobre los “entierros”, así como sobre sus diversas clases, sus modalidades de aparición, formas de desenterrarlos y las diversas explicaciones sobre su origen, consultar Agudelo (2009) e Losonczy (2006).

a quienes las perciben. Así le aconteció, por ejemplo, a la familia del joven Wilfrido Córdova en la ciudad de Istmina. “Mi tía Elia es una mujer inválida. Se pasa los días en una mecedora cosiendo. Un Jueves Santo alguien se le presentó y le entregó una manta. Al otro día nos la quiso mostrar y en el rincón solo encontramos unos huesos humanos. Era un ánima que le quería decir algo, pero no se sabe qué”.

Durante esta época del año también aparecen con mayor asiduidad por los distintos rincones del Chocó las “Sombras” [almas] de quienes han tenido una “mala muerte”. Con ello se alude a los que han fallecido por fuera de su tierra natal o tras un accidente fortuito sin la cercanía de sus familias, pero, sobre todo, a los cuerpos no hallados de quienes han sufrido una muerte violenta a manos de eventuales enemigos o por parte de los actores armados que han tomado a esta zona como otro frente más de su guerra por el control político, militar y económico del país.

Hasta tanto los restos no reciban una “buena muerte”, es decir, hasta que no se les brinde el acompañamiento espiritual necesario – expresado en la unción del cadáver con preparaciones balsámicas, cantos de alabaos,¹⁹ concurrencia de la comunidad, conmemoración pública de su trayectoria vital durante los días de novena, destrucción de la “tumba”²⁰ en el último día, entre otros rituales

19 Los alabaos son cantos que acompañan la novena de difuntos. En cada sesión, los cantadores – usualmente, aunque no exclusivamente mujeres – introducen estribillos que son contestados por los asistentes. Se dividen responsos de carácter religioso y en coplas de índole laica que celebran los hechos más trascendentales de en la vida de la persona. Se utilizan tanto para facilitar la “salida” del alma del cuerpo o la despedida de su “gente” como para su acompañamiento hacia su hogar celestial. Sobre su proceso de construcción y otras funciones sociales, ver, además, a Restrepo (1996).

20 La “tumba” es un pequeño espacio ritual doméstico donde ronda el alma

mortuorios –, no puede abandonar el “mundo de acá” y trascender hacia su ulterior morada ubicada en un espacio de la “Gloria” destinado para albergarlos. Si no lo logra, esta instancia espiritual se quedará “penando” en el espacio de los vivos y sus apariciones no traen ningún beneficio o bienestar, sino “mucho pena y dolor”.

Se “aparecen en sueños”, se las ve “por ahí como perdidas”, lo “señalan a uno” y les reclaman a los deudos porque no han ido en pos del cadáver. Muchas veces no se puede hacer, ya que se desconoce el lugar del deceso o no hay condiciones de seguridad para intentar su reincorporación a la colectividad de origen debido a la implantación de minas antipersonales, retenes armados y demás amenazas que los ejércitos de la desolación han introducido en los territorios negros. Y con esta penosa situación, aquellos cuerpos insepultos traen no solo un enorme sufrimiento mientras dura aquel estado de duelo constante y no elaborado por parte de sus familiares, sino una desestabilización del tejido comunitario de toda la región.

CRIATURAS DE AMENAZA O CASTIGO

Pero las “Sombras” no son las únicas entidades que penetran la cotidianidad de las sociedades afro del Chocó cuando llega este tiempo de quiebre del orden cosmológico

durante los días de la novena. Está conformado por un telón de tela colgado en una pared adornado con un festón o “mariposa” de paño negro. A su lado se coloca una mesita donde se ubican veladoras, una foto del fallecido o una efigie de algún santo de devoción familiar y nunca puede faltar un vaso con agua adobado con hierbas (ruda, escudilla, albahaca, yerbabuena etc.) para saciar la sed de la “Sombra”. Por eso se debe destruir este andamiaje – con violencia y con voces altisonantes – durante el amanecer del último día de la novena para que el alma se pueda “ir en paz”. Ver también Lapone (2012), Jaramillo (2007) y Olivella (1989).

habitual. En aquellos días irrumpe una legión de “espíritus malos”, entre los que figuran los “Espantos”, también conocidos como “Visiones” en el litoral del Pacífico o como “Aparatos” en la costa del Urabá chocoano que bordea al océano Atlántico, que dotan con otros elementos al marco de realidad construido por aquellas colectividades.

No es que no estén presentes en otros períodos del año, pero, aprovechando que las “leyes de Dios” están en un estado de temporal interdicción y que todo el cosmos anda “revuelto” por la ausencia temporal de la tutela divina, estos seres se vuelven “atrevidos”. Con ello se quiere significar que – insuflados por el poder desafiante del “Diablo” que está detrás de su accionar – varios engendros se toman la “libertad” de salir de sus espacios de residencia y arriban al entorno habitado por la “gente”. Tal como lo señala Jhony Julio Chaverra,

[...] las Visiones... son seres fantásticos que te aparecen y te asustan, viven adentro, por allá lejos en el aire, el agua, en la tierra... Se te aparecen en el camino, en la champa [canoa], en la playa, en el monte, por ahí por donde uno no se imagina... Son como cosas invisibles que llegan y cogen cuerpo. Son malos y en Semana Santa eso se ve un pocotón de ellos si uno se descuida. Son cosas del Diablo. Él está con ellos.

Sobre los motivos de sus apariciones en el ámbito terrenal, existen varios criterios de apreciación. Se refiere que algunas llegan para expiar algún “pecado” y poder así “descansar a sus anchas”. Para lograr su cometido, se manifiestan ahora como ejemplos aleccionadores de lo que le puede acontecer a quienes desafían al orden instaurado desde el “origen del mundo”. Más aún, para poder entrar en

la “gracia” divina, fungen ahora como verdaderos agentes reguladores del canon de conducta vigente, entre el que se hayan las normas de comportamiento que se deben seguir durante la “Semana Mayor”.

En este orden de ideas, uno de los “Espantos” más temidos en esta época del calendario es la “Mula de Cuaresma”. La tradición oral consigna que se trata de un ser en estado transicional que si bien alguna vez fue una mujer de “carne y hueso”, en el presente es una “Visión” que desde el período cuaresmal hasta la finalización de la Semana Santa protagoniza una dramática alteración que la lleva a adquirir la fisonomía de un mula colosal. Para algunos tiene tres patas, para otros posee tres cabezas, otros le ven inclusive una forma de vaca gigante, mas, en lo que concuerda la mayoría de los testimonios, es que es una “animala” de grandes proporciones, de color negro azabache, de andar ágil y veloz y con grandes ojos “colorados” de los que salen sendos “mechones de fuego”.²¹

Su presencia se torna aún más terrorífica cuando se contempla que arrastra una pesada cadena metálica que al contacto con el suelo desprende una llameante estela de chispas. Y, para rematar, su temperamento es muy “arisco”, valga anotar, salvaje, “rabioso” e indomable y puede atacar ante la menor provocación. La causa de su inusitada transformación también es muy conocida y la explica la anciana Isolina García con claridad:

21 Para conocer otras versiones de este Espanto y de otros tantos que componen esta faceta de la tradición afrochocoana y afropacífica, consultar Agudelo (2012b), Gutiérrez (2007), Sánchez (2002), Rivas (2000), Cuesta (1998), Roldán (1998), López (1998), Friedemann y Vanín (1995), Perea et. al. (1994) y González (1992).

[...] ellas son mujeres que tienen que ver con los curas, ¿cierto? Eso, que tienen sexualidad con ellos. No ve que ellos son hombres también y tienen su necesidad... Cuando era yo joven en el Andágueda había así un cura que conseguía [a] las muchachas jóvenes. Pero cuenta la historia que ellos no les daban plata, sino unas cadenas y medallas y en los tiempos de Semana Santa ellas salen en forma de mula muy grande arriando una cadena enorme echando candela. Ese es su castigo por estar con los curas, no ve que eso a Dios no le gusta.

Otros seres que se engloban en la categoría genérica de los “Espíritus Malos” son aquellos que alguna vez habitaron el “reino de arriba”. Sin embargo, fueron expulsados de este lugar por su mal comportamiento y hoy viven “abajo” como la “gente” y muy cerca de ella. Los denominados “Duendes” son uno de sus principales representantes, y es así como en el Chocó es sabido que este curioso personaje hace muchos siglos fue expatriado del cielo porque se “garrotió” (peleó) con Cristo. Él era una suerte de ángel consagrado a la música que integraba el “coro celestial”, pero su gran defecto, como lo señala la tadosaña²² Emilia Chaverra, era ser “muy enamorado, muy borracho, fumador y muy jugador y por eso lo sacaron de allí”.

Algunos indican, además, que, como “amigo del Diablo” que es, también hizo parte de la fallida rebelión de Satanás contra el poder divino. Sea como fuere, lo cierto es que ahora es un “sinvergüenza” que vive “buscando mujeres por aquí” para enamorarlas – en especial a las jóvenes – y se les aparece como un “hombre pequeño, de cara fea,

22 Natural del municipio de Tadó (medio San Juan).

bien vestido²³ y usa un sombrero muy grande”. Para lograr su cometido, les escribe cartas, les brinda obsequios, les “chupa y toca los senos”, las “rasguña” y las “loquea” hasta el punto en que la elegida por el “Duende” es la única que puede oír su guitarra o su violín.

Su intención última es llevarse a la cautiva hasta su “casa”, por lo general una cueva remota, para que sea su “novia” temporal o, si le gusta mucho, para confinarla allí de manera permanente. Debido a los hábitos de conducta que se le atribuyen, es una figura cultural encargada del control de la movilidad espacial y de la sexualidad juvenil femenina, y su cometido se vuelve mucho más acuciante durante la Semana Santa, un momento cultural privilegiado para la contención de ambas conductas. Una de sus víctimas fue una amiga de la joven Geydi Rosa Mosquera de nombre Karina, en el actual municipio de Unión Panamericana, durante la Semana Santa de 2002.

A ella le gustaba bañarse “sin blusa en la Quebradita Sola”. Como lo hizo en la “Semana Mayor” fue raptada por un “Duende” local. Mas, la prontitud con la cual obraron los pobladores, en especial su padrino, quien recorrió el “monte” aledaño pronunciando en voz alta su nombre y rezando varias “oraciones divinas” propicias para estos menesteres, lograron que fuera liberada al día siguiente. Apareció con varios rasguños en todo su cuerpo, pero no tenía ningún daño de consideración. Cuando recobró el habla narró que en aquella noche “el Duende me llevó al

23 Algunas versiones indican que es un traje de paño verde y que calza botines negros de punta larga. La asociación con los duendes de la tradición europea es evidente, pero varias leyendas africanas también refieren pequeños seres del bosque que siguen estos patrones de conducta.

monte, muy lejos, y me enseñó su casa, [que era] una peña donde no entraba agua y era muy iluminada, pero no se veían lámparas”. Anotó, además, que le traía dulces y galletas, que jugaba con ella y que le había señalado que en esta ocasión sólo se la iba a llevar por dos o tres días más. Pero también le puntualizó que volvería, por lo que la madre recurrió al sacerdote Víctor Julio y

[...] éste le dijo que era fácil retirarlo... El padre arregló una mesa en la sala de la casa de Karina; puso una botella de vino con una copa y en una esquina una guitarra destemplada, un violín y un acordeón. El Duende llegó a llevarse a la muchacha y, al ver esto, se sentó. Cogió la botella de vino, luego instrumento por instrumento y los ensayó... [Comenzó] a coger la guitarra y [a] recorrer las cuerdas. Al oírla que sonaba tan feo, la tiró a la mitad de la sala y jamás volvió a molestar a Karina.

Ahí está precisamente su “pierde”, pues antes que nada detesta que los instrumentos musicales estén desafinados y, cuando oye la estridencia que producen, sale despavorido o se queda afinándolos una y otra vez olvidándose de capturar a su eventual presa.

EL ORO Y SUS “ENCANTAMIENTOS”

Otra clase de seres “que se ven o no se ven” que acostumbran a llenar de inesperadas situaciones la cotidianidad de las comunidades negras chocoanas durante la Semana Santa son los provenientes del entorno del oro. Este metal ha hecho parte de la historia de aquellos grupos desde tiempos remotos y, si bien marcó su esclavización en la época colonial, también ha propiciado la generación de condiciones

materiales de existencia en el período republicano. “El oro da, pero también quita”, “pone riqueza, pero también ambición y pelea”, dicen las personas consultadas y por esta doble circunstancia es percibido con ambigüedad.

Los relatos que dan cuenta de su presencia tienen esta doble impronta y así ocurre, para enumerar un caso, con la “Gallina” o “Culeca de Oro”. Esta ave está inscrita en la categoría de los “Encantos” o “Intereses”, es decir, de aquellas entidades del cosmos negro que trasiegan por los lugares que tienen “magia” en la tierra o en el agua y que poseen algún tipo de relación con el oro y, por supuesto, con el “Diablo” que las regenta. Aunque algunos la han visto rondando de manera esporádica por distintos espacios naturales durante otros períodos del año como la Navidad, es en este instante del calendario donde ella sale a “relucir” con mayor asiduidad y, tanto es así, que durante el Jueves y Viernes Santo también se arman verdaderos “corrillos” para intentar capturarla.

Al profundizar un poco más en su existencia, se afirma que a las 12 de la noche de estos dos días se la puede divisar caminando o nadando con doce pollitos que la siguen por donde vaya. Se dice que sus recorridos empiezan o acaban en un mismo punto y, por ende, donde la madre y su prole se detienen o escarban, existe algún “misterio escondido”. Los dichosos que logran presenciar el fenómeno deben marcar el punto con exactitud para poder encontrar al día siguiente o bien un tesoro formidable o bien una mina de oro productiva. Mas, quien logre capturar a la “Culeca” va a tener riqueza para toda la vida, ya que sus huevos son de oro y los seguirá poniendo hasta la eternidad. Si tan solo se logra atrapar a uno de sus vástagos, asunto igualmente di-

fácil, también habrá suerte – aunque en menor cantidad – toda vez que estas criaturas están hechas del mismo metal.

El “Diamante” es otro “Encanto” que suele aparecer con mayor frecuencia en los dos días señalados de cada Semana Santa. Puede tener una forma romboide o esférica y su tamaño puede variar de unos pocos centímetros hasta casi un metro de alto, pero es tan luminoso que va alumbrando todo a su alrededor. Se desplaza sobre la superficie de la tierra o del agua con gran ligereza y está conformado por oro en su estado de mayor pureza. “Al que se le va dar, se la da facilito”, indican en la cuenca del río Atrato, sin embargo y, como toda criatura de este tipo, no se le “revela” a cualquiera. La persona por él elegida debe no solo tener “buen pecho” (sentimientos afables y de servicio comunitario), sino que debe reunir, como lo apunta Álvaro Chaverra en el corregimiento de Villa Nueva de Riosucio, al menos otras dos características: poseer mucho “coraje” y tener una “virtud, o sea, “presentir que el oro está cerca”.²⁴

Después de todo, “el encanto es de oro y... se sabe que las cosas de este metal no son fáciles”. Fuera de lo anterior, quien logre alcanzarlo en su veloz carrera debe también realizar un delicado proceso de cacería para consolidar su meta. Casos de éxito se han dado, pero

[...] la operación es delicada. El diamante es como un huevo alargadito. Él tiene dos ojitos y uno tiene que tener una aguja sin usar para poderlo chuzar, para bajar-

24 La capacidad de “tener una virtud” para el oro es contemplada bajo cierta ambivalencia. Si bien las personas que la poseen son admiradas por ser capaces de encontrar o de indicarle a su comunidad la presencia del mineral, también son vistas con cierta conmisericordia, pues están expuestas a “sufrir males” como es el caso de la ciega o de la loca si el oro “se mete en la cabeza”. Ver Agudelo (2012b).

lo luego con un machete o cogerlo con una atarraya si está en el agua... El alumbrante y hay que coger la aguja y chuzarle un ojito, darse la maña para chuzarlo solo por ahí... Él manda que hay que cogerlo así y eso es difícil. Pero un diamante de esos tiene es plata.²⁵

También se refiere que los “Intereses” o “Encantos” pueden asumir la forma de “cristiano” y hasta la de alguna de sus partes constitutivas. Es así como se los ha visto en forma de cráneo, de fémur o de cualquier otro hueso del cuerpo humano, cuando no de niño jugando con una pelota o con carritos dorados, de “cacique indio de oro” o de una voluptuosa mujer que señala con sus manos el lugar donde se oculta el codiciado metal. Pero, en vista de que estos seres que llegan durante la Semana Santa son “cosas del Diablo”, se indica – como lo hace doña Madolia de Diego Parra – que pueden ser muy “malos y que “alumbran” atrayendo a los hombres para “ponerlos a pelear y a ambicionar oro y riqueza”.

UNA NATURALEZA INDÓMITA Y SALVAJE

Por los intersticios que se generan en los diversos planos de realidad del cosmos negro chocono durante la Semana Santa también se cuelan una serie de criaturas que son la representación directa de la naturaleza indómita. Proviene de este entorno y actúan como sus comisionados de vigilancia y castigo frente a quienes se adentran para colonizar sus parajes o para extraer los

25 Otras versiones indican que debe permanecer húmedo, así que hay que ponerlo en un recipiente con agua para que no se vaya a “secar”. Su poseedor no debe revelar que lo tiene, pues también pierde el poder de suministrar oro a quien lo halló.

recursos de sus dominios.²⁶ Residen, por lo tanto, en parajes naturales despoblados que se comportan como verdaderos santuarios que no se deben contaminar por la presencia y acción depredadora humana como son altas cascadas, peligrosos remolinos, escarpados “longos” o “cantiles” (acantilados y riscos marinos), cuevas profundas, distantes cabeceras de ríos y quebradas, mares alejados o bosques enmarañados.²⁷

Persiguiendo este afán, no faltan tampoco aquellos que desean apropiarse de la esencia humana para conducirla hacia los confines espaciales más distantes en aras de iniciar un proceso de regresión que pretende devolverle su antigua conexión – siempre latente, siempre presente – con el poderío primigenio de la naturaleza. Debido a estas dos circunstancias, esos seres ligados plenamente al ser-fuerza-naturaleza primordial son tomados como otra modalidad de “Espantos” y también se inscriben dentro del “gobierno del Diablo”.

26 El historiador Sergio Mosquera define la estrecha relación de la espiritualidad afrochocoana con el medio natural como la “sacralidad de la selva” y añade que, además de los bosques sometidos a la acción humana, “la selva se presenta como el lugar de los misterios habitada por fuerzas extrañas, no conocidas. Estas imágenes podrían constituir el recuerdo de Aroní, dios de los bosques, y de Oké, dios de los montes [orishas yorubas]...” En ambos espacios “no solo habitan flora y fauna sino también espíritus buenos y malos. Se invoca la protección de los buenos para evitar que algo malo suceda” (2001, s. p.).

27 A las narrativas negras asociadas a la naturaleza Mariela Gutiérrez las denomina como “mitos ecológicos”. Sobre su funcionalidad agrega que tienen una poderosa razón de ser. En los ecosistemas del Pacífico funciona para imponer límites a los seres humanos cuando se enfrentan a la naturaleza, instándoles a no provocarla sin motivo, y a no destruirla bajo ningún pretexto. Para lograr esa función del mito, perduran varios ejemplos que provienen del contexto religioso bantú – originarios del África Central –, bajo la forma de espíritus o visiones, benéficos o nocivos y, sobre todo, en el control del orden físico y social (Gutiérrez, 2007, p. 236).

Se rotulan, además, dentro del contexto de lo “femenino” y de lo “frío”, ambas cualidades que, por inferencia contraria (lo “masculino” y lo “caliente”), se oponen a la actividad civilizatoria humana. De allí que los engendros de este tipo que son tomados como más peligrosos corresponden a figuras femeninas. Por antagonismo de esencias (lucha entre lo natural y lo humano, entre lo salvaje y lo culturizado), sus principales víctimas son los varones y se manifiestan ante ellos para evitar que sus moradas y/o santuarios naturales se “calienten” o domestiquen.

Tal es el caso de la “Mojana” del golfo de Urabá choaco, también conocida como la “Pelo Verde”.²⁸ Es otra entidad de orden híbrido que a veces se revela en forma de una bella mujer. Carlina Ramos García anota sobre el particular que

[...] para el tiempo de la Semana Santa aparecía una mujer en el río, por allá lejos en las partes montañosas. Y con el pelo cabellón, verde, largo y con una totuma se bañaba, se bañaba y se bañaba, pero no pronunciaba palabra. Iba y venía y, cuando se terminaba de bañar, se subía a la montaña. Salía solo en este tiempo y hasta había hombres ociosos que iban lejos al monte para verla. Pero eso es peligroso, con los Aparatos nunca se sabe y muchos se perdieron de esa forma y algunos quedaron medio locos, con una tontina bien grande.

Más allá de su bella apariencia, algunos han percibido rasgos de naturaleza indomada que revelan su indiscutible

28 Posiblemente su aparición geográficamente tan localizada se deba a los flujos migratorios que desde finales del siglo XIX han llegando a Unguía y Acandí provenientes de las sabanas de Sucre, Córdoba y Bolívar. Allí se ha dado varias narrativas que refieren distintas clases de “Mojanas”. Ver Ocampo (1998, p. 322-323).

carácter depredador como son grandes y afilados colmillos, manos en forma de garras, ojos grandes y rojos y hasta en los pies “al revés” demuestran su impronta salvajizada y el evidente peligro que representa para la existencia humana.²⁹ Pero los riesgos de fusionarse – temporal o totalmente – en un estado indisoluble de ser humano-naturaleza, con cambios radicales o alteraciones parciales en la morfología corporal o en la estructura mental, también se pueden propiciar por la acción directa del propio ser humano cuando desafía “lo que debe ser” en Semana Santa.

Quien no guarde las normas del debido “respeto” frente a la ausencia de Cristo de la Tierra se puede quedar en un intervalo de existencia liminar que – dependiendo del grado de transgresión de la norma consagrada – marcará su unión parcial o definitiva con el universo de lo natural. Algunos se pueden convertir momentáneamente en “micos” (monos) si se suben a los árboles, otros que salgan a caminar lejos pueden transformarse en burros o en caballos y las parejas que incumplan la regla de la abstinencia sexual quedarán “pegados” por sus genitales y necesitarán de los ensalmos de un sacerdote para lograr su reconversión en seres individuales.

Sin embargo, una de las transformaciones más singulares que se pueden hallar en este sentido es la integración del pez y del humano en una sola unidad. Esta conversión

29 En el litoral del Pacífico y en otras zonas del Departamento existe, a su vez, una figura análoga denominada la “Tunda”. Algunas versiones la vislumbran con el pelo rubio y con una “sola pata como un molinillo de cocina” que, al ritmo de su asimétrico caminar, va diciendo “voy, voy”. Tradiciones orales africanas contienen diversos relatos sobre criaturas monopíes y su pervivencia en éste y otros varios escenarios de cultura negra en el continente americano reflejan otro rasgo de africanía en el Nuevo Mundo.

hace parte de la amplia tradición que existe en todas las zonas del Chocó alrededor de las “Sirenas” y que tiene a una de sus manifestaciones anclada en la celebración de la Semana Santa. Se dice, entonces, que nadie se puede bañar en el mar, río o en las quebradas a partir de la madrugada del Jueves Santo hasta el Sábado de Gloria. Y, si es imperativo hacerlo, se debe realizar con agua “tiradita” en una totuma (cuenco) que se ha recogido con antelación en un balde. Tampoco se debe “tamboriar” o batir con fuerza el medio líquido, pues los contraventores se podrán convertir en uno de estos seres híbridos y, como ya no podrán “caminar sobre la tierra”, se deberán desarraigar del todo de su medio familiar y comunitario.

Se conoce incluso el momento arquetípico cuando se gestó esa inesperada situación. Siglos atrás dos hermanos, llamados Irina y Nicolás, se mostraban siempre “rebeldes” con las órdenes o con las normas de conducta que les fijaban sus padres. En una lejana Semana Santa, concretamente durante un Viernes Santo, se les prohibió ir a nadar y, como era su costumbre, hicieron caso omiso de la recomendación paterna. Por tal desafío a su autoridad, como lo narra Teresa Lopera, recibieron un “castigo divino” consistente en que

[...] se volvieron medio pescado para abajo y media gente para arriba. Por eso se les dice Sirena a la hembra y Pez Nicolás al varón...³⁰ Ahí quedaron encantados

30 Aunque por otros motivos, la historia de transformación en mitad pez de Nicola (llamado también Niccolò Pesce o Cola Pesce) se contaba en la Italia meridional desde la Edad Media y existen varias versiones similares del Pez Nicolás o Nicolau en la tradición oral de Galicia, Cantabria, Castilla y Cataluña. Se dan casos homólogos en tradiciones culturales del África Occidental y entre los grupos indígenas embera y cuna también existen estos seres híbridos. Este

para toda la vida... de una manera que cuando llega la Semana Santa se los oye... llorar y contar por la desobediencia [lo] que les pasó... y [únicamente] cuando las mujeres dejen de parir, ahí se van a desencantar y como las mujeres no han dejado de parir, ¡calcule usted cuando será!

Las amenazas hacia la integridad de lo propiamente humano que emanan del terreno de la naturaleza no domesticada durante la Semana Santa también se pueden propiciar por la acción de otra clase de seres conocidos en el área como “Fieras”. Ellas son animales que, al crecer desproporcionadamente y al aumentar en grado sumo su ferocidad, pueden matar al hombre negro o atentar contra las condiciones materiales de existencia de sus comunidades cuando causan desastres naturales o depredan a sus animales de cría o a sus presas de caza. Existen algunas más convencionales como el tiburón “sarda” (tiburón toro, *Carcharhinus leucas*), la temida “tigra” o jaguar (*Panthera onca*) y en el aire rondan las temidas águilas (familia *Accipitridae*) y “chimbilacos chupasangre” o murciélagos hematófagos (como el *Desmodus rotundus*).

Otras, como la “Vaca de Agua” (una versión mítica que es acuática, de mayor tamaño y mucho más agresiva que la terrestre) son menos usuales para quienes no hacen parte de este conglomerado cultural.³¹ A todos ellos se les reco-

es un interesante caso de circulación intercultural.

31 “La selva aparece como un espacio de apertura hacia mundos sobrenaturales, con los cuales una comunicación ritual benéfica parece imposible para los negros... se caracteriza por la contigüidad de la huella del Diablo, los indígenas, las plantas silvestres y los animales salvajes. Pero este carácter a-ritual de la selva también se encarna en los personajes sobrenaturales que le son propios”, añade Losonczy (2006, p. 135) sobre los seres que habitan los parajes no domesticados.

noce la cualidad intrínseca de ser “ariscos”, es decir, indomeñables, letales y muy agresivos y, por lo tanto, se suele decir que “no hay que meterse a su paso”. Pero en Semana Santa todas estas y otras muchas “Fieras” están más proclives a irrumpir en la esfera comunitaria y, para citar un caso alusivo, no son pocos los que han visto por los grandes ríos del área colosales “Sierpes” durante estas calendas. Se comenta que ellas vienen del piedemonte andino y que, una vez han cobrado cierta envergadura, salen de su “poza” o foso de agua cordillerano y bajan por las fuentes de agua “de rabo” buscando llegar al mar para pasar allí la última etapa de sus vidas.

A su paso van generando borrascas e inundaciones, pero cuando ya están en la planicie aluvial o, lo que viene a ser lo mismo, cuando ya poseen un tamaño formidable (de decenas de metros), los desastres que propician son considerables, siendo uno de ellos los fuertes terremotos que de vez en cuando azotan a la región. Jefferson Castaño recuerda que en un ocasión por el curso medio y bajo del Atrato

[había] una Sierpe grandota en épocas de Semana Santa. Atravesaba todo el Atrato [de ancho] y cuando tenía hambre sacaba la cola... y le daba un golpe a un lote de tierra a la orilla del río y todo temblaba. Ella rasgaba ese terreno y todo lo que había ahí – ya fueran animales o personas – caían al agua, los arrastraba y los chupaba con su enorme jetota [boca] en un remolino gigante... Cuando le daba la gana, sacaba la cabeza y el lomo y así quedaba toda la semana.³²

32 Algunos afirman, además, que las “Sierpes” tienen siete cabezas o una, pero con siete lenguas, y que donde ella detiene su andar o deja una de sus lenguas “secas” (pues las renueva) se revelan grandes yacimientos de oro. En África existen varios relatos con rasgos similares como la serpiente cósmica

Mas en este lapso del año hasta los animales cercanos se pueden volver contra los humanos. Por lo general son considerados como “mansos”, es decir, de naturaleza apacible y que no representan gran peligro para la existencia. No obstante lo anterior, en Semana Santa se tornan de índole “arisca”. De allí que las aves de corral, los perros, los loros, pericos y guacamayas (aves de la familia *Psittacidae*), los guatines (*Dasyprocta punctata*), las guaguas (*Cuniculus paca*) y demás especies que se han domesticado – bien sea para aprovecharse de ellos como fuentes alimentarias, como alternativa económica a través de su comercialización, como instrumento utilitario en labores diarias como la cacería o simplemente como mascotas – se tornan “afierados”.

En medio de sus limitadas posibilidades, retoman algunas de las condiciones naturales que perdieron cuando entraron en proceso de “amansamiento” y al respecto los informantes conceptúan que su temperamento cambia: aúllan o cantan como si estuvieran “llorando la muerte del Señor”, echan “babaza” por la boca, gruñen y “pelan muela” hasta a su directo propietario. Y nadie se les puede acercar sin que sufra un fuerte “tarascazo” (mordisco), profundos rasguños o daños aún mayores.

PALABRAS FINALES

Gran parte de las alteraciones suscitadas en las formas de ver y sentir el mundo que se generan en la cotidianidad de la gente negra chocoana durante la Semana Santa amainan y se equilibran cuando llega el Domingo de Re-

Aida-Hwedo de la cultura Ewe Fon del África Occidental (golfo de Guinea, en países actuales como Togo y Benin) y la enorme pitón Uagadú-Bidá, antigua leyenda del reino de Ghana. Ver Friedemann y Arocha (1986, p. 77-82).

surrección. A partir de esta jornada la estructura general del cosmos se *cierra*, es decir, recompone su simetría y cohesión interna, acota de nuevo los límites que demarcan sus linderos particulares y define otra vez el devenir de los distintos elementos que lo componen generando cierto balance en su expresión habitual.

Todo ello es factible, pues “Dios” ha resucitado y está de vuelta para supervisar de manera directa la porción de realidad sobre la que tiene dominio. Y, al contar de nuevo el “Cielo” con la presencia de la entidad que dirige sus destinos, los distintos integrantes de la “corte celestial” – compuesta de arcángeles y ángeles, más la Virgen María, los santos y las almas que hasta allí han ascendido – recobran su unidad de dirección y actuación y entre todos pueden iniciar la obra de obturación de los intersticios que se habían abierto y por los cuales habían penetrado el “Diablo” y sus agentes de perturbación.

Pero ello no quiere significar que el “reino del Enemigo” se repliegue sobre sí mismo hasta quedar confinado en el interior de la zona que regenta dentro del ordenamiento cosmogónico. Al contrario, este otro lugar y los seres que lo pueblan siempre están presentes y resultan necesarios para sustentar el andamiaje del universo en general. Los agentes de lo “divino” no pueden obturar todos los puntos de contacto entre ambos planos de realidad y, en lo que respecta a la experiencia de vida de los hombres, se siguen estableciendo relaciones de vecindad – cuando no de complementariedad – con este otro ámbito que se prodiga como una alternativa disponible para aquellos que deseen habitarlo de forma temporal o permanente o hacer uso momentáneo o consuetudinario de sus atributos y facultades.

Es así como el “planeta del Diablo” (el de la naturaleza-fuerza primigenia) continúa manifestándose en “peñonera con las leyes de Dios”. Sin embargo, ahora su libertad de actuación no es tan libre y su acceso al entorno del hombre no se presenta tan fluido como lo fue cuando transcurrían los días de la Semana Santa. Mientras el “Diablo está vigilado por Dios, ya no hace tantas gracias”, aseguran los informantes, aunque, como también lo precisan sus testimonios, él nunca se rinde, “va pulsando [luchando] a cada rato con de arriba” y en medio de esta disputa sempiterna el hombre “queda en la mitad y uno puede escoger para dónde coge”.

Se suceden de esta manera victorias y derrotas a favor o en contra de los tutores de cada porción de la realidad. Y con esta forma de comprensión del mundo que han desarrollado las comunidades negras del departamento del Chocó se ha posibilitado un cuerpo de creencias que le confiere lógica y sentido a su cosmogonía general, a su espiritualidad ancestral y a su accionar cotidiano donde la íntima relación con el medio natural juega un papel trascendental.

Referencias

AGUDELO, Jaime Andrés Peralta. De lo “doméstico/manso” a lo “lejano/arisco”: un recorrido por la cartografía simbólica del territorio negro del Chocó. **Antípoda**. Revista de Antropología y Arqueología, 14, p. 115-137, 2012a.

AGUDELO, Jaime Andrés Peralta. **Memorias del agua**: oralidad, naturaleza y cultura en el Pacífico colombiano. Medellín: Universidad de Antioquia y La Carreta Editores, 2012b.

AGUDELO, Jaime Andrés Peralta. Oro, luces y entierros en el litoral Pacífico colombiano. **Folios**, Revista de la Facultad de Comunicaciones de la Universidad de Antioquia, 21-22, p.167-179, 2009.

ALÌ, Mauricio; MURILLO, Daniel Felipe Basabe; MAGAK, Matthew Arose. Resiliencia, inculturación y sincretismo religioso: notas etnográficas acerca de la pastoral afrocolombiana. [online] Disponible em: <<https://halshs.archives-ouvertes.fr/hal-01098665/document>>. Acceso em: 2 out. 2017.

ARBELÁEZ, Juan David Quintero. **Religiosidad afropatiana**. Tesis de Historia (Universidad Pontificia Javeriana). Funerales de Angelitos: Arrullos, 2010.

CAMACHO, Juana. People, place and plants in the Pacific Coast of Colombia. In: NAZAREA, Virginia; RHOADES, Robert (Orgs.). **Seeds of resistance, seeds of hope: crossing borders in the repatriation and in situ conservation of traditional plants**. Tucson: The University of Arizona Press, 2013, p. 2-29.

CUESTA, Carmelo Rentería. **Narraciones folclóricas chocóanas**. Quibdó: Fondo Mixto para la promoción de la Cultura y el Arte del Chocó, 1998.

FRIEDEMANN, Nina; AROCHA, Jaime. (1986). **De sol a sol**. Génesis, transformación y presencia de los negros en Colombia. Bogotá: Planeta Colombiana Editorial S. A, 1986.

FRIEDEMANN, Nina; VANÍN, Alfredo. **Entre la tierra y el cielo: magia y leyendas del Chocó**. Bogotá: Planeta Colombiana Editorial, 1995.

GONZÁLEZ, Flover. **Embrujos del Pacífico**. Cali: Imprenta Departamental, 1992.

GUTIÉRREZ, Mariela. El mito negro y boga en ColombiaÇ sus leyendas y sus bases. In: ORTIZ, Lucía (Org.). **Chambacú, la historia la escribes tú: ensayos sobre cultura afrocolombiana**. Madrid: Editorial Iberoamericana y Editorial Vervuert, 2007, p. 233-254.

JARAMILLO, María Mercedes. Vida y muerte en el Litoral, de Juan Guillermo Rúa: oficio de difuntos y rito de cohesión social. In: ORTIZ, Lucía (Org.). **Chambacú, la historia la escribes tú: ensayos sobre cultura afrocolombiana**. Madrid: Editorial Iberoamericana y Editorial Vervuert, 2007, p. 283-296.

JUÁREZ, Gerardo Fernández. El mundo “abierto”: agosto y Semana Santa en las celebraciones rituales aymaras. **Revista Española de Antropología Americana**, 26, p. 205-229, 1996.

LAPONE, Gabriel Armando. ¿Espiritualidad afro? In: **Katanga**. Revista Digital de Teología Afrolatinoamericana. Bogotá: Centro Afrocolombiano de Espiritualidad y Desarrollo Integral CAED, 2012. [online], Disponible em: <<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpb-nxjYWVkaWJvZ290YWNIbmRvY3xneDo0MDRkYzc2Y2Z-jOWRiNDA3>>. Acceso em: 2 out. 2017.

LARA, César Enrique Rivas. **Tradición oral en el Chocó: mitos, supersticiones y agüeros en la sabiduría popular**. Medellín: Editorial Lealón, 2000.

LÓPEZ, Javier Ocampo. **Leyendas populares colombianas**. Bogotá: Plaza y Janés, 1998.

LOSONCZY, Anne-Marie. **La trama interétnica: ritual, sociedad y figuras de intercambio entre los grupos negros y emberá del Chocó**. Bogotá: ICANH-IFEA, 2006.

MOSQUERA, Sergio. **Visiones de la espiritualidad afrocolombiana**. Quibdó: Instituto de Investigaciones Ambientales del Pacífico, 2001.


OLIVELLA, Manuel Zapata. **Las claves mágicas de América: raza, clase y cultura**. Bogotá: Plaza y Janés, 1989.

PEREA, Mirza Mena de; IBARGÜEN, Beatriz Gil; ORTEGA, Beatriz López. **Anotaciones socioculturales sobre el Departamento del Chocó**. Medellín: Editorial Lealón, 1994.

RESTREPO, Luz Adriana Maya. África: legados espirituales en la Nueva Granada, siglo XVII. **Historia Crítica**, 12, p. 29-42, 1996.

ROLDÁN, Helena. El universo en creencias en el Chocó. In: JURADO, Fabio Valencia (Org.). **La escuela en la tradición oral**. Bogotá: Plaza y Janés y Universidad Nacional de Colombia, 1998, p. 15-56.

SÁNCHEZ, John Antón. **Entre Chinangos: experiencias de magia y curación entre comunidades negras del Pacífico**. Quibdó: Instituto de Investigaciones Ambientales del Pacífico, Fundación Cultural y Ambiental Las Mojarras y Federación de Organizaciones de Comunidades Negras del San Juan, 2002.



A compreensão na construção da comunicação feminista¹

Nathalia Garcia Parra

A luta pela equidade social e legal entre mulheres e homens vem se construindo lentamente, ganhando impulso especialmente a partir do movimento sufragista inglês, há cerca de 100 anos, quando mulheres buscaram o direito ao voto. Desde essa época, uma série de certezas e determinações identitárias que amparam a subjugação de um gênero pelo outro, até então tidas como naturais, foram sucessivamente questionadas, problematizadas, desconstruídas, embora a maioria ainda esteja longe de ser amplamente redefinida. A renegociação dos papéis sociais da mulher e do homem é um processo dialógico – e portanto compreensivo – que contempla tanto a representação cultural e noticiosa dos gêneros quanto o próprio uso da língua, as formas como nos referimos a pessoas ou a agrupamentos. É essa a preocupação

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática de Jornalismo da Intercom Júnior – XII Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (São Paulo, 5-9/9/2016).

e a proposta com as quais a autora nos instiga neste capítulo, desafiando-nos a um uso compreensivo até mesmo na manipulação da linguagem.

A MULHER COMO SUJEITO-OUTRO

A linguagem e as narrativas utilizadas pelos meios de comunicação têm naturalizado e propagado valores e conceitos intrínsecos à sociedade patriarcal. A língua em si não é sexista; no entanto, a forma como é utilizada socialmente, inclusive no jornalismo, pode contribuir para a construção e perpetuação de estereótipos.

Este texto tem como objetivo central problematizar essa questão, de modo a se repensar e identificar narrativas contra-hegemônicas, comprometidas com os interesses das mulheres, e recriar linguagens capazes de construir e viabilizar uma comunicação feminista. Para alcançar o objetivo proposto, recorreremos à compreensão como método de construção de uma comunicação feminista, que busca posturas reflexivas e reconhece a urgência de narrativas plurais. Partimos da hipótese de que seja possível desnaturalizar as representações cotidianas das mulheres.

Ao longo da história ocidental, a humanidade foi e continua sendo repartida em categorias de indivíduos que se manifestam de maneiras diferentes devido a diversos aspectos étnicos e culturais, como vestimentas, corpos, comportamentos e ocupações. Segundo Beauvoir (1960), a sociedade desenvolveu-se em duas castas: homens e mulheres. O que distinguiria ambas as castas seria a estrutura fisiológica de cada ser humano. No entanto, aos sexos foram atribuídas e naturalizadas características simbólicas, sociais e políticas.

Ao sexo feminino foi socialmente conferida a submissão, delicadeza, sensibilidade, entre outros atributos que configurariam a feminilidade. Tal conjunto de características legitimaria perante a sociedade a inferioridade da mulher, o que se reflete na questão econômica, na ocupação de espaços públicos e na política (Beauvoir, 1960).

Não é possível delinear na história um momento concreto em que a divisão de castas foi posta. No entanto, sabe-se que a relação entre homens e mulheres sempre foi hierárquica: o indivíduo do sexo masculino é posto como o positivo ou o neutro, enquanto as mulheres aparecem como o negativo. Segundo Beauvoir (1960, p. 10):

(...) há um tipo humano absoluto, que é o masculino. A mulher tem ovários, um útero; eis as condições singulares que a encerram na sua subjetividade; diz-se de bom grado que ela pensa com suas glândulas. O homem esquece soberbamente que sua anatomia também comporta hormônios e testículos. Encara o corpo como uma relação direta e normal com o mundo que acredita apreender na sua objetividade, ao passo que considera o corpo da mulher sobrecarregado por tudo o que o especifica: um obstáculo, uma prisão.

Para a autora, a mulher determina-se e difere em relação ao homem, e não o contrário. O homem é tido como o essencial, o Absoluto e o Sujeito, enquanto a mulher é considerada o Outro. A divisão de castas sexuais só é possível quando o Sujeito se opõe àquele que é tido como Objeto, no caso, as pessoas do sexo feminino.

Essa divisão Sujeito-Outro se manifesta na linguagem, por exemplo, quando o termo “homem” é utilizado para se referir à humanidade. O homem é posto como

a norma, o natural, enquanto às mulheres é conferida a invisibilidade e a exclusão.

LINGUAGEM E NARRATIVA COTIDIANAS

A linguagem é uma construção social e histórica permeada por ideologias, valores e pensamentos e varia de acordo com cada cultura. É ela que nos ensina a pensar e a entender a sociedade e que define nomes para objetos, sentimentos e relações. Como reflexo da sociedade patriarcal, a linguagem é um dos mecanismos de perpetuação de discriminação e exclusão das mulheres (Franco; Cervera, 2009).

Uma característica específica do ser humano é a capacidade de significar o mundo e também de significar-se. O que medeia essa capacidade é a linguagem, sistema de signos que criam condições para a construção de discursos, sejam verbais-orais, escritos ou gestuais. Segundo Orlandi (1999, p. 17), por discurso entende-se “o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos”.

O discurso se materializa na língua e é perpassado pela ideologia. Os dizeres não são transparentes e constituem sentidos e significados permeados pela memória, pela historicidade e por um contexto sócio-cultural. Dessa forma, o estudo do discurso pretende “compreender a língua não só como uma estrutura, mas, sobretudo como acontecimento” (Orlandi, 1999, p. 19).

Uma das estruturas sociais que moldam de forma sutil a língua é o patriarcado, que se baseia em um sistema de valores universais comprometidos com a manutenção da hegemonia masculina. Para Rowland e Klein:

O patriarcado é um sistema de estruturas e instituições criadas por homens de forma a sustentar e recriar o poder masculino e a subordinação feminina. Tais estruturas incluem: instituições tais como a lei, a religião e a família; ideologias que perpetuam a posição “naturalmente” inferior das mulheres; processos de socialização que garantem que mulheres e homens desenvolvam comportamentos e sistemas de crenças apropriados ao grupo poderoso ou menos poderoso a que pertencem (Rowland; Klein, 1997, p.15. Tradução nossa).

A língua portuguesa-brasileira será utilizada como referência para exemplificar como o machismo se expressa nos enunciados. Com intenções sociais, políticas e econômicas, a generalização, na linguagem, isto é, quando nos referimos a um coletivo constituído por homens e mulheres, temos como regra a nomear o conjunto com a flexão de gênero masculina. Retomando Beauvoir, o homem é naturalizado como sujeito neutro, enquanto as mulheres permanecerem escondidas pelo discurso.

Tomando como exemplo a frase “Os alunos estão estudando matemática”, como sabemos que ela se refere a um grupo misto? Quando flexionamos pronomes para o masculino, o que garante a inclusão de mulheres no discurso? Diz o *Manual para o uso não sexista da linguagem*:

(...) As palavras não podem significar algo diferente do que nomeiam. O conjunto da humanidade está formado por mulheres e homens, mas em nenhum caso a palavra “homem” representa a mulher.

Para que a mulher esteja representada é necessário nomeá-la. Como fazemos quando queremos especificar que já entramos no inverno. O verão, o outono

e a primavera são estações, mas não dizemos que entramos em uma estação quando queremos nos referir ao começo do inverno (Franco; Cervera, 2009, p. 17).

Outro exemplo emblemático na linguagem é a masculinização e a feminilização de profissões, como o uso automático dessa marcação ao falar de “médicos” e “enfermeiras” – atribuindo a homens uma clara distinção de status pela autoridade e pelo poder de decisão, além de maiores salários. Assim, a comunicação é permeada de marcas políticas, culturais e sociais que buscam colocar a mulher em sua posição “negativa”, como constata Beauvoir, e ao mesmo tempo supervalorizar pessoas do sexo masculino.

A língua em si não é um sistema sexista, como adiantado. No entanto, seu uso na fala a torna um mecanismo de silenciamento em relação à existência das mulheres. Por outro lado, segundo as autoras do *Manual*, “a língua é um instrumento flexível, em evolução constante, que pode ser perfeitamente adaptada a nossa necessidade ou ao desejo de comunicar, de criar uma sociedade mais equitativa” (Franco; Cervera, 2009, p. 26).

A comunicação torna-se também uma das ferramentas responsáveis pela naturalização de papéis de gênero. A mídia mantém e propaga o pensamento hegemônico e constrói narrativas não condizentes com a complexa realidade das mulheres.

Segundo Martino (2014, p. 22), “ao narrar, devemos necessariamente transformar a sincronia de uma realidade complexa na diacronia das palavras, temas e assuntos mais ou menos encadeados”. A pluralidade de narrativas cotidianas tece uma realidade coletiva e individual, que é constituída por diferentes percepções de mundo.

As narrativas jornalísticas falham ao naturalizar o mundo e neutralizar contextos históricos, sociais e culturais que participam da construção de nosso cotidiano. Os meios de comunicação constroem imagens depreciativas das mulheres e reforçam estereótipos de gênero. Segundo o *Manual*:

(...) o papel atribuído às mulheres, onde além do mais aparecem em menor porcentagem que os homens, são os de vítimas, personagens cômicos, objetos sexuais e, ultimamente da “super mulher”: bonita, inteligente, com estudos superiores, mãe de família e trabalhadora assalariada, amante e feliz com sua vida. É raro que apareçam mensagens nas quais se questione a dupla jornada de trabalho desempenhada por essas mulheres ou nas que as protagonistas sejam mulheres que estão no poder ou consultadas como especialistas (Franco; Cervera, 2009, p. 23)

Para Mano (2012, p. 5), “a mídia, como mantenedora e propagadora de hegemonia, seria uma das detentoras do monopólio da ‘identidade’ humana”. Dessa forma, a comunicação está desintegrada da realidade, na medida em que há um controle das perspectivas que serão narradas, isto é, as pertencentes à supremacia masculina.

A partir da análise de notícias publicadas nos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, no período de 1985 a 2005, referentes ao 8 de março, importante data para o movimento feminista, Mano identificou que a mídia não se preocupou em dar voz às mulheres. Segundo a autora, cerca de 61% das matérias não ouviram fontes envolvidas com o movimento de mulheres.

Além disso, as notícias sobre o Dia Internacional da Luta da Mulher não obtiveram destaque em 78,1% do total

das matérias dos jornais. Somente 12 matérias ganharam chamada principal na página em que foram publicadas. O estudo de Mano apontou ainda que 59% dos textos recorreram a uma linguagem sexista. Eram utilizados termos como “os manifestantes” e “os organizadores” para se referir a ações organizadas apenas por mulheres.

A linguagem também se encarrega de ser uma mantenedora de papéis sexuais. Segundo Mano, ao falar sobre a sem-terra Diolinda Alvez de Souza, o Estadão se referiu a ela como “mulher do líder José Rainha Júnior”. Dessa forma, é reforçada a posição da mulher enquanto Outro, que postula a sua existência em função do homem.

A linguagem é um dos principais instrumentos de disseminação de valores patriarcais.
Ainda segundo o *Manual*:

(...) a linguagem é um dos agentes de socialização de gênero mais importantes ao moldar nosso pensamento e transmitir uma discriminação por motivo de sexo. A língua tem um valor simbólico enorme, o que não se nomeia não existe, e durante muito tempo, ao utilizar uma linguagem androcêntrica e sexista, as mulheres não existiram e foram discriminadas. Foi-nos ensinado que a única opção é ver o mundo com olhos masculinos, mas essa opção oculta os olhos femininos (Franco; Cervera, 2009, p. 26).

COMPREENSÃO COMO BASE DA COMUNICAÇÃO

A noção de compreensão representa uma abordagem para a construção de uma comunicação que preze por alteridade. Compreender significa conferir múltiplos significados a um acontecimento e questionar constantemente a racionalidade, o conhecimento e as certezas. A compreen-

são é intrínseca ao reconhecimento do sujeito como habitante do mundo, isto é, da realidade em que está inserido. Para Hannah Arendt (2008, p. 330):

A compreensão, diferentemente da informação correta e do conhecimento científico, é um processo complexo que nunca gera resultados inequívocos. É uma atividade interminável por meio da qual, em constante mudança e variação, chegamos a um acordo e a uma conciliação com a realidade, isto é, tentamos sentir o mundo como nossa casa.

Um olhar compreensivo não busca resultados definitivos, mas se preocupa com o exercício da escuta e da alteridade. A posição que uma pessoa ocupa no mundo está diretamente ligada a uma determinada percepção de realidade. Sair dessa posição e de si é necessário para que se mergulhe em outras perspectivas, na tentativa de compreender o mundo, que é tecido por diferentes narrativas.

A própria linguagem e, principalmente, o discurso muitas vezes carecem de compreensão. A produção de sentidos e de significados é feita por e para sujeitos que possuem diferentes e limitadas interpretações acerca de um mesmo enunciado. Para Orlandi (1999, p. 26):

Compreender é saber como um objeto simbólico (enunciado, texto, pintura, música etc.) produz sentidos. É saber como as interpretações funcionam. Quando se interpreta já se está preso em um sentido. A compreensão procura a explicitação dos processos de significação presentes no texto e permite que se possam “escutar” outros sentidos que ali estão, compreendendo como eles se constituem.

A comunicação deve ter como cerne a noção de compreensão, para que ela não diga respeito apenas a uma parcela da população e, sim, a toda sociedade. Buscar traduzir e representar diferentes realidades é necessário para a construção de um jornalismo democrático e contra-hegemônico, que diga respeito não apenas às mulheres, mas também a outras minorias, como a população negra, LGBT, povos e comunidades tradicionais. Posto que a comunicação vigente é predominantemente sexista, como construir bases para uma comunicação feminista, que preze pelos interesses das mulheres?

A noção de compreensão perpassa os âmbitos necessários para a construção de uma comunicação feminista: democracia, linguagem, discurso e narrativas. Uma comunicação feminista só é possível a partir de um olhar compreensivo para com as mulheres, no qual realidades silenciadas sejam retratadas, ao invés de negadas.

○ EXEMPLO DA REVISTA CAPITOLINA

A revista online *Capitolina*,² exemplo de contraponto nessa área, é uma plataforma online independente, voltada para garotas adolescentes, tendo como objetivo representar diferentes narrativas de mulheres que tecem a realidade social. Produzido por colaboradoras, o discurso também se propõe a outras formas de comunicação, além de notícias e reportagens: quadrinhos, fotografias e produção literária, por exemplo.

A proposta do portal é fazer com que as leitoras se identifiquem com as experiências narradas. As colabora-

² Disponível em: www.revistacapitolina.com.br. Acesso em: 7 out. 2017.

doras querem construir um diálogo com quem as lê, de forma acessível e inclusiva, respeitando a pluralidade de jovens: lésbicas, negras, bissexuais, com deficiência, de diferentes classes sociais, entre outras que não se encaixam nos moldes tradicionais e são frequentemente excluídas de outras narrativas jornalísticas.

Por ser um site feito por e para mulheres, a linguagem utilizada não dissemina papéis sexuais nem generalizações que coloquem o homem como ser universal. Pelo contrário, as colaboradoras têm o cuidado de relacionar temas frequentes nos meios de comunicação, como artes, relacionamentos, moda e games, à realidade de suas leitoras, cedendo também espaços a mulheres que não ganham destaque na mídia tradicional.

SOBRE ▾ COLABORADORAS ▾ COLUNAS ▾ EDIÇÕES ▾ CONTATO

capitolina

CINEMA & TV

13 de outubro de 2015
QUE HORAS ELA VOLTA? + ENTREVISTA COM ANNA MUYLAERT
 Por Bárbara Carrasco e Sofia Brainer

Que horas ela volta? (2015), dirigido por Anna Muijlaert, é um filme sobre a relação de mãe e filha, mas é também um filme sobre o Brasil. Talvez um de...

5 de outubro de 2015
KBELA, SHONDA E A VOZ DA MULHER NEGRA
 Por Amanda Leite

Hoje vamos falar de protagonismo, mais especificamente do protagonismo de mulheres negras e da dimensão da importância de vermos essas mulheres sendo...

28 de setembro de 2015
TOP 5 DAS PARTICIPANTES MAIS INCRÍVEIS DE SURVIVOR
 Por Luciana Ribeiro e Sabella Sampaio

No meio dos reality shows aqui em Cinema & TV, nada mais justo do que falar de um dos precursores do formato. Survivor tem 31 temporadas nas costas, mas...

21 de setembro de 2015
KEEPING UP WITH THE KARDASHIANS
 Por Yasmin Faria

Eu juro que não quero parecer aquelas pessoas arrogantes que gostam de se mostrar superiores por gostarem / conhecerem certas coisas antes delas se tornarem...

14 de setembro de 2015
O QUE O BBB PODE NOS DIZER SOBRE PODER E ELITISMO CULTURAL
 Por Thais Bähler

O BBB foi um fenômeno gigantesco para televisão brasileira - foi ali que descobrimos o que é reality TV e o que gostamos de assistir nesse tipo de...

7 de setembro de 2015
A VIDA EXPERIMENTAL DE MAYA DEREN
 Por Ana Gabriela

Esses tempos tenho conseguido manter algumas das minhas metas em dia (óbvio que sempre tem uma hora que tudo bagunça, mas se olharmos todo o quadro, ...)

31 de agosto de 2015
A BAIXA AUTOESTIMA QUE DÁ AUDIÊNCIA
 Por Sofia Brainer

É de praxe, quase como em um ato involuntário, nós pegamos assistindo a programas que não necessitam de muita atenção para uma compreensão total...

24 de agosto de 2015
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E A NARRATIVA
 Por Yasmin Faria, Thais Bähler e Dani Freixo

No cinema e televisão, uma das coisas mais comuns a fazerem parte do desenvolvimento de uma personagem feminina é violência sexual. É verdade que a...

17 de agosto de 2015
DE BARRADOS NO BAILE A FAKING IT: UMA VIAGEM AO MUNDO ADOLESCENTE NA TV
 Por Dani Freixo

A primeira série que eu lembro de assistir e gastar muito, do tipo decorar as falas e ver e rever os episódios sem cansar se chamava Clarissa (Clarissa...)

Figura 1 - Página de cinema e TV da revista *Capitolina*.

Nesse sumário da seção “Cinema & TV” de *Capitolina* (Figura 1), é possível notar a pluralidade de narrativas

elaboradas pelas colaboradoras, com reportagens que não correspondem às que costumamos encontrar nos meios de comunicação. Assuntos como “Kbela, Shonda e a voz da mulher negra”, “O que o BBB pode nos dizer sobre poder e elitismo cultural” e “Violência contra a mulher e a narrativa” revelam a preocupação da revista em lidar com temáticas cotidianas e corriqueiras a partir de outras perspectivas. Como, por exemplo, uma perspectiva crítica em relação à violência contra a mulher e o protagonismo da mulher negra. *Capitolina* busca a compreensão nas histórias que conta e nas pautas que aborda. Lidar com as pautas femininas de forma respeitosa e plural é fundamental para a construção de uma comunicação feminista.

Assim, é um produto comunicacional de grande importância, especialmente ao se voltar para adolescentes – que vivem um período de desenvolvimento crucial para sua formação identitária e também para a construção de um eu social, e desse modo encontram na revista uma feliz alternativa a produtos como *Tititi* e *Capricho*, em que ainda se reforça uma imagem da mulher – branca, heterossexual e de classe média – preocupada em agradar e ser aceita por homens, ou interessada apenas em frivolidades.

ESTRATÉGIAS PARA UMA COMUNICAÇÃO FEMINISTA

A partir do que foi apresentado, podemos perceber as formas tradicionais de jornalismo como majoritariamente sexistas, desde a linguagem adotada em suas narrativas até a localização que as matérias sobre mulheres ocupam nas páginas dos jornais. Iniciativas como a revista *Capitolina* buscam oferecer um contraponto, uma outra possibilidade de enunciação jornalística.

Para Mano, a discussão sobre uma nova forma de comunicação, que garanta a participação das mulheres no debate sobre democratização da mídia, deve ser posta em pauta, com urgência. Segundo a autora (2012, p. 13):

Uma proposta inicial é inverter a equação sobre quem controla o quê e tentar vislumbrar a possibilidade de um controle público dos meios de comunicação. Para tanto, no Brasil, seria preciso estabelecer formas de regulação dos meios de comunicação e fazer com que o Estado burguês assuma de fato o papel de garantidor do direito à comunicação, previsto na Constituição Federal (1988).

Nesse sentido, é importante ressaltar que a maior parte do poder em relação aos meios de comunicação está concentrada nas mãos de homens brancos, que controlam o que será veiculado e entregue ao público – e que concentram também o poder econômico.

É importante retomar que a língua é um mecanismo em trânsito, e a forma como ela é utilizada revela se há uma preocupação em construir uma sociedade inclusiva, ou não. Por isso, para que a comunicação se adapte à realidade social das mulheres, precisamos rever a linguagem utilizada.

Convencionalmente, na língua portuguesa, a linguagem considerada genérica coloca o artigo “o” como neutro. No entanto, já vimos que ao fazermos do masculino uma referência, as mulheres acabam sendo apagadas. Para recuperarmos a visibilidade das mulheres, podemos usar uma linguagem neutra, que represente tanto o feminino quanto o masculino – algo praticado, por exemplo, em publicações como *Capitolina*. Os exemplos abaixo foram retirados do *Manual para o uso não sexista da linguagem*:

Em lugar de:	Utilizar:
Os meninos	As crianças / A infância
Os homens	A população / O povo
Os cidadãos	A cidadania
Os filhos	A descendência / A prole
Os trabalhadores	O pessoal
Os professores	O professorado / O corpo docente
Os eleitores	O eleitorado
Os jovens	A juventude
Os homens	A humanidade

Não representa a toda a humanidade	Representa a humanidade
Há 2.000 anos o homem vivia da caça	Há 2.000 anos se vivia da caça
Na época pré-histórica os homens escreviam mediante hieróglifos	Na época pré-histórica se escrevia mediante hieróglifos
O trabalho do homem em melhora sua vida	O trabalho da humanidade melhora a vida
É benéfico para o homem	É benéfico para a sociedade/É benéfico para as pessoas
Atuação do homem na clonagem de animais pré-históricos	Atuação de especialistas na clonagem de animais pré-históricos
Houve mutação das espécies pela ação predatória do homem	Houve mutação das espécies pela ação predatória das pessoas, do género humano
É responsabilidade do homem a manutenção da biodiversidade	É responsabilidade da humanidade a manutenção da biodiversidade
Já era homem em quando perdeu o pai	Já era adulto em quando perdeu o pai
É apenas um homem, não pode fazer milagres	É apenas um ser humano, não pode fazer milagres

Dessa forma, o masculino não é posto como universal, e pode-se afirmar que as mulheres também estão incluídas no discurso.

Como citado no exemplo de Diolinda Alvez de Sousa, a linguagem e o discurso reforçam estereótipos e lidam com o feminino para questões privadas que denotam posse. Entender o que são as construções so-

ciais de sexo na sociedade é importante para que os papéis determinados às mulheres não sejam postos como realidade social.

Compreender as construções sociais e não se limitar a um olhar masculino de mundo também implica a relevância que é dada à pauta de mulheres e a posição que as matérias referentes ao sexo feminino ocupam nos meios de comunicação. É necessário garantir espaços para que a voz de mulheres seja ouvida de forma plena e plural, tanto como fonte relevante e necessária para matérias, quanto como comunicadora disposta a narrar suas próprias realidades. Em relação aos resultados obtidos em sua pesquisa, Mano (2012, p. 16) conclui:

(...) sobre o posicionamento das notícias nos jornais, pudemos constatar na pesquisa que, apesar de obter algum destaque, as mulheres protagonistas de ações políticas raramente obtiveram chamadas na capa ou são a notícia principal da página. Para modificar essa situação, seria necessária uma mudança de mentalidade nas instâncias de direção dos periódicos. E, considerando mais uma vez a teoria gramsciana, isto não seria possível sem uma transformação social mais ampla.

As mídias tradicionais, como temos argumentado, muitas vezes perpetuam valores patriarcais, reforçam estereótipos impostos e não traduzem a realidade social das mulheres. A partir da noção de compreensão, ou de compreensão como método, é possível reconstruir a linguagem, as narrativas e os meios de comunicação e, dessa forma, viabilizar uma comunicação feminista.

Referências

ARENDRT, Hannah. **Compreender**: formação, exílio e totalitarismo. São Paulo: Editora Schwarcz, 2008.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: fatos e mitos. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960.


FRANCO, Paki Venegas; CERVERA, Julia Pérez. **Manual para o uso não sexista da linguagem**. [S.l.]: [s.n.]. Edição em português realizada com o apoio da Repem (Rede de Educação Popular entre Mulheres da América Latina), 2014. [online] Disponível em: <<http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes/outros-artigos-e-publicacoes/manual-para-o-uso-nao-sexista-da-linguagem>>. Acesso em: 6 out. 2017.

MANO, Máira Kubík De um jornalismo sexista a um jornalismo com perspectiva de gênero. In: XVII Simpósio Baiano de Pesquisadoras/es sobre Mulheres e Relações de Gênero, Estudos Feministas e de Gênero e as Matrizes de Desigualdades: sexismo, racismo e lesbo-homofobia. **Anais...** Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2012.

MARTINO, Luís Mauro Sá. A compreensão como método. In: KÜNSCH, Dimas A.; AZEVEDO, Guilherme; BRITO, Pedro Debs; MANSI, Viviane R. (Orgs.). **Comunicação, diálogo e compreensão**. São Paulo: Plêiade, 2014.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 1999.

ROWLAND, Robyn; KLEIN, Renate. Radical feminism: history, politics, action. In: BELL, Diane; KLEIN, Renate (Orgs.). **Radically speaking**: feminism reclaimed. North Melbourne (Austrália): Spinifex Press, 1997, p. 9-36.



Jornalismo e histórias de vida em sala de aula: relato de experiência¹

Renata Carraro

O texto ocupa-se com os caminhos de produção de um livro-reportagem que reúne 13 perfis, elaborados por estudantes do terceiro ano de Jornalismo. Os personagens são jornalistas consagrados ou em início de carreira, de segmentos e veículos diversos. Os alunos-autores recebem a tarefa de escolher um profissional jornalista de sua preferência, contatá-lo, realizar entrevistas em profundidade, acompanhá-lo em situações cotidianas e, a partir disso, produzir seu perfil, utilizando para isso técnicas narrativas de jornalismo literário. Razão e emoção se conjugam no processo, e o conceito tradicional de disciplina, hoje em questão, abre caminho para o dinamismo e a vivacidade da prática laboratorial no contexto de um modelo de jornalismo vivo e vibrante, centrado no humano e nas

¹ Texto apresentado originalmente durante o IX Seminário da Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación – Alaic Cone Sul 2017 (Goiânia, Universidade Federal de Goiás, 22-23 de maio de 2017). Foram feitas alterações para a publicação neste livro.

virtualidades da narrativa. Um jornalismo compreensivo, tanto nos instrumentos e técnicas de observação e edição que mobiliza, quanto, sobretudo, em seu foco principal no humano e na vida que se constroi e reconstroi no próprio gesto de se narrar.

HISTÓRIAS QUE COMOVEM E MOVEM

Reúna seus alunos de Jornalismo ao redor da proposta de eles escreverem histórias de vida. Motive-os a assumir o desafio. A tarefa não irá ser das mais complicadas, porque você os estará convidando a contar a história de outras pessoas, num vínculo com a arte muito antiga e sempre atual da narrativa – tendo no centro a vida humana. A sedução encontra-se a um passo de se cristalizar, não importam as dificuldades que possam se interpor no caminho, que é o dessa pequena e importante trajetória do herói do aluno ainda na fase de sua formação.

Discuta com os alunos os nomes dos protagonistas dessas histórias. Para não ficar muito no geral – porque o geral é sempre perigoso, quando o desafio é o de despertar para o humano –, eleja junto com eles um tema ou um recorte para o livro que se pretende produzir. O projeto ganha então em densidade. Deixe então que seus alunos, sabendo ou não explicar por quê – na verdade, ninguém precisa explicar nada, porque explicação demais costuma mais atrapalhar que ajudar –, escolham os nomes de seus heróis, ou de seus “perfilados”, como eles gostam de dizer. E ponha a turma... na rua.

“É nessas horas que acontece o que diz a frase: ‘Não se preocupe, não tenha pressa. O que é seu encontrará um caminho para chegar até você. Deus não demora. Ele capricha!’

E não é que Deus caprichou mesmo? (*risos*).²² É assim que acontece, por exemplo, no caso de Estela Lopes, a aluna que escreveu sobre Valmir Salaro, repórter da Globo. “Valmir, todo simpático, me recebeu, de portas abertas, em seu trabalho. Mesmo com tanta coisa para fazer, reservou um espaço de seu tempo, eu diria que generoso, para um bate-papo”, ela relata. Acanhada no início da entrevista, tinha “medo de não ser boa o suficiente. Afinal, estava frente a frente com um ícone do jornalismo. Não poderia fazer feio, né?”

Mas, antes ainda da rua, acrescente um detalhe importante ao jogo da metodologia: peça que os alunos levantem dados preliminares sobre a história das pessoas que elegeram para os seus textos. Quando voltarem com a tarefa feita, uns dias depois, desafie-os a justificar, a legitimar suas escolhas. Exceções à parte, repare como já terão se empolgado com o projeto. A partir desse momento, é bom não cometer o erro de achar que alguma das histórias, por alguma razão, não deva ser escrita. Se o fizer, talvez ganhe um inimigo.

O cérebro do aluno já captou a mensagem. O coração, também. Porque o ato do conhecimento é erótico, amoroso, como ensinava Platão. E não se ama no abstrato. A vida se dá no concreto. O cérebro, dizem os especialistas, gosta mesmo é de se sentir afagado por experiências, por coisas do cotidiano, por histórias. “Penso, logo existo”, afirmava Descartes. Errado, diz o neurocientista português António Damásio, em *O erro de Descartes* (1996): o sentir vem primeiro. A experiência vem primeiro.

²² Citados de forma livre, sem referência ao ano de edição e às páginas, todos os relatos e depoimentos trazidos ao longo deste texto foram retirados da obra *Jornalismos: histórias de uma arte plural* (Carraro, 2015), o segundo volume lançado pelo projeto laboratorial desenvolvido pela autora deste texto, que é também a organizadora da obra.

Crie, pois, o tempo todo, condições para que os alunos estabeleçam vínculos afetivos com as pessoas cujas histórias irão contar. Peça a eles que estabeleçam contato com seus personagens, para saber deles se querem que suas histórias sejam contadas. Porque a história não pode ser roubada. Tem que ser oferecida. De graça.

De forma sucinta, é assim que desde 2012 o Projeto *Jornalizando*³ foi sendo montado junto com as turmas de Jornalismo das Faculdades Rio Branco, em São Paulo, capital. Os melhores textos das turmas de 2013-2014 foram publicados na obra *Jornalimos: histórias de uma arte plural* (2015), objeto destas nossas considerações.

O foco deste trabalho recai sobre os dois personagens ou heróis principais da história: o profissional jornalista – vamos chamá-lo Herói Número 1, com iniciais maiúsculas – e o estudante de Jornalismo, autor do texto – podemos chamá-lo Herói Número 2, igualmente com maiúsculas. E nem precisa pensar que o Herói Número 2 seja menos importante que o Herói Número 1. Também não se deve jamais imaginar que os heróis de um e de outro tipo nomeados aqui sejam os únicos. Os demais heróis e heroínas irão ter que nos perdoar, porque não há espaço para todo mundo. Só por isso.

POR EXEMPLO, UM HERÓI CHAMADO SÉRGIO

Um dos arquétipos das histórias humanas de todos os tempos – como ensinou Carl Gustav Jung (1875-1961),

³ Projeto que reúne e publica textos produzidos em sala de aula. O primeiro volume, *Não é aventura, é reportagem: jornalistas e cobertura de conflito*, foi publicado em 2013. O segundo deu origem ao livro *Jornalimos: histórias de uma arte plural*, lançado em outubro de 2015, ambos pela Editora InHouse. O terceiro volume encontra-se neste momento no prelo.

pai da chamada Psicologia Analítica –, o herói mítico é descrito por um dos maiores estudiosos de mitologia de todos os tempos, Joseph Campbell (1904-1987), em *O herói de mil faces* (1993), como alguém que, “vindo do mundo cotidiano se aventura numa região de prodígios sobrenaturais; ali encontra fabulosas forças e obtém uma vitória decisiva; o herói retorna de sua misteriosa aventura com o poder de trazer benefícios aos seus semelhantes” (Campbell, 2005, p. 36).

O Herói Número 1 pode se chamar Sérgio Dávila, jornalista, “nomeado editor-executivo em março de 2010”, e um “sujeito difícil de contatar”, como conta Rafael Gómez, Herói Número 2. Até pensou em desistir da tarefa:

Quando já pensava em uma saída honrosa para o meu trabalho, recebo uma mensagem de Sérgio Dávila: “Caro, fale com a secretária da *Folha*”. Tudo agora fazia sentido, e o alerta que seu colega de guerra Juca Varella havia me dado veio à tona: o homem é mesmo muito ocupado.

Afinal, como editor-executivo da *Folha de S.Paulo*, Sérgio é o responsável por toda linha impressa no jornal de maior circulação do Brasil e, como se não fosse o bastante, pelas informações postadas 24 horas por dia na internet. Por tanta responsabilidade, Sérgio admite que seu coração bate mais acelerado a cada manhã, quando lê o jornal.

A partida do herói não pode mesmo ser fácil, tranquila. Ser herói de verdade, desses que, como ensina Campbell, redimem a humanidade à deriva, custa sacrifício. Dói. Vejamos como isso pode acontecer na vida do Herói Número 1, como narrada pelo Herói Número 2:

Em março de 2003 (...) Sérgio Dávila estava em São Paulo, passando alguns dias de férias, e foi até a sede da *Folha*. Ele nem imaginava que uma visita acidental fosse colocá-lo, no período de apenas uma semana, em vias de cobrir a história de sua vida. O jornalista foi chamado para uma reunião e convidado a ir para o Iraque cobrir a guerra. Seus superiores disseram que ele não tinha a obrigação de aceitar o convite, que entenderiam em caso de recusa e que Sérgio podia ter alguns minutos para pensar na proposta e consultar a família. Porém, como bom jornalista, curioso e movido por desafios, Dávila já tinha tomado a decisão de aceitar ser correspondente de guerra no momento em que percebeu o rumo que a conversa com os chefes tomava. Ligou para a esposa Teté, que o incentivou imediatamente a ir atrás do que sempre esperara. O desafio de cobrir uma guerra era muito grande para que o medo dela o impedisse de ir.

Um herói, de novo, não tem vida fácil. Encontra inimigos, os mais diversos, em seu caminho. Viver é complicado, e mais complicado ainda em situações de conflito:

Cobrir um conflito é perigoso. Estar em uma área de conflito sem dinheiro é muito pior. Por essa constatação, após passarem quinze dias na capital da guerra, os intrépidos jornalistas brasileiros [*junto com Sérgio estava o repórter fotográfico Juca Varella*] tinham pouco dinheiro e precisavam ir embora o mais rápido possível. As bombas inteligentes americanas estavam cada vez mais burras e atingindo muitas construções civis. Apesar de neutros no conflito, os jornalistas estavam nele. A possibilidade de morte, para Sérgio, era constante, contudo ele tinha um trabalho a fazer. Enfiou o

medo em algum lugar do cérebro e o esqueceu para poder trabalhar; caso não fizesse isso, o medo seria tão potente, a possibilidade de morte tão presente, que ele ficaria paralisado e não sairia do lugar onde estava.

E o narrador, como se tivesse vivido a experiência ao lado do Herói Número 1, continua:

O tempo todo ele parava por três segundos e pensava: “Daqui a três segundos, eu e o Juca podemos estar mortos”. Podia ser por fogo amigo, facções, mercenários, terroristas ou militares americanos. Era quase como um pano de fundo, como se fosse uma projeção de um filme sendo feita no seu cérebro. A tela desse filme era a possibilidade muito forte de morrer. E o filme que estava sendo projetado era aquilo que ele ia vendo. Então, a sua atenção se voltava para o filme que estava sendo projetado, e não para onde ele estava sendo projetado. O medo estava sempre presente, mas ele seguia a vida assim mesmo.

O herói, um dia, retorna para os seus, com a sensação de missão cumprida. Terá sido um vitorioso? Não necessariamente. Mas jamais terá deixado de ser herói. Porque a jornada nunca é inútil, sem sentido. Ela vale a pena. Foi lá, se arriscou e, como jornalista, forneceu ao mundo informações sobre os acontecimentos. Tantas histórias há para serem contadas, e de repente, na calma do cotidiano, um novo desafio:

Em uma ensolarada manhã de 2001, Sérgio Dávila dormia um pouco mais do que o normal. Algumas cervejas na noite anterior o deixaram com uma leve ressaca, e ele não acompanhou o início dos eventos que seriam os divisores de águas na história dos conflitos recentes da humanidade: os ataques terroristas de 11 de setembro.

Nos textos que escreveu nos dias seguintes ao atentado, Sérgio por muitas vezes deixou transparecer o ser humano por trás dos relatos do profissional:

Até ali, o 11 de setembro de 2001 havia sido o dia de maior angústia de sua vida, porém esse foi um sentimento que ele considera antagônico, já que não perdeu nenhum conhecido, sua casa não tinha sido afetada e ele estava fazendo uma boa cobertura para a *Folha de S.Paulo*. A dicotomia se deu poucos meses depois do atentado, quando o jornalista confessou, também nos textos para a *Folha*, que aquele era o momento de maior felicidade pessoal e profissional que vivia. Então, mais uma vez citando o sogro [*José Hamilton Ribeiro*] – que perdeu parte de uma perna quando pisou em uma mina enquanto cobria a Guerra do Vietnã, em 1968 –, Dávila estava feliz por poder ser o jornalista que ele imaginou um dia ser.

POR EXEMPLO, UMA HEROÍNA CHAMADA MARIA LYDIA

1979.

Chamada telefônica de São Paulo, onde ela estava, para Belém do Pará, onde estava o pai dela.

– Pai, vou trabalhar na rádio Jovem Pan!

– O que você vai fazer lá?

Pelo histórico de trabalho dela, ele não entendeu.

– Pai, é rádio. Eu vou falar!

– Nossa, minha filha. A vida inteira você falou de graça, e agora vão te pagar pra fazer isso?

Foi assim que a Heroína Número 1, então profissional de Serviço Social do Açúcar União, recebeu o chamado que daria uma guinada em sua vida. Hoje responsável por um

quadro de entrevistas no “Jornal da Gazeta” e pelo programa “A hora do voto”, ambos da Rede Gazeta, Maria Lydia explica que, muito antes de atuar como comentarista de notícias, organizava grupos de debate entre os colaboradores da indústria depois da jornada de oito horas de trabalho.

Mais adiante, já pós-graduada em Psicologia da Educação, ministrava palestras com foco educacional para até 300 professores e diretores de escolas. Foi nessa função de palestrante que descobriu em si as virtudes de uma comunicadora, como conta Letícia Alves Leite, a Heroína Número 2. O chamado à aventura levou Maria Lydia a ser uma das primeiras mulheres à frente de um programa jornalístico na televisão brasileira, mas isso nunca a intimidou:

– Apesar da tensão, de sentir que não estava pronta para abrir a boca e falar para um público de milhares de pessoas, tinha muita convicção de que deveria acertar. Sentia que, tendo a oportunidade de representar o seu gênero em rede nacional, era inconcebível que não acertasse.

O que a Heroína Número 1 achou da experiência?

– Tive que descobrir esse mundo sozinha, achar o meu caminho e construir a minha marca. Foi algo muito pessoal, que fui fazendo no dia a dia, sem conselhos e nem referências. Eu deveria ser eu mesma, mas só podia falar aquilo de que tivesse certeza e convicção. Por isso, lia pra caramba!

Como já sabemos, também uma heroína de verdade não tem vida fácil, e, no caso, não é só da necessidade de muita leitura que estamos falando. Os desafios que Maria

Lydia precisou enfrentar em décadas de Jornalismo foram muitos, mas dentre os memoráveis, dois aconteceram quando era âncora do “Jornal da Gazeta”:

O primeiro foi o da tragédia com o avião da TAM, em São Paulo, em 2007. Pelo ponto eletrônico, o diretor do programa avisou:

– Aconteceu um acidente pavoroso. Ainda não temos nada. Vou te passar no *teaser*.

Ainda sob o impacto da notícia, a jornalista teve que anunciá-la. Passou as poucas informações que tinha ao público e disse que voltaria, em seguida, com mais novidades sobre a tragédia.

O segundo, ela diz que a tocou de forma brusca. Envolvia um amigo. O diretor do programa entrou no estúdio, o que nunca faz. Aguardou que colocassem a próxima reportagem no ar e, com o rosto transtornado, dirigiu-se até ela e disse:

– Você vai ter que ser muito forte. Precisa noticiar algo horrível...

A jornalista teve que anunciar a morte do seu parceiro de trabalho, Mauro Chaves. Além de comentarista do jornal, era alguém por quem Maria Lydia nutria uma enorme admiração.

Durante o percurso, o herói pode encontrar deuses e deusas do bem, mentores, auxiliares de nome conhecido ou completamente anônimos. Mas encontra também dragões, serpentes e forças do mal, e precisa ter forças para enfrentá-los. No início dos anos 2000, a TV Gazeta decidiu criar um jornal para o horário das 19 horas, o “Jornal da Gazeta”. E, para apresentá-lo, queriam Maria Lydia, que conta que o horário era favorável e que seria uma nova experiência,

pois não faria a mediação de debates, e, sim, apresentaria um noticiário. “Mas eu não podia ficar com dois programas desse porte. Fora a TV, eu também trabalhava na CBN. Então, para ser a âncora do ‘Jornal da Gazeta’, abri mão do ‘Em Questão.’” Após quatro anos no comando do telejornal, a apresentadora um dia foi pega de surpresa:

Ao voltar de um período de férias, a diretora superintendente a convocou para uma reunião. Iniciou a conversa com muitos elogios, afirmou que ela era a maior jornalista do Brasil, mas que, infelizmente, estava desligando-a do quadro de colaboradores da TV Gazeta.

– Eu fiquei traumatizada, não tinha nenhum indicador de que isso pudesse acontecer. O programa tinha audiência, patrocínio, me dava bem com toda a equipe. Foi muito inesperado.

Apesar do nervosismo, permaneceu ali, firme.

E finalizou:

– Vamos encerrar essa reunião. Jornalista precisa de informação, e eu já tenho a informação.

A VIDA VEM ANTES

O filósofo espanhol José Ortega y Gasset (1883-1955) cunhou um termo cujo significado é de suma relevância para um estudo da História de Vida e de seu lugar no campo do Jornalismo – e não só do Jornalismo, como bem se sabe.⁴ O termo é “raciovitalismo”. A ideia, bem resumida-

4 Ganha cada vez mais importância o estudo da história de vida nos mais diferentes campos de conhecimento, desde o Jornalismo e a Antropologia até o Direito, a Educação, a História, a Medicina. Não custa lembrar, nesse contexto, que a medicina hipocrática, já na Antiguidade Grega, tinha por princípio a conversa com o doente, iniciando-se obrigatoriamente o momento da *anamnese* pelo convite a “contar a própria história”. A moderna medicina

mente, é que a vida merece ocupar um lugar central em todas as preocupações humanas com o conhecimento e a história. Deve constituir o foco principal, o primeiro e grande objetivo de todas as buscas – um esforço para o qual, como entende Ortega y Gasset, a *ratio*, ou razão, constitui um auxílio indispensável. “A vida como realidade radical”, ele dizia. Encontra-se na raiz de tudo, e como tal deve ser vista, contemplada, protegida.

O que Ortega y Gasset está sugerindo, como se observa, não tem a ver só com filosofia. Pensemos por um instante na todo-poderosa ciência e em sua irmã gêmea, a tecnologia. Um simples exemplo pode ajudar a entender melhor o que significa dizer que as mais importantes descobertas científicas e tecnológicas – ou que são tidas como tais – de nada valem, se no horizonte delas não estiver a vida, sua defesa e proteção. Veja-se o que aconteceu a partir do início do século 20, quando a Física moderna descobriu os poderes da fusão do átomo. Veio a bomba atômica, com tudo aquilo que se sabe.

Albert Einstein (1879-1955), o pai da Teoria da Relatividade, se arrependeria até a ponta de seus cabelos desgrelhados por ter escrito ao presidente dos Estados Unidos, Franklin Roosevelt, em agosto de 1939. Na carta, ele contava que era possível criar uma bomba, tão potente quanto jamais se havia visto, a partir de uma cadeia de reações em uma massa de urânio. “Foi o maior erro da minha vida”, lamentaria Einstein.

holística, avançada em relação ao grosso da medicina convencional, em muitos sentidos não faz senão recuperar o que os antigos já sabiam... Para uma melhor compreensão do tema da medicina hipocrática, ver “A arte médica”, de Marilena Chauí (2002, p. 145-156).

Valeu o lamento, porque Einstein era grande e era do bem, tendo tido a coragem de fazer *mea culpa*. Mas, para as dezenas de milhares de mortos e feridos da cidade japonesa de Hiroshima – e depois Nagasaki – daquele fatídico 6 de agosto de 1945, seis anos depois de Einstein ter contado a novidade para Roosevelt, esse lamento não valeu, na época, muita coisa. É que o poder – nesse caso específico, o poder do Império Americano, em rápida ascensão na época –, em qualquer uma de suas formas, possui essa admirável capacidade de pôr as grandes ideias na contramão da vida, a serviço da barbárie e da morte.

A FORÇA DAS HISTÓRIAS DE VIDA

Mas a vida não desiste nunca de... viver, de se construir e reconstruir. Um exemplo do campo do Jornalismo pode ilustrar o que estamos dizendo. Trata-se de uma grande-reportagem – depois, livro-reportagem – que contribuiu a seu modo para devolver à vida o lugar que é dela, apesar da barbárie que tanto assolou o planeta no século 20, mergulhando-o, em sua segunda metade, na horrorosa Guerra Fria.

Por quase cinco décadas, o mundo viveria sob a ameaça nuclear, correndo o sério risco de a vida ser completamente varrida da Terra. Um ano depois da tragédia, o jovem jornalista chinês-americano John Hersey – tinha 32 anos na época – foi a Hiroshima para contar a história dos sobreviventes, que, por sua vez, lhe deram de presente as histórias de tantos que tinham visto morrer.

Talvez sem palavras, ou porque a palavra de um protagonista vale infinitamente mais que qualquer outra, quando falada a partir do chão em que a vida se desenrola, Hersey abriu bem os ouvidos, os olhos, a pele e os poros para

poder escrever seis histórias de vida: de Toshiko Sasaki, funcionária da Fundação do Leste da Ásia; do Dr. Masakazu Fujii, dono de um hospital particular; da Sra. Hatsuyo Nakamura, viúva de um alfaiate; do padre jesuíta alemão Wilhelm Kleinsorge; do Dr. Terufumi Sasaki, um jovem cirurgião que trabalhava no hospital da Cruz Vermelha local; e, por fim, do reverendo Kiyoshi Tanimoto, pastor da Igreja Metodista de Hiroshima.

Muito se falou e se escreveu sobre a história da primeira bomba atômica, também e principalmente no mundo do Jornalismo. Mas nada do tanto que se escreveu e se falou ganhou tão grande importância e fama quanto a obra *Hiroshima*, de Hersey (2002). Nos Estados Unidos, foi eleita por especialistas “a mais importante reportagem do século XX”. O livro, traduzido, lido e relido mundo afora sem parar, provou de forma muito bela, como o fizeram uma porção de outras obras de jornalistas empenhados com a vida, a força, a beleza e o vigor da história de vida na história da humanidade... Nele a vida aparece em primeiro lugar a cada linha, onde merece estar: no centro.

O posfácio da obra em sua tradução brasileira, escrito pelo jornalista Matinas Suzuki Jr., apreciador do bom jornalismo – esse que põe a vida no centro, como sugere Ortega y Gasset –, traz um título que é dos mais saborosos: “Jornalismo com H”. Em Hersey, com suas histórias de vida, o Jornalismo não apenas conta histórias. Vira História. Assume um valor permanente e universal. Está aí, como afirmamos antes, o poder da vida na história de vida. Matinas Suzuki Jr. conta (2001, p. 161-162):

Hiroshima é uma espécie de *Cidadão Kane* do jornalismo. Como o filme de Orson Welles, esse texto lidera todas as listas de “melhor reportagem” já escrita. O autor John Hersey precisou de 31.347 palavras para explicar como uma única explosão matou 100 mil pessoas, feriu seriamente o corpo de mais 100 mil e machucou a alma da humanidade. Nenhuma outra reportagem na história do jornalismo teve a repercussão de *Hiroshima*. Os cerca de 300 mil exemplares da revista *The New Yorker* com a data de 31 de agosto de 1946 no cabeçalho esgotaram-se rapidamente nas bancas. O preço de capa era quinze cents, mas cópias chegaram a ser vendidas entre quinze e vinte dólares. Do país todo e do estrangeiro chegavam à redação pedidos de autorização para a reimpressão da matéria (os direitos eram doados para a Cruz Vermelha). A cadeia de rádio ABC pôs no ar atores lendo a reportagem de Hersey. A BBC, em Londres, fez o mesmo.

Entre as encomendas que chegavam do mundo inteiro, uma especialmente chamaria a atenção. Albert Einstein, conta Suzuki Jr., quis comprar mil exemplares da revista. Não pôde ser atendido, tamanha a procura.

MAIS SOBRE O IMPÉRIO DA ABSTRAÇÃO

Algumas coisas ainda necessitam ser faladas a respeito desse verdadeiro império da abstração, que tanta distância cria entre o conhecimento e a vida. Que tradição de pensamento é essa, capaz de fazer isso? Onde foi que as pessoas, em sua busca por conhecer e transformar o mundo, começaram a achar que as coisas são mais importantes do que gente, que objetos contam mais que sujeitos? Que motivos levaram a ciência e a tecnologia a se considerar superiores,

acima, muito acima de outras formas de conhecimento, de outras experiências, sabedorias, artes?

Tão forte e dominante é essa tradição, há pelo menos cinco séculos, ou quase isso, que alguns críticos não temem em chamá-la abertamente de ditadura. A ditadura de um modelo de conhecimento. O sociólogo francês Michel Maffesoli (2007) o faz inúmeras vezes em sua obra, no que é seguido de perto pelo brasileiro Muniz Sodré, quando este diz, por exemplo, falando do “primado da racionalidade” em nosso modelo de conhecimento, que essa racionalidade “na prática social implica a ditadura lógica da razão enquanto domínio universal” (Sodré, 2006, p. 27).

Renè Descartes (1596-1650) ficou sendo reconhecido como um dos nomes mais fortes da construção desse modelo. Ele entendia que a certeza do conhecimento só podia vir da razão, do intelecto. A vida? Bem, a vida... “Penso, logo existo” é a frase mais famosa dele. A existência, em Descartes, é fundada no pensamento. Mais longe da vida ele não poderia se situar. Racionalismo puro: é o perfil que assume essa tradição. Descartes, talvez, no fundo, não tivesse muito a ver com ela (Künsch, 2008, p. 178-180).

A jornalista gaúcha Eliane Brum tem um modo mais simples de falar sobre essas coisas. Contesta Descartes e o racionalismo, sem nem ao menos mencioná-los. Ela reafirma todo o tempo o gosto que nutre pelas “histórias pequenas”, histórias “que pertencem à gente comum”. Prefere um “olhar insubordinado” sobre o mundo ao olhar incapaz de sentir o extraordinário que a vida ordinária revela em cada esquina, em cada canto, em cada momento.

Atenta à “vida que ninguém vê” – título de uma de suas obras –, dispõe-se a “contar os dramas anônimos como os

épicos que são, como se cada Zé fosse um Ulisses, não por favor ou exercício de escrita, mas porque cada Zé é um Ulisses. E cada pequena vida, uma *Odisséia*” (Brum, 2006, p. 187). Ensina:

Se o telefone e a internet são invenções geniais, não há tecnologia capaz de tornar obsoleto o encontro entre um repórter e seu personagem. Se isso acontece, é por distorção. Esse olhar que olha para ver, que se recusa a ser enganado pela banalidade e que desconfia do óbvio é o primeiro instrumento de trabalho do repórter. Só pode ser exercido sem a mediação da máquina (Brum, 2006, p. 190).

Um olhar insubordinado é o de que nosso modelo de conhecimento precisa para se aproximar da vida. Ancorado na tradição racionalista de que estamos falando, o Jornalismo dito clássico sofreu e continua a sofrer da mesma cegueira que sempre acompanhou esse modelo de pensamento. Adora aspas e números, funda-se e refunda-se na ideia tosca de objetividade (eis aí a palavra perigosa: objeto, que acaba virando coisa mesmo). Mantém-se distante do cotidiano, das histórias de carne e osso, dos heróis e heroínas anônimos.

Mas a vida, dentro e fora do Jornalismo, não se deixa prender nas grades do pensamento abstrato, racionalista, de tipo conceitual. Porque, “por mais que você escolha não viver, a vida te agarra em alguma esquina”, comenta Brum. Ela sugere, bem na linha do respeito à vida e da tradição das histórias de vida: “O melhor é logo se lambuzar nela, enfiar o pé na jaca, enlamear os sapatos” (Brum, 2006, p. 194).

A VIDA E O BOM JORNALISMO

Tão importante é isso que Brum está dizendo, a ponto de podermos afirmar que sem a presença forte da vida nas histórias que o Jornalismo conta, nem Jornalismo de verdade existe. O que existe é outra coisa. Fria. Distante. Insípida. Desumana.

Entre os princípios que, segundo Edvaldo Pereira Lima, regem o bom Jornalismo ou Jornalismo de qualidade – que ele mesmo prefere chamar de “Jornalismo literário” –, encontramos alguns que conversam de modo especialmente franco com a noção de se pôr a vida no centro das práticas da reportagem – ou da “arte narrativa da vida real”, como expressa esse autor. A começar pela ideia básica de se “contar (uma) história”.

“A arte narrativa de se contar histórias existe desde que a humanidade organizou-se socialmente”, diz Lima (2009, p. 357). É ancestral. Necessária. Indispensável. Contando histórias, o ser humano produz sentidos sobre si mesmo, o mundo e a vida – e não há vida que possa ser vivida no vazio completo de sentidos, o que representaria um convite permanente ao suicídio. Porque, de fato, sem narrativa o mundo não existe. A vida, também não.

“Criaturas em busca de sentido”, conta Armstrong (2005, p. 8), “desde a origem mais remota inventamos histórias que permitem situar nossas vidas num cenário mais amplo e que nos dão a sensação de que a vida, apesar de todas as provas caóticas e arrasadoras em contrário, possui valor e significado”.

A narrativa representa “uma das respostas humanas diante do caos”, interpreta Medina (2003, p. 47-48). “Mais do que talento de aguns, poder narrar é uma necessidade vital.”

As histórias dão vida ao Jornalismo, do mesmo modo que o fazem com a literatura, o cinema, os contos de fadas, os mitos, as rodas de conversa. “Contar histórias reais envolve necessariamente colocar o ser humano em primeiro plano”, conclui Lima (2009, p. 359), antes de descrever outro princípio, o da humanização:

Toda boa narrativa do real só se justifica se nela encontramos protagonistas e personagens humanos tratados com o devido cuidado, com a extensão necessária e com a lucidez equilibrada onde nem os en-deusamos nem os vilipendiamos. Queremos antes de tudo descobrir o nosso semelhante em sua dimensão humana real, com suas virtudes e fraquezas, grandezas e limitações. Precisamos lançar um olhar de identificação e projeção humana da nossa própria condição nos nossos semelhantes, sejam celebridades ou pessoas do cotidiano (Lima, 2009, p. 359).

Não se trata de dar um toque humano à narrativa, como verniz superficial, uma “embelezada”. É muito diferente disso. Há que se assumir o compromisso de contar as histórias humanas de que o mundo está cheio. É fazer da vida humana o grande eixo de toda narrativa. De modo compreensivo, para falarmos de mais um princípio do Jornalismo de tipo humano, na linha do projeto de pesquisa “A compreensão como método: suas teorias e práticas”, de que esta autora faz parte, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero:

Compreender é diferente de explicar. A explicação adota geralmente uma visão unilateral, verticalizada, de cima para baixo, reducionista. Mostra o mundo sob uma ótica única ou de pouca abertura. Já a compreen-

são busca exibir o mundo sob perspectivas diversificadas. Mais do que isso, ilumina as conexões entre conteúdos aparentemente desconectados. Interliga dados, mostra sentidos e perspectivas (Lima, 2009, p. 366).

Por fim, entre os princípios eleitos para esta abordagem encontra-se o da imersão. Lembra o convite a se “lambuzar com a vida, a enfiar o pé na jaca, enlamear os sapatos”, na sugestão de Eliane Brum, citada antes. “O autor precisa partir a campo, ver, sentir, cheirar, apalpar, ouvir os ambientes por onde circulam seus personagens”, afirma Lima. “Deve vivenciar parte da experiência de vida que eles vivem” (Lima, 2009, p. 373).

Perfis grandes ou perfis pequenos, histórias de vida, biografias... São tipos ou gêneros diferenciados de escrita cujo objetivo pode ser traduzido como o de contar histórias humanas, de personagens os mais diversos. Os perfis, escreve Sérgio Vilas Boas, diferentemente das biografias, mais exigentes, e das histórias de vida, mais amplas que eles, “podem focalizar apenas alguns momentos da vida da pessoa. O perfil é uma narrativa curta tanto na extensão (tamanho do texto) quanto no tempo de validade de algumas informações e interpretações do repórter” (Vilas-Boas, 2003, p. 13). Para escrevê-lo, “a frieza e o distanciamento são altamente nocivos. Envolver-se significa sentir” (Vilas-Boas, 2003, p. 14).

A VIDA E O JORNALISMO CONTINUAM

Relatada de forma ligeira, como estamos fazendo, a tentativa de se transformar o espaço em crise da sala de aula em laboratório de experiência e prática jornalística acaba por assumir uma natureza, digamos, de tipo-ideal weberiano: útil para a compreensão dos fatos, mas irreal, em síntese.

Na prática, haveria ainda uma enorme gama de aspectos e de problemas a considerar, relativos, por exemplo, aos perfis que não se realizaram ou aos textos irrecuperáveis, porque francamente ruins, de acordo tanto com a gramática jornalística quanto com os critérios assumidos pelo projeto.

Todo o caminho percorrido entre a redação do texto, a edição e a revisão não foi relatado nas linhas precedentes. Também não foram levados em conta os modos como o professor-mediador resolveu o tema da avaliação, da atribuição de notas, e, por fim, os critérios precisos que motivaram a escolha de alguns dos perfis e da rejeição de outros, cerca de metade.

Pode-se novamente ressaltar, no entanto, que todo o esforço e energia despendidos pelos alunos parecem corresponder, de novo, à dimensão da alegria e do orgulho sentidos ao perceberem o resultado final de seu trabalho, deixando marcas profundas em suas vidas. Marcas indeléveis, algo que uma simples aula, por mais bem sucedida, jamais consegue alcançar.

Por fim, o trabalho é árduo, e, nesse sentido, se se deixa a ousadia de lado, a “aula tradicional” pode ter lá as suas “vantagens”. Mas os aspectos positivos e gratificantes da experiência e o senso da responsabilidade profissional levam a admitir que novos livros-reportagem virão, para contar histórias que ressignificam o lugar do Jornalismo neste nosso tempo e nesta nossa História.

Referências

ARMSTRONG, Karen. **Breve história do mito**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BRUM, Eliane. **A vida que ninguém vê**. Porto Alegre: Arquipelago, 2006.

CAMPBELL, Joseph. **O herói de mil faces**. 3. ed. São Paulo: Editora Pensamento, 1993.

CARRARO, Renata (Org.). **Não é aventura, é reportagem**: jornalistas e cobertura de conflitos. Jundiaí, SP: In House, 2013.

CARRARO, Renata (Org.). **Jornalimos**: histórias de uma arte plural. Jundiaí, SP: In House, 2015.

CHAUÍ, Marilena. A arte médica. In: **Introdução à História da Filosofia**: dos pré-socráticos a Aristóteles. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 145-147.

DAMÁSIO, António. **O erro de Descartes**: emoção, razão e o cérebro humano. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HERSEY, John. **Hiroshima**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KÜNSCH, Dimas A. Teoria compreensiva da comunicação. In: KÜNSCH, Dimas A.; BARROS, Laan Mendes de (Orgs.). **Comunicação**: saber, arte ou ciência? São Paulo: Plêiade, 2008, p. 173-199.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas**: O livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura. 4. edição. Barueri: Manole, 2009.

MAFFESOLI, Michel. **O conhecimento comum**: introdução à sociologia compreensiva. Porto Alegre: Sulina, 2007.

MEDINA, Cremilda de Araújo. **A arte de tecer o presente**: narrativa e cotidiano. São Paulo: Summus, 2003.


MEDINA, Cremilda de Araújo. **Entrevista: o diálogo possível**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1990.

SODRÉ, Muniz. **As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política**. Petrópolis: Vozes, 2006.

SUZUKI JR., Matinas. Jornalismo com H. In: HERSEY, John. **Hiroshima**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 161-172.

VILAS-BOAS, Sérgio. **Biografias & biógrafos: jornalismo sobre personagens**. São Paulo: Summus, 2002.

VILAS-BOAS, Sérgio. **Perfis e como escrevê-los**. São Paulo: Summus, 2003.



Diálogo e compreensão às margens do Xingu: os refugiados de Belo Monte nas narrativas de Eliane Brum

Tayane Aidar Abib

Mauro de Souza Ventura

Os conflitos desencadeados com a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, às margens do rio Xingu, deixam patente o desinteresse de uma parcela significativa da imprensa brasileira pelo assunto, entre outras crueldades. Na contramão desse movimento, Eliane Brum realiza uma cobertura de fôlego sobre a usina e as histórias ao redor dela, pondo em ação o que ela chama de Jornalismo de Desacontecimentos. Ao direcionar o olhar para os personagens banidos, esquecidos, sem voz, ela assume em sua prática jornalística o que temos chamado de epistemologia da compreensão no âmbito do projeto de pesquisa “A compreensão como método”. Os autores deste capítulo identificam marcas de diálogo e de compreensão nas reportagem que elegem para o estudo, segundo as proposições de Cremilda Medina, Dimas Künsch e Martin Buber, no encontro com o Outro e no registro do cotidiano e da vida local.

Ao longo da controversa construção e implementação da usina hidrelétrica de Belo Monte – cujo leilão foi vencido pelo consórcio Norte Energia –, mais de 20 ações, entre 2010 e 2015, foram movidas pelo Ministério Público Federal, denunciando inconstitucionalidades e violências na região Amazônica paraense. Financiada em grande parte por dinheiro público, via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a obra é atualmente investigada pela Operação Lava Jato e teve licenciamento de operação concedido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) sem que a totalidade das condicionantes do projeto tivesse sido cumprida.

Nesse cenário de conflitos diversos, evidencia-se a violação de direitos da população local, indígena e ribeirinhos, atingida pelo processo de barragem e banida do convívio à beira do Xingu. Sem o amparo legal do Estado, uma vez que a Defensoria Pública da União somente se instalou em Altamira, no Pará, em 2015, os atingidos, em grande parte analfabetos, tiveram de negociar diretamente com os representantes da empresa Norte Energia: uma parcela recebeu indenizações e cartas de créditos com valores irrisórios frente à especulação imobiliária local; outra parcela foi reassentada em conjuntos habitacionais padronizados, totalmente destoantes de sua cultura e modo de vida próximo ao rio.

Desde 2000, Eliane Brum vem se dedicando ao registro do cotidiano das comunidades da Amazônia, retratada em seus textos como o centro do Brasil. Seu trabalho como colunista do portal brasileiro *El País*, desde o final de 2013, empenha-se em destacar os meandros políticos e econômi-

cos do projeto Belo Monte, assim como em deixar transparecer para o leitor a crise humanitária daqueles que perderam suas casas e se sentem exilados em seu próprio país.

O texto que aqui se apresenta pretende tratar especificamente das narrativas de Brum publicadas no ano de 2015, que parecem bem representar sua prática jornalística interessada nos desacontecimentos¹ e na relação compreensiva e dialógica com suas fontes. Delimita-se, neste sentido, um trabalho de investigação inicial em torno dos desdobramentos da Filosofia do Diálogo (Buber) no campo comunicacional (Medina; Künsch), e uma análise interpretativa das três reportagens selecionadas, na busca por identificar marcas e aspectos de compreensão intersubjetiva na cobertura jornalística de Brum no caso Belo Monte.

PERSONALIDADE RELACIONADORA COMO VALOR JORNALÍSTICO

Com uma trajetória que harmoniza perspectivas de diferentes áreas do saber, Cremilda Medina, em suas obras, dedica-se a refletir – e a socializar experiências conduzidas em oficinas laboratoriais – sobre os sentidos renovadores que a comunicação social pode promover. Pensa o jornalismo a partir da possibilidade de ampliar seus horizontes para a mudança de visão de mundo. Articulando teoria

1 O termo designa a escolha de Brum (2013, p. 13) em escrever “sobre o cotidiano dos homens e das mulheres que tecem os dias e também o país, mas nem sempre são contados”, e em se apropriar de fatos não-marcados pelos critérios de noticiabilidade, isto é, aqueles que não resultam do código de produção dos acontecimentos (Sodré, 2009, p.76), que não são “relevantes para o cânone da cultura jornalística, normalmente desconsiderados pela marcação (pauta) da grande mídia”. Um estudo específico sobre o conceito pode ser acessado na revista *Comunicação Midiática* (v.10, n. 3, p. 136-150): “A notícia como desacontecimento: possibilidades de inovação a partir das narrativas de Eliane Brum”, de Mauro de Souza Ventura e Tayane Aidar Abib.

e prática, faz dialogar campos do saber e contesta o tom autoritário de um conhecimento científico que pretende-se único. Inscreve o pensamento comunicacional em ambiente de fecundo encontro com outras áreas, de modo a revelar os desdobramentos de uma prática jornalística aberta à ação relacionadora.

Especificamente em *O signo da relação: comunicação e pedagogia dos afetos*, Medina (2006) aborda a necessidade de se romper com a ideologia do controle positivo tanto nas ciências nobres quanto no jornalismo. Perpassa a leitura sociológica de Boaventura de Sousa Santos e Edgar Morin para criticar o “clima de superioridade construído pela especialização técnica e tecnológica em que as ciências se entrincheiraram” (Medina, 2006, p.10) e a adoção desse paradigma objetivista pelo jornalismo. Alerta, ainda, para a crise de degenerescência (Santos) à qual esses autores se referem, confirmando a necessidade de uma nova ruptura epistemológica:

Os especialistas precisam reencontrar os elos perdidos entre eles e as múltiplas sabedorias para, juntos, darem outras respostas aos impasses históricos. Se a ciência se isolou na sua excelência para construir conhecimentos rigorosos, cifrados na especialização, hoje se faz necessária a rearticulação perdida (Medina, 2006, p. 12).

Segundo a autora, ao detectar os limites e contradições do conhecimento científico fragmentado, reconhece-se o despertar de uma nova atitude, capaz de fazer aflorar a relação articuladora, em que não se dispensa o diálogo entre os saberes científicos e também o cotidiano, o local, o senso comum, o mítico, o religioso e o artístico.

Medina reivindica essa discussão para o campo da comunicação e propõe que se redimensionem os valores e técnicas desse profissional: “Há, sim, demandas sociais que pressionam um outro perfil de profissional – muito mais complexo do que o perfil do jornalista liberal” (2006, p. 14). É preciso que se passe, portanto, de um jornalismo que conforma para um jornalismo que transforma; pensado como um saber plural, a partir de estratégias criativas e de uma ética sensível:

A ação relacionadora (do signo da relação) é, acima de tudo, cultural. Trata-se, portanto, da produção de sentidos perante os acontecimentos da realidade que nos cerca. O comunicador (jornalista ou outro profissional da área) tem diante de si a responsabilidade autoral de criar, renovar ou simplesmente administrar os significados dessa realidade vocalizados ou não por fontes de informação (...) Essa autoria ocorre não nos juízos de valor individualizados, mas na competência profissional, na capacidade de mediar os múltiplos sentidos das coisas (polissemia), assim como as múltiplas vozes (polifonia) que expressam o conflito das versões (Medina, 2006, p. 22-23).

Medina (2008, p. 50) defende, assim, uma comunicação social sensível aos encontros, na esteira da filosofia buberiana: “A arte do diálogo talvez seja o principal pilar da ação comunicativa”, ela escreve. Em suas obras, Martin Buber resgata, como bem pontua von Zuben, no prefácio de *Eu e tu* (1979, p. 7), “aquilo que é mais característico no homem: sua humanidade”. O pensador afirma a primazia da relação e designa o lugar do outro como indispensável para a realização existencial.

Nesta acepção, o homem não é visto enquanto indivíduo que se basta, mas como um ente de relação entre o Eu e o Tu: “O Tu se apresenta ao Eu como sua condição de existência, já que não há Eu em si, independente; em outros termos o si-mesmo não é substância, mas relação” (Buber, 1979, p. 48). Diante do mundo ou diante do ser, postula o filósofo, o homem pode assumir duas atitudes, que se traduzem pela palavra princípio Eu-Tu e pela palavra princípio Eu-Isso:

O mundo é duplo para o homem, segundo a dualidade de sua atitude. A atitude do homem é dupla de acordo com a dualidade das palavras-princípio que ele pode proferir. (...) Uma palavra-princípio é o par Eu-Tu. A outra é o par Eu-Isso (...) Deste modo, o EU do homem é também duplo. Pois, o EU da palavra-princípio EU-TU é diferente daquele da palavra-princípio EU-ISSO. As palavras-princípio, uma vez proferidas, fundamentam uma existência (Buber, 1979, p. 09).

Neste sentido, Buber (1982, p. 79) afirma que “o homem é tanto mais uma pessoa quanto mais intenso é o Eu da palavra-princípio Eu-Tu, na dualidade humana de seu Eu”. Isso devido à reciprocidade que marca definitivamente o fenômeno da relação:

O Eu da palavra-princípio EU-TU é diferente do Eu da palavra princípio Eu-Isso. O Eu da palavra-princípio Eu-Isso aparece como egótico e toma consciência de si como sujeito (de experiência e utilização). O Eu da palavra-princípio Eu-Tu aparece como pessoa e se conscientiza como subjetividade. O egótico aparece na medida em que se distingue de outros egóticos. A pessoa aparece no momento em que entra em relação com outras pessoas (Buber, 1979, p. 76).

Em outra obra – *Do diálogo e do dialógico* (1982) –, o autor acrescenta que é na relação dialógica que se colocam presentes o Eu como pessoa e o Tu como Outro. Buber confere, assim, ao encontro dialógico ou inter-humano “a relação de maior valor existencial” (p. 55), onde a inovação encontra sua verdadeira e plena resposta:

Se EU e TU nos revela o diálogo como fundamento da existência humana, se a questão antropológica devera ser abordada como um ato vital de procura do sentido da existência humana, então trata-se de perscrutar o dialógico no ser humano. O “entre” permitirá, como chave epistemológica, abordar o homem na sua dialogicidade; e só no encontro dialógico é que se revela a totalidade do homem (Buber, 1979, p. 51).

Depreende-se, então, que, para realizar plenamente o seu Eu, o homem precisa entrar em relação dialógica com o mundo: “Ele precisa dizer Tu ao outro, e este dizer Tu só se faz com a totalidade do ser. É preciso perceber e aceitar o outro na sua totalidade, na sua unidade e sua unicidade. É preciso que ele se torne presença para mim” (1982, p. 8). Para que se efetive o diálogo genuíno, deste modo, é preciso que se instaure um clima de plena reciprocidade, isto é, que o indivíduo experiencie a relação também do lado do outro – o que não implica abdicar à especificidade própria.

Numa situação dialógica, sustentada pela palavra princípio Eu-Tu, o outro nunca pode ser o meu objeto: “Eu devo apenas estar presente, estar aí, atento, abrindo meu ser em toda sua totalidade para perceber a palavra que me é dirigida” (1982, p. 9).

O movimento básico dialógico consiste no voltar-se-para-o-outro. Aparentemente trata-se de algo que acontece toda hora, algo banal; quando olhamos para alguém, quando lhe dirigimos a palavra, é com um movimento natural do corpo que a ele nos voltamos; porém, na medida do necessário, quando a ele dirigimos a nossa atenção, fazemo-lo também com a alma. Mas qual é, em tudo isto, a ação essencial, realizada com a essência do ser? Da incapacidade de apreendermos totalmente o que nos cerca, emerge esta pessoa singular e transforma-se numa presença; e eis que, na nossa percepção, o mundo cessa de ser uma multiplicidade indiferente de pontos; mas é um movimento de ondas sem limites (...) recebeu uma forma, liberou-se de sua própria indiferença! (Buber, 1982, p. 56-57).

A conversação genuína percebe o parceiro como o homem que precisamente é, considera o fato de que ele é outro, “essencialmente outro do que eu e essencialmente outro do que eu desta maneira determinada, única, que lhe é própria” (p. 146). Somente ao reconhecer e assumir tais significados é que o homem pode, então, dirigir ao outro a palavra com toda seriedade

Aquele que fala não somente percebe a pessoa que lhe está assim presente, ele a aceita como seu parceiro, e isto significa: ele confirma este outro ser na medida em que lhe cabe confirmar. O verdadeiro voltar do seu ser para o outro ser inclui esta confirmação e esta aceitação. Onde a conversação se realiza em sua essência, entre parceiros que verdadeiramente voltaram-se um-para-o-outro, que se expressam com franqueza e que estão livres de toda vontade de parecer, produz-se uma memorável e comum fecundidade que não é encontrada em nenhum outro lugar (Buber, 1982, p. 154-155).

Inspirada na dialogia buberiana, Medina (2008, p. 7) reflete sobre a entrevista jornalística na chave da reciprocidade no contato interativo: quando “ambos saem ‘alterados do encontro’, a técnica foi ultrapassada pela ‘intimidade’ entre o Eu e o Tu”. Em *Entrevista, o diálogo possível* (2008), a autora põe em discussão a necessidade de se romper com o dirigismo com que se executam as tarefas de comunicação social. Especificamente, questiona a entrevista como uma eficaz técnica para obter respostas pré-pautadas por um questionário. Encarada assim, afirma a autora, faz-se fria nas relações entrevistado e entrevistador e “não atinge os limites possíveis da inter-relação, ou, em outras palavras, do diálogo” (Medina, 2006, p. 5).

Trata-se de uma contestação às técnicas que se difundem na cultura profissional: ao ritmo de pauta que é imposto pelo jornalista, à condução das respostas do entrevistado pelo entrevistador, ao interesse em cumprir, a todo custo, o que foi predeterminado na redação. Com isso, perde-se a interação humana criadora que somente o diálogo pode atingir, distancia-se da rede de comunicação capaz de resgatar o ato presencial, de abrir canais para os testemunhos anônimos.

Sob o prisma de Medina, deste modo, a entrevista deve se interessar pelo modo de ser e o modo de dizer das pessoas, deslocando a centralidade do momento para o entrevistado. Somente assim torna-se possível alcançar a autenticidade entre interlocutores, culminando na “entrega do Eu ao Tu, um Tu-pessoa e não um Tu-isto” (p. 11):

À medida que EU busco a TI, me projeto por inteiro, me perco e me acho, me revelo no ENTRE o EU e o TU. O processo é de aprendizado, educativo: eu,

entrevistador, lanço esses desafios para que o outro se revele no plano mais imediato de minha pauta, mas matizado, pelo estímulo à abertura, por claro-escuros de sua subjetividade, que não estariam na pauta, mas a enriquecem (Medina, 2008, p. 44).

O *modus operandi* jornalístico deve se dar, por isso, sobretudo no nível da sensibilidade. É preciso que a prática profissional, tal qual diz Medina (2008, p. 47), origine-se e consuma-se na “ética solidária, na técnica da partilha e na poética da afetividade”. Isso porque o signo, conforme dito anteriormente, acontece na cultura da relação, alicerçado na capacidade de “estar afeto a”, e não se esgota na racionalidade instrumental ou na ilusão da eficiência fria das máquinas. A epistemologia relacional implica intersubjetividade, dialogia: neles, “aflora-se o tão misterioso quanto real sentimento coletivo” (2008, p. 62).

Também no pensamento do físico David Bohm evidenciam-se estudos sobre as relações entre indivíduos, particularmente no livro *Diálogo: comunicação e redes de convivência* (2005). Na obra em questão, o autor coloca o diálogo como lugar de compartilhamento de significados. Por intermédio do encontro, um fluxo de significados pode emergir, fazendo surgir compreensões novas. Da mesma forma, através do diálogo, é possível criar “um significado que é de todos, o que quer dizer tanto ‘compartilhar’ como ‘fazer parte de’. Isso significa que surgiria uma consciência comum dessa participação, que nem por isso excluiria as consciências individuais” (Bohm, 2005, p. 66).

Bohm fala, assim, em “significados compartilhados” ou “significados coletivos”, na mesma vertente daquilo que Medina denomina sentimento coletivo, como a “cola” ou a “amalgama” que mantém juntas as pessoas e as sociedades.

Num certo sentido, esse contato estabelece um “corpo único”. Além disso, se formos capazes de ouvir as opiniões uns dos outros e suspendê-las sem julgá-las, e se os outros fizerem o mesmo com nossas opiniões, teremos uma “mente única”, porque temos o mesmo conteúdo – todas as opiniões, todas as pressuposições. Nesse momento, a diferença é secundária: agora você tem, num certo sentido, um único corpo, uma única mente. Essa condição não oprime as individualidades. O ponto central é que estabeleceríamos, em outro plano, uma espécie de ligação chamada companheirismo difuso (...) a conexão estreita, a cumplicidade, a participação mútua. Penso que sentimento falta disso em nossa sociedade, que costuma glorificar o indivíduo isolado (...) Afirmo que essa é uma razão para o diálogo. Precisamos dele (Bohm, 2005, p.73-74).

Por tudo isso é que se defende que o jornalista assuma uma mentalidade relacionadora, articulando diferentes sentidos, sobretudo na entrevista, em que se pode apreender emoções e experimentar sensações.

O processo de produção jornalística ganhará nova configuração, à medida que o jornalista perceber que a comunicação se faz através das relações. Da mesma forma que Buber sugeriu uma reviravolta nas atitudes do homem com a sociedade, a natureza e a divindade, em uma medida mais focada nas narrativas da contemporaneidade, Medina propõe que o jornalista precisa reavaliar suas posturas, a começar pela maneira com que se relaciona com a própria profissão, enquanto produtor de sentidos (Künsch, 2010, p. 81).

A esses sentidos, pode-se entrelaçar, por fim, a compreensão intersubjetiva de que fala Morin (2002, p. 95),

“um processo de empatia, de identificação e de projeção”, que “pede abertura, simpatia e generosidade”. Trata-se da disposição de sair-de-si-mesmo-em-direção-ao-outro, de realizar genuinamente o sentido original de *cum-prehendere*, que, em latim, remonta ao jogo de corporeidade do “agarrar as coisas com as mãos, abarcar com os braços” (Sodré, 2006, p. 68), sintonizar-se com o “sensível das singularidades, capaz de produzir uma similitude harmonizadora do diverso” (idem).

Compreender o outro é tentar ver nele a mesma complexidade que reivindicamos para nós, e suportar a mesma falta de lógica, de coerência e de sentido da qual damos mostra. Não deixa de ser paradoxal: no cotidiano, muitas vezes exige-se da alteridade uma coerência linear que o eu é incapaz de oferecer – o outro deve ser racional, coerente, claro, linear e bem resolvido; o eu pode ser fragmentário, afetivo, passional, não linear. Essa assimetria da relação entre um “eu” que tudo pode e um “outro” que tudo deve é questionada pelo pensamento compreensivo (Künsch et al, 2014, p. 31).

Nas análises que seguem, espera-se aprofundar as reflexões em torno da compreensão, visualizando as marcas de sua dimensão intersubjetiva na prática jornalística de Brum. Em última instância, busca-se demonstrar a incorporação da personalidade relacionadora como caminho para a tessitura de narrativas pautadas pela proximidade e por um afeto de cumplicidade entre os partícipes.

○ DESACONTECIMENTO ÀS MARGENS DO XINGU

Na busca por associar as concepções de diálogo e relação à prática jornalística, selecionam-se três textos produ-

zidos por Eliane Brum para o portal *El País* Brasil no ano de 2015. Trata-se de um recorte que privilegia o gênero jornalístico da reportagem em meio às colunas de opinião – formato a que Brum vem se dedicando desde 2010, inicialmente no site da revista *Época* e, desde o final de 2013, no do periódico espanhol.

Das 28 colunas escritas pela jornalista para o *El País* Brasil em 2015, quatro pautaram-se exclusivamente² pela cobertura da atual conjuntura de Belo Monte e da Amazônia; sendo uma de caráter analítico/opinativo e as outras três – *corpus* deste artigo –, reportagens ancoradas no cotidiano de pessoas anônimas da região, em que se espera evidenciar que a presença do critério do desacomodamento abre caminhos para a construção de narrativas sensíveis, solidárias, compreensivas e dialógicas, à luz do que já se explicitou anteriormente.

Em “O pescador sem rio e sem letras”, Brum (2015a) questiona, à beira de Belo Monte, “que tamanho tem uma vida humana?” e coloca-nos diante dos significados e contradições de pequenas histórias nessa obra gigante. Ao relatar a remoção de Otávio das Chagas e sua família, exilados do Xingu, a jornalista aproxima-nos da realidade do Outro. Ao se abrir para os dizeres e silêncios de Antonio e Maria, dá-nos condição de participar e compreender os detalhes que sustentam suas vidas: “A hidrelétrica de Belo Monte o reduziu a um pescador sem rio (...) Otá-

² Vale ressaltar que suas colunas, na vertente de um pensamento complexo (Morin; Künscch), integram diferentes ângulos e contextos. Suas abordagens não se limitam a reflexões compartimentadas e, por isso, mesmo em discussões sobre política nacional, a questão de Belo Monte é referenciada. No presente artigo, entretanto, foca-se na apresentação de textos inteiramente dedicados a esse assunto.

vio descobre que a geografia inteira de sua vida sumiu E que toda a enormidade do que perdeu foi calculada em R\$ 12 mil. Agora só tem memória. E as chagas do nome já não consegue curar”.

Diante da construção de “uma das obras mais brutais da história do Brasil” (Brum, 2015a), pouco reportada pela mídia convencional, Brum arrisca-se ao encontro genuíno com a população ribeirinha que se sente sem voz, conforme explicitado nas palavras de Francisco, filho do pescador: “O que fizeram com nós foi assim... Eu não posso nem lhe dizer, porque eu não entendo desse negócio. Isso aí foi assim: eu pego um saco de bagulho e boto fora. E não tenho nem o que dizer. Sou um homem sem voz”. Na essência do ato de voltar-se-ao-outro, Brum assume o sentido de pertença que a casa à beira do rio tinha para eles, e também o vazio de sentir-se sem casa, de não habitar.

Quem olha para as casas dos ribeirinhos, com os conceitos do seu próprio umbigo, pode não compreender o que é uma casa para quem vive no mato, à beira de um rio, ou numa ilha, onde a comida está por toda parte, e só o que se precisa é um teto de palha pra dia de chuva e uns palanques pra atar a rede. Para alguns, isso é pobreza. Só pobreza. Mas corre o risco de a pobreza estar mais no jeito de olhar para o outro, o que pode revelar um outro tipo de analfabetismo. Para Maria, a casa dela era a casa dela. A dimensão de uma casa só a pessoa que vive nela saber dizer (Brum, 2015a).

A ruptura desse vínculo legítimo entre indivíduo e seu meio faz lembrar a obra *Sobre comunidade* (1987, p. 104), de Buber, especificamente na abordagem sobre a separação de um indivíduo de seu todo social. A essa

experiência o autor se refere como “grande angústia”: “A história de um homem que foi excluído de um contexto social que lhe era familiar, evidente, quase tão evidente como um organismo ao qual o órgão está vinculado, e agora, sobrevém a dúvida de tal existência em descobrir o caminho certo sem voltar-se para trás”.

Está-se diante de uma narrativa que resiste ao dirigismo que domina as redações, tal qual alerta Medina (2008), e que se lança à atitude relacionadora que se despoja e se deixa preencher pelas razões do Outro, interessando-se em ouvir o que esse tem a dizer. Reconhece a importância da oralidade, via pela qual a memória se expressa, que é pouco valorizada no Brasil dos letrados, “no universo dos cartórios, em que a justiça legitima o documento escrito” (Brum, 2015a). É do lugar dos que não têm mais mundo que fala Francisco. “E ele fala em torrente, porque é mais rio do que terra. E não é papel”: “Pra quem sabe leitura, tem saída pra ele. Mas uma pessoa que não sabe ler não sabe nem conversar. Não sabe nem pra onde correr. Porque nós não sabe nem onde é a autoridade, onde caçar as autoridade”.

Brum desvela, assim, o desamparo de homens e mulheres diante das demandas da Norte Energia e da ampla equipe de advogados a serviço da concessionária, que se expressam por documentos que muitos não são capazes de entender, e denuncia: “Não é preciso ser doutor para perceber a violência e a violação de direitos”. Por fim, faz refletir sobre nossa incapacidade de realizar o movimento para alcançar o outro, diferente, mas necessário à existência: “Nessa saga de gigantismos, a de Otávio, o pescador que se perdeu dos peixes, pode ser vista como apenas uma

pequena história. O sacrifício do outro é sempre possível, porque é do outro”.

A narrativa do povo banido das ilhas do Xingu é tema de uma nova reportagem de Brum, publicada meses depois, a partir da história de Antonia Melo, a maior liderança popular da região, em “O dia em que a casa foi expulsa de casa”:

Antonia foi sendo asfixiada aos poucos, menos ar a cada dia. Mas ainda assim o povo banido das ilhas da Volta Grande do Xingu, dos baixões de Altamira, continuava entrando pelo seu portão sempre aberto, desviando das crateras, saltando sobre os destroços com as havaianas que parecem ter nascido já gastas naqueles pés. Essas milhares de famílias cuspidas de seus lares pela hidrelétrica de Belo Monte fizeram de Antonia Melo o seu endereço. Lá, até o fim, encontravam uma cadeira, um copo de água entre árvores de sombra, e os ouvidos de Antonia, um par de orelhas que ela fez braços e abraço ao escutar os que ninguém mais escutava (Brum, 2015b).

Novamente, a sensibilidade da repórter que enxerga o Outro como o seu Tu, à luz da palavra-princípio de Buber (1982), permite reconhecer o sentido da perda de uma casa que é, na verdade, a vida: “O rosto de Antonia Melo é salgado por um choro lento. Ela tenta interrompê-lo, mas não foi feita para barrar rios”. Ao disponibilizar seus olhos e ouvidos para o relato de seu entrevistado, Brum projeta no leitor o sentimento de presença, de afetividade, fazendo-o compartilhar da experiência de intersubjetividade: “A violência parece ter ganhado uma dimensão tamanha dentro e fora de Antonia Melo que já não podia ser simbolizada. Virou uma literalidade que perfurou o coração de uma mulher que a tudo havia resistido” (Brum, 2015b).

Trata-se de uma produção complexa, que sabe tecer e entretecer sentidos, lembrando o significado etimológico de *complexus*, em latim. Nela, o retrato das ruínas, as visíveis e as invisíveis, de Antonia Melo e do Brasil. A história de uma mulher-casa, mas também da traição, na visão de Antonia, do Partido dos Trabalhadores aos movimentos sociais e a todos os que acreditaram que seu governo colocaria um fim no tratamento da Amazônia como colônia do centro-sul do país. Um exercício, conforme Künsch (2010, p.17), de “aprender a pensar no quadro envolvente de multicausalidades, múltiplos ângulos e perspectivas (...): eis aí um desafio audacioso para mentes tradicionalmente viciadas a alcançar rapidamente respostas pela via fácil da explicação, da simplificação e da redução de sentidos”.

A essa guerra amazônica, não reconhecida pelo Estado e pela maioria dos brasileiros, Brum tem dedicado total interesse e investigação. Em sua prática jornalística, os responsáveis por contar essa história, ao contrário das fontes oficiais privilegiadas pela cultura jornalística convencional, são os homens e mulheres que perderam o sentido após serem expulsos da bacia de um dos rios mais ricos em biodiversidade da Amazônia, o Xingu, na região de Altamira, como exemplificado por Raimunda e João, que “trazem inscritos no corpo uma encruzilhada histórica”, em “Vítimas de uma guerra amazônica”, a terceira reportagem de Brum analisada neste estudo:

Esta é também a anatomia de uma perversão: a de viver numa democracia formal, mas submetido a forças acima da Lei. O não reconhecimento da violência sofrida inflige a suas vítimas uma dor ainda maior, e uma sensação de irrealdade que as violenta uma segunda

vez. É a experiência de viver não fora da lei, mas sem lei que escava a existência de Raimunda e de João – e os faz escolher destinos diferentes diante da aniquilação. Raimunda decidiu viver, ainda que carregando seus pedaços. João não sabe como viver. Para ele, só há sentido na morte em sacrifício (Brum, 2015c).

Ao longo de mais de 40 mil caracteres, Eliane Brum resgata o que faz a diferença no jornalismo, “a profundidade, a capacidade de fazer o movimento da reportagem” (Brum, 2014), e confere protagonismo às palavras de seus entrevistados. Percorre, com João e Raimunda, as lembranças de suas vidas, desde os 8 anos de idade, atenta-se aos detalhes que significam suas trajetórias e, assim, enriquece a sensibilidade de seus leitores para o sentido de perda a que foram submetidos: “João repete a interrogação ‘entendeu’ muitas vezes. Depois de escutá-lo por algum tempo percebe-se que não é uma bengala de linguagem, como se poderia supor, mas sua certeza de não ser compreendido”.

Mergulha, tal qual fala Medina (1990, p. 18), “no outro para compreender seus conceitos, valores, comportamentos, históricos de vida”, quando se coloca como “escutadeira” (Brum, 2013, p.13) dos sentimentos de Raimunda, que viu sua casa virar pó em setembro de 2015, quando a empresa concessionária descumpriu o combinado de esperar a retirada das posses de cozinha e de pesca, e queimou a casa do casal:

A Norte Energia não considerava a casa de Raimunda uma casa. Disseram a ela que era um tapiri. Raimunda retrucou: “Na sua linguagem ela pode ser tudo isso aí. Mas, na minha, é minha casa. E eu me sentia bem nela, viu?”. Quando encontrou a casa em cinzas, Rai-

munda sentou-se na beira do rio. – Eu nunca imaginei que eles iam tocar fogo. Se eu for tocar fogo no escritório deles, fico presa pro resto da vida. Eles botam fogo na minha casa e não acontece nada. É a profecia do fim do mundo que o meu pai falava, a roda grande passando por dentro da pequena (Brum, 2015c).

E registra os testemunhos e memórias da vida local: “Esse pinhão era meu amigo principal. Porque eu acreditava assim. Se eu chegasse de manhã cedo, e ele tivesse com as folhinhas moles, bem coladinhas, naquele dia eu não saía pro rio”, e compartilha do relato de sua travessia, ao mesmo tempo brutal e poética:

Deixa eu lhe mostrar aqui... As plantas que foram queimadas. As que eram mais próximas da casa eles queimaram, acabaram com tudo. Aqui é no inverno. Ó, a gente planta e colhe durante a cheia, por conta que a cheia, ela vem, mas ela tem a data certa. Olhe o meu canteiro, as cebolinhas...Cheiro verde... Eu tirando o tomate, o gengibre, que é pra dor de cabeça, dor de barriga e bucho inchado. Remédio caseiro. E aqui eu, dentro d'água, que eu adoro água, também (Brum, 2015c).

Busca reverter, pela narrativa, o não reconhecimento das violações sofridas por esses povos, ao retratar sua capacidade de criação de sentidos, e se interessar por eles, incorporando, deste modo, o convite de Dimas Künsch (2000, p. 22): “Há que se fazer do próprio ato de produção simbólica uma prática de justiça, igualdade, democracia e de respeito ao outro, de diálogo com o diferente”.

– É muito difícil você ver o que é seu ser queimado. A única maneira pra me expressar é cantando. Pra que a minhas plantas saibam que eu jamais queria

que elas fossem queimadas, ou fossem lesionadas. Pra que elas sintam que eu tou aqui. Como elas não sabem falar, e eu não sei a linguagem das plantas, eu canto pra elas. Digo pra elas que o mundo não acaba aqui porque minha casa tá sendo queimada. O mundo ainda tá de pé. Enquanto Deus me der a vida, eu vou levar comigo isso, esperança e fé. Que um dia a Justiça seja verdadeira. Porque agora a Justiça é uma visagem, uma lenda. Dizem que existe, mas os pobres nunca veem (Brum, 2015c).

A reportagem toca, por fim, o contexto político de alianças entre o público e o privado, o jogo de interesses que atravessou o projeto de Belo Monte e a deslegitimação do Partido dos Trabalhadores para essas comunidades:

Belo Monte é onde o PT traiu não a classe média, mas sua razão de ser: os mais frágeis e os mais desprotegidos, os historicamente arrancados da sua terra, como os indígenas, os historicamente exilados dentro do próprio país, como Raimunda e João. É nesse ponto do mapa, a última fronteira para quem palmilhou o Brasil inteiro em busca de paz, que o discurso petista em defesa dos pobres gira em falso há muito mais tempo. Mas como a Amazônia é um longe para o centro-sul, essas vozes foram ignoradas (Brum, 2015c).

A partir do registros desses testemunhos, acolhidos pelo gesto compreensivo e dialógico de Eliane Brum, transmitem-se e preservam-se múltiplas experiências e vozes, caminhos dos anônimos protagonistas deste “nó que, quando totalmente desfeito, revelará o Brasil” (Brum, 2015c).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscar caminhos inovadores na mediação social: Cremlinda Medina aposta no tríplice potencial da reportagem em aliar razão analítica, ação solidária e intuição sintético-afetiva. E acredita na experiência e na compreensão como meios para iluminar o invisível: sem a interação criadora, diz ela, “não há arcabouço argumentativo que ilumine o mistério do encontro/ desencontro com o Outro e com a realidade invisível” (2016, p.23). Neste sentido, o contato presencial configura-se como a ruptura de códigos de rotina da comunidade profissional, uma espécie de desestabilizador da estratificada gramática jornalística.

Nas produções de Eliane Brum, evidenciamos o desafio de estar afeto ao Outro como fundamento da prática jornalística. Trata-se da figura do repórter que resiste à técnica e assume a autoria: “Quando se manifesta por competência, sensibilidade e aproximação compreensiva do acontecimento, arma narrativas da contemporaneidade, espelho de conflitos simbólicos e contradições factuais” (Medina, 2016, p. 20).

Em meio a uma guerra amazônica não reconhecida, o movimento dialógico de Brum a essas comunidades retrata contextos de lutas, perdas e reinvenções em uma região com alta biodiversidade e pouca atenção no cenário nacional. Ao se imbricar no signo da relação, Brum experiencia o princípio Eu-Tu buberiano: “Não existiria esse eu sem todos esses outros”.³ E parece cultivar o desejo profundo, tal qual coloca Medina (2006, p. 123), de também “ser um poeta de seu tempo”, levando a comunicação ao seu sentido pleno de comunhão.

3 Brum, 2014. Arquivo pessoal dos autores.

Referências

BOHM, David. **Diálogo**: comunicação e redes de convivência. São Paulo, Palas Athena, 2005.

BRUM, Eliane. **A menina quebrada e outras colunas de Eliane Brum**. São Paulo: Leya Brasil, 2013.

BRUM, Eliane. **A vida que ninguém vê**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2006.

BRUM, Eliane. (2015) O dia em que a casa foi expulsa da casa. **El País**. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/14/opinion/1442235958_647873.html>. Acesso em: 5 jan. 2017.

BRUM, Eliane. (2015a). O pescador sem rio e sem letras. **El País**. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/02/16/opinion/1424088764_226305.html>. Acesso em: 5 jan. 2017.

BRUM, Eliane. (2015b) O dia em que a casa foi expulsa de casa. **El País**. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/14/opinion/1442235958_647873.html>. Acesso em: 5 jan. 2017.

BRUM, Eliane. (2015c) Vítimas de uma guerra amazônica. **El País**. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/22/politica/1442930391_549192.html>. Acesso em: 5 jan. 2017.

BUBER, Martin. **Do diálogo e do dialógico**. São Paulo: Perspectiva, 1982.

BUBER, Martin. **Eu e tu**. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez & Moraes, 2004.

BUBER, Martin. **Sobre comunidade**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

KÜNSCH, Dimas A. **Maus pensamentos**: os mistérios do mundo e a reportagem jornalística. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2000.

KÜNSCH, Dimas A.; MARTINO, Luís Mauro Sá. (Org.). **Comunicação, jornalismo e compreensão**. São Paulo: Editora Plêiade, 2010.

KÜNSCH, Dimas A.; AZEVEDO, Guilherme. F.; BRITO, Pedro Debs; MANSI, Viviane R. (Orgs.). **Comunicação, diálogo e compreensão**. São Paulo: Plêiade, 2014.

MEDINA, Cremilda. **Entrevista**: o diálogo possível. São Paulo: Ática, 2008.

MEDINA, Cremilda. **O signo da relação**: comunicação e pedagogia dos afetos. São Paulo: Paulus, 2006, p. 11-28.

MEDINA, Cremilda. O invisível à luz da experiência e da compreensão. In: KÜNSCH, Dimas A.; PASSOS, Mateus Yuri.; BRITO, Pedro Debs; MANSI, Viviane R. (Orgs.). **Comunicação e estudo e práticas de compreensão**. São Paulo: UNI, 2016.

VENTURA, Mauro; ABIB, Tayane. A notícia como desacomodamento: possibilidades de inovação a partir das narrativas de Eliane Brum. **Revista Comunicação Midiática** (Online), Bauru/SP, v.10, n. 3, p.135-150, set/dez. 2015.

AUTORES E ORGANIZADORES DESTE VOLUME

Ana Cristina Vidal de Castro Ortiz (Titi Vidal)

Mestre em Comunicação e pós-graduada em Jornalismo pela Faculdade Cásper Líbero. Astróloga, taróloga, terapeuta e consteladora familiar. Atende e ministra palestras e cursos. Colunista de sites, revistas e jornais, astróloga do programa “Mulheres”, da TV Gazeta, e da revista *Cosmopolitan* (editora Abril). Autora de livros. Já atuou como advogada especialista em Direito da Família e das Sucessões e como assessora de gabinete na Secretaria de Administração Penitenciária de SP. Participou, junto com Pedro Ortiz, da equipe de implantação e coordenação do Projeto Ceres. Integrante do projeto de pesquisa “A compreensão como método”. Site www.titividal.com.br. E-mail: titividal@titividal.com.br.

Anselmo J. F. da Silva

Jornalista profissional (MTB 18.188). Mestrando em Comunicação pela Faculdade Cásper Líbero. Graduado em Letras – Português/Inglês pela Faculdade São Bernardo (Fasb). Estuda a crônica jornalística e os principais cronistas brasileiros, desde as origens do gênero no Brasil em veículos de comunicação impressos, eletrônicos e digitais. E-mail: anselmo@unitpress.com.br.

Carolina Lauro Maximo

Graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, na Universidade Paulista, 2008. Especializou-se em Administração de Empresas e Negócios na FGV, em 2010. Possui especialização em Comunicação Organizacional e Relações Públicas pela Faculdade Cásper Líbero (2015). O tema da monografia foi “Sustentabilidade: um estudo de caso na indústria moveleira”. É mestre em Comunicação pela Cásper Líbero (2017) com a pesquisa “Construção da notícia sobre o trabalho análogo ao escravo nos meios digitais”. Integrante do projeto de pesquisa “A compreensão como método”. E-mail: carolinamaximo@uol.com.br.

Caroline Arice Gaudêncio da Silva

Formada em Jornalismo pela Faculdade Cásper Líbero e pós-graduada em Comunicação Digital pela Digicorp (ECA-USP), atua como consultora de marketing e estratégia. Integrante do grupo de pesquisa “A compreensão como método”, dedica-se a estudos sobre publicidade, identidade e gênero. E-mail: carolarice@gmail.com.

Cilene Victor

Pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território da UFABC, é doutora em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (2001), com tese na área da Comunicação de Riscos Ambientais e Tecnológicos, mestre em Comunicação Científica e Tecnológica (1993) e especialista em Comunicação Aplicada à Saúde (1994). Na docência superior desde 1995, atualmente é professora dos cursos de Jornalismo e Relações Públi-

cas da Faculdade Cásper Líbero, onde foi coordenadora do Centro Interdisciplinar de Pesquisa e editora do periódico científico *Communicare* (de 2014 a março de 2017). Integrante do projeto de pesquisa “A compreensão como método”. E-mail: cilenevictor@casperlibero.edu.br.

Dimas A. Künsch

Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP), professor, jornalista, terapeuta junguiano e mediador judicial. Seus principais temas de interesse são narrativas (com ênfase em narrativas míticas), teoria e epistemologia da Comunicação, pensamento complexo e pensamento compreensivo. Coordena, no Brasil, o projeto de pesquisa “A compreensão como método”, desenvolvido conjuntamente por pesquisadores da Faculdade Cásper Líbero e da Universidade de Antioquia (Udea), Medellín, Colômbia. Lidera o grupo de pesquisa Comunicação, Diálogo e Compreensão, fundado em 2008. E-mail: dimaskunsch@casperlibero.edu.br

Everton de Brito Dias

Mestre em Comunicação pela Faculdade Cásper Líbero, pós-graduado em Estudos Culturais (University of British Columbia, Canadá), bacharel em Ciência da Computação (UFMG), artista marcial e gerente de projetos (PMI, PMP). Especialista em desenvolvimento de soluções para atendimento eletrônico, daí o interesse pelo estudo e compreensão das diversas perspectivas do consumo como prática humana. Integrante do projeto de pesquisa “A compreensão como método” e do grupo de pesquisa Comunicação, Diálogo e Compreensão. E-mail: everton.dias@gmail.com.

Gabriel Nunes de Azevedo

Pesquisador no Centro Interdisciplinar de Pesquisa (CIP) da Faculdade Cásper Líbero. Graduando do terceiro ano de Jornalismo (Faculdade Cásper Líbero), integra o projeto de pesquisa “Comunicação, cultura e visualidades”. Sob orientação da Profa. Dra. Simonetta Persichetti, escreveu o artigo “Desastres privados em câmera lenta: uma análise estética em Diane Arbus”, no qual estuda as imagens feitas pela fotógrafa norte-americana. Tem como principal interesse de pesquisa a intertextualidade da literatura com outras linguagens artísticas. E-mail: gabrielnunesdeazevedo@gmail.com.

Giselle Freire

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero. Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e com MBA em Marketing pelo IBMEC-RJ. Atua como Diretora de Planejamento na Agência DreamONE Marketing Integrado. Integrante do projeto de pesquisa “A compreensão como método” e do grupo de pesquisa Comunicação, Diálogo e Compreensão. E-mail: freire.giselle@gmail.com.

Isabela Ferreira de Sá Borrelli

Graduada em Jornalismo pela Faculdade Cásper Líbero. De 2015 a 2016 foi integrante do projeto de pesquisa “A compreensão como método”, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero, onde desenvolveu a pesquisa “A compreensão no sistema carcerário”. Email: isabelaborrelli@gmail.com.

Jaime Andrés Peralta Agudelo

Doutor em História da América Latina. Professor titular da Faculdade de Comunicações da Universidade de Antioquia (UdeA), Medellín, Colômbia. Seus temas de interesse são os estudos culturais em comunidades étnicas (negras e indígenas), camponesas e mestiças populares do continente, tanto no passado colonial como no contexto presente, com especial ênfase nos discursos orais criados para compreender, pensar, sentir, narrar e atuar no mundo que consideram sua realidade própria. Integrante do projeto de pesquisa “A compreensão como método”. E-mail: jandresperalta@gmail.com.

Julia Gravalos Benini

Pesquisadora discente no Centro Interdisciplinar de Pesquisa (CIP) da Faculdade Cásper Líbero. Graduanda do terceiro ano de Jornalismo (Faculdade Cásper Líbero). Integrante do projeto de pesquisa “A compreensão como método”. Sob orientação do Prof. Dr. Mateus Yuri Passos produziu o artigo “A arte como um saber do mundo: a religiosidade nas obras de Artemísia Gentileschi, Harriet Powers e Djanira da Motta e Silva”. Tem como principal interesse de pesquisa a manifestação de questões de gênero em produções artísticas. E-mail: juliagravalosbenini@gmail.com.

Luís Mathias dos Santos Ferreira

Mais conhecido como Gaspar, é mestrando em Comunicação e formado em Publicidade e Propaganda pela Faculdade Cásper Líbero. Atualmente desenvolve pesquisa sobre a gastronomia como linguagem de expressão cultural e identitária na literatura e no cinema brasileiro. Integrante

do projeto de pesquisa “A compreensão como método” e do grupo de pesquisa Comunicação, Diálogo e Compreensão. E-mail: luisgasparsantos@gmail.com.

Mateus Yuri Passos

Pesquisador pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero. Doutor em Teoria e História Literária (Unicamp) com período sandoúche na Ludwig-Maximilians-Universität München. Integrante do projeto de pesquisa “A compreensão como método” e do grupo de pesquisa Comunicação, Diálogo e Compreensão. Tem como principais interesses de pesquisa as diferentes configurações da narrativa, especialmente no jornalismo literário; trabalha também com a narrativa em gêneros discursivos, jornalismo científico, histórias em quadrinhos e encenações operísticas. E-mail: mateus.passos@gmail.com

Mauro de Souza Ventura

Doutor em Teoria Literária e Literatura Comparada pela Universidade de São Paulo, professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Unesp/Bauru e do Curso de Graduação em Jornalismo. Realizou estágios de Pós-Doutoramento no Departamento de Teoria Literária do IEL - Unicamp (2005-2006) e no Institut für Publizistik und Kommunikationswissenschaft, da Universidade de Viena (2011). Sua área de pesquisa e de orientação situa-se no estudo dos processos e discursos do jornalismo na contemporaneidade e das relações entre jornalismo, crítica literária e crítica cultural. E-mail: mauroventura@faac.unesp.br.

Nathalia Garcia Parra

Estudante de Jornalismo e pesquisadora discente do Centro Interdisciplinar de Pesquisa (CIP) da Faculdade Cásper Líbero. Participou do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom (2015) com o trabalho “Os reflexos do sexismo e especismo na mídia”. Integrante do projeto de pesquisa “A compreensão como método”. E-mail: nathaliagparra@gmail.com

Paulo Emílio Fernandes

Mestre em Comunicação pela Faculdade Cásper Líbero. Pesquisador dos grupos de pesquisa Comunicação, Diálogo e Compreensão (FCL) e Laboratório Interdisciplinar de Comunicação, Discurso, Acontecimento e Memória (UEMG). Pesquisador egresso do grupo de pesquisa InEx - Linguagens e Tecnologias Comunicacionais: Integração e Exclusão (FCL). Seus temas de interesse são os estudos do imaginário e da narrativa (sobretudo as narrativas míticas), semiótica, teoria e epistemologia da comunicação. Integrante do projeto de pesquisa “A compreensão como método”. E-mail: pauloemiliofernandes@outlook.com.

Pedro Henrique Falco Ortiz

Doutor em Comunicação e Cultura pelo Prolam-USP, jornalista e documentarista. Professor da Faculdade Cásper Líbero (graduação e pós-graduação em Jornalismo) e do Centro Universitário Belas Artes (graduação em Jornalismo, Rádio e Televisão, da Pós-Graduação em Cinema, Vídeo e TV e Coordenador do Curso de RTV). Foi diretor da TV USP e do Canal Universitário de São Paulo. Participou, junto com Titi Vidal, da equipe de implantação e coordenação

do Projeto Ceres. Integrante do projeto de pesquisa “A compreensão como método” e do grupo de pesquisa Comunicação, Diálogo e Compreensão. E-mail: phortiz@hotmail.com

Pedro Torres Debs Brito

Mestre em Comunicação e graduado em Publicidade e Propaganda pela Faculdade Cásper Líbero. Professor na Universidade Nove de Julho (Uninove) das disciplinas Teorias da Comunicação, Metodologia de Pesquisa, Orientação de TCCs. É também coordenador de mídia na Unilever Brasil, onde atua nas áreas de Business Intelligence e Negociação. Tem interesse pelas áreas de teoria e epistemologia da Comunicação e da compreensão. Integrante do projeto de pesquisa “A compreensão como método” e do grupo de pesquisa Comunicação, Diálogo e Compreensão. E-mail: pedro.debs@gmail.com.

Raúl Osório Vargas

Doutor em Ciências da Comunicação com ênfase em epistemologia do Jornalismo pela Universidade de São Paulo (USP). Comunicador social, jornalista, pesquisador e professor associado da Universidade de Antioquia (UdeA), Medellín, Colômbia. Membro do Grupo de Estudios en Periodismo (GEP) e do Grupo de Estudios Literários (GEL). É o coordenador colombiano do projeto de pesquisa “A compreensão como método”, desenvolvido conjuntamente por pesquisadores da UdeA e da Faculdade Cásper Líbero. E-mail: osoriova@gmail.com.

Renata Carraro

Doutoranda e mestre em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo (Umesp), jornalista e advogada. É

professora das Faculdades Integradas Rio Branco e da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM). Coordena o projeto “Jornalizando”, de produção de perfis jornalísticos, com dois livros lançados e um no prelo (2017). Integrante do projeto de pesquisa “A compreensão como método” e do grupo de pesquisa Comunicação, Diálogo e Compreensão. E-mail: recarraro69@gmail.com.

Tayane Aidar Abib

Mestre em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp) e jornalista formada pela mesma instituição. Realizou estágios de pesquisa no Centro de Investigação Media e Jornalismo, associado à Universidade Nova de Lisboa (2014), e no Internet Media Lab, associado à Universidad Complutense de Madrid (2017). Desde 2013, dedica-se à fundamentação da matriz teórica do Jornalismo de Desacontecimentos, no âmbito da Epistemologia Compreensiva. E-mail: tayaneaabib@gmail.com.



Em mais esta obra do projeto de pesquisa "A compreensão como método", assumimos mais uma vez o empenho de fazer o que pudermos **Para compreender o método da compreensão**. Mais que um ponto de chegada, esse é um caminho. E a palavra caminho tem tudo a ver com "método": em grego, *meta* + *hodós*, o caminho escolhido para se ir a algum lugar no campo vasto e fértil dos saberes humanos. Um método de procurar um método!

